



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)  
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ICI)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

FLÁVIA CATARINO CONCEIÇÃO FERREIRA

**OS CONCEITOS DE 'SALVAGUARDA' E DE 'REPOSITÓRIO DIGITAL  
DE PRESERVAÇÃO' NA ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:  
'GARANTIAS' PARA O ESTABELECIMENTO DA PROTEÇÃO ESTATUTÁRIA DO  
PATRIMÔNIO INFORMACIONAL PÚBLICO NATO-DIGITAL.**

Salvador  
2019

FLÁVIA CATARINO CONCEIÇÃO FERREIRA

**OS CONCEITOS DE 'SALVAGUARDA' E DE 'REPOSITÓRIO DIGITAL DE PRESERVAÇÃO' NA ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: 'GARANTIAS' PARA O ESTABELECIMENTO DA PROTEÇÃO ESTATUTÁRIA DO PATRIMÔNIO INFORMACIONAL PÚBLICO NATO-DIGITAL.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva.

Área de Concentração: Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea.

Linha de Pesquisa: Políticas e Tecnologias da Informação.

Salvador  
2019

F383c

Ferreira, Flávia Catarino Conceição.

Os conceitos de 'salvaguarda' e de 'repositório digital de preservação' na área de Ciência da Informação: 'garantias' para o estabelecimento da proteção estatutária do patrimônio informacional público nato-digital.

[manuscrito] / Flávia Catarino Conceição Ferreira. \_ Salvador, 2019.

244 f.: il. (principalmente color.); 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2019.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Salvaguarda. 2. Preservação. 3. Repositório Arquivístico de Preservação Digital. 4. Informação pública nato-digital - Proteção. I. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. II. Silva, Rubens Ribeiro Gonçalves da. III. Título.

CDD: 025.84

CDU: 025.85

FLÁVIA CATARINO CONCEIÇÃO FERREIRA

**OS CONCEITOS DE 'SALVAGUARDA' E DE 'REPOSITÓRIO DIGITAL DE PRESERVAÇÃO' NA ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: 'GARANTIAS' PARA O ESTABELECIMENTO DA PROTEÇÃO ESTATUTÁRIA DO PATRIMÔNIO INFORMACIONAL PÚBLICO NATO-DIGITAL.**

Tese de doutorado submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação. Linha de Pesquisa: Políticas e Tecnologias da Informação.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2019.

---

Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva (Orientador).

---

Profa. Dra. Adriana Cox Hollós (Membro externo titular)

---

Profa. Dra. Lena Vânia Ribeiro Pinheiro (Membro externo titular)

---

Profa. Dra. Maria Lucia de Niemeyer Matteus Loureiro (Membro externo titular)

---

Prof. Dr. José Cláudio Alves de Oliveira (Membro interno titular)

---

Profa. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara (Membro externo suplente)

---

Profa. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco (Membro interno suplente)

*À minha querida genitora.  
Ao meu pai (em lembrança).  
À Zenith Mariano, mãe em afeição.*

*Aos 'pontos de chegada' e por vezes, 'de partida',  
que se tornaram ensejos para o experienciar e o conhecer...*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais.

À Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Ao Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA.

Ao Prof. Dr. Rubens Ribeiro pela condução do processo de orientação na trajetória de desenvolvimento desta pesquisa de doutoramento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI).

Ao Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (Cridi).

À estimada Heloísa Prata e Prazeres.

À minha família e aos demais entes queridos - irmãos, sobrinhos, cunhados, amigos e colegas.

*Ao lembrar que em “breve” não estaremos mais aqui...  
teremos a possibilidade de recordar que a Nossa ‘Memória’,  
contudo, poderá ‘permanecer’ assegurada pelas  
‘garantias à sua preservação’ para as futuras gerações,  
quicá a longo prazo ou permanentemente -  
na trajetória do ontem ao porvir...*

*Passado, Presente ...’Salvaguarda Informacional’...  
(FERREIRA, 2018).*

## RESUMO

A presente tese procedeu ao estabelecimento da distinção entre os conceitos e noções de 'preservação' e 'salvaguarda', realizando uma proposta conceitual para esta última. Especificamente, observou-se: a) o reconhecimento dessas noções e dos repositórios digitais, nas legislações arquivísticas pertinentes; b) a identificação dos conceitos em conjunto com as comunicações orais dos anais do Encontro Nacional de Ciência da Informação, de 1994 a 2017; c) o estabelecimento das especificidades, dos conceitos; d) a elaboração de uma proposta conceitual para o termo salvaguarda. Metodologicamente, optou-se pela abordagem hipotético-dedutiva, referindo-se à técnica de documentação indireta e aos procedimentos metodológicos de análise qualitativa, documental e temática, comparativa e quantitativa. A análise dos dados comprovou que o termo 'salvaguarda' não foi explicitamente apresentado no conjunto de documentos normativos. Foi destacado o reconhecimento da obscuridade e inconsistência no uso dos termos 'preservação' e 'salvaguarda', identificados como sinônimos. No levantamento e exame das comunicações orais, do Encontro Nacional de Ciência da Informação, foi reconhecida uma 'lacuna' em relação à delimitação conceitual de 'preservação' e 'salvaguarda'. Os significados e acepções assumidos pelo termo preservação – relativos ao espaço digital – acentuaram o entendimento de que suas dimensões, estipuladas a partir dos elementos constitutivos, localizados em estudos e pesquisas, determinam relação intrínseca com o termo 'salvaguarda', trazendo indicativos semânticos, que conferem singularidade a cada um deles. Propôs-se, conceitualmente, que a salvaguarda digital é a garantia da preservação do conteúdo informacional, nato-digital, por meio da adoção de metodologias, padrões e metadados de preservação, regidos pela legislação, que garante a gestão, o acesso e a preservação de longo prazo. Entende-se que a terminologia Repositório Arquivístico Digital de Preservação deve designar ambiente digital, com vistas ao gerenciamento e preservação de informações digitais, por meio de metadados (preservação), inseridos em infraestrutura (hardware e software) adequados e protegidos por 'garantias', destacando Políticas de salvaguarda digital. O presente estudo refere-se à indicação de um espaço epistêmico potencial para a consolidação do conceito de 'salvaguarda digital' na área de Ciência da Informação.

**Palavras-chave:** informação pública nato-digital. Salvaguarda digital. Preservação digital. Repositórios Digitais de Preservação. Noções e conceitos.

## ABSTRACT

The present thesis has differentiated the concepts and notions of 'preservation' and 'safeguard' by making a conceptual proposal for the last one. Specifically, it was observed: a) the recognition of these notions and of the digital repositories, and in the pertinent archival legislation; b) the identification of the concepts together with the oral communications of the annals of the National Meeting on Information Science, from 1994 to 2017; c) the establishment of specificities and concepts; d) the elaboration of a conceptual proposal for the term safeguard. Methodologically, it was chosen the hypothetical-deductive approach, referring to the technique of indirect documentation, qualitative, documentary and thematic, comparative along with quantitative analysis methodological procedures. The analysis of the data has shown that the term 'safeguard' has not been explicitly used in the set of normative documents. The recognition of obscurity and inconsistency in the use of the terms 'preservation' and 'safeguard', identified as synonyms, was highlighted. In the survey and examination of the oral communications of the National Meeting of Information Science, a 'gap' was recognized regarding the conceptual delimitation of 'preservation' and 'safeguard'. The designations and meanings assumed by the term preservation - related to the digital space - accentuated the understanding that its dimensions, stipulated from the constituent elements, located in studies and research, determine an intrinsic relation with the term 'safeguard', bringing semantic references that confer singularity to each of them. It was proposed, conceptually, that the digital safeguard is the guarantee of the preservation of the information content, born digital, through the use of methodologies, standards and preservation metadata, governed by the legislation, that guarantee a long term management, access and preservation. It is understood that the terminology Digital File Preservation Repository should designate digital environment, with a view to the management and preservation of digital information, through metadata (preservation), inserted in appropriate infrastructure and hardware and protected by 'guarantees', highlighting Digital Safeguard Policies. The present study refers to the indication of a potential epistemic space for the consolidation of the concept of 'digital safeguard' in the area of Information Science.

**Keywords:** public-born digital information. Digital Safeguard. Digital Preservation. Digital Preservation Repositories. Notions and concepts.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Preservação dos documentos em Instituições de Memória	42
Figura 2	Softwares utilizados pelos repositórios: dados mundiais	73
Figura 3	Esquema: método de abordagem hipotético-dedutivo.	85
Figura 4	Níveis para abstração dos fenômenos investigados: abordagem hipotético-dedutiva.	88
Figura 5	Conceitos e Ferramentas de gestão de conteúdos informacionais digitais: panorama de pesquisas publicados nos anais do Enancib.	145
Figura 6	Distinção entre os Conceitos de 'Salvuarda' e 'Preservação'.	151
Figura 7	Descrição das 'Salvuardas Digitais'.	153
Figura 8	Patrimônio cinematográfico digital a caixa de Pandora ou <i>bits and pieces</i> .	169

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Estabelecimento de políticas de preservação no mundo.	70
Gráfico 2	Mapeamento por Tipologia em nível mundial: repositórios.	71
Gráfico 3	Comunicações Oraís relativas aos Temas Preservação, Biblioteca e Repositórios Digitais por Ano / Edição do Enancib (1994-2017).	121
Gráfico 4	Pôsteres relativos aos Temas Preservação, Biblioteca Digital e Repositório digital: Anais do Enancib (1994-2017).	122
Gráfico 5	Comunicações Oraís relativas ao Tema Preservação e/ou Salvaguarda por Ano / Edição do Enancib (1994-2017).	125
Gráfico 6	Comunicações Oraís e Pôsteres sobre o Tema Preservação.	127
Gráfico 7	Comparativo: Biblioteca Digital x Repositório Digital (comunicações oraís).	129
Gráfico 8	Comparativo: Comunicações Oraís x Pôsteres sobre a temática preservação (1994-2017).	131
Gráfico 9	Comparativo dos percentuais de Comunicações Oraís x Pôsteres sobre as temáticas preservação e/ou salvaguarda, Biblioteca e Repositório Digitais (1994-2017).	133
Gráfico 10	Comunicações Mapeadas: Preservação e/ou Salvaguarda, Biblioteca e Repositório Digitais (1994-2017).	134
Gráfico 11	Comunicações Mapeadas: Preservação e/ou Salvaguarda, Biblioteca e Repositório Digitais (1994-2017).	135

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Identificação e análise dos conceitos (legislação e Anais do Enancib): fases da pesquisa.	92
Quadro 2	Documentos relativos à temática preservação digital e à democratização do acesso à informação.	99
Quadro 3	Comparativo entre as noções de 'Preservação' e/ou 'Salvuarda'.	105
Quadro 4	Síntese das Estratégias de busca: pesquisa na Coleção BENANCIB (1994 a 2017).	117
Quadro 5	Levantamento Segundo as Temáticas dos Trabalhos Publicados nos Anais do Enancib (1994-2016).	118
Quadro 6	Estratégias de busca: Termos Preservação e Salvuarda (Pesquisa na Coleção Benancib: 1994 a 2017).	123
Quadro 7	Síntese da busca na Coleção Benancib por ano: Preservação e/ou Salvuarda (comunicações orais).	124
Quadro 8	Síntese da busca na Coleção Benancib por ano: Preservação e/ou Salvuarda (pôsteres).	124
Quadro 9	Síntese da busca na Coleção BENANCIB por ano: Biblioteca e Repositório Digital (Comunicações Oraís).	130
Quadro 10	Síntese da busca na Coleção BENANCIB por ano: Biblioteca e Repositório Digital (Pôsteres).	130
Quadro 11	Comunicações Oraís selecionadas sobre os temas Preservação e/ou Salvuarda: Enancib (1994-2017).	148
Quadro 12	Marco legal da pesquisa: identificação das noções de preservação e reflexões para a proposição do conceito de 'salvuarda'.	167
Quadro 13	Edições consultadas: Anais do Enancib (1994-2017).	196
Quadro 14	Mapeamento dos temas preservação e/ou salvuarda: Anais do Enancib e Benancib (1994-2017): comunicações orais e pôsteres.	199

Quadro 15	Mapeamento dos temas repositórios digitais e bibliotecas digitais e virtuais junto aos Anais do Enancib e Benancib (1994-2017): comunicações orais e pôsteres.	211
Quadro 16	Comunicações orais selecionadas sobre o tema Biblioteca Digital: Anais do Enancib (1994-2017).	215
Quadro 17	Comunicações orais selecionadas sobre o tema Repositório Digital: Anais do Enancib (1994-2017).	219
Quadro 18	Comunicações orais relativas aos conceitos de 'Biblioteca Digital' identificados: Anais do Enancib (1994-2017).	224
Quadro 19	Comunicações orais relativas aos conceitos de 'Repositório Digital' identificados: Anais do Enancib (1994-2017).	226
Quadro 20	Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	228
Quadro 21	Programas de Pós-Graduação Lato Sensu	230
Quadro 22	Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações das Instituições de Ensino Superior	235
Quadro 23	RI das Instituições de Ensino Superior	238
Quadro 24	Cenário de Acidentes para a Preservação Digital em RI	239

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número e proporção de Pesquisas publicadas nos Anais do Enancib (1994-2017): conceitos de preservação, salvaguarda, bibliotecas digital e repositórios digital.	120
Tabela 2	Percentual das Comunicações Orais e Pôsteres sobre Preservação e/ou Salvaguarda por GT: Anais do Enancib (1994-2017).	126
Tabela 3	Percentuais : Comunicações orais sobre Biblioteca Digital x Repositório Digital.	128
Tabela 4	Comunicações orais sobre as Principais Temáticas (1994-2017).	132
Tabela 5	Pôsteres sobre as Principais Temáticas (1994-2017).	132
Tabela 6	Comunicações orais e Pôsteres sobre as temáticas Preservação, Salvaguarda, Biblioteca Digital e Repositório Digital (1994-2017).	133
Tabela 7	Temas das Comunicações distribuídos por Instituição.	136
Tabela 8	Temas dos Pôsteres distribuídos por Instituição.	137

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALAM	Associação Latino Americana de Museologia
Ancib	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BAC	<i>Bibliothèque et Archives Canadá</i>
Benancib	Repositório das apresentações e palestras nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BAnQ	<i>Bibliothèque et Archives nationales du Québec</i>
BD	Biblioteca Digital
BDTD	Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações
BV	Biblioteca Virtual
CCSDS	<i>Consultative Committee for Space Data Systems</i>
CI	Ciência da Informação
CIDIC	Código de Indexação de Documento que contém Informação Classificada
CineOP	Mostra de Cinema de Ouro Preto
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos
Confoa	Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRIDI	Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais
CTDAIS	Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros
CTDAISM	Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais

CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
DIRKS	<i>Designing &amp; Implementing a Recordkeeping Systems</i>
DOD	<i>Department of Defense Records</i>
DPC	Digital Preservation Coalition
DSpace	Sistema para Construção de Repositórios Institucionais Digitais
ECPA	European Commission on Preservation and Access
e-ARQ	Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos
Enancib	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ERPANET	Rede de Preservação e Acesso a Recursos Eletrônicos
FAMERP	Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro
FIAF	<i>International Federation of Film Archives</i>
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GT	Grupo de Trabalho
GT 1	Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação
GT 2	Organização e Representação do Conhecimento
GT 3	Mediação, Circulação e Apropriação da Informação
GT 4	Gestão da Informação e do Conhecimento
GT 5	Política e Economia da Informação
GT 6	Informação, Educação e Trabalho
GT 7	Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação
GT 8	Informação e Tecnologia
GT 9	Museu, Patrimônio e Informação
GT 10	Informação e Memória

GT 11	Informação e Saúde
HTTP	<i>Hyper Text Transfer Protocol</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
IES	Instituição de Ensino Superior
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
JISC	<i>Joint Information Systems Committee</i>
LAI	Lei de Acesso à Informação
LOC	<i>Library of Congress</i>
LSD	Lei de Salvaguarda Digital
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MoReq	<i>Model Requirements for the Management of Electronic Records</i>
NASA	National Aeronautics and Space Administration
NA	Não Aplicável
NDIIPP	<i>National Digital Information Infrastructure and Preservation Program</i>
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
NSC	Núcleo de Segurança e Credenciamento
NUP	Número Único de Protocolo
OAI	<i>Open Archives Initiative</i>
OAIS	<i>Open Archival Information System</i>
OASIS.Br	Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre
OpenDOAR	<i>Directory of Open Access Repositories</i>

PADI	<i>Preserving Access to Digital Information</i>
PI	Políticas de Informação
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
RAD	Repositório Arquivístico Digital
RLG	<i>Research Libraries Group</i>
RD	Repositório Digital
RAD-Pres	Repositório Arquivístico Digital de Preservação
RDC-Arq	Repositório Arquivístico Digital Confiável
RI	Repositório Institucional
ROAR	<i>Registry of Open Access Repositories</i>
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SIGAD	Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UERJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unesp	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	23
1.1	APRESENTAÇÃO DO TEMA	26
1.2	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	28
2	<b>INFORMAÇÃO, DOCUMENTO, MEMÓRIA E A PROMOÇÃO DAS ‘GARANTIAS À PRESERVAÇÃO’ NO ESPAÇO DIGITAL</b>	30
2.1	A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O UNIVERSO DIGITAL: ORIGENS E EVOLUÇÃO	32
2.1.1	<b>O documento “born-digital heritage” e o universo digital: conteúdos informacionais públicos nato-digitais textuais, audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e musicográficos</b>	40
2.2	DISPOSITIVOS LEGAIS E A SALVAGUARDA DO ACESSO PÚBLICO À INFORMAÇÃO	49
2.3	SALVAGUARDA DA INFORMAÇÃO PÚBLICA EM REPOSITÓRIOS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL	54
2.3.1	<b>Garantias’ da preservação digital: políticas e ações cooperativas, técnicas, tecnológicas, operacionais e orçamentárias</b>	57
2.3.1.1	<i>Dimensão política da ‘Proteção estatutária’ do patrimônio nato- digital</i>	62
2.3.1.2	<i>Políticas de Salvaguarda</i>	66
2.4	‘REPOSITÓRIOS DIGITAIS’: CONTEXTO E CONCEITOS SEGUNDO A LITERATURA	69
2.4.1	<b>Implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis</b>	75
3	<b>MÉTODO</b>	78
3.1	ABORDAGEM	78
3.1.1	<b>Seleção da Abordagem</b>	79

3.1.1.1	<i>Expectativas ou conhecimento prévio</i>	84
3.2	TÉCNICAS	91
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	95
4	<b>APRESENTAÇÃO DOS ‘CONCEITOS’ E ‘NOÇÕES’ DE ‘REPOSITÓRIO DIGITAL’, ‘PRESERVAÇÃO’ E/OU ‘SALVAGUARDA’</b>	97
4.1	NOÇÕES DE PRESERVAÇÃO, SALVAGUARDA E REPOSITÓRIOS DIGITAIS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO	97
4.2	CONCEITOS DE ‘PRESERVAÇÃO’ E/OU ‘SALVAGUARDA’ SEGUNDO O CAMPO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	115
4.2.1	<b>Mapeamento dos conceitos de ‘preservação’ e/ou ‘salv guarda’ nos anais do Enancib</b>	115
4.2.2	<b>Conceitos de ‘Repositórios digital’</b>	128
4.3	SÍNTESE DOS RESULTADOS MAPEADOS JUNTO AOS ANAIS DO ENANCIB	130
5	<b>SALVAGUARDA DA INFORMAÇÃO PÚBLICA NATO-DIGITAL E REPOSITÓRIOS ARQUIVÍSTICOS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL (RAD-Pres): PROPOSTAS CONCEITUAIS</b>	139
5.1	O CONCEITO DE ‘SALVAGUARDA’ EM DEFESA	142
5.2	‘PRESERVAÇÃO’, ‘SALVAGUARDA’ E ‘REPOSITÓRIO DIGITAL’: SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS SEGUNDO OS ANAIS DO ENANCIB	144
5.2.1	<b>Proposição conceitual para o termo ‘salv guarda’</b>	164
5.2.1.1	<i>Em defesa, a salv guarda e suas ‘garantias’</i>	168
6	<b>CONCLUSÃO</b>	171
	<b>REFERÊNCIAS</b>	178
	<b>APÊNDICES</b>	195

APÊNDICE A - QUADRO 13: EDIÇÕES CONSULTADAS: ANAIS DO ENANCIB (1994-2017).	196
APÊNDICE B – ROTEIRO DE COLETA DE DADOS: ANAIS DO ENANCIB (1994-2017): PARTE 1 – DADOS GERAIS	197
APÊNDICE C - ROTEIRO DE COLETA DE DADOS (ANAIS DO ENANCIB 1994-2017): PARTE 2 – MAPEAMENTO DOS TRABALHOS PERTINENTES	198
APÊNDICE D – QUADRO 14: MAPEAMENTO DOS TEMAS PRESERVAÇÃO E/OU SALVAGUARDA: ANAIS DO ENANCIB E BENANCIB (1994-2017): COMUNICAÇÕES ORAIS E PÔSTERES	199
APÊNDICE E - QUADRO 15: MAPEAMENTO DOS TEMAS REPOSITÓRIOS DIGITAIS E BIBLIOTECAS DIGITAIS E VIRTUAIS JUNTO AOS ANAIS DO ENANCIB E BENANCIB (1994-2017): COMUNICAÇÕES ORAIS E PÔSTERES	211
APÊNDICE F- QUADRO 16: COMUNICAÇÕES ORAIS SELECIONADAS SOBRE O TEMA BIBLIOTECA DIGITAL: ENANCIB (1994-2017)	214
APÊNDICE G - QUADRO 17: COMUNICAÇÕES ORAIS SELECIONADAS SOBRE O TEMA REPOSITÓRIO DIGITAL: ENANCIB (1994-2017)	218
APÊNDICE H – QUADRO 18: COMUNICAÇÕES ORAIS RELATIVAS AOS CONCEITOS DE ‘BIBLIOTECA DIGITAL’ CITADOS: ANAIS DO ENANCIB (1994-2017).	223
APÊNDICE I – QUADRO 19: COMUNICAÇÕES ORAIS RELATIVAS AOS CONCEITOS DE ‘REPOSITÓRIO DIGITAL’ CITADOS: ANAIS DO ENANCIB (1994-2017).	225
APÊNDICE J - QUADRO 20: PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>	227
APÊNDICE L - QUADRO 21: PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i>	229
<b>ANEXOS</b>	230

ANEXO A - SÍNTESE HISTÓRICA DOS ENANCIB: EDIÇÕES E TEMAS	231
ANEXO B - QUADRO 22: BIBLIOTECAS DIGITAIS DE TESES E DISSERTAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	234
ANEXO C - QUADRO 23: RI DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	237
ANEXO D - QUADRO 24: CENÁRIO DE ACIDENTES PARA A PRESERVAÇÃO DIGITAL EM RI	238
ANEXO E – MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE: ICOM, 1972	239

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 estabeleceu para a sociedade brasileira o direito à informação categorizada como direito civil, político e social. No Brasil, a ausência de transparência, durante décadas, revelou uma cultura voltada para o afastamento das ações vinculadas à garantia do direito à informação. À vista disso, o processo de construção e consolidação da Lei de Acesso à Informação (LAI) expressa a tentativa de reduzir as tensões entre estado e sociedade num esforço de favorecer o acesso às informações públicas.

Entendemos que para a promoção de práticas mais condizentes com a proposta de democratização da informação pública é imprescindível a adoção de políticas de salvaguarda, ferramentas e ações que viabilizem a garantia da preservação. O direito de acesso à informação precisa ir além da efetivação das ações de transparência ativa e passiva, conforme estabelecido na LAI. Desse modo, a implementação de políticas públicas voltadas para a garantia da preservação do legado informacional nato-digital ('salvaguarda digital') convoca as instituições de memória a envidarem esforços para promover a salvaguarda dos conteúdos informacionais representados em meio digital. No que tange a LAI, é do nosso interesse o estudo da garantia da preservação da representação de informação pública textual, audiovisual, iconográfica, sonora, musical ou musicográfica nato-digitais.

Identificamos algumas lacunas existentes na literatura relativa à delimitação dos conceitos de 'preservação' e de 'salvaguarda'; e, diante do contexto em análise, questionamos: quais seriam as diferenças entre os conceitos e noções de salvaguarda e de preservação de conteúdos informacionais natos em meio digital? O que se têm são de fato conceitos, que trazem significados eficazes ao discurso científico? O que se vê na área da CI é o construto discursivo científico, o conceito? Ou se está falando de noções, sempre moldáveis a discursos ideológicos?

A problemática relacionada à imprecisão no uso dos conceitos/noções de preservação e salvaguarda, como se fossem sinônimos, revelou que o desenvolvimento desta pesquisa de doutoramento era pertinente à natureza dos problemas estudados pela área de Ciência da Informação.

Face ao exposto, a pesquisa propõe como tese que o conceito de *salvaguarda*, na área da Ciência da Informação, é um conceito distinto do de *preservação*. Defendemos que a salvaguarda consiste em assegurar e garantir a preservação propriamente dita, admitindo-se, assim, como ação de salvaguarda, um Repositório Arquivístico Digital de Preservação (RAD-Pres).

O estudo engendra-se na categorização científica, de natureza analítico-conceitual. A base epistemológica da presente investigação tem fundação na abordagem hipotético-dedutiva, que se faz acompanhar de técnicas e procedimentos. Como técnica de coleta de dados, adotou-se a documentação indireta, mediante pesquisa bibliográfica e documental, iniciando-se pelas fontes referentes ao tema. Como procedimento, de cunhos quantitativo, qualitativo e comparativo, adotou-se as análises documental e temática das noções de salvaguarda, junto às leis e decretos. Sob a égide da visão científica hipotético-dedutiva, partimos de questões e de conjecturas, que intentam subsidiar possíveis soluções – mesmo provisórias, caso não falseadas, conforme apregoa o método de abordagem adotado.

Entendemos o conceito de informação, de acordo Silva (2002), como processo – uma concatenação de eventos, de fenômenos, que se desenvolve com alguma unidade e regularidade – capaz de promover a ampliação da consciência que temos acerca da possibilidade de conhecer e agir. Por sua vez, os conteúdos informacionais públicos criados em meio digital – textuais e não textuais – consistem na representação da informação, ou seja, num conjunto de dados organizados em sequências lógicas de dígitos binários, quantificáveis e localizáveis, com vistas ao atendimento de uma necessidade individual ou social.

A leitura preliminar de Silva e Frohman a respeito da representação de conteúdos informacionais e da natureza da informação constituída no universo digital e, de modo complementar, sob os vieses de pensamento de Conway, Hollós, Dodebei, Braman e Batista, subsidiaram a compreensão dos fenômenos que envolveram o problema de pesquisa e as suas possíveis soluções - vinculadas ao que denominamos como ações necessárias à garantia da preservação sob a proteção estatutária.

Frente à imprescindibilidade de estudos e pesquisas – que tratem da informação digital e da garantia da sua preservação – apresentamos nesta pesquisa:

a) a discussão de propostas para o aprimoramento do entendimento científico, acerca do que seja salvaguarda, propondo-se um efetivo conceito para o termo (eliminando-se, assim, seu caráter apenas nocional, ou ideológico, se preferirmos), e b) o aperfeiçoamento do conceito de preservação, em repositórios digitais, por meio da análise da legislação arquivística pertinente e dos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib).

A diferenciação dos conceitos de *'salvaguarda digital'* e de *'preservação digital'* é efetivada a partir da elaboração e proposição de conceitos legítimos, mais apropriados ao discurso científico, do que as noções generalistas. Essa ação colabora para a redução de mal-entendidos associados a relevantes terminologias que comportam concepções diferentes, ainda que complementares.

Em concomitância ao estudo dos conceitos de salvaguarda e preservação, tornou-se imprescindível o tratamento do conceito de *'repositórios digitais'*, sob o ponto de vista de uma ação de salvaguarda. O planejamento e a implementação dos repositórios digitais evidenciam como estes refletem a necessidade de aprimoramento do que vem sendo, na verdade, proposto mais como uma *noção* de salvaguarda digital do que como um conceito científico.

Propomos que a salvaguarda da informação digital deva ser realizada por meio dos Repositórios Arquivísticos Digitais de Preservação (RAD-Pres), na medida em que as instituições que custodiam a informação digital regulamentam suas ações, embasando-se na formulação de procedimentos de preservação digital – incluindo-se aí, equivocadamente, em nosso entender, as políticas, quando na verdade estas deveriam ser especificamente referenciadas por políticas de salvaguarda, que garantam a preservação, e no conseqüente desenvolvimento de programas de preservação digital, que favoreçam o planejamento, a criação e a manutenção de repositórios de preservação, admitindo-se, assim, como ação de salvaguarda, os RAD-Pres.

Convém ter em conta que as acepções assumidas pelo termo *'salvaguarda'* ao longo da pesquisa – *'salvaguardar'*, *'salvaguardas'* e *'ações de salvaguarda'* vinculam-se ao contexto relativo à escolha do vocábulo ou da expressão empregados. Tratando-se da *'garantia da preservação'* e de *'garantir a preservação'* – utilizamos, respectivamente, salvaguarda e salvaguardar. Por sua vez, quando o termo

‘salv guarda’ é flexionado fazemos referência as ‘ações de *garantia da preservação*’, ou seja, as ‘ações de *salv guarda*’.

De início fundamentamos conceitualmente a pesquisa, tratando da tríade informação, documento e memória. Os elementos são contextualizados frente à ação de, cada vez mais, representar conteúdos informacionais em meio digital. Tratamos de aspectos conceituais relativos à importância da informação pública nato-digital e da sua salv guarda para a constituição da memória. Em seguida, abordamos as políticas vinculadas à ação de garantia da preservação digital, trazendo experiências registradas na literatura sobre os desafios frente à necessidade de maior investimento nas ações e políticas de gestão documental, que se avolumam frente as demandas da promoção de garantias para a preservação dos documentos públicos nato-digitais (textuais), mas também implica no debate e formulação de políticas, normas e procedimentos cabíveis para a proteção dos documentos públicos audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e musicográficos - representados originalmente em meio digital.

Assim, apresentamos os dados oriundos da análise das noções de ‘preservação’, ‘salv guarda’ e ‘repositórios digitais’ identificadas no marco legal selecionado - pertinente à preservação, como também os conceitos pertinentes aos termos em exame (‘preservação’, ‘salv guarda’ e ‘repositórios digitais’). Prosseguimos apresentando a proposição conceitual para o termo ‘salv guarda’, como também as alternativas à garantia da preservação dos conteúdos informacionais públicos nato-digitais, uma delas concernente à implementação de RAD-Pres, a exemplo do que intitulamos como uma das ‘garantias para a preservação’. À título de conclusão, compartilhamos os principais resultados da pesquisa, as hipóteses corroboradas e os desafios futuros para a consolidação de uma política de salv guarda que empreenda ações de garantia da preservação efetivas à representação de informação pública nato-digital, sejam elas textuais, audiovisuais, iconográficas, sonoras, musicais ou musicográficas.

## 1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Esta pesquisa propõe um conceito para o termo salv guarda, diferenciando-o do conceito de preservação, em repositórios digitais. Especificamente, procurou-se

identificar e analisar as noções de repositório arquivístico digital, estabelecendo, a partir das noções reconhecidas, as especificidades caracterizadoras de cada um dos conceitos, a saber, preservação e salvaguarda. O nosso recorte ateve-se à premissa de que a preservação de conteúdos informacionais nato-digitais pode ser garantida por meio das salvaguardas – o RAD-Pres é um exemplo. À vista disso, podem ser tomados, potencialmente, como instrumentos para a garantia da preservação da memória – constituída a partir do conteúdo informacional (conteúdo intelectual/informativo) criado em meio digital. Em seguimento, vimos desenvolvendo reflexões que destacam a relevância da promoção de ações de garantia da preservação e de políticas de salvaguarda que alcancem desde o texto criado em meio digital como também a representação de informação de conteúdos informacionais públicos audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e musicográficos. Por esse motivo, as políticas de acesso à informação, em conjunto com o que intitulamos políticas de salvaguarda, poderão ter relevância nas intervenções destinadas ao planejamento das diretrizes e resoluções que se vinculam à garantia da preservação dos conteúdos informacionais públicos nato-digitais, independente da sua tipologia. A análise da legislação reforçou a importância do planejamento e delimitação do *conceito* de ‘salvaguarda’, reconhecidamente definido e diferenciado da *noção* de salvaguarda.

Por sua vez, os enfoques interpretativos delimitados pela análise dos principais conceitos de preservação, identificados nos anais do Enancib, no recorte temporal compreendido entre 1994 e 2017, indicaram que os sentidos e os significados assumidos pelo termo preservação comprovou a tese em defesa, que versou sobre o emprego no uso dos termos como sinônimos. Os conceitos de preservação, por vezes, acentuaram a relação intrínseca com o termo salvaguarda, quando conceituaram preservação em alguns momentos como ‘metodologia’, em outros como sinônimo para salvaguarda e, por fim, com o emprego de conceituação, que se aproxima do que entendemos que seja ‘salvaguarda’. A análise das comunicações orais possibilitou validar uma das hipóteses: a de que os significados relativos aos termos ‘preservar’ e ‘salvaguardar’ não são equivalentes, apesar de serem complementares.

O estabelecimento da diferença entre os conceitos de salvaguarda e de preservação favoreceu o desenvolvimento de uma conceituação de repositório digital,

apropriada à implementação da efetiva salvaguarda digital. Foi proposta a expressão, na forma de conceito, de Repositório Arquivístico Digital de Preservação (RAD-Pres), em substituição à definição de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq).

Conceitualmente, propomos que o entendimento de preservação é diferenciado do de salvaguarda, justamente porque esta última ocupa-se em garantir a preservação, não somente por meio da adoção de diretrizes técnicas internas e ações institucionais cooperativas de preservação, propriamente dita, mas regida por uma legislação que a determine, e resulte em políticas efetivas, justamente para que as garantias se efetivem plenamente (preservação e acesso).

A proposição do conceito de 'salvaguarda' na área de Ciência da Informação torna imprescindível a criação de legislação específica para garantir a preservação aos conteúdos informacionais natos digitais. Compreendemos que a legislação de salvaguarda se responsabiliza por dar proteção ao patrimônio informacional nato digital, preservando-o para a posterioridade.

O desenvolvimento desta pesquisa de doutoramento foi conduzido priorizando a defesa da inclusão da salvaguarda da memória digital na agenda dos governos e da proteção concedida pelo Estado, a partir da criação de uma "Lei de Salvaguarda da memória informacional nato-digital brasileira".

## 1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A problemática relacionada à imprecisão no uso dos conceitos/noções de preservação e salvaguarda, como se fossem sinônimos, revelou que o desenvolvimento desta pesquisa de doutoramento era pertinente à natureza dos problemas estudados pela área de Ciência da Informação. Vale destacar nosso entendimento para os termos *noção* e *conceito*, a partir de Castells e Ipola ([1982], p.12); uma noção é uma "unidade de significação de um discurso ideológico", um conceito é uma "unidade de significação de um discurso científico".

Além das questões relativas aos problemas de gestão da informação pública registrada em meio impresso, as instituições arquivísticas enfrentam o desafio de, paralelamente, empreender ações voltadas para a salvaguarda da memória digital. A

salvaguarda digital demanda, de forma simultânea, o tratamento e a organização dessas informações, sob pena de perdas futuras.

Quanto ao exposto, a literatura, no que se refere à salvaguarda entre instituições das três esferas públicas, no Brasil, revelou ausência ou insuficiência de políticas para assegurar a gestão, a garantia da preservação e o acesso de longo prazo às informações que nascem em meio digital ou são digitalizadas no âmbito das instituições municipais, estaduais e federais brasileiras. À vista do contexto anunciado, quais seriam as diferenças entre os conceitos e noções de salvaguarda e de preservação de conteúdos informacionais natos em meio digital? O que se têm são de fato conceitos, que trazem significados eficazes ao discurso científico? O que se vê na área da CI é o construto discursivo científico, o conceito? Ou se está falando de noções, sempre moldáveis a discursos ideológicos?

Nosso problema, assim, poderia resumir-se à seguinte questão: Quais as acepções legitimadas pelos conceitos de salvaguarda, preservação e repositórios digitais na área da Ciência da Informação?

Alicerçada na fundamentação teórica desta tese, a questão de pesquisa foi situada em contexto que fomentou a necessidade da análise crítica das noções / conceitos de 'repositórios digitais', 'salvaguarda' e 'preservação' dos conteúdos informacionais nato-digitais, respectivamente detectados na pesquisa empírica. Em consequente, foram traçados os objetivos: a) identificar e analisar as noções de salvaguarda e preservação, junto ao conjunto de documentos considerados pertinentes ao tema; b) estabelecer a diferenciação entre os conceitos de preservação e salvaguarda, a partir da identificação dos conceitos de salvaguarda, preservação e repositórios digitais dispostos nos anais do Enancib; e c) propor os conceitos de 'salvaguarda' e 'repositório arquivístico digital'.

A submissão aos testes das hipóteses de pesquisa possibilitou avançar na proposição conceitual para o termo 'salvaguarda' a partir da corroboração das conjunturas validadas e da consequente refutação das suas antíteses. A análise de dados apontou que os significados relativos aos termos 'preservar' e 'salvaguardar' não são equivalentes, apesar de serem complementares. A análise do conjunto de documentos possibilitou o início de reflexões, acerca da diferenciação entre as noções de preservação e de salvaguarda.

## 2 INFORMAÇÃO, DOCUMENTO, MEMÓRIA E A PROMOÇÃO DAS 'GARANTIAS À PRESERVAÇÃO' NO ESPAÇO DIGITAL

Na consecução de um dos objetivos principais desta pesquisa (a distinção entre os conceitos de preservação e salvaguarda), identificou-se entre os 'resultados' epistemológicos vinculados à abordagem adotada, que o avanço do conhecimento consiste na admissão de que não há um critério de verdade à nossa disposição, todavia, temos acesso a critérios que poderão levar-nos ao reconhecimento do erro e da falsidade (POPPER, 1994a). Essa ação, conforme apregoa Pereira (1999), na obra "Análise de Dados Qualitativos: estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde", consiste na "[...] confrontação de uma hipótese com um fato." (PEREIRA, 1999, p.26). Isto é o que experienciaremos e demonstraremos a partir das análises das noções e conceitos. Fundamentados na observação, distinguimos o conceito/noção de '*preservação*' do de '*salvaguarda*'. Em nossa pesquisa empírica destacamos que o reconhecimento da obscuridade e inconsistência no uso dos termos como sinônimos são critérios para a identificação das lacunas que fomentaram a proposição conceitual para '*salvaguarda*' e as reflexões postas nesta tese.

Na pesquisa de mestrado, iniciada em 2010, pretendeu-se especificamente, relacionar os conceitos de informação e conteúdo informacional como partes integrantes do processo de inclusão digital, analisando de que modo tais ações poderiam aperfeiçoar a operação inclusiva. (FERREIRA, 2012). À época, iniciamos o estudo do conceito de informação, segundo a ideia de expansão da consciência como possibilidade de conhecer e agir em um determinado contexto. (SILVA, 2002). À luz do nosso conhecimento teórico, seguimos na busca de caminho para análise dos fenômenos, que envolvem a problemática desta pesquisa de doutoramento. Adotamos o método de abordagem hipotético-dedutivo – após leituras e reflexões a respeito – por considerá-lo como aporte para a análise dos conceitos e noções de '*preservação*' e '*salvaguarda*', assim como, contributo na proposição de conceitos de '*salvaguarda*' e de '*repositórios digitais*', que consideramos mais apropriado para a área da CI.

Destacamos a 'tríade' informação, documento e memória como basilar para o entendimento dos atos de preservar e de salvaguardar. Abordamos os conceitos citados tratando das suas relações com os termos preservação, salvaguarda e repositórios digitais.

Para Frohmann (2008), o processo nomeado informação, em nosso tempo, trata da informação em meio digital. Nesse âmbito, as dimensões institucional, tecnológica, política, econômica e cultural são “campos de força” que, segundo o autor, configuram a informação na atualidade. No meio digital a configuração dessas dimensões pode ser observada a partir da relação entre os conceitos de informação, documento e memória. (FERREIRA; SILVA, 2018).

Frente ao enunciado, entendemos a memória como “elemento essencial do que se costuma chamar a ‘identidade’, individual ou colectiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]” (LE GOFF, 1982, p.57). Ressalte-se que trouxemos a conceituação de memória<sup>1</sup> sem a pretensão de ‘coisificá-la’, reforçando, assim, que ela é também um processo que se dá a partir da ação humana, em determinados contextos sociais, culturais, econômicos e/ou políticos, entre outros.

Na dinâmica do que lembrar e esquecer, estaríamos por certo falando de convivemos, no futuro, com a angústia da perda, ou do esquecimento. (DODEBEI, 2011). Destacamos dois eventos para ilustrar esse fato: a) o primeiro se refere ao episódio no qual a NASA (*National Aeronautics and Space Administration*), perdeu o vídeo da chegada do homem à Lua; b) o segundo é uma forma de “perda” de conteúdos informacionais resultante da obsolescência, ou do que alguns grupos de indivíduos creem ser “obsolescência” – o processo de esquecimento que se acelerou na era do excesso de informação. (BURKE, 2012). Esses fatos, que remetem respectivamente à “perda” e ao “esquecimento” de conteúdos informacionais, reforçam a importância das ações de preservação e o papel da salvaguarda para a garantia da efetivação desta última. Segundo compreensão de Douglas (1998, p.76 e 107), a memória pública “[...] é o sistema de armazenamento da ordem social [...]. As instituições sobrevivem atrelando todo o processo de informação à tarefa de se afirmarem [...] organiza[m] a memória pública e impõe[m] heroicamente a certeza ou a incerteza.”

---

<sup>1</sup> Tendo em vista as limitações inerentes à complexa temática já em desenvolvimento nesta tese, o aprofundamento acerca das abordagens do conceito de memória é uma das sugestões para desenvolvimento de pesquisas futuras.

Desse modo, a memória socialmente constituída no âmbito das instituições evidencia a certeza ou a incerteza quanto ao que deve ser “lembrado” ou “esquecido”. “Alguns padrões de acontecimentos públicos ficam armazenados nela, outros são rejeitados [...]” (DOUGLAS, 1998, p.76 e 81). São características das rotinas institucionais, que exercem efeitos diretos sobre a recordação. Em vista disso, entendemos que a garantia da preservação é o ato de assegurar a salvaguarda da memória. Uma das estratégias que tem sido salientada como favorável na preservação de conteúdos informacionais públicos nato-digitais, no âmbito institucional, pôde se estabelecer a partir da formação de consórcios e convênios. O cooperativismo, conforme destaca Conway (2001), é caminho para a descentralização de ações, que realizadas coletivamente podem reforçar os interesses mútuos das instituições participantes. Em síntese:

A medida que a preservação no universo digital torna-se, não uma atividade administrativa centralizada, institucional, e sim uma responsabilidade partilhada e reforçada mutuamente, o cooperativismo e o interesse da própria instituição devem reforçar-se um ao outro. Quando aparecerem os desafios da preservação, as instituições certamente contribuirão com os recursos exigidos e a perícia técnica necessária, simplesmente porque não haverá outra forma de satisfazer as necessidades de informação dos usuários. (CONWAY, 2001, p.24).

A ação cooperativa é viável, tanto para a economia de recursos, quanto para o compartilhamento de insumos e ferramentas, para alavancar determinadas decisões norteadas pelas políticas de salvaguarda, que sem a ação cooperativa seriam inviáveis em relação a custos, à tecnologia necessária e a outros insumos como mão de obra especializada e práticas de sucesso – norteadas por diretrizes técnicas, operacionais e tecnológicas condizentes – que assegurem a preservação digital. No Capítulo 5 trataremos da cooperação relativa às ações de garantia da preservação.

## 2.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O UNIVERSO DIGITAL: ORIGENS E EVOLUÇÃO

“A informação na forma digital - a evidência do mundo em que vivemos - é mais frágil que os fragmentos de papiros encontrados nas tumbas dos Faraós. Vivemos

num universo digital.” (CONWAY, 2001, p.11). A circulação de conteúdos informacionais digitais via rede de computadores inaugura fenômenos de alcance da CI. Os fatos intrinsicamente ligados ao contexto de surgimento da Ciência da Informação remetem à delimitação de um contexto em que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – mais especificamente, a internet ou universo digital, como, particularmente, a denominamos – ilustram e demarcam os indícios que anunciaram a sua consolidação.

O final da década de 1940 demarcou o prenúncio do surgimento de nova área do conhecimento. Nesse período começaram a surgir os primeiros indícios de emergência da CI, e, “[...] 40 anos após a formulação da sua primeira definição, questões conceituais, teóricas, metodológicas e epistemológicas vêm sendo levantadas, algumas das quais carecem de pesquisas e estudos para seu aprofundamento.” (PINHEIRO, 2002a, p.1).

Após o cessar da Segunda Guerra Mundial foi potencializada a expansão das funções do Estado em atendimento ao plano das políticas sociais. O Estado do Bem-estar passou a intervir diretamente na área econômica, regulamentando a maioria das atividades produtivas, visando a assegurar a geração de riquezas materiais e a diminuição das desigualdades sociais. Em acréscimo, defendeu as obrigações sociais e assegurou os direitos dos cidadãos privados. Assim, as funções de educar e proteger, antes da família, passam a ser divididas com o Estado.

A CI é institucionalizada no começo dos anos 1960. Até início dessa década a primeira definição formal de Ciência da Informação ainda não tinha sido mencionada. O registro teórico oficial da Ciência da Informação data de 1961/62, pós-guerra. A disciplina informática, por exemplo, se estabeleceu em 1962. Nesse mesmo ano a “grande rede” foi consolidada, com a nomenclatura hoje denominada *World Wide Web*, internet, e que, nesta tese, chamamos de ‘universo digital’. Foi período de intensa ebulição intelectual, pelo acolhimento de cientistas, escritores e filósofos estrangeiros, o qual coadunou com a eclosão de novas tecnologias e com a ampliação do número de cientistas, tendo-se como consequência da proliferação de pesquisas e inventos. Nessa mesma década, foi demarcada a visão da informação entre os componentes do processo de desenvolvimento, como também, o seu valor estratégico e a sua consequente inclusão nas políticas públicas (PINHEIRO, 2002b).

Nesse sentido, González de Gómez (2002, p.27) frisa que:

[...] a política de informação emerge como tema e domínio relativamente autônomo, em nível nacional e internacional, no cenário do pós-guerra, associada às políticas de ciência e tecnologia. O nexo da informação com a política seria então estabelecido por sua inclusão na esfera de intervenção do Estado, agora não só como dimensão de racionalidade administrativa, mas como fator estratégico do desenvolvimento científico-tecnológico.

O embricamento das políticas de informação às políticas de ciência e tecnologia deveu-se ao cenário pós-guerra. Consonante com o breve histórico de criação e consolidação da rede e da institucionalização da CI aqui apresentado. Ciência e tecnologia foram os elementos fomentadores da origem da Ciência da Informação – decorrentes, em particular da Segunda Guerra Mundial.

No Estado Social são inaugurados os direitos de segunda geração, voltados para melhorar as condições de vida e trabalho da população; antecedendo-o, o Estado Liberal, criou os direitos de primeira geração, considerados subjetivos ou materiais: liberdade, propriedade, vida e segurança. No Estado Democrático de Direito, os direitos de terceira geração são estabelecidos. Eles compreendem os direitos essenciais ou coletivos, no qual o Estado passa a tutelar, além dos direitos de interesses individuais sociais, os transindividuais – preservação do meio ambiente, a paz, a autodeterminação dos povos e a moralidade administrativa. O direito à informação, por sua vez, está inserido nos direitos de quarta geração. Eles correspondem à última fase de institucionalização do Estado Social e abrangem, além do direito à informação, o direito à democracia, ao pluralismo político, étnico e cultural (BONAVIDES, 1999).

Vinculada à política de informação, a política de inclusão digital angaria espaço na agenda política. Nos EUA, em meados do ano de 1990, a expressão *digital divide* foi difundida com amplo alcance. As iniciativas de políticas públicas de inclusão, nesse momento, se baseavam no acesso e capacitação para uso da rede (WARSCHAUER, 2003).

A internet gradativamente foi se difundindo no Brasil. A representação da informação em meio impresso, conseqüentemente, foi migrando para a rede mundial de computadores, por meio de processos de digitalização, e atualmente já é predominantemente criada nesse meio. Durante a década de 1990, em confluência

com a explosão informacional e a tecnológica, que avançava, com a conseqüente ascensão da nova economia e a difusão da internet, o mundo experimentou substancial aumento das desigualdades sociais e da polarização da renda. (CASTELLS, 2003)<sup>2</sup>. Naquela década, segundo Saracevic (1996), nos Estados Unidos, inúmeros programas estratégicos financiaram esforços para controlar a explosão informacional, inicialmente centrada nas temáticas ciência e tecnologia. Esses programas foram responsáveis pela criação da “moderna indústria da informação”, que avançou na medida em que estudos e experiências eram desenvolvidos, visando a consolidar o universo digital.

No final da década de 1990 o uso das TIC revelava um processo tecnossocial no qual a importância da ‘informação’ assumia a centralidade em todo domínio da atividade humana. Na dimensão econômica, a ‘informação’ que circulava via rede, com a criação do protocolo *Hyper Text Transfer Protocol* (HTTP), mostrava os sinais da sua mercantilização a partir do fortalecimento, em primeiro momento, do comércio eletrônico. Com o avanço da “indústria da informação” via meio digital, os conteúdos informacionais fomentaram cada vez mais a manutenção dos provedores online (CASTELLS,1999).

A difusão de conteúdos informacionais, originalmente em estudos voltados para a segurança da informação, à época da idealização da rede, seguido pelos interesses que se vincularam à dimensão cultural e econômica da informação - não necessariamente associados - potencializaram a troca, o compartilhamento e o fluxo de informações em meio digital.

A internet, originalmente - criada em função da necessidade de proteção da informação com fins militares - continua avançando nesse objetivo na área de Ciência da Informação, a partir de pesquisas, nas quais o universo digital, os *softwares* e as tecnologias são meios destinados a favorecer o processo de preservação dos conteúdos informacionais criados em meio digital. Eles se constituem como meios que favorecem os processos de preservação, gestão, tratamento, acesso e uso da

---

<sup>2</sup> Esse trecho foi citado anteriormente na dissertação: FERREIRA, Flávia. **Políticas de inclusão digital, governo eletrônico e práticas participativas**: uma análise dos portais de e-gov da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, 2012. Salvador, 2012.

informação, na medida em que a escolha, a adoção e a sua utilização é bem planejada, ou seja, em consonância com políticas e diretrizes pertinentes.

As ações comprometidas com a salvaguarda da informação criada em meio digital são basilares para que se consolide o direito à informação e à memória. Nesse âmbito, a criação de repositórios digitais de preservação vem a somar em favor das ações de gestão documental e de garantia da preservação da informação digital pública.

Novos meios para processar e transmitir informações são consolidados devido ao progresso da microeletrônica, a evolução dos computadores e ao advento dos satélites. Essas inovações foram realizadas a partir dos investimentos diretos das corporações, orientados para a busca de soluções técnicas que tornassem rápido, eficiente e barato o transporte de informações que interessavam às corporações (LEVY, 2008). A internet despontava na condição de empreendimento aliado fortemente aos interesses comerciais. Esse já era o indício de que anos depois seria a tecnologia que levaria à segregação - o fosso entre incluídos e excluídos digitais.

Foram desenvolvidos estudos em diversos campos do saber sobre o tema. Ressalte-se que, na área da CI, os principais estudos indicaram a importância da reformulação dos processos de inclusão digital. Era preciso favorecer, efetivamente, a ampliação do acesso e do uso crítico e criativo da informação via rede. Em nível mundial, conforme destacou Costa (2011, p.111):

A partir da segunda metade dos anos 1990, o crescimento das TIC, e em especial da internet, aumentou desigualdades globais, como a desigualdade de acesso. Esta gerou uma motivação de parte econômica, a partir da globalização dos mercados, pois mais pessoas deveriam estar conectadas para poderem participar desse movimento comercial. Em contextos de desenvolvimento houve uma crescente ênfase no estabelecimento de acesso público para as TIC, através dos telecentros, para se conseguir as sonhadas oportunidades digitais.

Costa (2011, p.111) prossegue problematizando em torno do acesso e da finalidade de uso da rede: “Mas o que mais importa no processo: a exclusão social ou a expansão de mercados?”. A “informação” era fortemente difundida como “produto”

e a tecnologia como fim. Desse modo, ela se constituía a partir de conteúdos que se incorporaram à produção, formando o que poderia ser nomeado de uma “indústria da informação”, que, conforme revelou Braman (1989), se referiu à proliferação de termos na qual a informação por centenas de anos foi considerada como “mercadoria” (*commodity*). À época, a produção era imediata ao consumo e o consumo seguido à produção – cada vez mais os bens eram carregados de valores simbólicos e distantes da satisfação de necessidades básicas.

Retomando a discussão acerca do conceito de informação, Silva (2002) defende que é possível vislumbrar a dimensão social e emancipadora da informação, na medida em que o indivíduo busca conhecer e tornar-se agente de transformação da realidade existente, admitindo-se que, no processo intitulado informação, em conhecendo, o indivíduo pode transformar a realidade ao seu redor. Araújo (2009, p. 203) complementa, esclarecendo que:

[...] desenha-se uma perspectiva nova de estudos da informação [...] como processo – algo construído, essencialmente histórico e cultural, que só pode ser apreendido na perspectiva dos sujeitos que a produzem, disseminam e utilizam. A informação deixa de ser apreendida como um objeto físico, com a mesma natureza de uma cadeira, uma pedra, um elemento químico, e passa a ser entendida [também] como um fenômeno humano (portanto, cultural e histórico) tal como o poder, a ideologia, a felicidade, entre outros.

Tratando-se da perspectiva de estudos vinculados a compreensão da informação como processo, é do nosso entendimento que os conteúdos informacionais nato-digitais são integrantes do processo de *informação*. Esses conteúdos foram representados / registrados, o que lhes concedeu a possibilidade de serem disseminados, utilizados e preservados.

A CI consolidou-se na condição de campo do saber que estuda a informação e os seus fenômenos: produção, uso, registro, disseminação, tratamento, preservação e salvaguarda, bem como os eventos com os quais estabelecem relação. Somos estudantes de problemas e não de assuntos. Os problemas constituem os recortes de qualquer assunto ou disciplina. (POPPER, 1972). No que se refere a esta pesquisa

de doutoramento, o nosso recorte ateu-se à premissa<sup>3</sup> de que a preservação de conteúdos informacionais nato-digitais pode ser garantida por meio das salvaguardas – os RAD-Pres são um exemplo.

Ressaltamos, que num contexto mais amplo, as mudanças decorrentes dos avanços tecnológicos na virada do século XX para o século XXI, sobre a produção de conteúdos, anunciaram desafios em relação ao controle, ao acesso e à preservação frente à dualidade do tradicional – materialmente palpável – e do concretamente imaterial, o documento nascido em meio digital. (DODEBEI, 2010). Desse modo, em consonância com Silva (2002; 2006a; 2006b), a informação, nesta tese, é compreendida como processo que possibilita a expansão da consciência informacional por meio do acesso aos conteúdos nato digitais. A designação de conteúdo, a representação digital de informação, ou seja, a dimensão quantificável e localizável no ciberespaço (universo digital): o documento arquivístico digital é entendido como uma dimensão quantificável e localizável no ciberespaço. Nessa contextura, os Repositórios Digitais de Preservação (RAD-Pres) assumem relevância no processo de gestão e preservação do documento nato-digital (representação de informação), condizentes com as políticas de salvaguarda. As características dos conteúdos informacionais criados em meio digital – devido à velocidade de sua produção e à sua natureza efêmera – demandam novas formas de tratamento e gestão. Conforme elucida Dodebei (2010):

[...] teremos que encontrar um caminho que nos permita enfrentar o múltiplo, o variável, o circunstancial, na tentativa de relacionar objeto-documento-memória. E ainda, enfrentar o espaço-tempo (DODEBEI, 2010, p.87).

O desafio na era digital se deve à velocidade empregada na publicação e/ou criação de conteúdos informacionais no universo digital. Para Conway (2001), a relação entre objeto-documento-memória em meio digital transforma os conceitos da preservação tradicional, que antes estavam voltados para a garantia da integridade física, passando agora a especificar a geração e a manutenção do objeto, cuja

---

<sup>3</sup> Assim, de um ponto de vista metodológico, “[...] a assunção de premissas é inerente à estrutura do conhecimento científico e condiciona o entendimento de objetividade e verdade[...]” (PEREIRA, 1999, p.40).

integridade intelectual é sua característica principal. Frohmann (2008, p.30) retrata com precisão a natureza dos documentos digitais. Segundo o autor:

Os documentos digitais [...] são paradigmáticos de um novo tipo de documentação [...] através de sua imersão tecnológica, sua levíssima fisicalidade eletrônica, quase sem peso, empresta-lhes grande velocidade, força e energia. Nosso mundo digital se junta aos documentos digitais, que são produzidos por máquinas, alimentados em outras máquinas e que automaticamente produzem efeitos que configuram nossas vidas. Documentos digitais, comparados a documentos tradicionais, são processáveis em grau e escala únicos na história. Muitos enunciados digitais, tais como os que digitamos em nossos teclados ou escrevemos dentro dos softwares, são comandos, com efeitos complexos. A documentação digital desafia o cenário tradicional da disseminação da informação, o de sujeitos autônomos comunicando-se ou trocando 'informações' uns com os outros – porque a intencionalidade, característica essencial do cenário tradicional, está ausente na geração de um vasto conjunto de enunciados digitais.

A documentação digital traz desafios devido às suas características, conforme elucidada Frohmann (2008). No cenário atual é preciso rever as práticas, políticas e ações de preservação, conduzindo-as a tornarem-se coesas com o que o autor chama de 'novo tipo de documentação'. Assim, “um tempo que se torna espaço” (MAFFESOLI, 1994, p. 61) configura a necessidade de políticas de informação mais condizentes com os atributos dos conteúdos informacionais públicos, criados em meio digital, caso contrário os órgãos governamentais e as instituições depositárias de documentação pública estarão fadados a reforçar as lacunas em suas memórias. O esquecimento, nesse caso, será ocasionado pela ausência de práticas que favoreçam a garantia da preservação do legado digital produzido diariamente.

O cenário em destaque reforça incertezas, por conta da natureza da informação originada em meio digital, como também por conta da carência de políticas mais condizentes com essa realidade. Hollós (2014, p.117) destaca que “[...] nesse sentido, sobreviver é vencer a obsolescência tecnológica e resistir ao [...] esquecimento como ação política dos governos, por meio de políticas que ofereçam alguma estabilidade a esse cenário tão desconcertante quanto incerto.” No contexto atual, as práticas de criação de conteúdos informacionais públicos, predominantemente, ocorrem em meio digital. Isso requer que repensemos formas de gestão e preservação fundamentadas, a partir de políticas, normas e legislação pertinentes aos conteúdos natos digitais.

### 2.1.1 O documento “*born-digital heritage*” e o universo digital: conteúdos informacionais públicos nato-digitais textuais, audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e musicográficos

O documento criado em meio digital requer tratamento e proteção específico de modo a garantir a sua preservação efetiva. Devido a sua natureza pode ser alterado, editado e compartilhado virtualmente “com apenas um clique no mouse”. Conforme deixa posto Frohman (2008), devido as suas características, quando comparados a documentos tradicionais, são processáveis em grau e escala únicos. Isso requer o desenvolvimento de estudos que versem sobre a proteção adequada ao documento criado no universo digital.

Segundo a visão que considera a existência do documento para além de sua materialidade “[...] não encontraremos seu sentido e seu significado tomando, apenas, sua forma e seu potencial informativo, sem considerar a interlocução e, mais especificamente, a intenção de preservação da memória [...]”. (DODEBEI, 2011, p.4). Todavia, a concepção tradicional de documento está vinculada à ideia de suporte, mais propriamente o suporte físico no qual o conteúdo informacional é registrado. Coadunamos com a perspectiva de que o conteúdo intelectual da obra é o que revela a sua valia.

De acordo com o CONARQ (2005, p.2), os documentos “[...] precisam ser fidedignos e autênticos para fornecer evidência das suas ações e devem contribuir para a ampliação da memória de uma comunidade ou da sociedade como um todo [...]”. O documento público nato digital é legado da nação, como tal podemos compreender que, segundo salienta Dodebei (2010), o documento, na condição de objeto informacional das três subáreas da Ciência da Informação – arquivologia, biblioteconomia e museologia.

A criação de conteúdos nato-digitais desafiou-nos a pensar no universo digital como meio de integração e convergência. O documento nato-digital configura destaque, predominante, em relação à sua finalidade não foi mais o suporte físico. Dobebei (2010) salienta que:

Há muito se vem discutindo modelos teóricos conceituais de intersecção entre os lugares tradicionais de memória, notadamente os museus, as bibliotecas e os arquivos, principalmente com a criação dos chamados centros culturais, posteriormente designados por casas de cultura ou por centros de memória, em substituição às configurações institucionais criadas a partir da década de 1950 do século passado em que a memória do conhecimento era organizada e disseminada em 'centros de documentação' e 'centros de informação' (DODEBEI, 2010, p.84).

É reconhecida a importância e o papel ímpar de cada instituição, o arquivo, a biblioteca e o museu, frente ao desempenho de suas missões, com as suas semelhanças e diferenças. Todavia, na atualidade, a convergência em torno da ampliação do acesso à informação, nascida em meio digital, desafia a criação de mecanismos para melhor gerir, preservar e salvaguardar as informações públicas que assumiram o valor de memória e que deveriam ser alcançadas pelas políticas de salvaguarda. “Novos tipos de instituições, serviços e ações no âmbito extra-institucional conferiram maior dinamismo aos campos, que passaram a se preocupar mais com os fluxos e circulação da informação.” (ARAÚJO, 2014, p.84-85). O fluxo e a circulação do que chamamos de conteúdos informacionais, promove uma convergência entre as subáreas da CI, no que se refere às demandas inerentes ao ato de garantir a preservação dos conteúdos criados em meio digital. Em conformidade com Dodebei (2010, p.91, grifos da autora):

A passagem acelerada do patrimônio cultural para o território do ciberespaço, com a criação dos museus virtuais, das bibliotecas digitais e dos documentos eletrônicos (*de arquivo*) implicou a mudança das mídias tradicionais para as mídias digitais, o que resultou numa convergência que passa a ser a do objeto informacional.

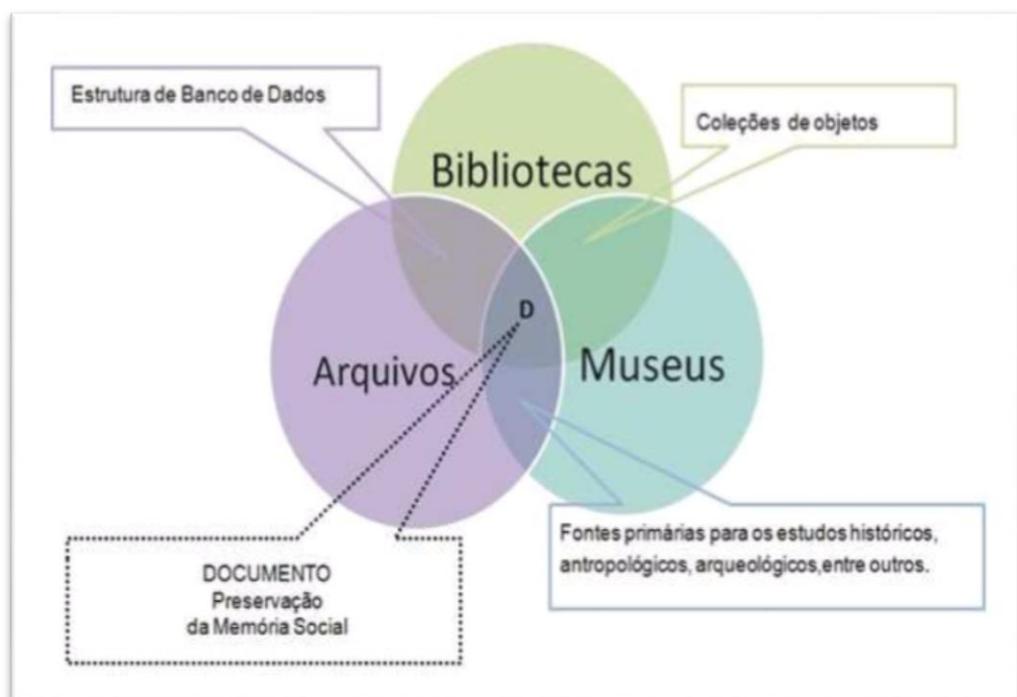
No universo digital, as práticas e conceitos de informação, documento e memória assumem novas perspectivas. Do mesmo modo, o sentido e o significado de repositórios digitais se voltam para a necessidade de repensar conceitos mais apropriados à preservação e à salvaguarda da informação originada em meio digital.

Compreende-se, nesta pesquisa, que as novas configurações decorrentes das práticas e ações correlacionadas ao universo digital vão além da provisão do acesso à informação. Admite-se que o acesso à informação somente se consolida a partir do desenvolvimento de ações condizentes com padrões, políticas e diretrizes que garantam a preservação da informação.

As reflexões postas neste capítulo visaram ao reforço da importância do desenvolvimento de reflexões acerca dos conceitos de preservação, salvaguarda e repositórios digitais, como também disseram respeito à necessidade de criação de políticas de salvaguarda, particularmente relacionadas aos arquivos, centros e/ou setores de documentação e memória, vinculados ou pertencentes a outras instituições afins, a exemplo de bibliotecas e museus.

A Figura 1 ilustra os pontos em comum entre as subáreas. Nessa interseção, segundo Dodebei (1997), o objeto informacional mais o valor de memória resultarão no documento. Nesse quesito, compreende-se que os arquivos, centros e/ou setores de documentação e memória das bibliotecas e dos museus promovem a noção de preservação que leva ao sentido de memória.

**Figura 1:** Preservação dos documentos em Instituições de Memória.



Fonte: Dodebei (1997, p.93).

No tocante à tríade informação, documento e memória, valeu a pena destacar a importância da preservação dos documentos<sup>4</sup> públicos audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e musicográficos - criados em meio digital. Esses documentos fazem parte da memória e, com suas particularidades, devem ter garantida a preservação para 'salvar' o passado e servir ao presente e ao futuro (LE GOFF, 1982). Desse modo, salvaguardar a representação da informação pública criada em formato digital é missão que envolve assegurar a preservação, não somente, dos documentos textuais nato-digitais, mas também implica no debate e formulação de políticas, normas e procedimentos cabíveis para a proteção dos documentos nato-digitais – audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e musicográficos. Quando se trata desses últimos, a situação demandará maior atenção, pois as instituições terão o desafio de empreenderem 'salvuardas digitais' que não se vinculem somente ao suporte ou formato da 'informação' pública nato-digital, mas a relevância do conteúdo informacional representado.

Em síntese “[...] sublinha-se fortemente o caráter interdisciplinar da preservação, portanto, da necessidade de uma constante e multifacetada capacitação profissional, revestindo a área de um profundo e solene tom técnico e científico.” (MAGIOLI NÚÑEZ, 2014, p.90). Preservar a memória audiovisual, iconográfica, sonora, musical e musicográfica, além de demandar políticas e diretrizes destinadas à salvaguarda, requer, conforme se vem argumentando, a formação profissional continuada, que agregue conhecimentos científicos e técnicos orientados à garantia da preservação de, por exemplo, acervos arquivísticos audiovisuais públicos nato-digitais.

A garantia da preservação da memória audiovisual pública nos remeteu ao resgate da sua importância. Esse legado – no pretérito e ainda na atualidade – carece de iniciativas condizentes com as particularidades da representação de informação audiovisual, iconográfica e sonora nato- digital. Isso implicará no aprimoramento das políticas e diretrizes pertinentes à temática, como também, na ampliação do número de iniciativas para a salvaguarda de acervos audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e musicográficos, em parceria com a destinação de recursos financeiros para esse fim.

---

<sup>4</sup> “[...] o documento é um signo físico ou simbólico, preservado ou registrado, cujo objetivo é representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno físico ou conceitual”. (LARA, 2010, p.45).

O entendimento da abrangência do conceito de informação pública em restrição temporária, designada na LAI, desenvolvido na pesquisa de Batista (2010, p. 40), reforça o caráter multifacetado que assume a informação, nesse caso a pública, considerando, meio, suporte ou formato:

[...] informação pública é um bem público, tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o status de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. Quando acessível à sociedade, a informação pública tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social.

O tratamento técnico dos conteúdos informacionais sem status de sigilo, em especial, a representação de informação audiovisual pública nato digital, assume relevância entre as ações de salvaguarda do patrimônio público. Haja vista que o tratamento técnico dos citados documentos requer procedimentos, metodologias, critérios e padrões que atendam às suas especificidades, de modo a garantir a efetiva preservação. Nesses documentos, antes categorizados como objetos digitais, e hoje cada vez mais, “[...] os discursos da memória digital nos levam a refletir sobre a preservação desses objetos valorizados culturalmente não mais como documentos, mas como patrimônios [...] nascidos digitais.” (DODEBEI, 2010, p.93).

Os documentos públicos nato-digitais são “bens” culturais, na medida em que os registros de suas informações assumem “valor” de memória. Por outro lado, os documentos arquivísticos também podem se caracterizar por “[...] registrarem e apoiarem as atividades do órgão ou entidade, servindo de evidência dessas atividades, bem como de fonte de informação para a pesquisa, e para assegurar os direitos dos cidadãos.” (CONARQ, 2005, p.4).

Diante da importância da preservação do legado informacional nascido em meio digital, no âmbito dos arquivos, foram criadas as Diretrizes para a implementação RDC-Arq especificadas na Resolução nº 43, do CONARQ, de 04 de setembro de 2015, objetivando indicar parâmetros para repositórios digitais confiáveis, de forma a:

[...] garantir a autenticidade, a confiabilidade, a disponibilidade, o acesso e a preservação, tendo em vista a perspectiva da necessidade de manutenção dos acervos documentais por longos períodos de tempo, ou, mesmo, permanentemente (CONARQ, 2005, p.5).

O repositório arquivístico digital - quando planejado em concordância com políticas, diretrizes, padrões e metadados<sup>5</sup> condizentes com a garantia da preservação - é potencial ferramenta para a implementação da salvaguarda. Segundo o CONARQ (2015, p.9), o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), é definido como “[...] um ambiente de armazenamento e gerenciamento de materiais digitais. Esse ambiente constitui-se de uma solução informatizada em que os materiais são capturados, armazenados, preservados e acessados.”

Discutimos em capítulos seguintes, especificamente, a respeito da noção de RDC-Arq. Adotamos o conceito de RAD-Pres<sup>6</sup>, em substituição ao termo RDC-Arq, por considerá-lo mais apropriado à finalidade pretendida, ou seja, a garantia da preservação. Consideramos que o termo “confiável” é ambíguo, conferindo dubiedade (afinal ‘confiabilidade’ é uma noção, não um conceito), o que o torna inadequado para a terminologia da área. Os RAD-Pres são ambientes consolidados no universo digital; atendem aos padrões, às normas e à legislação arquivística, de modo a garantir a preservação da documentação criada em meio digital com forma de expressão audiovisual, iconográfica, sonora e musical.

A criação de RAD-Pres e a maior atenção destinada às ações de preservação e gestão documental se relacionam, direta ou indiretamente, entre outros fatores já mencionados, com a necessidade de atendimento a LAI. Pesquisando o lugar dos arquivos na política de informação contemporânea, representada pela LAI, Hollós

---

<sup>5</sup> Destacamos a noção de metadados consultada na Resolução nº 20/2004: “§3º os metadados são informações estruturadas e codificadas que descrevem e permitem gerenciar, compreender, preservar e acessar os documentos digitais ao longo do tempo. Os metadados referem-se a: identificação e contexto documental (identificador único, instituição produtora, nomes, assunto, datas, local, código de classificação, tipologia documental, temporalidade, destinação, versão, documentos relacionados, idioma e indexação), segurança (categoria de sigilo, informações sobre criptografia, assinatura digital e outras marcas digitais), contexto tecnológico (formato de arquivo, tamanho de arquivo, dependências de hardware e software, tipos de mídias, algoritmos de compressão) e localização física do documento.” (CONARQ, 2004, p.2).

<sup>6</sup> A proposição intenta sugerir conceito de repositório digital de salvaguarda da representação de informação pública criada em meio digital e a ele convertido. A discussão acerca dos critérios técnicos (que já se encontram devidamente estabelecidos nos documentos pertinentes ao planejamento e implementação de RDC-Arq) - não será objeto de estudo desta pesquisa.

(2014, p.117) ressalta a necessidade de aprimoramento da gestão da informação pública governamental, destacando que:

[...] não há de fato uma política pública que reconheça o importante papel que os arquivos devem desempenhar em um mundo cada vez mais digital. Como consequência desse estado de coisas, afirma-se que as informações públicas governamentais passíveis de possuírem valor arquivístico, podem desaparecer em poucos anos, seja por razões políticas e, portanto, ações intencionais, seja pela obsolescência do ambiente tecnológico que as circunscrevem.

Essas dificuldades são reveladas, segundo Jardim (1999), em diagnósticos, que tinham como objetivo produzir formas preliminares de acesso a estoques documentais dispersos e fornecer indicadores para políticas públicas que permitissem a superação do quadro identificado. Alguns desses diagnósticos revelaram que a gestão documental inadequada é um empecilho para a oferta do acesso aos conteúdos informacionais. Ao longo dos últimos 20 anos, por meio de inúmeros diagnósticos produzidos pelos arquivos públicos, foram denunciados aspectos do progressivo desgaste da situação arquivística, que ocorreu em acervos acumulados, e que ocorre mesmo em documentos em fase de produção, passando pela precariedade organizacional, tecnológica e humana relacionada a este quadro.

Além das questões relativas aos problemas de gestão da informação pública registrada em meio impresso, as instituições arquivísticas enfrentam o desafio de, paralelamente, empreender ações voltadas para a salvaguarda da memória digital. A salvaguarda digital demanda, de forma simultânea, o tratamento e a organização dessas informações, sob pena de perdas futuras.

A situação posta elucidou a necessidade urgente da gestão e da garantia da preservação dos conteúdos públicos nato-digitais, como também o desenvolvimento de reflexões favoráveis ao fortalecimento do direito de acesso à informação pública. Nesse sentido, a tese em defesa nesta pesquisa foi de que as acepções assumidas pelos conceitos de salvaguarda e de repositório digitais não são apropriadas à garantia da preservação dos conteúdos informacionais públicos criados em meio digital.

Na literatura, os repositórios digitais assumem sentidos em virtude da função a que se destinam, ou devido ao tipo de informação que armazenam. Uma das nossas

hipóteses de pesquisa consistiu na afirmativa de que nem todo repositório digital garante a preservação. Isto porque, só os repositórios digitais que empregam metodologias, padrões, metadados e que são implementados e mantidos por meio de ações vinculadas à legislação pertinente, promovem a efetiva preservação. Na pesquisa empírica, identificaram-se noções relativas ao termo na legislação pertinente e conceitos de repositórios digitais, junto aos anais do Enancib (1994-2017), que são discutidas mais detalhadamente adiante, no Capítulo 5.

“Se, por um lado, recursos tecnológicos, como a Internet, proporcionam maior rapidez e facilidade na busca da informação pública, por outro, não são esses recursos que garantem a transparência e facilidade de acesso.” (BATISTA, 2010, p. 229). A garantia do direito de acesso à informação precisa ir além da efetivação das ações de transparência ativa e passiva, conforme estabelecido na LAI e na legislação arquivística pertinente. É preciso desenvolver ações entre as instituições depositárias de documentação digital pública, em consonância com tal legislação, de modo a favorecer a efetiva implementação de RAD-Pres, com a finalidade de garantia da preservação dos conteúdos informacionais digitais públicos e da ampliação do acesso a esses conteúdos.

Na contemporaneidade o estudo das práticas de gestão, preservação da memória e disseminação de conteúdos audiovisuais públicos digitais assumem relevância crescente. Com o passar dos anos, a busca pelo aprimoramento constante de técnicas de preservação foi se ampliando. O conteúdo informacional em função da sua relevância é o que pode assumir valor de memória. Desse modo, a representação de informação, independente, da sua tipologia e formato deve ser preservada e salvaguardada, visando o seu acesso, conforme também fica estabelecido na LAI. Nessa perspectiva, a Ciência da Informação (CI), se conecta com os estudos sobre análise documentária de imagens fixas (fotografias), como também, por meio dos documentos audiovisuais, sonoros e musicais. (MANINI, 2015).

Ressalte-se que, no âmbito dos estudos da CI, o exercício contínuo de idealização de novas formas de disponibilização de versões digitais de documentos arquivísticos audiovisuais passou por mudanças constantes. Segundo Silva (2014, p.101) “trata-se de busca constante de aprimoramento, a fim de tornar o processo cada vez mais direcionado aos usuários, de modo a contribuir para que a tecnologia

favoreça o bom desempenho da instituição pública junto à sociedade.” Quanto a isso, a necessidade do provimento do acesso aos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais passou a requerer a delimitação de políticas de salvaguarda apropriadas para a garantia da preservação da representação de informação audiovisual, iconográfica, sonora, musical e musicográfica. O patrimônio documental citado tem o seu lugar. A memória social e a memória institucional, por exemplo, “[...] carecem da salvaguarda [...], que revele em alto e bom som, em imagens ‘em preto e branco ou em cores’, a nossa história e a memória das nossas instituições públicas.” (FERREIRA, 2013, p.6). Isso implica em afirmar que, a representação de informação audiovisual, iconográfica, sonoras, musicais e musicográficas<sup>7</sup> - pertinente ao universo de informações públicas nato-digitais – requer a proteção estatutária condizente, que assegure a preservação destas para a posterioridade.

Todavia, o contexto de carência de ações de preservação na América Latina, e mais especificamente no Brasil, é marcado pela escassez de recursos destinados à garantia da preservação dos acervos audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e musicográficos. Nesse sentido, as reflexões sobre a preservação, o acesso e a difusão desses acervos, especialmente, talvez, da documentação audiovisual, requer investidura na defesa de que a salvaguarda da memória nato-digital é tão prioritária quanto a relativa a sua equivalente em formato, mas não em tipologia - a documentação convencional. A esse despeito, os desafios se colocam na criação de estratégias que ultrapassem a oferta do acesso àquele patrimônio. É preciso investir na difusão desse documental, a partir da realização de estudos que possibilitem o delineamento do perfil dos usuários e o desenvolvimento de programas de difusão estruturados com iniciativas voltadas para os diversos segmentos da sociedade. Desse modo, cada perfil de usuário poderá se adequar ao meio de difusão a ser adotado. Como teoriza Edmondson (2017, p.7-8), a preservação:

---

<sup>7</sup>“O patrimônio audiovisual inclui – mas não se limita a – os seguintes componentes: [a] sons gravados, produções radiofônicas, cinematográficas, televisivas, videográficas, digitais e outras que contenham imagens em movimento e/ou sons gravados, destinados prioritariamente ou não à veiculação pública; [b] objetos, materiais, trabalhos e elementos imateriais relacionados a documentos audiovisuais, considerados do ponto de vista técnico, industrial, cultural, histórico ou qualquer outro. Isso inclui materiais relacionados a filmes, indústrias de radiodifusão e de gravação de sons, como publicações, roteiros, fotografias, cartazes, material de publicidade, manuscritos e artefatos como equipamentos técnicos ou figurinos.” (EDMONDSON, 2017, p.25).

[...] no contexto digital, mais do que nunca, é uma tarefa de manutenção que jamais termina. Um documento nunca está preservado – mas está sempre em preservação. Contudo, a preservação nunca é um fim em si: sem o objetivo do acesso, ela não faria sentido. [...] Os arquivos audiovisuais necessitam de políticas claras e publicamente declaradas que regulamentem o desenvolvimento, a preservação, o acesso e a gestão dos acervos.

Desse modo, a garantia do acesso pressupõe a instauração do processo de preservação. Quando situado no contexto das instituições públicas, cada documento - seja ele textual, audiovisual, iconográfico, sonoro, musical e musicográfico - pode ser considerado como parte da construção da memória institucional, formada a partir de um conjunto de documental de formatos diversificados. Cabe destacar que nesta pesquisa, vimos salientar a importância de ações de preservação e de políticas de salvaguarda, visando a garantia da preservação de representação de informação nato-digital - independente do formato e/ou da tipologia desses conteúdos. Assim, o conteúdo intelectual do documento é que servirá de condição *sine qua non* para a ação política de garantia da preservação.

## 2.2 DISPOSITIVOS LEGAIS E A SALVAGUARDA DO ACESSO PÚBLICO À INFORMAÇÃO

O direito de acesso à informação é previsto na Carta Magna, estendendo-se aos dispositivos legais que a sucedem. Visando debater assuntos subjacentes à questão da informação pública, consideramos o conceito formulado por Batista de relevância para subsidiar o entendimento da importância da salvaguarda de conteúdos informacionais nato-digitais públicos, que segundo a LAI inclui a informação sigilosa – especificamente aquela que se encontra temporariamente sob restrição ao acesso público. Conforme conceitua o autor a informação pública:

[...] é um bem público, **tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica**, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o status de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. (BATISTA, 2010, p.40, grifos nossos).

No processo em que se constitui a informação, o conteúdo de natureza pública, compreendendo suas múltiplas tipologias e formatos, quando acessado, potencialmente é elemento de ampliação da consciência e de transformação do contexto político, econômico e social vigente. Por meio desse conceito de informação pública, vislumbramos possibilidade de conceber o conceito de informação pública ou governamental num contexto que compreende a informação produzida pelo Estado – apresentada em oposição à informação que era tida como privada e secreta, sem limites para o acesso público, salvo caso de restrição permanente previsto na Carta Magna e dispositivos legais cabíveis<sup>8</sup>.

A despeito do mencionado, a dimensão política, segundo Uhrlir (2006), sugere três elementos imprescindíveis para o estabelecimento de uma política nacional de informação, visando à promoção e ao desenvolvimento efetivo da produção, disseminação e utilização da informação governamental de domínio público. São eles: a) definição do propósito da informação de natureza pública, para que esteja disponível em concordância com as necessidades da Nação; b) provimento do acesso e da utilização da informação pública como princípio legal; c) desenvolvimento e implementação de programas para a gestão dos recursos de informação e para a disseminação da informação pública, por meio de uma estrutura adequada de política de informação governamental. Ressalte-se que “[...] uma política pública é necessariamente um processo dinâmico sujeito a alterações diversas. Por isso a importância da sua avaliação por distintos atores, de forma a favorecer as inevitáveis modificações [...] ao longo do tempo.” (JARDIM, 2006, p.5).

Todavia, segundo Aun e Angelo (2007), é urgente refletir acerca das políticas de informação do país, desde que se as têm resumido apenas à implantação e distribuição de infraestrutura, considerando-se que somente pelo acesso se alcança o desenvolvimento nos âmbitos econômico, social e cultural.

A preservação digital de conteúdos públicos nato-digitais destaca-se como ação que requer políticas de salvaguarda, que norteiem práticas e técnicas adequadas à garantia da preservação de conteúdos nato-digitais. O direito à memória e à verdade, previsto na Constituição (1988) e regulamentado a partir da Lei 12.528 / 2011, reforça “[...] o potencial emancipador do acesso à informação e ao

---

<sup>8</sup> “A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem”. (DI PIETRO, 2010, p. 70).

conhecimento e seu valor como direito humano fundamental, bem como tornou possível compreender a importância da LAI como uma política pública [...]” (HOLLÓS, 2014, p. 45). Desde a promulgação da LAI, ficou estabelecido que o sigilo é conferido sob critérios de exceção, conforme dispõe a Lei. Foram atribuídos critérios para a classificação e temporalidade relativas ao caráter sigiloso da informação. Destarte que o acesso aos conteúdos informacionais públicos é processo gradual, todavia, atualmente, já é possível notar os reflexos da LAI, seja em relação as iniciativas de acesso à documentação pública, seja no âmbito das instituições depositárias de documentação pública subordinadas ao atendimento à Lei 12.528 / 2011.

Os dispositivos basilares para a publicização dos conteúdos informacionais públicos, estabelecidos na Constituição (1988), são favoráveis a:

[..] instalação de um novo patamar jurídico para o acesso à informação governamental. Os direitos do cidadão têm como contrapartida os deveres da administração pública<sup>9</sup> no sentido de viabilizar o acesso à informação [...]. Em janeiro de 1997, é aprovado o Decreto 2.134 da Presidência da República, que regula a classificação, reprodução e o acesso aos documentos públicos de natureza sigilosa, em qualquer suporte, que digam respeito à segurança da sociedade e do Estado e à intimidade dos indivíduos. Trata-se, portanto, de uma referência fundamental à definição de políticas de informação e transparência do aparelho do Estado. (JARDIM, 1999, p.3).

Compete à administração pública municipal, estadual e federal atender à LAI. Esse é um desafio que compreende não somente o investimento em gestão documental, mas também a admissão da necessidade da implementação de políticas de salvaguarda da informação pública digital.

A LAI é importante marco legal e histórico na luta pelos direitos humanos. “Essa conquista é resultado de um processo marcado pela negação de acesso a arquivos públicos, como foi o caso da Guerrilha do Araguaia, valorização da cultura do segredo, abuso de poder e relações entre público e privado no Brasil.” (BATISTA, 2012, p. 204). Na construção social e consolidação dos direitos humanos e dos direitos à memória,

---

<sup>9</sup> Previsto no artigo 216, § 2º da Constituição (1988): "cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (BRASIL, 2016, p.126).

à verdade e à informação, a LAI reflete a possibilidade de consolidação de uma trajetória rumo ao acesso livre à informação, no qual o sigilo passa a ser exceção. Como explicitado anteriormente, o estabelecimento dos graus de sigilo, assim como da categorização da informação pelos atores competentes, como também os prazos, ilustram os avanços relacionados a democratização do legado informacional no Brasil.

É mister destacar que na pesquisa do lugar dos arquivos na política de informação contemporânea, segundo Hollós (2014, p.117):

[...] foi possível reconhecer que há ainda muito por fazer no tocante à gestão da informação pública governamental. E que não há de fato uma política pública que reconheça o importante papel que os arquivos devem desempenhar em um mundo cada vez mais digital. Como consequência desse estado de coisas, afirma-se que as informações públicas governamentais passíveis de possuírem valor arquivístico, podem desaparecer em poucos anos, seja por razões políticas e, portanto, ações intencionais, seja pela obsolescência do ambiente tecnológico que as circunscrevem.

No tocante às políticas públicas de informação, “lembrar” e “esquecer” parecem fazer parte do que há de “político” no ato de preservar, considerando que, para Le Goff (1982), memória é poder, como também é elemento essencial do que se costuma chamar a ‘identidade’, individual ou coletiva. Assim, os antecedentes históricos da LAI, os atores sociais envolvidos e os dispositivos legais, que contribuem para viabilizar o acesso à ‘informação’ digital pública são determinantes para o entendimento dos fatores que dificultam o processo de democratização dos conteúdos informacionais digitais públicos.

Os arquivos e centros de documentação e memória podem assumir a proatividade na garantia da preservação da informação digital pública, fortalecendo assim uma cultura de acesso à informação e de transparência. Nessa perspectiva, a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, pela Lei 12.528 / 2011, é instituída em 16 de maio de 2012:

[...] com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à

memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. (BRASIL, 2011, p.1).

A criação da Comissão Nacional da Verdade é mais uma ação que vem a somar junto à legislação pertinente ao acesso à informação, como também por meio das leis e diretrizes relativas à garantia da preservação da memória. Quanto à LAI, é preciso considerar que, “[...] embora seja ela uma condição necessária e importante para conferir legalidade ao ato de acessar os documentos públicos, é também insuficiente para decidir problemas de ordem mais prática.” (BATISTA, 2010, p.226). A LAI tem o seu alcance limitado às questões legais pertinentes a regulamentação do acesso à informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto. Em análise da citada Lei, consideramos que a LAI é complementar à legislação arquivística pertinente à garantia da preservação dos conteúdos informacionais criados em meio digital.

Para superar esses problemas de ordem mais prática, Moura e Moraes (2012) destacam alguns desafios a serem empreendidos: a) compreender a noção do que é informação pública; b) estimular a participação do cidadão, além dos custos da política de acesso à informação (produção, conservação, treinamento, tratamento e difusão); e c) efetuar a gestão documental nos órgãos e entidades públicas. Para os autores, a gestão documental, a produção, o tratamento e a difusão da ‘informação’ pública, constituem elementos que devem integrar o plano de criação e planejamento de repositórios digitais entre as instituições depositárias de documentação pública.

Salientamos que, aliado às questões pontuadas pelos autores, é necessário também alinhar as práticas de gestão às políticas de garantia da preservação, ou seja, de salvaguarda. Garantir as ações de preservar e realizar a gestão documental – adequada ao contexto de representação de informação nato-digital – é demanda essencial na contemporaneidade.

### 2.3 SALVAGUARDA DA INFORMAÇÃO PÚBLICA EM REPOSITÓRIOS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

A preservação dos conteúdos informacionais admite como meio de implementação da salvaguarda o que propomos como as 'garantias da preservação' – abordados no capítulo reservado à análise de dados. Particularmente, tratando-se dos conteúdos informacionais nato-digitais, destacamos que, para Dodebei (2010), o patrimônio nascido digital não tem rastro analógico, desse modo, é preciso pensar nas transformações da sociedade analógica para o digital, vislumbrando novas práticas que coadunem com a salvaguarda da produção intelectual, protegendo as memórias que circulam na *web*, visando ao acesso continuado.

Garantir a preservação implica em considerar prioritário criar mecanismos para gerir e ofertar acesso aos conteúdos informacionais digitais públicos. Desse modo, é relevante destacar que:

A noção de acesso à informação relaciona-se, portanto, a um direito, mas também a dispositivos políticos, culturais, materiais e intelectuais que garantam o exercício efetivo desse direito. O acesso jurídico à informação não se consolida sem o acesso intelectual à informação. O acesso jurídico à informação pode garantir ao usuário o acesso físico a um estoque informacional materialmente acessível (um "arquivo" no subsolo de um organismo governamental, por exemplo) sem que seja possível o acesso intelectual dada a ausência de mecanismos de recuperação da informação. As experiências internacionais e, em especial o caso brasileiro, deixam claro que não se viabiliza o direito à informação governamental sem políticas públicas de informação. (JARDIM, 1999, p.3).

Concebemos que o exame dos dispositivos políticos, culturais, materiais e intelectuais, que garantam o exercício efetivo do direito de acesso à informação é matéria de importância para o aprimoramento da legislação destinada a garantia da preservação. Assim, Moura e Moraes (2012) reforçam que as discussões e os estudos pautados no acesso à informação vêm ganhando proporções de relevância na atualidade, envolvendo inúmeros atores dos cenários nacional e internacional. Acrescentam, ainda, que dois pontos são destacados como principais na salvaguarda do acesso à informação de interesse público: a) as políticas públicas de informação; e b) desenvolvimento dos repositórios institucionais de acesso livre.

Entre as iniciativas de criação de repositórios arquivísticos digitais de preservação, podemos citar o Repositório Legatum – Sonus et Imago<sup>10</sup>, uma experiência técnica, ainda em desenvolvimento, dirigida aos acervos audiovisuais permanentes. O Repositório Legatum reúne e divulga representações de acervos arquivísticos audiovisuais produzidos ou custodiados no âmbito público dos países que possuem como idioma oficial o português, espanhol, catalão, galego, romeno, francês e italiano. O objetivo é identificar e descrever, ou obter a descrição, das instituições públicas de custódia e dos respectivos acervos audiovisuais. O grupo de pesquisadores responsáveis, por meio de ações e projetos de experimentação científica e tecnológica, atuam no desenvolvimento e no aprendizado do uso de ferramentas, modelos e abordagens para representação, preservação e acesso de informação em plataformas digitais (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE CULTURA, REPRESENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DIGITAIS, 2016).

Defendemos que os RAD-Pres favorecem a consolidação das políticas públicas de informação, e mais especificamente das políticas de garantia da preservação. Todavia, em atenção aos conceitos de repositório digital, identificados na literatura da área de Ciência da Informação, é preciso refletir acerca das noções<sup>11</sup> e sentidos que são apresentados como se fossem conceitos. Em uma das noções, a título de exemplificação<sup>12</sup>, se encontra registrado que:

Um repositório digital, sucintamente, pode ser conceituado como uma forma de armazenamento de materiais digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar por longos períodos de tempo e prover o acesso aberto a esses materiais. (PAULA; MORAES; WAETE, 2014).

A noção apresentada, contempla a ideia de reunir e gerenciar documentos digitais em longo período de tempo, contudo, não faz menção aos padrões de metadados, que seriam necessários para que isso se tornasse uma realidade no

---

<sup>10</sup> “Repositório de acesso, representação e preservação digital de acervos arquivísticos audiovisuais de países de idioma latino.” (GRUPO DE ESTUDOS ..., 2018).

<sup>11</sup> Reiteramos aqui que, conforme Castells e Ipola ([1982], p.12), ‘noções’ são unidades de significação de um discurso ideológico, ao passo que ‘conceitos’ são unidades de significação do discurso científico. Daí propormos a evolução de algumas noções para o estágio consolidado de conceito.

<sup>12</sup> No Capítulo 4 serão apresentadas as noções de repositório digital apresentadas na legislação, visando ao seu aperfeiçoamento para um adequado discurso científico que, no lugar de noções, deve propor conceitos de forma mais objetiva

campo empírico das ações de salvaguarda da informação nato digital. Isso evidencia a importância da análise das noções e sentidos de repositório digital desenvolvidos na área da C.I.

A Constituição (1988) estabeleceu para a sociedade brasileira o direito à informação categorizada como direito civil, político e social (BRASIL, 2016). Cabe, por outro lado, admitir que, no Brasil, a ausência de transparência, durante décadas, revelou uma cultura voltada para o afastamento das ações vinculadas ao favorecimento do direito à informação. Nesse âmbito, o processo de construção e consolidação da LAI expressa a tentativa de reduzir as tensões entre Estado e Sociedade num esforço de favorecer, mais efetivamente, o acesso à informação.

No Brasil, a ausência de transparência, revela um Estado ainda vinculado ao patrimonialismo, o que reflete diretamente na cultura de uso e tratamento da informação. É visível na literatura que a cultura organizacional (estritamente vinculada às práticas de tratamento e disseminação dos conteúdos informacionais públicos) e as práticas operacionais (relativas à gestão documental) são entraves para o estabelecimento de processos de gestão documental que privilegiem a garantia da preservação dos conteúdos informacionais, entre as instituições depositárias de documentos públicos.

Quanto ao exposto, a literatura – no que se refere ao que conceituamos como salvaguarda, entre instituições das três esferas no Brasil – revelou a ausência ou a insuficiência de políticas para assegurar a gestão, a preservação e o acesso de longo prazo às informações que nascem em meio digital ou são digitalizadas no âmbito das instituições municipais, estaduais e federais brasileiras. Destacamos que segundo Silva Júnior e Mota (2012), uma reduzida parcela das instituições estabeleceu, explicitamente, alguma política de preservação digital. A importância das assim denominadas políticas de ‘preservação’ – que nesta tese entendemos que devam ser conceituadas como políticas de garantia da preservação ou, mais precisamente, políticas de salvaguarda – foi objeto das reflexões que permearam a proposição dos conceitos de salvaguarda e de repositório digital apropriados ao contexto de representação de conteúdos, originalmente, em meio digital. Considerando-se a legislação pertinente à preservação dos conteúdos informacionais em meio digital – incluindo-se a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – destacamos que o estudo desta última contribuiu para refletir acerca dos entraves para o estabelecimento de

ações que possibilitassem entrever as salvaguardas digitais dos conteúdos informacionais públicos.

Salienta-se que a construção de salvaguardas, considerando a interface com a LAI, poderá possibilitar, politicamente e tecnologicamente, a ampliação e o aprimoramento das práticas entre as instituições depositárias de informação pública, ou seja, a salvaguarda da informação digital com vistas à democratização do acesso à informação.

Contudo, não se tratará apenas de regulamentar salvaguardas com ações técnicas, tecnológicas e operacionais em relação à preservação da informação pública, mas sobretudo em articular os aspectos subjetivos, que envolvam fatores culturais e institucionais no tratamento e gestão desses documentos.

### 2.3.1 **‘Garantias’ da preservação digital: políticas e ações cooperativas, técnicas, tecnológicas, operacionais e orçamentárias**

Acreditamos que, para assegurar a preservação da *‘informação’* será necessário refletir acerca das garantias para que esta ação se efetive. Nesta pesquisa de tese as *‘garantias’* foram nomeadas de *‘salvaguardas’*, ou seja, o que denominamos como: ações políticas, técnicas, tecnológicas / operacionais e de cooperação é que irão assegurar a preservação dos conteúdos informacionais nato-digitais.

Dessa forma, a título de exemplificação, as *‘salvaguardas’* consistem em: a) políticas, diretrizes, programas, projetos específicos para o estabelecimento da garantia da preservação; b) metodologias, normas, padrões e protocolos, que minimizem os efeitos da fragilidade e da obsolescência de hardware, software e formatos, e que assegurem, ao longo do tempo, a autenticidade, a integridade, o acesso, de longo prazo ou permanentemente, dos conteúdos informacionais criados em meio digital; c) planejamento e implementação de repositórios de preservação, que conceituamos, como *‘Repositórios Arquivísticos Digitais de Preservação (RAD-Pres)’*, d) promoção de ações interinstitucionais / formação de convênios ou acordos de cooperação<sup>13</sup> entre os diversos setores e/ou agentes comprometidos com a

---

<sup>13</sup> “Acordos e convênios são mecanismos que criam alternativas para amenizar ou superar problemas financeiros e, ao mesmo tempo, na medida em que reúnem pesquisadores de diferentes instituições, regiões e até países, de distintas formações, revitalizam idéias, ampliam equipes de pesquisa, enfim, criam um ambiente propício à geração de novos conhecimentos. São produtivos também, no caso de

preservação do patrimônio arquivístico digital em parceria com a iniciativa pública, privada e organismos nacionais e internacionais, articulando os aspectos subjetivos, que envolvam fatores culturais e institucionais no tratamento e gestão desses documentos.

Defendemos que o empreendimento de salvaguardas digitais<sup>14</sup>, considerando a interface com a LAI – resultado da política de informação – é campo para a consolidação de garantias para a efetiva preservação dos conteúdos informacionais nato-digitais entre as instituições depositárias de informação pública. Nesta tese, as salvaguardas digitais são oriundas de reflexões inerentes à discussão dos conceitos / noções de preservação, salvaguarda e repositório digital, que são apresentados no Capítulo 5.

A salvaguarda de conteúdos informacionais nato-digitais, com vistas à democratização do acesso à informação, atém-se às prerrogativas legais para que o acesso se efetive. Nesse quesito, a LAI estabelece critérios e procedimentos legais para o acesso à informação pública, assim como os critérios que a tornam sigilosa (secreta, ultrassecreta) ou de interesse particular.

Segundo o Art. 4º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, não é informação de domínio público a:

[...] III - informação sigilosa<sup>15</sup>: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado; IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável; [...]. (BRASIL, 2011, p.1).

Nesta pesquisa, a garantia da preservação é defendida como ação que favorece o amplo acesso à ‘informação’ criada em meio digital, tendo em vista o que

---

parcerias com empresas privadas, por quebrar a distância existente entre os setores público e privado, abrindo perspectivas mais diversificadas.” (PINHEIRO, 2000, p.2).

<sup>14</sup> Sem negligenciar os requisitos relacionados à autenticidade e preservação da memória documental digital.

<sup>15</sup> “Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. [...] § 5º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados: I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.” (BRASIL, 2011, p.1).

está estabelecido no capítulo XXXIII do art. 5º<sup>16</sup> e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216<sup>17</sup> da Constituição Federativa do Brasil de 1988:

Art. 37 - XXXIII - [...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado [...]

[...] II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X<sup>18</sup> e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Lei nº 12.527, de 2011).

Art. 216 [...] § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Vide Lei nº 12.527, de 2011) (BRASIL, 1988, p.13, 36 e 126, grifos nossos). (BRASIL, 2016, p.36-39 e 126).

Quanto à contextualização do problema de pesquisa, consideramos a importância da análise da LAI e da legislação pertinente à garantia da preservação, a ser apresentada no Capítulo 4, aliado a este entendimento, é relevante reafirmar que a garantia da preservação, ou seja, o que consideramos que seja salvaguarda, está em compatibilidade com o art. 216, § 1º, sendo considerada, portanto, como a: “[...] **proteção** do patrimônio cultural brasileiro [...] [ou de] / **outras formas de**

<sup>16</sup> “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes” (BRASIL, 2016, p. 13).

<sup>17</sup> “Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC no 42/2003) I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1o O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e **protegerá o patrimônio cultural brasileiro**, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2o Cabem à administração pública, na forma da lei, a **gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem**. [...]

§ 6o É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I – despesas com pessoal e encargos sociais; II – serviço da dívida; III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.” (BRASIL, 2016, p.126-127, grifos nossos).

<sup>18</sup> “[...] X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...]” (BRASIL, 2016, p. 13, grifos nossos).

***acautelamento e preservação.***” (BRASIL, 2016, p.126, grifos nossos). “A proteção e garantia (de direito, de liberdade, de segurança) [são] concedidas por autoridades ou instituição a um indivíduo, a uma coletividade, a um estatuto (salvaguardar = por fora de perigo; proteger, defender)” (FERREIRA, 1999). Proteger é garantir, assegurar e, portanto, salvaguardar. Destaca-se que a salvaguarda – que segundo Houaiss consiste em: “1 proteção e garantia concedidas por autoridade ou instituição [...] 4 série de ações cujo objetivo é garantir a integridade e a perenidade de algo; defesa, preservação, proteção [...]” (HOUAISS, 2001) – representa avanço no tratamento dos documentos institucionais, e compreende: a prospecção e aquisição, a conservação, o conhecimento, a preservação e restauro e o acesso.

Os estudos de Silva Júnior e Mota (2012), Miranda, Galindo e Vila Nova (2011) e Grácio (2012), relativos à preservação entre instituições das três esferas públicas, no Brasil, revelaram ausência ou insuficiência de políticas para assegurar a gestão, a garantia da preservação e o acesso de longo prazo às informações que nascem em meio digital ou são digitalizadas no âmbito das instituições municipais, estaduais e federais brasileiras. À vista do contexto anunciado, quais seriam as diferenças entre os conceitos e noções de salvaguarda e preservação de conteúdos informacionais natos em meio digital? Quais as acepções legitimadas pelos conceitos e noções de salvaguarda, preservação e repositórios digitais na área da Ciência da Informação?

À luz da fundamentação teórica desta tese, o não estabelecimento de políticas de preservação, em considerável parcela das instituições depositárias de documentos públicos, impacta diretamente na redução da eficiência administrativa destas instituições. Nessa perspectiva, as questões de pesquisa foram situadas em contexto que fomentou a necessidade da análise crítica das noções / conceitos de repositório, salvaguarda e preservação digitais dos conteúdos informacionais nato-digitais, respectivamente identificados na pesquisa empírica: a) na LAI e legislação pertinente à preservação, e b) nas comunicações orais publicadas nos anais do Encontro Nacional de Ciência da Informação (Enancib), relativo aos anos de 1994 a 2017. Revelou-se importante o alcance dos objetivos destacados a seguir: a) identificação e análise das noções de salvaguarda e preservação, junto a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), Recomendações para a Salvaguarda e conservação de Imagens em Movimento (UNESCO, 1980), Constituição do Brasil (1988), Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Lei nº 9.610, de

19 de fevereiro de 1998, Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, Resolução nº 20, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), de 16 de julho de 2004, Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital (2005), Resolução nº 24, de 3 de agosto de 2006 (CONARQ), Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007 (CONARQ), Resolução nº 32, de 17 de maio de 2010 (CONARQ), Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil (2011), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, Resolução nº 37, de 19 de dezembro de 2012 (CONARQ), Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais (2012), Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014 (CONARQ), Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015 (CONARQ), Diretrizes para implantação de RDC-Arq (2015); b) estabelecimento da diferenciação entre os conceitos de preservação e salvaguarda, a partir da identificação dos conceitos de salvaguarda, preservação e repositórios digitais apresentados nos anais do Enancib dos últimos dez anos; c) proposição dos conceitos de salvaguarda e de repositório arquivístico digitais, admitindo-se o cenário em que se delineiam as políticas ou diretrizes voltadas para a preservação e para a salvaguarda dos conteúdos informacionais criados em meio digital.

O RAD-Pres, considerado como uma das salvaguardas, pode se constituir, entre as instituições depositárias de documentos públicos, como meio apropriado à preservação e à salvaguarda digitais. Nesse contexto, podem ser tomados, potencialmente, como instrumentos para a garantia da preservação da memória – constituída a partir do conteúdo informacional (conteúdo intelectual/informativo) criado em meio digital. É, portanto, o conteúdo, e não mais o formato ou o suporte no qual a informação se encontra representada, que assume a centralidade no processo de salvaguarda digital. O documento audiovisual, por exemplo, tem relevância equivalente ao documento escrito, admitindo-se que considerável parcela dos “materiais visuais não assumem a forma escrita, ou apenas a forma escrita [...]” (GASKELL, 2011, p. 245). Desse modo, a articulação das ações de salvaguarda deve ampliar as possibilidades de garantia da preservação digital, inclusive em relação aos documentos audiovisuais públicos. Referimo-nos à preservação do conteúdo informacional da obra, a “tradicional” e a “não convencional”. Isso implica na promoção de ações de garantia da preservação que alcancem desde o texto criado em meio digital, como também a representação de informação audiovisual, iconográfica,

sonora, entre outras. Dessa maneira, as políticas de acesso à informação, em conjunto com o que intitulamos políticas de salvaguarda, poderão ter relevância nas intervenções destinadas ao planejamento das diretrizes e resoluções que se vinculam à garantia da preservação dos conteúdos informacionais textuais, audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e musicográficos – criados em meio digital.

### 2.3.1.1 *Dimensão política da ‘Proteção estatutária’ do patrimônio nato-digital*

A implementação de uma política de informação favorece o desenvolvimento e a operação dos recursos informacionais, serviços e sistemas. Essas políticas assumem papel regulador nas ações de produção, uso, fluxo e criação de conteúdos informacionais em meio digital, envolvem as leis, regulamentos, princípios legais ou programas de implementação relativos a informação, a comunicação e a cultura. (BRAMAN, 2011). As políticas de garantia da preservação – conceituadas nesta tese como políticas de salvaguarda – mantêm relação estreita com as políticas citadas, mais fortemente, com as políticas de informação. Ações de preservação e legislação específica foram identificadas na literatura da área de Ciência da Informação, todavia ponderamos que essas podem não ser suficientes para o estabelecimento de uma efetiva salvaguarda do legado informacional nato em meio digital.

A análise do conjunto da legislação pertinente à preservação (Cap. 5) configura um cenário em que a formulação das políticas de salvaguarda vai demandar: o estudo dos princípios legais – estabelecidos pelos órgãos competentes –, a identificação de desafios para assegurar à preservação e a sistematização de diretrizes legais para melhor gerir o legado documental digital das instituições. Nesse contexto, salientamos que a “[...] construção política no campo informacional inaugura uma forma nova que exige um tempo de assentamento. Os desafios colocados transcendem a ideia simplista de um ajustamento rápido a um futuro determinado por força exterior aos Estados e regiões. (AUN, 2001, p. 8).

A complexidade que envolve as políticas – implícitas ou explícitas – possibilita a identificação de pontos de intervenções e controle sob a ‘informação’. Uma das razões para o estudo das Políticas de Informação (PI) se deveu ao fato da possibilidade de realizar essas intervenções de forma segura e planejada. A Ciência

da Informação continua em posição central no estudo das PI. (FROHMANN, 1995). No exame das políticas públicas de informação, pertinentes à preservação, é possível vislumbrar possibilidades de elaborar políticas de garantia da preservação mais condizentes com os contextos institucionais. Essas poderão contribuir para o alcance das necessidades emergentes de proteção e amparo legal dos fenômenos relacionados ao processo 'informação'. Salvaguardar a representação de informação digital é um deles. Salientamos que o conjunto de 'ações de garantia à preservação', ou seja, as '*salvuardas digitais*', nesta tese, consistem em políticas e ações tecnológicas, técnicas, de cooperação interinstitucional e orçamentárias regidas pelos instrumentos legais de salvaguarda, visando a garantir as ações para a preservação digital, mediante emprego de metodologias, normas, padrões e protocolos que possibilitem a redução dos efeitos da fragilidade e da obsolescência de hardware, software e formatos, de modo a assegurar, por longo tempo ou permanentemente, a autenticidade, a integridade e o acesso contínuo.

A "fragilidade" da 'informação' digital inaugura campos de complexidade em relação aos desafios quanto à preservação digital e à sua regulamentação. "A fragilidade dos documentos digitais deve estar em sua rápida degradação física, na obsolescência tecnológica, na complexidade e nos custos.". (BAGGIO; FLORES, 2012, p.59). A garantia da preservação da 'informação', nato-digital, hoje, é uma necessidade para a efetiva salvaguarda do legado informacional digital para as futuras gerações. Para tanto, é necessário destacar que essas ações devem estar vinculadas a uma política de salvaguarda. Quanto a isso, vale complementar que:

Ainda no momento, visando vencer os desafios e aproveitar oportunidades, os governos dos países centrais têm ainda substituído as políticas de informação de longo prazo, explicitadas em leis, políticas direcionadas à produção, transferência, [proteção] e acesso às informações e que expressem as necessidades sócio-culturais, por programas emergenciais que privilegiam, em alguns países, os aspectos de infra-estrutura e a distribuição de equipamentos tecnológicos. Mas já se desperta para a visão de que os programas emergenciais, que significam corrida 'contra o atraso' não serão suficientes [...]. (AUN, 2001, p. 8).

Como advertiu Aun (2001), as políticas destinadas à regulamentação da transferência, acesso e proteção, do que chamamos representação de informação, quando substituídas por 'ações emergenciais', somente atendem ao fato isolado a que são destinadas. Isso implica uma dissociação dessas com o alcance, em logo prazo, que efetivamente teriam, se vinculadas a uma política de informação. Nesse sentido, destacamos que as políticas de salvaguarda, nesta pesquisa, foram conceituadas como políticas de informação que asseguram a proteção da informação nato-digital, por longo prazo ou permanentemente.

Para Silva Júnior e Mota (2012), o ato de formular uma política de preservação digital vincula-se ao comprometimento institucional, seja em relação à gestão dos documentos arquivísticos digitais sob sua custódia, seja em relação à preservação desses documentos, incluindo desse modo, o acesso contínuo aos repositórios ou sistemas que os contenham. (SILVA JÚNIOR; MOTA, 2012). Os autores nomeiam a 'política de preservação digital' como um elemento de relevância para a gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos digitais por logo prazo. Ressaltamos, no entanto, que, ao invés de empregar o conceito 'políticas de preservação', adotamos as acepções: 'políticas de salvaguarda e/ou de garantia da preservação digitais', atribuindo-as às políticas relativas à garantia da proteção do legado informacional, criado em meio digital. Segundo o nosso entendimento, o acesso e a garantia da preservação por longo prazo é decorrente do estabelecimento de políticas de salvaguarda, que não são equivalentes às políticas de preservação. As políticas de salvaguarda, propostas nesta tese, sinalizaram uma possível demanda a ser inclusa na agenda política. Diante do exposto, vale complementar que os:

[...] debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas. Não se defende aqui que o Estado (ou os governos que decidem e implementam políticas públicas ou outras instituições que participam do processo decisório) reflete tão somente as pressões dos grupos de interesse, como diria a versão mais simplificada do pluralismo. Também não se defende que o Estado opta sempre por políticas definidas exclusivamente por aqueles que estão no poder, como nas versões também simplificadas do elitismo, nem que servem apenas aos interesses de determinadas classes sociais, como diriam as concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado [...]. Essa autonomia relativa gera determinadas capacidades, as quais, por sua vez, criam as condições para a implementação de objetivos de políticas públicas. A margem dessa 'autonomia' e o

desenvolvimento dessas ‘capacidades’ dependem, obviamente, de muitos fatores e dos diferentes momentos históricos de cada país. (SOUZA, 2006, p.26-27).

Desse modo, o conjunto de fatores que condicionam a formulação das políticas públicas e a participação da sociedade e dos grupos que reconhecem a importância da proposição dessas novas políticas deve ser destacado no trecho anterior. Salienciamos que, no que se refere à proposição de políticas para a salvaguarda digital, mesmo em contexto de escassez de recursos, é uma propositura a ser colocada em evidência, tendo em vista os benefícios para a salvaguarda da memória digital do país.

Quanto à definição e implementação de políticas de informação, em especial de salvaguarda digital, é válido mencionar que defendemos que a elaboração de uma política também é um processo e não um fim, que resulta na criação de “produto técnico e normativo”, dissociado das ações de avaliação e mudanças necessárias. “A importância do processo se dá principalmente na implementação, pois esta é que vai levar aos resultados finais das políticas, programas ou projetos.” (OLIVEIRA, 2006, p. 274). Nesse processo de implementação da política de salvaguarda digital, admite-se que uma ‘política’ dessa monta compreenderá uma cadeia de interações, que vão desde o planejamento até a avaliação.

No estudo das políticas públicas de informação, visando à regulação das práticas de garantia da preservação – entre as instituições responsáveis pela salvaguarda documental – destacamos a importância do empreendimento de estudos relativos aos problemas identificados, com a consequente avaliação e proposição de políticas mais adequadas ao contexto de gestão, provisão de acesso, uso, produção e compartilhamento de conteúdos informacionais criados em meio digital.

A problematização de questões relativas às ações supracitadas poderá vir a impactar na proposição de novas políticas, “[...] que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.” (SOUZA, 2003, p.13). A mudança efetiva requer que a implementação de políticas de salvaguarda da ‘informação’ digital seja uma ação de interesse para as gerações atuais e futuras. Nesse sentido, envolve a construção de estratégias que viabilizem a cooperação entre atores políticos e instituições no plano local, regional e internacional.

### 2.3.1.2 Políticas de Salvaguarda

O patrimônio digital em âmbito mundial, a ‘informação’ criada em meio digital, encontra-se em perigo de desaparecimento e de falta de confiabilidade. A sua preservação, em benefício das gerações atuais e futuras, é uma preocupação urgente no mundo inteiro. Fazem parte desse repertório do patrimônio digital: textos, bases de dados, planilhas, mensagens eletrônicas, imagens fixas ou em movimento, gravações sonoras, material gráfico, sítios da internet, dentre um amplo e crescente repertório, que poderão surgir em meio digital. (UNESCO, 2003b). O cenário posto sinaliza a importância da formulação de políticas que assegurem a preservação no que se refere à salvaguarda de conteúdos informacionais, independente do suporte ou formato.

Na “Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital: preservar para garantir o acesso”, foram registradas recomendações acerca da preservação digital do patrimônio arquivístico digital, manifestando “[...] a necessidade de os Estados membros, incluindo o Brasil, estabelecerem políticas e ações para proteger o patrimônio digital.” (UNESCO, 2003a, p.1).

A proposta esteve baseada em estudos de projetos internacionais (InterPARES I e II, o projeto *Pittsburgh Functional and Requirements for Evidence in Recording*, o modelo de requisitos para a gestão de arquivos electrónicos – MoReq –, os requisitos usados pelo *United States Department of Defense Records – DOD* – e a metodologia [*Designing & Implementing a Recordkeeping Systems*] - DIRKS). (ARELLANO, 2004, p. 24-25).

As propostas mencionadas ofertam requisitos técnicos e diretrizes que podem favorecer o aprimoramento da legislação que vimos estudando. Uma das propostas sugeridas em nossa pesquisa, a cooperação<sup>19</sup> interinstitucional é imprescindível para que, de forma colaborativa, a troca de experiências seja recíproca e continuada.

---

<sup>19</sup> “A Mesa-Redonda sobre o papel dos museus da América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972, decide: 1. Criar a Associação Latino Americana de Museologia (ALAM), aberta a todos os museus, museólogos, museógrafos, pesquisadores e educadores.” Destacamos dois dos seus objetivos: “[...] **Desenvolver a cooperação** entre os museus da região graças ao intercâmbio e empréstimo de coleções e **ao intercâmbio de informações e de pessoal especializado**; Criar um organismo oficial que faça conhecer os desejos e a experiência dos museus e de seu pessoal aos membros da profissão, à comunidade a qual eles pertencem, às autoridades e a outras instituições congêneres [...]” (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 1972, p.5, grifos nossos).

A Carta do CONARQ define cinco características de destaque em um programa de preservação digital: a) responsabilidade; b) viabilidade organizacional; c) sustentabilidade; d) adequação técnica; e) segurança; e f) responsabilização de procedimentos. (SILVA JÚNIOR; MOTA, 2012, p. 62). Desse modo, o planejamento e a implementação de um programa de preservação que preze pela atenção quanto aos critérios anunciados estaria mais próximo ao alcance de êxito. Todavia, há muito a fazer “[...] quer do lado dos produtores dos recursos, quer do das instituições [...] no que diz respeito [...] a indefinição ou a falta de políticas e estratégias que garantam o acesso futuro a recursos digitais produzidos hoje.” (CAMPOS, 2002). Nesse cenário de inexistência ou de indefinição das políticas que garantam a preservação, as instituições responsáveis pela preservação da memória digital precisam estar envolvidas na elaboração de diretrizes e políticas mais condizentes com a preservação da informação criada em meio digital.

Vale reafirmar que, de acordo com o diagnóstico revelado pela literatura da área de Ciência da Informação – Silva e Mota, 2012; Miranda; Galindo; Vila Nova, 2011 e Grácio, 2012 –, mesmo entre as instituições que dispunham de políticas de preservação, a garantia da preservação da ‘informação’ arquivística digital pública não era efetiva, tendo em vista a Lei nº 12.527, de 2011 (LAI), considerando-a como uma política de informação, em conjunto com a legislação pertinente à preservação, já descrita anteriormente – no caso das instituições públicas das três esferas de poder: a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Considerando-se a relevância da ‘informação’ criada em meio digital, destacou-se que para a sua preservação na condição de novo tipo de legado - em benefício das gerações atuais e futuras - será necessário o estabelecimento de: políticas e ações para proteção do patrimônio digital, assim como “[...] procedimentos, sistemas, normas e práticas que levem os produtores de documentos a criar e manter documentos arquivísticos fidedignos, autênticos, preserváveis e acessíveis.” (UNESCO, 2003a, p.1). Ações, normas e procedimentos são necessários para que a preservação seja assegurada. A salvaguarda pressupõe que os conteúdos informacionais tenham a sua proteção garantida.

Em 2003 a UNESCO realizou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial<sup>20</sup>. A Convenção teve as seguintes finalidades:

a) a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; b) o respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos; c) a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco; d) a cooperação e a assistência internacionais. (UNESCO, 2003a, p.10).

A salvaguarda do patrimônio imaterial assume alcance mundial. Três anos após a sua realização, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mediante aprovação do texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, por meio do Decreto Legislativo nº 22, de 1º de fevereiro de 2006, estabelece no art. 1º do Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006, que “[...] a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003 [...] será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.” (BRASIL, 2006, p.1). Esse cenário configura as iniciativas legais para garantia da proteção do patrimônio imaterial. A sua importância é registrada em agenda política, a partir do conjunto de ações em desenvolvimento. Avaliar como essa política está sendo implementada não é nosso objetivo, contudo é importante o registro, com vistas a fortalecer-se a necessidade da formulação de políticas que salvaguardem a memória representada em meio digital. Essa ação está vinculada diretamente à viabilidade de assegurar o estabelecimento de dotação orçamentária para que a salvaguarda digital seja garantida no âmbito das instituições das três esferas.

---

<sup>20</sup> “Entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. [...] O “patrimônio cultural imaterial” [...] se manifesta em particular nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais.” (UNESCO, 2003a, p.4).

Na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (UNESCO, 2003a) ficam estabelecidas as disposições gerais, os órgãos envolvidos na Convenção, as relações de cooperação e assistência internacionais, o Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial – em conformidade com as disposições do Regulamento Financeiro da UNESCO –, os relatórios, a cláusula transitória e as disposições finais. Destacamos a importância dos quesitos mencionados, sobretudo em relação ao art. 19, que trata da “[...] cooperação e do intercâmbio de informações e de experiências e [da] criação de um mecanismo para apoiar os Estados Partes em seus esforços para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.” (UNESCO, 2003a, p.10). Entendemos que as relações de cooperação são imprescindíveis para o planejamento das ações de salvaguarda, como também para o estabelecimento de relações sólidas de cooperação de experiências e recursos.

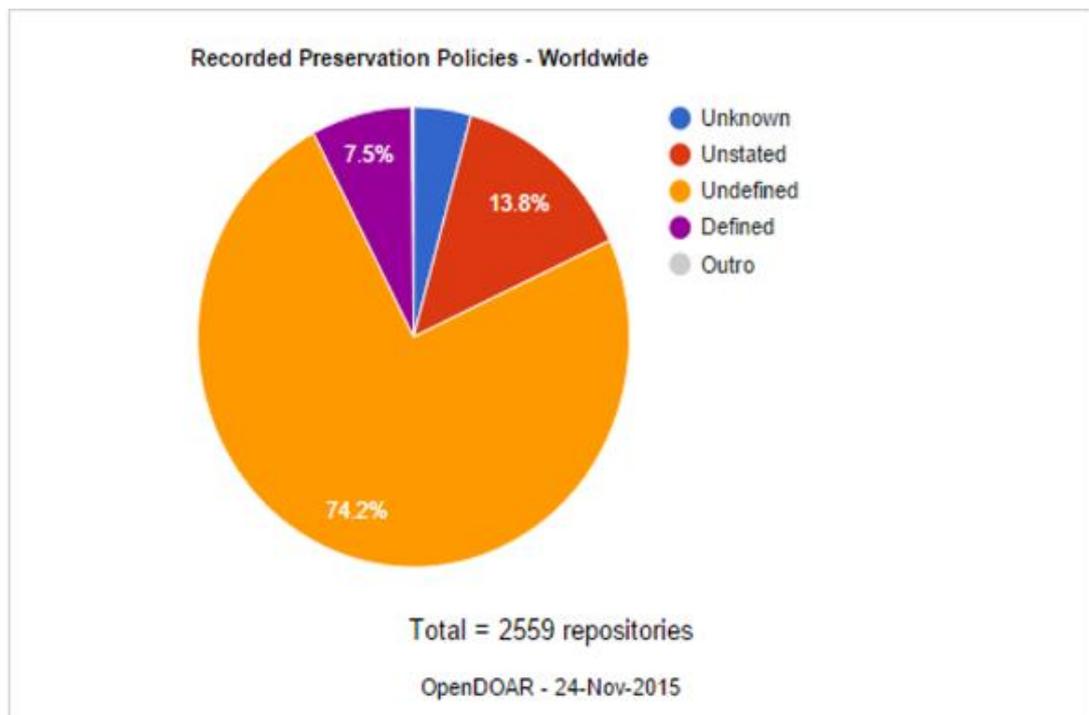
Outro artigo a ser destacado refere-se à natureza e recursos do Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, cuja criação é estabelecida no art. 25. O regulamento financeiro confere a sustentabilidade das ações de salvaguarda previstas na Convenção. Essa é outra questão que recomendamos anteriormente nas disposições relativas à criação da legislação de salvaguarda da ‘memória e representação da informação pública digitais’.

#### 2.4 ‘REPOSITÓRIOS DIGITAIS’: CONTEXTO E CONCEITOS SEGUNDO A LITERATURA

Os conceitos de repositório digital estão vinculados ao contexto de uso e gerenciamento de conteúdos, tendo em vista a finalidade para o qual são desenvolvidos, e necessariamente deveriam ser o resultado do desenvolvimento de um projeto de preservação digital. Miranda, Galindo e Vila Nova (2011), Grácio (2012) e Grácio, Fadel e Valentim (2013) constataram, em suas pesquisas, que poucas instituições de ensino superior, no Brasil, possuem uma política de preservação digital. Silva Júnior e Mota (2012) verificaram, em acréscimo, que mesmo as instituições e empresas que já implementaram algum projeto de preservação de acervos digitais não instituíram uma política de preservação digital. A conjuntura posta motiva-nos a problematizar a importância da criação de ‘garantias’ sob a proteção do Estado. É o que preconizamos como conjunto de medidas: critérios, técnicas, políticas, normativas – uma delas é a preservação.

Ao tratar das políticas de garantia da preservação, é relevante incluir o papel dos repositórios de preservação. Segundo pesquisa de Millington (2006) – realizada no *Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR)*<sup>21</sup> – mais de 2/3 dos repositórios digitais abrangidos em nível mundial não divulgavam as políticas para submissão, uso das fontes depositadas e preservação digital de longo prazo.

**Gráfico 1:** Estabelecimento de políticas de preservação no mundo.



Fonte: Millington (2006).

O estudo, realizado em 2006, a partir de levantamento dos repositórios digitais, ofertou diagnóstico inicial acerca do estado da arte em torno das políticas de preservação da informação digital. Esse cenário já evidenciava a importância da regulamentação destinada ao acesso, uso e preservação da informação digital, que devido a sua natureza “[...] frágil e fugaz, necessita de gerenciamento cuidadoso desde o momento da sua criação e uma abordagem política e estratégica de modo a garantir a preservação.” (BOERES, 2004, p.37).

Atualmente, com a ampliação das ações que visam a democratizar a informação por meio do acesso aberto, como também das ações que potencializam a

<sup>21</sup> OpenDOAR- diretório que registra repositórios criados pelo *Joint Information Systems Committee (JISC)*; é hospedado na Universidade de Nottingham.

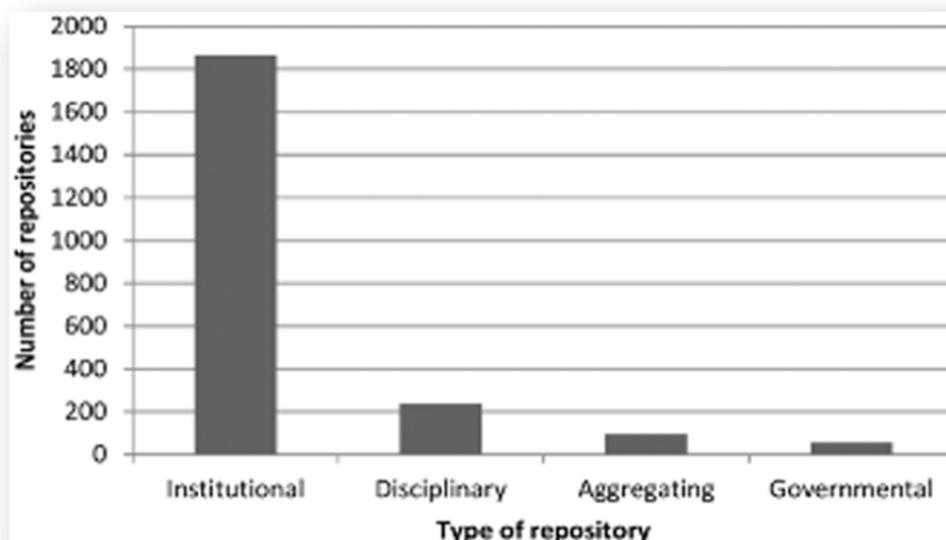
garantia da preservação, houve um crescimento correspondente do número de repositórios, sobretudo os institucionais.

Foram identificados estudos mais recentes que mapearam, caracterizaram e/ou realçaram iniciativas de destaque voltadas para os repositórios institucionais (AMARO, 2010; LOSOWSKA, 2011; SARAIVA; AMARO, 2012; MURAKAMI; FAUSTO, 2013; PINFIELD *et al.*, 2014).

Em 2010, Amaro apresentou o panorama brasileiro de repositórios institucionais na 1ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto (CONFOA), em Braga, Portugal, mostrando na ocasião que, em número de repositórios, o país ocupava o quarto lugar entre 20 (vinte) outros países. Foram identificados 71 (setenta e um) repositórios de todas as tipologias – dentre os quais 33 (trinta e três) correspondiam a repositórios institucionais, delimitando-se por Estado e por região.

Em dezembro de 2012, Pinfield e colaboradores (2014) realizaram um novo mapeamento e caracterização dos repositórios no contexto mundial por meio do OpenDOAR. O resultado indicou que a vasta maioria (1.864) era institucional (equivalente a 83% do total global – 2.253). Essa categoria foi seguida pelos repositórios temáticos, 11% do total global, ou seja, 238 repositórios. Foram mapeados ainda 96 repositórios agregados (4% do total) e 55 repositórios governamentais (2% do total).

**Gráfico 2:** Mapeamento por Tipologia em nível mundial: repositórios.



Fonte: Pinfield e colaboradores (2014).

Segundo os autores, o número de repositórios apresentou crescimento desde fevereiro de 2008. Nessa ocasião, de 1.074 repositórios, 860 (80%) eram institucionais, 143 (13%) temáticos, 5% eram agregados e 2% eram repositórios governamentais. Na 2ª CONFOA, em 2011, Losowska apresentou o “*Proyecto CLARA*”. Tratou-se de uma estratégia regional de interoperabilidade e gestão cooperada de uma rede federada latino-americana de repositórios institucionais de depositários de documentos científicos, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essa estratégia foi financiada e lançada em junho de 2010, contando com a participação de oito países: Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Peru e Venezuela.

Em um mapeamento dos RI das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, Murakami e Fausto (2013) mapearam 49 repositórios institucionais de IES que, em 11 de agosto de 2013, disponibilizavam 396.881 itens - com 26.498.237 de itens registrados. Nessa ocasião, segundo os autores, dimensionando-se em relação aos dados mundiais, verificou-se – por meio do recurso online *Repository 66*<sup>22</sup>, que registra repositórios de acesso aberto – que em agosto de 2013, existiam 2.841 repositórios, ou seja, um crescimento de quase 30% em relação ao total de repositórios (2.559) mapeados mundialmente em 2006 (MILLINGTON, 2006).

No panorama mundial o quantitativo de repositórios citados em 2013 (2.841) expandiu para 3.045, revelando uma ampliação de 204 repositórios entre 11 de agosto de 2013 e 14 de abril de 2016 (*REGISTRY ...*, 2016).

Retomamos na próxima folha, com a Figura 2.

---

<sup>22</sup> Repository 66 - desenvolvido na Universidade de Auckland, Nova Zelândia, que integra os dados do *ROAR REPOSITORY 66*. Disponível em: <http://maps.repository66.org/>. *REGISTRY of Open Access Repositories (ROAR)*. Disponível em: <http://roar.eprints.org/>.

**Figura 2:** Softwares utilizados pelos repositórios: dados mundiais.



Fonte: *Repository 66* (2016).

A ampliação do número de repositórios, na dimensão mundial, pode ilustrar que as iniciativas refletem a crescente preocupação com a democratização do acesso à informação digital, predominantemente a informação científica.

Segundo Arellano (2008), as iniciativas internacionais de preservação digital indicam a necessidade de utilização de padrões de metadados já estabelecidos e documentos em formatos abertos, que permitem a conversão para novos formatos, diante das mudanças constantes das tecnologias de informação e comunicação.

Nessa perspectiva, um dos modelos mais recomendados atualmente é o *Open Archival Information Systems* (OAIS), desenvolvido pelo *Consultative Committee for Space Data Systems* (CCSDS). Esse modelo foi descrito pela norma ISO nº 14721, de 2002 (versão revisada e atualizada em 2012), que apresenta o repositório digital como sendo genérico, aberto a todas as comunidades e com garantias de confiabilidade. (GRÁCIO; FADEL; VALENTIM, 2013). As garantias de confiabilidade

são especificadas e planejadas, a partir do estabelecimento de padrões de metadados apropriados à salvaguarda. Nesse sentido, Arellano (2008, p.39) destaca que:

A perspectiva arquivística da preservação digital parte da compreensão dos limites e significados dos documentos (autenticidade, capacidade probatória, integridade das informações, contexto de produção e manutenção), dando ênfase às tarefas que as organizações e instituições arquivísticas que criam e são responsáveis pela guarda permanente desses documentos devem observar para lidar com objetos digitais autênticos.

A representação de informação e a custódia dos documentos arquivísticos digitais remetem, conforme nosso entendimento e proposição, à necessidade do estabelecimento de padrões para a criação de RAD-Pres. O CONARQ, em sua Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015 altera a redação da Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014, e estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis, com o objetivo de transferir e recolher documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). (ARQUIVO NACIONAL..., 2015).

Segundo as diretrizes do CONARQ, as instituições depositárias de documentos públicos, particularmente os arquivos, devem dispor de RDC-Arq para a gestão, a preservação e o acesso de documentos digitais.

Nesta tese é proposta uma redefinição, adotando-se o conceito de RAD-Pres em substituição à definição RDC-Arq, que mais propriamente refere-se aos repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Consideramos que os RAD-Pres são ambientes digitais com vistas ao gerenciamento e a preservação da informação digital, por meio de metadados (de preservação) inseridos em infraestrutura (hardware e software) adequada e amparada por garantia das políticas de preservação digital, metodologias, padrões, normas institucionais e ações cooperativas comprometidas com a preservação de longo prazo.

Podemos mencionar um dos produtos, sempre em constante evolução, surgidos da Iniciativa Legatum<sup>23</sup>, que consideramos refletir o conceito de ‘salvaguarda’

---

<sup>23</sup> Cf. GRUPO DE ESTUDOS SOBRE CULTURA, REPRESENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DIGITAIS. **Iniciativa Legatum**. Salvador: Cridi, 2018. Disponível em: <http://www.legatum.ufba.br/web/>. Acesso em: 23 dez. 2018.

informativa com vistas à garantia da preservação dos conteúdos informativos públicos, o repositório *Legatum - Sonus et Imago* – repositório de acesso, representação e preservação digital de acervos audiovisuais de países de idioma latino que reúne uma série de instituições interessadas no desenvolvimento de soluções para o acesso e preservação deste tipo de acervo, de acordo com o escopo desta iniciativa. Os produtos e serviços oferecidos pela Iniciativa Legatum são propostos como experimentais ou protótipos, dispondo de funcionalidades estáveis e amplamente acessadas. (GRUPO DE ESTUDOS..., 2018).

Salientamos que, além da implementação da salvaguarda tecnológica – (*Legatum - Sonus et Imago*), a Iniciativa Legatum implementa a ‘salvaguarda - cooperação interinstitucional’ – formada a partir de acordos de cooperação técnica e convênios estabelecidos. Essas iniciativas ficam evidentes entre os resultados coletados em comunicações orais selecionadas nos anais do Enancib – embora não sejam conceituadas como a denominamos nesta tese, ‘salvaguardas’ e/ou ‘garantias da preservação’.

Admite-se que a garantia da preservação da informação digital é realizada por meio dos RAD-Pres na medida em que as instituições que custodiam a informação digital regulamentam suas ações, embasando-se na formulação de políticas de preservação digital, e de salvaguarda (que garantam a preservação), e no consequente desenvolvimento de programas de preservação digital que favoreçam o planejamento, a criação e a manutenção de RAD-Pres.

É preciso lembrar que garantir o acesso à informação digital é um compromisso vinculado à promoção dos direitos humanos e do de acesso à informação. É mister, portanto, estabelecer pactos de cooperação entre governo, editores, indústria de TI, bibliotecas, arquivos, museus, universidades, institutos de pesquisa, dentre outros. Sem alianças e cooperação os programas mais amplos não serão absolutamente possíveis (SAYÃO, 2007, p.201).

#### **2.4.1 Implementação de ‘repositórios arquivísticos digitais de preservação’**

A importância da preservação e gestão de conteúdos digitais é ampliada com o crescimento da produção acelerada de conteúdos, agora originalmente

representados no universo digital. As bibliotecas digitais<sup>24</sup>, nesse âmbito, são ferramentas tecnológicas que possibilitam o armazenamento, gestão e acesso aos conteúdos, com destaque para os de natureza acadêmico-científica. Para Abad, García-Consuegra e Martínez (2000), a biblioteca digital é resumida a partir das principais funcionalidades relativas à biblioteca convencional: coleta; organização e representação; acesso e recuperação; análise, síntese e disseminação da informação. Entre as funcionalidades mencionadas pelos autores, incluímos a preservação digital, que requer a implementação de metadados apropriados à preservação de conteúdos informacionais digitais. Ressaltamos que os metadados de preservação são requisitos fundamentais para o estabelecimento das funcionalidades relativas ao armazenamento, gestão e acesso aos conteúdos, já que:

[...] as bibliotecas digitais sempre estiveram imersas em problemas de origem bem diversificada - técnicos, gerenciais e econômicos - tais como banco de dados, armazenamento de massa, interoperabilidade, metadados, protocolos e padrões, direitos autorais e modelos de custo - e só agora, reconhecida a gravidade da questão e as responsabilidades de quem detém acervos digitais, voltam sua atenção para o problema de preservação digital e para o seu escopo também interdisciplinar e muitas vezes coincidente com os seus antigos problemas. (SAYÃO, 2005, p.119).

As bibliotecas digitais - anteriores ao movimento de acesso aberto - compatibilizaram funções, associando-se aos RI (em algumas IES) para promover o acesso e a divulgação dos conteúdos informacionais depositados. Quanto aos RI, a preservação de conteúdos informacionais é mais um desafio que requer o planejamento de repositórios apropriados à promoção da 'garantia de preservação' dos acervos nato-digitais e convertidos. Em nosso entendimento, o planejamento e a implementação de ações de cooperação interinstitucional é uma das alternativas

---

<sup>24</sup> O surgimento dos conceitos de 'Biblioteca Digital (BD)' e 'Biblioteca Virtual (BV)' pode ser contextualizado a partir dos períodos demarcados: "a) Era I – compreendida como Biblioteca Tradicional moderna - têm-se as bibliotecas caracterizadas por seu espaço físico bem delimitado, cujo acervo é constituído por documentos em papel; b) A Era II – compreendida como Biblioteca Automatizada – caracterizada pela utilização dos computadores nos processos e serviços da biblioteca, por exemplo, organização do acervo, catalogação, indexação etc.; c) Era III – compreendida como Biblioteca Eletrônica – caracterizada pela formação de bancos de dados eletrônicos, cujo acesso era realizado via rede de computadores de forma on-line; [e] d) Era IV – compreendida como Biblioteca Virtual ou Biblioteca Digital – formada por documentos em formato digital, com acesso via rede de computadores." (CASTRO; SANTOS, 2009, p.2). Em nosso entendimento 'biblioteca digital' e 'biblioteca virtual' são conceitos distintos.

viáveis para a criação de iniciativas de cooperação, como por exemplo, a implementação de Consórcios ou Federações de Repositórios Arquivísticos Digitais de Preservação.

“Mesmo antes da invenção da imprensa, houve alguma preocupação em difundir a produção existente: surgem os primeiros bibliógrafos, homens de cultura e saber.” (GOMES, 2010, p. 20). Cultura, saber e a sua difusão foram ressignificados de acordo com a época na qual a representação de informação era tradicionalmente efetivada: antes, no universo analógico, e atualmente no digital. Em seguimento, podemos mencionar que existem entendimentos e definições diferentes sobre repositórios digitais, na condição de tecnologias que:

[...] armazenam arquivos de diversos formatos. Ainda, resultam em uma série de benefícios tanto para os pesquisadores quanto às instituições ou sociedades científicas, proporcionam maior visibilidade aos resultados de pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica de sua instituição. Os RDs podem ser institucionais ou temáticos. Os repositórios institucionais lidam com a produção científica de uma determinada instituição. Os repositórios temáticos com a produção científica de uma determinada área, sem limites institucionais. (IBICT, 2018).

O que definirá a tipologia do repositório, deste modo, serão os “[...] contextos, comunidades, objetivos e práticas ligadas à criação e funcionamento destes repositórios.” (MARTINS; RODRIGUES; NUNES, [2008?], p.1). Segundo ao contexto que primamos nesta tese: a ‘garantia da preservação da informação arquivística nato-digital’, o Repositório Arquivístico Digital de Preservação (RAD-Pres), cujo conceito é apresentado no Capítulo 4, é meio de implementação da salvaguarda.

### 3 MÉTODO

A pesquisa é de natureza exploratória sob o viés do método de abordagem hipotético-dedutivo, com adoção de técnicas e procedimentos metodológicos congruentes ao desenvolvimento desta.

#### 3.1 ABORDAGEM

Abordagem, técnicas e procedimentos metodológicos norteiam o desenvolvimento da metodologia (LAKATOS; MARCONI, 2000, 2003, MARCONI; LAKATOS, 2006). A tríade favoreceu a formulação do problema, das hipóteses e da tese<sup>25</sup> de pesquisa, assim como a análise das noções e conceitos de salvaguarda, preservação e repositório digital. É da nossa compreensão que o emprego da abordagem adotada está anuente ao método de investigação socrática. Com o propósito de aproximação com a veracidade, por meio dele ascendemos do mundo sensível ao mundo inteligível onde se encontram as ideias. À vista disso, a nossa ‘inquietação dialética’<sup>26</sup> orienta a ação de conhecer nas tentativas de conjecturar a veracidade de nossas assertivas, em tempo algum, definitivas.

Na trajetória de estudo do objeto de pesquisa – pautando-se na compreensão do contexto que envolveu o problema, o objetivo e as hipóteses – foi eleito o método de abordagem hipotético-dedutivo<sup>27</sup>, à luz da nossa avaliação crítica. O emprego do método sob a égide da crítica objetiva compreendeu: a) formulação e teste das hipóteses, por meio da implementação do método de tentativa e erro; b) eliminação das hipóteses não validadas; c) corroboração das hipóteses após as tentativas de falseamento: “se uma tentativa de solução não é aberta à crítica objetiva, ela é, justamente por isso, excluída como não científica, embora talvez provisoriamente.” (POPPER, 2006, p. 95).

---

<sup>25</sup> A tese que defendemos nesta pesquisa de doutoramento é a de que os diferentes significados assumidos para os termos ‘preservação’, ‘salvaguarda’ na área da CI, não são apropriados, sendo ora apresentados como noções, ora como conceitos, na maior parte das vezes com absoluta ausência de diferenciação entre ambos, como se fossem sinônimos.

<sup>26</sup> A expressão remete à postura crítica de busca da aproximação com a verdade, a partir das tentativas de falseamento das conjecturas e a corroboração das hipóteses - admissíveis à posição de verdade.

<sup>27</sup> “O método hipotético-dedutivo realiza uma demonstração a *posteriori* na qual o efeito explica (prova) a causa. Ele recusa, portanto, o fundamento absoluto das verdades.” (BRYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977b, grifo do autor).

A submissão das provas à teoria, no percurso de tentativas de falseamento das hipóteses, a partir da corroboração, de acordo com Popper (2006), pressupõe a efetivação de testes, junto às hipóteses de pesquisa, visando à aferição de veracidade. Na consulta à legislação, e, posteriormente, aos anais do Enancib, a crítica das noções identificadas possibilitou a implementação do método de tentativa e erro<sup>28</sup>, que incorreu na eliminação das hipóteses não validadas. Assim, o “[...] falseamento não é só possível, mas também necessário para que haja qualquer conhecimento científico positivo, uma vez que todo método confiável depende da eliminação confiável das hipóteses falsas.” (LIPTON, 1997, p.51).

Em congruência com o método de abordagem, o conceito de *informação* e o referencial de pesquisa adotado, passou-se, então, a uma análise das noções e conceitos de preservação, salvaguarda e repositório digital. Ressaltamos que entre as três funções enunciadas por Buckland (1991): a informação como coisa, a informação como conhecimento e a informação como processo, entendemos que a última seja a mais apropriada para a contextualização do conceito de informação adotado. Daí considerar-se que os conteúdos informacionais nato-digitais sejam integrantes do processo denominado *informação*, que, numa perspectiva integrada e correlacionada com a abordagem de pesquisa, será capaz de ampliar a consciência informacional dos ‘agentes de salvaguarda’ – especialmente arquivistas, bibliotecários e museólogos – que lidam com os conteúdos representados, originalmente, em meio digital e a ele convertidos.

### 3.1.1 Seleção da Abordagem

O emprego do método<sup>29</sup> sob a égide da crítica objetiva compreendeu: a) formulação e teste das hipóteses, por meio da implementação do método de tentativa e erro com a eliminação das hipóteses não validadas; b) corroboração da hipótese após a observação das tentativas de falseamento. Baseando-se na observação e crítica, a proposição conceitual do termo *salvaguarda* revelou-se decisiva para a busca de soluções para a problemática, que envolve a proteção dos conteúdos

---

<sup>28</sup> O método de tentativa e erro consolida a ação de conhecer, na medida em que uma solução experimental é admitida ou eliminada, quando considerada falsa. (POPPER, 1994b).

<sup>29</sup> “A teoria do conhecimento se processa através de conjecturas e refutações.” (POPPER, 1994a, p.176).

informativos nato-digitais. À luz da abordagem escolhida, realizamos testes empíricos, por meio dos contrapontos (refutação e/ou contraexemplos), que evidenciaram as proposições falsas e as assertivas verdadeiras – acerca da distinção entre os conceitos de preservação e salvaguarda digitais. Por essa razão, ao selecionar o método de abordagem hipotético-dedutivo, vimos destacar que foi possível, na pesquisa empírica, contrapor o que a teoria nos informava e os fatos observados, mediante exame dos conceitos e noções identificados na legislação pertinente e nos anais do Enancib.

Os pontos vulneráveis identificados, que envolveram a problemática da preservação digital, viabilizaram o tracejamento das indagações postas na problemática de pesquisa. Estas nortearam a observação, a experimentação e o encaminhamento à luz das interpretações dos conceitos e noções de preservação, salvaguarda e repositório digital, identificados na legislação pertinente e nos anais do Enancib.

A estruturação dos testes ocorreu mediante as análises, que, ao longo do percurso de desenvolvimento da pesquisa, formaram-se como objeto de reflexão e debates, por meio das exposições do andamento da pesquisa, seguidas pelo exame de qualificação. Em cada exposição vale destacar que:

[...] [a] tomada de consciência de que nossas tentativas de encontrar a verdade nunca são definitivas, e sempre podem ser aprimoradas; que nosso conhecimento é conjectural: consiste em suposições, hipóteses, e não em verdades certas e definitivas; de que a crítica e a discussão crítica são os únicos meios que temos para nos aproximar da verdade. (POPPER, 1994a, p.175).

O exame da legislação e dos anais do Enancib, sob o viés da abordagem hipotético-dedutiva, viabilizou o contraponto entre ela e as nossas observações. Por essa via, utilizando a nossa atitude racional<sup>30</sup> ou crítica<sup>31</sup>, depois de submetê-las a testes (hipóteses científicas) foi possível, entre tentativas e acertos, validar ou refutar

---

<sup>30</sup> “O racionalismo é uma atitude de disposição a ouvir argumentos críticos e apreender da experiência. É fundamentalmente uma atitude de admitir que *eu posso estar errado e vós podeis estar certos, e, por um esforço, poderemos aproximarmos da verdade.*” (POPPER, 1987, p.232, grifos do autor).

<sup>31</sup> “A atitude crítica dos pré-socráticos renunciou e preparou o racionalismo ético de Sócrates: sua crença em que a busca da verdade, pela **discussão crítica**, era um modo de vida [...]” (POPPER, 1994a, p. 177, grifos nossos).

as hipóteses de pesquisa. “Conscientes da nossa falibilidade, estamos apenas interessados em criticá-las e testá-las, na esperança de descobrir nossos erros, aprender com eles [...]” (POPPER, 1994a, p. 254). Assim, destacamos que a adoção do conceito de *informação* (SILVA, 2005) vinculado à abordagem materialista dialética<sup>32</sup>, que foi adotada na pesquisa de mestrado, conduziu ao aprendizado e à possibilidade de experienciar e analisar no processo incessante do conhecer. E nesse ínterim manter “[...] o espírito aberto, não para aprender, com outras obras [somente], mas com a sua própria e, especialmente, com os erros [...]” (POPPER, 2006, p. 144). Considerando o que foi anunciado – no percurso de desenvolvimento desta tese – em particular, em relação ao método de abordagem, nossa posição incorpora a colocação subscrita, a partir da continuidade na adoção do conceito de *‘informação’*. Ato que fortalece o pensamento em direção à afirmativa de que:

De fato, criticar consiste invariavelmente em apontar contradições dentro da teoria criticada; entre a teoria e alguma outra que aceitamos; ou ainda entre a teoria criticada e determinados fatos – mais precisamente, entre a teoria e certas afirmativas sobre fatos. A crítica nunca pode fazer mais do que apontar tais contradições ou, possivelmente, apenas contradizer a teoria (isto é: pode ser simplesmente a afirmativa da antítese). Contudo, num sentido muito importante, a crítica é o motor principal de qualquer desenvolvimento intelectual. Sem contradições, e sem crítica, não haveria motivos racionais para alterar nossas teorias – em consequência, deixaria de haver progresso intelectual. (POPPER, 1994a, p. 346-347).

No exercício de exame dos conflitos entre o que mais se aproxima da *‘verdade’*, como também o contrário, coube-nos a ação de vislumbrar caminhos para pensar as *‘salvaguardas’* e propor conceitos interligados a estas, a saber, os conceitos de: *‘salvaguarda digital’* e de *‘repositório arquivístico digital de preservação’* com a intenção de contribuir nas discussões epistemológicas pertinentes à Ciência da Informação e às suas Subáreas.

---

<sup>32</sup> “Não se pode fazer justiça a Marx sem lhe reconhecer a sinceridade. Sua largueza de espírito, seu senso dos fatos, sua desconfiança da verbosidade, e especialmente da verbosidade moralizante, fizeram dele um dos mais influentes lutadores contra a hipocrisia e o farisaísmo. [...] sua sinceridade na busca da verdade e sua honestidade intelectual o distinguem, creio, de muitos de seus seguidores.” (POPPER, 1987, p.89).

As possibilidades de vislumbrar alternativas para apontar contradições<sup>33</sup>, a partir da observação, nos conduziu em trajetória que, em nosso entendimento, evidenciou que sob o viés da dialética a tese inicial estará sujeita à crítica, podendo, desse modo, ‘produzir’ sua antítese. (POPPER, 1994a). A partir dessas características, defendemos que o pensamento dialético<sup>34</sup> norteia o método de tentativa e erro, uma vez que ele engloba “[...] a arte da demonstração e da refutação, implicando na possibilidade de discernimento do que é verdadeiro e falso nas afirmações” (FOULQUIÊ, 1978, p.9). Por meio da ação de conhecer, observar e criticar, o indivíduo tem a possibilidade de sair da caverna, ampliando assim, conforme elucida Silva (2005), as possibilidades de conhecer e agir na condição de partícipe do processo que o autor intitulou ‘*informação*’.

Aliado ao conceito de ‘*informação*’, destacamos que os objetivos e as questões de pesquisa, sob o nosso entendimento, possibilitaram compreender que, na tentativa de identificar os erros com a intenção de eliminá-los ao máximo – por meio do uso crítico da evidência empírica, a partir da argumentação e das refutações – nos acercamos da verdade. Todavia, “[...] a mera verdade não basta; procuramos *soluções para os problemas* [...] a maneira pela qual podemos aprender com nossos erros: ao descobrir a falsidade de nossas conjeturas<sup>35</sup>, aprendemos muito sobre a verdade e nos aproximamos mais dela.” (POPPER, 1994a, p. 255-256, grifos do autor).

O desenvolvimento dialético pode ser, assim, explicado, mostrando-se que se realiza em afinidade com o método das tentativas. O contraponto – considerando-se o conjunto de teses propostas, que originam assertivas verdadeiras e proposições falsas, caracterizando a oposição, em termos dialéticos. Desse modo, Popper (1994a, p. 345) sugere “[...] que a luta entre uma ideia e sua crítica – entre a tese e a respectiva síntese – levaria à eliminação da tese (ou, talvez, da antítese), caso esta não fosse satisfatória [...]”. No caso do método hipotético dedutivo, o autor deixa posto a

---

<sup>33</sup> “As contradições – em especial a contradição entre a tese e a antítese, que ‘produz’ o progresso sob a forma de uma síntese – são extremamente férteis, constituindo as forças que impulsionam o progresso do pensamento [...]” (POPPER, 1994a, p. 347).

<sup>34</sup> “O pensamento dialético pode então definir-se por seu movimento de totalização [...] de abertura para o concreto em [vias de] transformação.” (BRYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977a, p.70).

<sup>35</sup> “Toda afirmativa (‘ou afirmativa básica’) é essencialmente conjectural – uma conjectura que podemos testar com facilidade. Por sua vez, esses testes implicam em novas assertivas conjecturais testáveis, e assim por diante, *ad infinitum*. [...] não queremos ‘justificar’ a ‘aceitação’ de nada com esse procedimento – apenas testar nossas teorias criticamente, para ver se é possível refutá-las.” (POPPER, 1994a, p. 424, grifos do autor).

possibilidade de elaboração de mais de uma tese, que terá como contrapontos, cada uma, as suas antíteses.

A atitude crítica é que origina a antítese. Desse modo, “[...] sem contradições, e sem crítica, não haveria motivos racionais para alterar nossas teorias – em consequência, deixaria de haver progresso intelectual.” (POPPER, 1994a, p.346-347). O autor apresenta os aspectos que vinculam o método de tentativas e erros à dialética, ao tempo em que também apresenta aspectos que o distinguem de outros métodos de abordagem, traçando críticas a estes, o que não é objeto de análise nesta pesquisa, mas que consideramos a relevância em circunstanciá-los.

Quanto ao exposto, relatamos que na formulação de conjeturas sobre o termo salvaguarda, ousamos buscar caminhos para uma proposição conceitual situada, epistemologicamente, no campo da Ciência da Informação. Compreendemos o quanto a tentativa de solução para as questões de pesquisa demanda conjeturas audazes, que poderão corresponder aos fatos, ou revelar que se tratavam de proposições falsas. Na consulta à legislação e às comunicações orais sobre o tema preservação, salvaguarda e repositório digital, a crítica das noções identificadas possibilitou a implementação do método de tentativa e erro<sup>36</sup>, que incorreu na eliminação das hipóteses não validadas. Coadunamos com a afirmação de que o método de tentativa e erro consolida a ação de conhecer na medida em que uma solução experimental é admitida ou eliminada, quando considerada falsa (POPPER, 1994b). Retomando a alegoria da caverna, o autor traça críticas à Platão, ressaltando que, embora o mundo das aparências seja de fato um mundo das sombras projetadas nas paredes da caverna onde vivemos, todos procuramos constantemente alcançar a realidade; e mesmo que ela esteja profundamente oculta, como disse Demócrito, podemos explorar a profundidade. Não há um critério da verdade à nossa disposição, todavia, quando reconhecemos nossos erros, eles nos dão um aviso que pode ajudar-nos a encontrar uma via de escape da obscuridade da caverna. (POPPER, 1994a). Na ação de conhecer e experienciar os agentes responsáveis pela implementação da salvaguarda nos arquivos, bibliotecas e museus há o desafio de inovar, promovendo ações que apoiem a preservação de longo prazo. Essa é ‘via de escape’ que

---

<sup>36</sup> “Essa ambiguidade é significativa em Platão devido à sua teoria da imitação ou *mimesis*, de importância crucial; da mesma forma como o mundo empírico *imita* o mundo (verdadeiro) das ideias, os relatos, teorias ou mitos do mundo empírico (de aparências) ‘imitam’ a verdade; portanto, são apenas semelhantes à ‘verdade’.” (POPPER, 1994a, p.436).

possibilita ousar a proposição conceitual do termo ‘*salv guarda*’ que, em nosso entendimento, é distinto do conceito de ‘*preservação*’. A argumentação e a experiência adquirida, a partir do mapeamento das noções e conceitos em estudo, nesta tese, nortearam a corroboração<sup>37</sup> ou a falsificação das teses propostas – previamente apresentadas, e, defendidas e/ou refutadas, no capítulo de análise de dados. A escolha que ora se nos defronta é resultado da nossa filiação ao pensamento dialético.

### 3.1.1.1 *Expectativas ou conhecimento prévio*

Um prévio conhecimento, bem como um conjunto de expectativas – este último relativo à importância das ações e políticas destinadas a gerir, preservar e democratizar a informação digital – anteciparam os caminhos da formalização desta pesquisa de doutoramento. Neste contexto, partindo da inquietação direcionada à reflexão acerca da diferença entre os conceitos de *salv guarda* e *preservação* da informação pública nato-digital, textual ou não textual, e considerando-se a análise da LAI e da legislação pertinente, notamos que nossas expectativas – em relação ao entendimento mais aprofundado sobre medidas que assegurassem a preservação desse legado informacional digital – não seriam atendidas somente com a análise da referida Lei e demais legislação, tendo em vista que buscávamos demarcar a importância da garantia da preservação dos conteúdos informacionais nato-digitais, ou seja, o que entendíamos que fosse a ação de ‘*salv guardar*’ conteúdos informacionais nato-digitais.

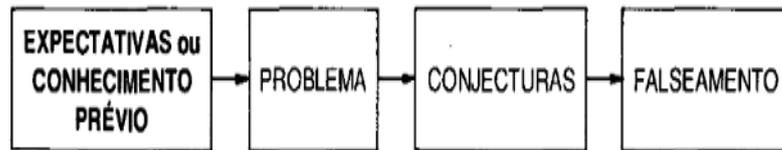
Identificamos, assim, algumas lacunas existentes na literatura relativa à delimitação dos conceitos de ‘*preservação*’ e de ‘*salv guarda*’; e, diante do contexto posto, questionamos: qual o conjunto de documentos que poderia favorecer a fundamentação dos estudos destinados à *salv guarda* e à *preservação* dos conteúdos informacionais públicos nato-digitais? Em continuidade, indagamos: quais as diferenças entre os conceitos de ‘*salv guarda*’ e de ‘*preservação*’ digitais? E, ainda, quais os significados assumidos pelos conceitos de ‘*repositório digital*’, na área da CI,

---

<sup>37</sup> Pode-se dizer que “a teoria que sobreviva ao teste foi apenas temporariamente corroborada.” (NEIVA, 1999, p.79).

considerando-se a citada legislação e as comunicações orais selecionadas, junto ao Enancib?

**Figura 3:** Esquema: método de abordagem hipotético-dedutivo.



**Fonte:** Lakatos e Marconi (2003, p.84).

A problemática posta suscitou a formulação de conjeturas / soluções propostas passíveis de teste, segundo o método de abordagem adotado (POPPER, 1987). Foram as seguintes: a) a imprecisão no uso dos conceitos/noções de preservação e salvaguarda, empregados como se fossem sinônimos, fosse na legislação pertinente, fosse nos anais do Enancib, da área de Ciência da Informação (CI); b) *'preservação'* e *'salvaguarda'* são conceitos/noções passíveis de complementaridade, contudo, são distintos em relação ao seu emprego, seja na legislação, seja nos anais. Desse modo, na análise das proposições opostas, considerando-se o contexto que envolve a problemática de pesquisa em destaque, nesta seção, defendemos a tese de que: as acepções assumidas pelos conceitos e noções de preservação e de salvaguarda digitais, na legislação e nos anais do Enancib, não são apropriadas.

Da consulta à legislação pertinente, a primeira conjetura não superou os testes. Identificamos as variáveis pertinentes ao estudo (respectivamente, os capítulos de apresentação e de análise de dados), criando, a partir destes, um banco de dados no Microsoft Excel, constituído de planilhas para a coleta e sistematização dos dados angariados, nas fases da pesquisa empírica. Procedeu-se, em seguida, à descrição e sistematização dos dados coletados, por meio da representação em tabelas, quadros, esquemas e gráficos. Finda esta ação, foi possível realizar os testes relativos às conjeturas descritas anteriormente. Num primeiro momento, testando-as no contexto de exame dos dados coletados junto à legislação pertinente; num segundo momento, referindo-se ao construto resultante das comunicações orais selecionadas nos anais do Enancib. “Uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação destes, constituindo-se [...] no núcleo central da pesquisa.” (MARCONI; LAKATOS, 2006, p.34).

A primeira conjectura foi superada em relação aos testes realizados, fosse ao que se referia à análise das noções identificadas com a legislação arquivística, destinada à preservação, fosse ao que se vinculava à análise, relativa aos conceitos identificados, nos citados anais do Enancib. Em minúcias, as tentativas de refutação desta proposição, em ambos os casos, ocorreram mediante a observação e a análise dos dados sistematizados e representados em tabelas, gráficos, quadros e figuras, relativos à legislação arquivística destinada à preservação digital e ao conjunto de comunicações orais selecionadas (Enancib). Por outro lado, a segunda conjectura foi validada após os testes e observações realizadas. Os testes e as observações ocorreram mediante a instrumentalização do plano metodológico a partir da adoção das técnicas de documentação indireta (pesquisa bibliográfica e documental) e com a coleta das noções de preservação, salvaguarda e repositório digital.

Alicerçado na observação dos resultados, propusemos uma solução – deduzida a partir da assertiva confirmada – que consistiu no entendimento de que o termo salvaguarda deve ser empregado, na área de Ciência da Informação, como um conceito distinto do de preservação. Defendemos que o conceito de ‘*salvaguarda*’ consiste em assegurar e garantir a preservação propriamente dita, admitindo-se, assim – como uma das salvaguardas – o RAD-Pres.

No que tange ao alcance do objetivo geral desta pesquisa (a distinção entre o conceito de preservação do de salvaguarda), identificamos entre os ‘resultados’ epistemológicos vinculados à abordagem adotada que o avanço do conhecimento consiste na admissão de que não há um critério de verdade à nossa disposição, todavia, tivemos acesso a critérios que puderam levar-nos a reconhecer o erro e a falsidade (POPPER, 1994b). Destarte, fundamentados na observação, distinguimos o conceito/noção de preservação daquele de ‘*salvaguarda*’. No exame dos conceitos/noções identificados, reafirmamos que o reconhecimento da obscuridade e inconsistência no uso dos termos, como sinônimos, são critérios para a identificação das lacunas que fomentaram a proposição conceitual para salvaguarda e as reflexões postas nesta tese.

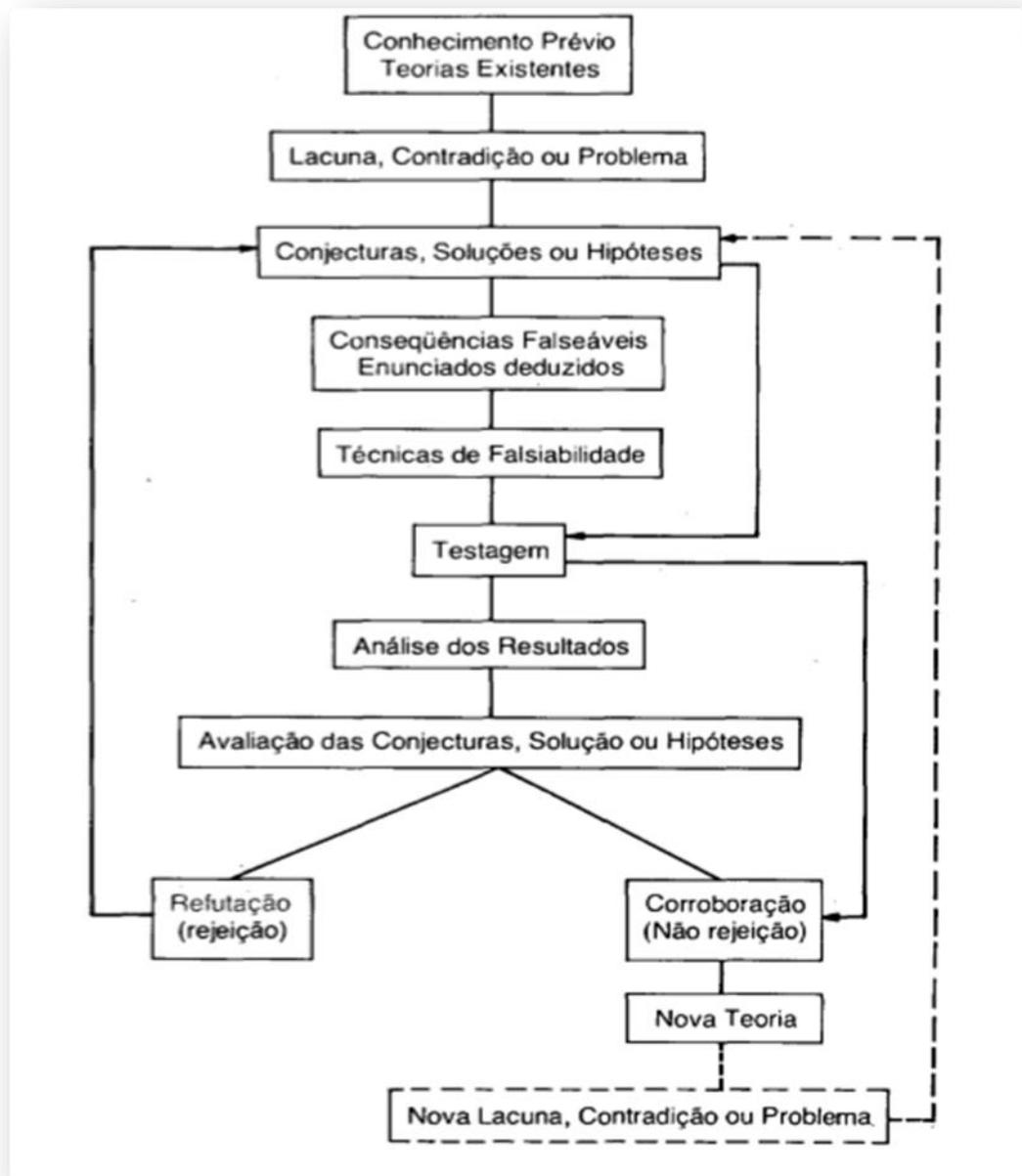
Destacamos ainda que uma das salvaguardas, neste caso a que conceituamos como tecnológica, deve ser realizada por meio dos RAD-Pres. Ressalte-se que, nesta tese, propôs-se a definição RAD-Pres, em substituição à definição de repositórios arquivísticos digitais confiáveis, os RDC-Arq. Consideramos que os RAD-Pres são

ambientes digitais com vistas ao gerenciamento e à preservação da informação digital, por meio de metadados (de preservação), inseridos em infraestrutura (hardware e software) adequada e amparada por garantia de políticas de preservação digital, metodologias, padrões, normas institucionais e ações cooperativas comprometidas com a preservação de longo prazo.

Do exame da legislação e dos anais do Enancib, acrescentamos que a política de garantia da preservação é, na verdade, um elemento de salvaguarda. Isso nos pareceu claro após constatarmos que, ao embasarem suas ações de custódia de informação digital na formulação de procedimentos de preservação digital, as instituições incluíam aí as políticas. Trata-se, em nosso entender, de um equívoco, pois, uma vez que as políticas visam a dar garantias à preservação, não podem ser elas próprias, as políticas, confundidas como elementos de preservação, mas sim, especificamente, como políticas de salvaguarda, garantindo a preservação, as quais, num consequente desenvolvimento de programas de preservação digital, possibilitariam o planejamento, a criação e a manutenção de RAD-Pres. Assim, as políticas de salvaguarda, conceitualmente propostas nesta tese, sinalizam, desse modo, uma possível demanda a ser incluída em agendas políticas.

A esquematização - disposta na folha a seguir - possibilita a recapitulação do fluxo de ações que empreendemos no percurso metodológico analítico:

**Figura 4:** Níveis para abstração dos fenômenos investigados: abordagem hipotético-dedutiva.



**Fonte:** Lakatos e Marconi (2003, p.96).

Na crítica à solução proposta, no que tange à importância da criação de um conceito para o termo salvaguarda, destacamos, conforme temos percebido, que, até então, este vem sendo proposto como uma *noção*, ou seja, como uma “unidade de significação de um discurso ideológico” (CASTELLS; IPOLA, [1982], p.12), quando, na verdade, deveria ser desenvolvido, também, como um *conceito*, ou seja, como uma “unidade de significação de um discurso científico” (CASTELLS; IPOLA, [1982], p.12),

e de modo distinto do conceito de preservação, com o sentido, então, de assegurar, de garantir a preservação propriamente dita, admitindo-se, assim, como ação de salvaguarda o RAD-Pres.

Em síntese, a análise da legislação, relativa à preservação e à criação e implementação de repositórios digitais, apontou para a necessidade do planejamento e delimitação do conceito de salvaguarda do patrimônio digital, visto que o termo '*salvaguarda*' não é apresentado, explicitamente, no conjunto de documentos citados.

Elucidamos que na '*eliminação dos erros*', tendo em vista os testes de falseamento – tentativa de refutação, a partir de diferentes meios, como a observação e experimentação –, superamos a primeira proposição, conforme descrição apresentada. E, logo, corroboramos a segunda, à luz da observação e análise. Nessa perspectiva, a problemática decorrente das lacunas que apontamos foi estabelecida<sup>38</sup>, e encontra-se situada no contexto que fomentou a necessidade da análise crítica das noções / conceitos de repositório, salvaguarda e preservação digitais dos conteúdos informacionais nato-digitais, respectivamente identificados na pesquisa empírica: a) na legislação pertinente à preservação e b) nas comunicações orais publicadas nos anais do Enancib.

Corroboramos com a ideia de que tais acepções, assumidas pelos conceitos e noções de '*preservação*' e de '*salvaguarda*' digitais na legislação e nos anais do Enancib, não são, como dito, apropriados. Perante a imprescindibilidade de estudos e pesquisas que tratem da informação digital e da garantia de sua preservação, o aprimoramento do entendimento científico acerca do que seja salvaguarda requer o efetivo conceito que propusemos para o termo (eliminando-se, assim, o seu caráter apenas nocional, ou ideológico, se preferirmos), e para o aperfeiçoamento do conceito de preservação em repositórios digitais, por meio da análise da legislação arquivística pertinente, assim como dos anais do Enancib.

---

<sup>38</sup> Uma das nossas hipóteses de pesquisa consistiu na afirmativa de que: a) nem todo repositório digital garante a preservação. Isto porque só os repositórios digitais que empregam metodologias, padrões, metadados, são implementados e mantidos por meio de ações vinculadas à legislação pertinente, que promovem a efetiva preservação. Na pesquisa empírica identificamos noções relativas ao termo na legislação e conceitos de repositórios digitais junto aos anais do Enancib; b) A ausência de uma legislação específica que regule a garantia da preservação da informação pública nato-digital promove entraves para a ampliação das ações de salvaguarda dos conteúdos digitais públicos de texto, som e imagem, via mecanismos de preservação e salvaguarda constituídos no universo digital.

O cenário das políticas de salvaguarda e de ações de preservação constitui-se ainda em aprimoramento, uma vez que tais ações e políticas encontram-se em etapa inicial, no que se refere ao estabelecimento de limites claros que as diferenciem. Essa condição encontra-se impressa diretamente nas noções (que precisam ser aprimoradas em 'conceitos' mais claros) de preservação e/ou salvaguarda empregadas nos documentos selecionados para estudo. O que consideramos conceitualmente como salvaguarda, identifica-se por vezes como sinônimo, equivalendo a preservação, conforme amplamente exposto.

Os enfoques interpretativos delimitados pela análise dos principais conceitos de preservação, identificados nos anais do Enancib, no recorte temporal centrado na primeira até a décima oitava edições (1994 - 2017), indicaram que os sentidos e significados assumidos pelo termo preservação – relacionando-se agora ao espaço digital (preservação digital) – acentua certo entendimento. Ou seja, de que as suas dimensões, estipuladas a partir dos elementos constitutivos (localizados nos estudos e pesquisas citados) determinam relação intrínseca com o termo salvaguarda. Essa afirmação, comprovada com base na análise crítica dos principais conceitos de preservação, permitiu-nos entrever o indício de um potencial espaço epistêmico para a consolidação do conceito de salvaguarda na área de Ciência da Informação. Destarte, garantir a preservação, ou seja, promover a salvaguarda, requer a criação de políticas específicas, que arregimentem procedimentos e processos que garantam a preservação e o acesso aos conteúdos informacionais por longo prazo.

Conceitualmente, o entendimento de preservação é diferenciado do de salvaguarda justamente porque esta última ocupa-se em garantir a preservação, não somente por meio da adoção de diretrizes técnicas internas e ações institucionais cooperativas de preservação, propriamente ditas, mas regidas por uma legislação que as determine, e que resulte em políticas efetivamente implementadas, justamente para que as garantias se exerçam plenamente (preservação e acesso).

Defendemos ainda que o conceito de repositório digital mais adequado à preservação e à salvaguarda da informação, nascida em meio digital, é aquele que reflete ações institucionais cooperativas, regidas pelas políticas, diretrizes e legislação, que garantam ações para a preservação digital, mediante emprego de metodologias, normas, padrões e protocolos, que ensejem a redução dos efeitos da fragilidade e da obsolescência de hardware, software e formatos, de modo a

assegurar, por longo tempo ou permanentemente, a autenticidade, a integridade e o acesso contínuos. No bojo do exame da legislação e dos principais trabalhos e pesquisas do Enancib sobre preservação e/ou salvaguarda fomos levados a crer que uma questão (*'lacuna'*) foi originada, sem que tivéssemos a pretensão de aqui propor soluções. Esta se transcreve a partir da questão: quais os reflexos da implementação das *'salvaguardas'* de conteúdos informacionais nato-digitais entre as instituições depositárias de documentação digital pública? Deixamos posto o questionamento frente à posição que defendemos e com a qual corroboremos. Em futuros estudos e pesquisas esta lacuna poderá vir a transformar-se num campo de colaboração interinstitucional e de ação das salvaguardas.

### 3.2 TÉCNICAS

Para a instrumentalização do plano metodológico foram adotadas as técnicas filiadas ao pressuposto de que o acesso à informação somente se consolida – com base nas políticas de salvaguarda e ações preservação condizentes com padrões reconhecidos internacionalmente – mediante uma política que, por meio de consistente legislação, garanta a preservação da informação e o seu acesso continuado.

As técnicas consistiram em: a) documentação indireta, com base em pesquisa bibliográfica e documental, iniciando-se pelas fontes referentes ao tema e aos fenômenos que estabeleceram relação com o problema, hipóteses e tese de pesquisa; b) identificação das noções de 'preservação', 'salvaguarda' e 'repositórios digital' junto ao marco legal da pesquisa; c) mapeamento e seleção das comunicações orais sobre os temas preservação, salvaguarda, repositórios e bibliotecas digitais mediante levantamento obtido a partir do emprego de roteiro de coleta de dados (Apêndices B e C).

Foi realizado um levantamento bibliográfico com vistas à fundamentação teórica da tese. Procedeu-se, em seguida, ao levantamento das leis e decretos, pertinentes à preservação e salvaguarda digitais. Foram identificadas as noções de preservação, salvaguarda e repositório digital nas leis e decretos. O material foi criticado e submetido à análise do ponto de vista mais próximo da veracidade ou, alternativamente, da falsidade.

Num segundo momento, foi realizado mapeamento geral de comunicações orais e pôsteres publicados entre 1994 e 2017 (relativos aos temas: preservação, bibliotecas e repositórios digitais), considerando-se todos os Grupos de Trabalho do Enancib. A escolha justificou-se por ser este considerado o principal evento da área de Ciência da Informação em âmbito nacional, e por julgarmos a sua pertinência para o estudo do conceito de salvaguarda, em defesa nesta tese. O presente mapeamento compreendeu, portanto, sete etapas: leitura dos sumários dos Anais dos Eventos (1994-2017); formulação da estratégia de busca, pesquisa junto à coleção Benancib (Base de Dados do Enancib); elaboração roteiro de coleta de dados, pré-teste, adequações necessárias ao roteiro, seleção das comunicações orais pertinentes à pesquisa; coleta de dados mediante uso do roteiro (junto às comunicações orais e pôsteres), representação e sistematização dos dados mapeados e identificação dos conceitos em estudo e análise dos dados coletados e análise conceitual e temática. (Quadro 1).

**Quadro 1:** Identificação e análise dos conceitos (legislação e anais do Enancib): fases da pesquisa.

<b>FASES (Coleta e tratamento dos dados)</b>	<b>FONTES CONSULTADAS E/OU UTILIZADAS</b>
<p><u>1ª Fase – Legislação</u></p> <p>1. Pesquisa acerca do marco legal pertinente ao tema;</p>	<p>Homepages (Planalto e CONARQ)</p>
<p>2. Leitura e análise da legislação selecionada;</p>	<p>Banco de dados da Pesquisa de Doutorado</p>
<p>3. Identificação das noções de 'preservação', 'salvaguarda' e 'repositórios digital');</p>	
<p>4. Representação e sistematização dos dados coletados;</p>	<p>Aplicativo de criação de planilhas eletrônicas</p>

FASES (Coleta e tratamento dos dados)	FONTES CONSULTADAS E/OU UTILIZADAS
5. Elaboração da síntese analítica do conteúdo representado graficamente.	Aplicativo processador de texto Fundamentação teórico-metodológica.
<u>2ª Fase – Anais do Enancib</u>  1. Leitura dos sumários dos Anais dos Eventos (1994-2017);	Homepage Institucional (Ancib)
2. Formulação da estratégia de busca;	Tutorial do Repositório “Questões em Rede”
3. Mapeamento geral dos estudos e pesquisas relativas aos temas: preservação, salvaguarda, repositórios e bibliotecas digitais (comunicações orais e pôsteres);	Repositório do Projeto de Pesquisa “Questões em rede” - Coleção BENANCIB
4. Elaboração e pré-teste do roteiro de coleta de dados;	Fundamentação teórico-metodológica
5. Adequações necessárias ao roteiro;	
6. Coleta de dados mediante uso do roteiro de pesquisa (junto às comunicações orais e pôsteres);	Repositório do Projeto de Pesquisa “Questões em rede” - Coleção BENANCIB Aplicativo de criação de planilhas eletrônicas

<b>FASES (Coleta e tratamento dos dados)</b>	<b>FONTES CONSULTADAS E/OU UTILIZADAS</b>
7. Seleção das comunicações orais pertinentes à pesquisa;	Coleção BENANCIB (1994 a 2016) / Anais do Enancib (2017)
8. Identificação dos conceitos em estudo e	Comunicações orais selecionadas  NBR 12676 <sup>39</sup>  Fundamentação teórico-metodológica
9. Análise conceitual e temática.	
10. Avaliação das proposições de pesquisa.	A partir dos dados representados.

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016-2018.

Após essas etapas, e tendo como alvo o reconhecimento dos principais conceitos de preservação, optamos por trabalhar com estudos na modalidade comunicação oral por apresentarem discussões conceituais mais estendidas e aprofundadas. Foram selecionados 20 trabalhos na modalidade comunicação oral por terem apresentado discussões relativas ao conceito de preservação e/ou de salvaguarda. Os demais estudos e pesquisas vinculados à essa modalidade de apresentação e que trataram do tema preservação e/ou salvaguarda apresentaram enfoque mais centrado na contextualização das pesquisas e na caracterização do(s) objeto(s) de estudo do que nas discussões epistemológicas pertinente aos temas. A seleção de trabalhos foi realizada a partir da consulta aos resumos, introduções,

<sup>39</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676:** Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

conclusões e referências (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992).

### 3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa, em atenção à adoção de uma sistemática adequada ao desenvolvimento da tese, empregou-se procedimentos metodológicos de análise comparativa, quantitativa e qualitativa<sup>40</sup>. Com vistas à proposição do conceito de *salv guarda*, o procedimento comparativo foi útil na análise das diferenças entre as noções e/ou conceitos de salv guarda, preservação e repositório digital – identificados na legislação arquivística e nos anais do Enancib. Em contrapartida, os procedimentos metodológicos quantitativo e qualitativo mostraram-se complementares, respectivamente, ao processo de representação dos dados coletados e à análise e crítica dos conceitos e noções identificados.

Ressalte-se que, adotando os procedimentos metodológicos comparativo, quantitativo e qualitativo foram realizadas : a) análises documental e temática das noções de preservação, salv guarda e repositório digital junto ao marco legal considerado pertinente ao tema: “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” (UNESCO, 1972), “Recomendações para a Salv guarda e conservação de Imagens em Movimento” (UNESCO, 1980), “Constituição do Brasil” (1988), “Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991”, “Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998”, “Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002”, “Resolução (CONARQ) nº 20, de 16 de julho de 2004”, “Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital” (2005), “Resolução (CONARQ) nº 24, de 3 de agosto de 2006”, “Resolução (CONARQ) nº 25, de 27 de abril de 2007”, “Resolução (CONARQ) nº 32, de 17 de maio de 2010”, “Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil” (2011), “Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011”, “Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012”, “Resolução (CONARQ) nº 37, de 19 de dezembro de 2012”, “Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais” (2012), “Resolução (CONARQ) nº 41, de 9 de dezembro de 2014”, “Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015” e “Diretrizes para implantação de RDC-Arq” (CONARQ, 2015); b) análises documental e temática das

---

<sup>40</sup> “Eventos de natureza qualitativa podem receber tratamento quantitativo, tendo em vista que os procedimentos não estão dissociados [...]” segundo a visão de Pereira (1999).

noções de salvaguarda, junto às leis e decretos. Em acréscimo, foram empregados os procedimentos metodológicos de análise qualitativa, quantitativa; c) análises temática, comparativa, quantitativa e qualitativa dos conceitos de salvaguarda, preservação e repositórios digital , junto aos anais do Enancib, desde a sua primeira (1994) até a décima oitava edições (2017); d) avaliação das proposições de pesquisa, a partir dos dados representados (vide capítulos de apresentação e análise de dados) e, por fim e) avaliação das proposições de pesquisa, a partir dos dados sistematizados e representados a partir de gráficos, quadros e tabelas (vide capítulos de apresentação e análise de dados).

O conjunto de ações empreendidas, sob a égide do viés hipotético-dedutivo, conduziu a uma análise que adotou as técnicas e os procedimentos metodológicos de análise indicados, com vistas à proposição do conceito de *salvaguarda*. O instrumental viabilizou comparar as diferenças entre as noções e/ou conceitos de salvaguarda, preservação e repositório digital – identificados na legislação arquivística e nos anais do Enancib. Em acréscimo, os procedimentos metodológicos quantitativo e qualitativo subsidiaram o processo de análise da representação dos dados coletados, “[...] entendendo a análise de dados qualitativos apenas como uma alternativa metodológica, de natureza quantitativa, para se tratar do mesmo objeto.” (PEREIRA, 1999, p.22). Em complementação, foi utilizado o procedimento comparativo.

#### **4 APRESENTAÇÃO DOS ‘CONCEITOS’ E ‘NOÇÕES’ DE ‘REPOSITÓRIO DIGITAL’, ‘PRESERVAÇÃO’ E/OU ‘SALVAGUARDA’**

Em exame da legislação pertinente ao tema, foram selecionados, conforme já indicamos, os seguintes documentos: Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), Recomendações para a Salvaguarda e Conservação de Imagens em Movimento (UNESCO, 1980), Constituição do Brasil (1988), Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, Resolução (CONARQ) nº 20, de 16 de julho de 2004, Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital (2005), Resolução (CONARQ) nº 24, de 3 de agosto de 2006, Resolução (CONARQ) nº 25, de 27 de abril de 2007, Resolução (CONARQ) nº 32, de 17 de maio de 2010, Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil (2011), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, Resolução (CONARQ) nº 37, de 19 de dezembro de 2012, Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais (2012), Resolução (CONARQ) nº 41, de 9 de dezembro de 2014, Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015, Diretrizes para implantação de RDC-Arq (CONARQ, 2015).

##### **4.1 NOÇÕES DE PRESERVAÇÃO, SALVAGUARDA E REPOSITÓRIO DIGITAL SEGUNDO A LEGISLAÇÃO**

Na prática o planejamento e a implementação de RDC-Arq, aqui redefinidos como RAD-Pres, demandam investimentos contínuos associados à pesquisa científica aplicada, a vinculação da ferramenta com a política de garantia da preservação, a capacitação de recursos humanos e a implementação de infraestrutura tecnológica adequada.

Os repositórios digitais das instituições responsáveis pela preservação da informação arquivística criadas em meio digital não asseguram plenamente a preservação digital. Um dos estudos que tratam dessa questão revelou que os repositórios estavam sendo desenvolvidos sem os instrumentos necessários para a preservação da informação digital de longo prazo. Os autores indicaram três pontos cruciais: a) necessidade da introdução de uma política de preservação digital, b)

adoção de metadados de preservação e c) desenvolvimento de estratégia de migração das mídias digitais (BORBA; LIMA, 2009).

O planejamento e a implementação dos repositórios digitais refletem a necessidade do aprimoramento do conceito de salvaguarda digital, diferenciando-o assim de preservação digital. Acrescenta-se que essa ação será basilar para regulamentar o planejamento e a implementação de RAD-Pres – que assegurem a preservação em consonância com políticas, normas, diretrizes, metodologias e procedimentos comprometidos com a salvaguarda digital. Segundo a Carta de Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital (2005, p.3, grifos nossos):

Atualmente, não obstante os pesados investimentos em tecnologia da informação há uma **crescente debilidade estrutural dos sistemas eletrônicos de informação**, que os incapacitam de assegurar a preservação de longo prazo e o acesso contínuo às informações geradas num contexto de rápido avanço tecnológico.

A tecnologia na condição de meio, e não como fim, é instrumento que implementa a salvaguarda tecnológica. Desse modo, o aprimoramento dos Sistemas Eletrônicos de Informação, particularmente os repositórios arquivísticos digitais de preservação, pode favorecer a garantia da preservação na medida em que as instituições arquivísticas estabeleçam políticas de salvaguarda, implementando, assim, as 'garantias de preservação', como por exemplo: infraestrutura, normas e procedimentos para assegurar que os documentos arquivísticos nato-digitais permaneçam acessíveis, compreensíveis, autênticos e íntegros por longo prazo. Em tese, defende-se que os diferentes significados assumidos pelo conceito de repositório digital na área da C.I. não são apropriados à salvaguarda e ao acesso continuado à informação pública nascida em meio digital.

Reconhecida a instabilidade da informação arquivística digital, é necessário o estabelecimento de políticas públicas, diretrizes, programas e projetos específicos, legislação, metodologias, normas, padrões e protocolos que minimizem os efeitos da fragilidade e da obsolescência de hardware, software e formatos e que assegurem, ao longo do tempo, a autenticidade, a integridade, o acesso contínuo e o uso pleno da informação a todos os segmentos da sociedade brasileira. Isto só será possível se houver uma ampla articulação entre os diversos setores comprometidos com a preservação do patrimônio

arquivístico digital, e em cooperação com os organismos nacionais e internacionais. (CONARQ, 2005, p.3).

Admite-se que a ampliação da visibilidade da importância da salvaguarda digital, como também o aprimoramento do seu conceito, é de relevância para o planejamento e a implementação de RAD-Pres.

O comprometimento com a garantia da preservação em longo prazo é um dos principais quesitos que estabelece uma diferença marcante entre salvaguarda e preservação. Haja vista que o compromisso com a implementação de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio arquivístico digital, envolvendo os setores público e privado, convoca as instituições depositárias de documentação criada em meio digital a envidarem esforços para promover a garantia da preservação e do acesso contínuo. De acordo com a Carta de Preservação do Patrimônio Digital, do CONARQ (2005), esses quesitos são basilares para a democratização do acesso à informação arquivística e para a preservação da memória no país.

A salvaguarda digital, nesta tese, consiste em compromissos institucionais cooperativos regidos pelas políticas, diretrizes e legislação que garantam as ações para a preservação digital, mediante emprego de metodologias, normas, padrões e protocolos que possibilitem a redução dos efeitos da fragilidade e da obsolescência de hardware, software e formatos, de modo a assegurar, por longo tempo ou permanentemente, a autenticidade, a integridade e o acesso contínuo.

**Quadro 2:** Documentos relativos à temática preservação digital e à democratização do acesso à informação.

Documento	Ementa / Síntese	Apêndices
<b>Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural - UNESCO, 1972.</b>	Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, na sua décima sétima sessão.	-----

(continua)

Documento	Ementa / Síntese	Apêndices
<b>Recomendações para a Salvaguarda e conservação de Imagens em Movimento – UNESCO, 1980.</b>	Instâncias da Unesco que abordam a preservação do patrimônio audiovisual.	-----
<b>Constituição (1988)</b>	Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. (BRASIL, 2016).	NA
<b>Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991</b>	Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. (BRASIL, 1991).	NA
<b>Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997</b>	Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i> .	NA
<b>Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998</b>	Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.	NA
<b>Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002</b>	Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. (BRASIL, 2002).	NA
<b>Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004</b>	Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos.	NA
<b>Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital, de 2005</b>	A Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, do CONARQ, de 6 de julho de 2004 manifesta a necessidade do estabelecimento de políticas, procedimentos, sistemas, normas e práticas que levem os produtores de documentos a criar e manter documentos arquivísticos fidedignos, autênticos, preserváveis e acessíveis. (CONARQ, 2005).	NA

(continua)

Documento	Ementa / Síntese	Apêndices
<b>Resolução nº 24, de 3 de agosto de 2006</b>	Estabelece diretrizes para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas	I. Elementos essenciais para a elaboração da listagem descritiva para transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais II. Informações para apoiar a presunção de autenticidade.
<b>Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007</b>	Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.	NA
<b>Resolução nº 32, de 17 de maio de 2010</b>	Dispõe sobre a inserção dos metadados na Parte II do modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos – e-ARQ Brasil.	Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil
<b>Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011</b>	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. (BRASIL, 2011).	NA
<b>Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012</b>	Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. (BRASIL, 2012).	NA
<b>Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012</b>	Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.  (Faz referência ao disposto nos arts. 25, 27, 29, 35, § 5º, e 37 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).	NA

(continua)

Documento	Ementa / Síntese	Apêndices
<b>Resolução nº 37, de 19 de dezembro de 2012</b>	Aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais.	Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais
<b>Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014</b>	Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso. (BRASIL, 2014).	NA
<b>Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015</b>	Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR	Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016 - 2017.

Os documentos citados representam, em certa medida, ações políticas que podem contribuir direta ou indiretamente para o aprimoramento de políticas de preservação digital, todavia a análise do conjunto revela a necessidade da especificação de ações de maior comprometimento com a salvaguarda do patrimônio digital.

O comprometimento dos setores público e privado, assim como dos segmentos da sociedade, seja no âmbito nacional ou internacional, é prioritário, tendo em vista que: “o desafio da preservação dos documentos arquivísticos digitais está em garantir o acesso contínuo a seus conteúdos e funcionalidades, por meio de recursos tecnológicos disponíveis à época em que ocorrer a sua utilização.” (CONARQ, 2005, p.2). Para além da infraestrutura tecnológica, o comprometimento deve estar centrado em assegurar e garantir a preservação digital. Para tanto, é imprescindível o envolvimento do poder público, da iniciativa privada, das instituições de ensino e

pesquisa, dos arquivos, bibliotecas e museus comprometidos com a preservação digital.

Tal questão se apresenta hoje como um dos desafios da contemporaneidade: garantir o acesso continuado à informação das administrações públicas e promover a constituição de um legado digital para as gerações futuras [...]. Até hoje os governos ainda não perceberam a importância do papel dos arquivos, em outras palavras, a importância do fortalecimento das instituições arquivísticas para a gestão, a preservação e o acesso dos documentos da administração pública federal, que em muito podem contribuir para esclarecer fatos recentes relativos às denúncias de corrupção no país, bem como para promover a transparência dos atos praticados pelos governos. (HOLLÓS, 2014, p.23-24).

O papel das bibliotecas, museus e, sobretudo, dos arquivos na preservação do legado da informação digital no país é incontestado, apesar da realidade notada entre uma considerável parcela dos arquivos públicos ainda ser precária. Essa realidade é realçada, tendo em vista a carência de investimentos em: infraestrutura, capacitação técnica dos recursos humanos, carência do estabelecimento de metodologias, procedimentos, padrões, protocolos e metadados, ações cooperativas, programas e políticas institucionais mais condizentes, visando a democratizar e garantir a preservação e o acesso contínuo ao legado da informação nascida em digital no país.

A preservação dos documentos arquivísticos digitais requer ações arquivísticas, a serem incorporadas em todo o seu ciclo de vida, antes mesmo de terem sido criados, incluindo as etapas de planejamento e concepção de sistemas eletrônicos, a fim de que não haja perda nem adulteração dos registros. Somente desta forma se garantirá que esses documentos permaneçam disponíveis, recuperáveis e compreensíveis pelo tempo que se fizer necessário. (CONARQ, 2005, p.2).

Reafirmamos a importância de medidas específicas para garantir a preservação. Elas envolvem uma série de fatores, que vão desde os aspectos técnicos, operacionais, tecnológicos, estratégias de cooperação e recursos humanos e financeiros, mas, sobretudo, a formulação de políticas apropriadas.

A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA, 1998) esclarece que a preservação inclui todos os aspectos relativos à gestão e finanças, como também provisões acerca do armazenamento, alojamento, pessoal, políticas,

técnicas e métodos envolvidos na preservação de acervos biblioteconômicos e arquivísticos<sup>41</sup>. O entendimento acerca da importância da preservação, por meio da noção posta pela IFLA, já tratava dos fatores que relacionaremos ao conceito de 'salvaguarda' no universo digital. Nesse contexto, a Câmara de Técnica de Documentos Eletrônicos, do CONARQ, define preservação como um “[...] conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo o acesso e a interpretação de documentos digitais pelo tempo que for necessário.” (CTDE, 2016, p.34). A promoção de ações de cunho gerencial e técnico destinadas aos documentos digitais são, naturalmente, extensivas também aos documentos digitais audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais. Na legislação em estudo, inicialmente, a proteção desses documentos é denominada proteção especial. Atualmente, entendemos que a legislação já considera os documentos digitais em sua multiplicidade de formatos, suportes e tipologia dos conteúdos registrados em meio digital. É o que vimos tomando nota a partir da análise do conjunto documental em exame. Salientamos que uma importante iniciativa foi a criação da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM)<sup>42</sup> do CONARQ, que é constituída tendo em vista a necessidade de suprir a carência de uma terminologia arquivística própria e normalizada referente à documentação audiovisual, iconográfica, musical e musicográfica. Saliente-se que essa iniciativa encontra aporte no argumento de que o tratamento técnico dos documentos citados demanda metodologia específica, critérios definidos e padronizados de gestão arquivística, como também descrição arquivística específica. Sem a adoção dessas orientações técnicas recomendadas pela CTDAISM (2016) a garantia da preservação desses conteúdos informacionais nato-digitais, que requerem gestão e tratamento técnico apropriados, não será efetivada.

Os documentos relativos à regulamentação do acesso à informação e a implementação dos repositórios arquivísticos digitais confiáveis são apresentados no Quadro 3. Os documentos foram analisados comparativamente, tendo em vista a

---

<sup>41</sup> “Includes all the managerial and financial considerations, including storage and accommodation provisions, staffing levels, policies, techniques, and methods involved in preserving library and archival material and the information contained in them.” (IFLA, 1998, p.5).

<sup>42</sup>A partir da Portaria nº 90, de 27 de maio de 2010. Desde a sua primeira gestão a antiga CTDAIS identificou e reconheceu a necessidade de incluir os documentos musicais e musicográficos dentro das suas responsabilidades, o que levou à ampliação do seu nome para CTDAISM, oportunamente aprovada pela plenária do CONARQ.

expectativa de identificação das noções de ‘preservação’ e ‘salvuarda’, de modo a distingui-las.

**Quadro 3:** Comparativo entre as noções de ‘Preservação’ e/ou ‘Salvuarda’.

	<b>Especificação</b>	<b>Preservação</b>	<b>Salvuarda</b>
1	<b>Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural - UNESCO, 1972</b>	<p>Preservar está ligado à potencialidade de preservação do patrimônio mundial da humanidade. As noções: preservação e patrimônio estão relacionadas.</p> <p>A inscrição no Patrimônio Mundial está prevista para “bens do patrimônio cultural e natural ameaçados de desaparecimento devido a uma degradação acelerada, projetos de grandes trabalhos públicos ou privados, rápido desenvolvimentos urbano e turístico, destruição devida a mudança de utilização ou de propriedade da terra, alterações profundas devidas a uma causa desconhecida, abandono por um qualquer motivo, conflito armado surgido ou ameaçando surgir, calamidades e cataclismos, grandes incêndios, sismos, deslocamentos de terras, erupções vulcânicas, modificações do nível das águas, inundações e maremotos.” (UNESCO, 1972, p.4). Nesse caso, a gestão de risco é alternativa necessária a ser incrementada às políticas de salvuarda, visando efetivamente a assegurar a proteção preventiva do patrimônio.</p>	<p>No texto da Convenção (1972) o aporte à fundamentação da necessária proposição conceitual é reforçada, uma vez que: ‘assegurar a proteção’, “salvuardar”, “garantir a proteção” estão contidos no documento.</p> <p>Em específico, a Convenção trata de “assegurar assistência internacional aos bens mais representativos da natureza ou do gênio e da história do mundo e da urgência dos trabalhos a empreender, a importância dos recursos dos Estados no território dos quais se encontrem os bens ameaçados e principalmente a medida em que tais Estados poderiam assegurar a salvuarda de tais bens pelos seus próprios meios.” (UNESCO, 1972, p.5).</p>
2	<b>Recomendações para a Salvuarda e Preservação de Imagens em Movimento – UNESCO, 1980</b>	Emprega o termo ‘preservação’ de forma hierarquizada, apresentando-o sempre após mencionar o termo ‘salvuarda’ – indicativo que é validado a partir das inúmeras vezes em que os termos aparecem associados do modo como descrito.	Deixa posto explicitamente os termos ‘preservação’ e ‘salvuarda’. Não estabelece distinção entre as noções, apesar de não empregar como sinônimos.
3	<b>Constituição (1988)</b>	A noção de ‘preservação’ no documento assume acepções ligadas ao sentido de proteção/manutenção/permanência. O art. 25, nesse quesito, prevê que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das	Não apresenta noção de ‘salvuarda’ diretamente utilizando o termo. A noção de salvuarda como ‘proteção estatutária’, como a entendemos, é manifesta na Carta Magna, como por exemplo no Art.23: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal

(continua)

	<b>Especificação</b>	<b>Preservação</b>	<b>Salvaguarda</b>
3	<b>Constituição (1988)</b>	manifestações culturais [...] § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” (BRASIL, 1988, p.11).	e dos Municípios: [...] III. proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.” (BRASIL, 1988, p.10).
4	<b>Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991</b>	Não define o termo preservação, <sup>43</sup> somente o menciona; No Art.7º, §3º trata dos documentos que devem ser definitivamente preservados <sup>44</sup> ; Define gestão de documentos <sup>45</sup> ;	Não menciona o termo salvaguarda;  Art. 6º, inciso II, quando determina que cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a “[...] II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade [...]” (BRASIL, 2011) A Lei estabelece no Art. 10º que “Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis.” (BRASIL, 1991, p.2). Esse seria um indicativo se esses documentos são inalienáveis e imprescritíveis deveriam ser salvaguardados.
5	<b>Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997</b>	Não trata do termo ‘preservação’ “Assegurar o conhecimento de informações (caráter público ou pessoal – ao interessado) constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público” (p.1) “Parágrafo único. Considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações.	Não menciona o termo ‘salvaguarda’.

(continua)

<sup>43</sup> Os termos ‘preservados’ e ‘preserva’ constam nos Artigos 8º (§ 3º), 18º, 19º, 20º.

<sup>44</sup> “§ 3º - Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.” (BRASIL, 1991, p.2).

<sup>45</sup>“Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.” (BRASIL, 1991, p. 1).

	<b>Especificação</b>	<b>Preservação</b>	<b>Salvaguarda</b>
5	<b>Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997</b>	“Art. 21. São gratuitos o procedimentos administrativos para acesso a informações e retificação de dados e para anotação de justificação” (p.2)	-----
6	<b>Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998</b>	<p>A noção de ‘preservação’ está associada à memória.</p> <p>Faz referência à garantia da proteção dos direitos autorais, tratando em detalhe da proteção as obras de natureza sonora, iconográfica, audiovisual, que resulta da fixação de imagens com ou sem som, que tenha a finalidade de criar, por meio de sua reprodução, a impressão de movimento, independentemente dos processos de sua captação, do suporte usado inicial ou posteriormente para fixá-lo (qualquer que seja a natureza do suporte utilizado).</p>	<p>Trata das ‘garantias asseguradas’ pela referida Lei;</p> <p>Não menciona noção de preservação ou salvaguarda e nem trechos que remetam à esta última.</p>
7	<b>Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002</b>	<p>Menciona em vários momentos o termo preservação,</p> <p>Não trata diretamente da preservação digital, todavia específica nas disposições finais, no Cap. VI, Art. 29, que o decreto aplica-se também aos documentos eletrônicos;</p> <p>Estabelece orientação normativa para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos;</p> <p>Trabalha com a finalidade de implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo.</p>	<p>Não menciona o termo salvaguarda;</p> <p>Trata no Art. 13<sup>46</sup> nos incisos III e IV da importância da garantia do ciclo documental e da guarda e acesso aos documentos de valor permanente.</p>

<sup>46</sup>“[...] III - implementar a racionalização das atividades arquivísticas, de forma a garantir a integridade do ciclo documental; IV - garantir a guarda e o acesso aos documentos de valor permanente; [...].” (BRASIL, 2002, p.3).

(continua)

	<b>Especificação</b>	<b>Preservação</b>	<b>Salvaguarda</b>
8	<b>Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004</b>	Trata da preservação vinculada ao contexto da gestão arquivística de documentos, que assegure a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos digitais <sup>47</sup> ;  Não apresenta noções de 'preservação' e 'salvaguarda'.	Assegurar, longo prazo e acesso contínuos são expressões ligadas ao conceito de salvaguarda, contudo não é mencionado o termo 'salvaguarda' na referida Resolução.
9	<b>Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital (2005)</b>	A preservação de documentos é definida especificando-se também quando se refere aos documentos arquivísticos digitais <sup>48</sup> .  Na Carta do CONARQ (2005) preservação digital e salvaguarda digital são tratados como sinônimos;  Os termos preservação digital, preservação do patrimônio arquivístico digital, preservação de documentos digitais, preservação de documentos arquivísticos digitais, preservação de longo prazo, preservação digital, preservação de longo prazo das informações digitais, proteção especial aos documentos de arquivo, independente do suporte em que a informação está registrada" são mencionados ao longo da carta;	Não explicita o termo salvaguarda diretamente, mas menciona ao longo da carta as expressões correlacionadas com a salvaguarda digital e ao uso de repositórios arquivísticos digitais para a garantia da preservação digital, a saber: "preservar para garantir o acesso", "garantia do acesso contínuo por meio de recursos tecnológicos disponíveis à época em que ocorrer a sua utilização", "preservação de longo prazo das informações digitais", "sistemas de informação que assegurem a preservação de longo prazo", "assegurar, ao longo do tempo, a autenticidade, a integridade, o acesso contínuo e o uso pleno da informação"

<sup>47</sup> "§1º Considera-se documento arquivístico como a informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida e recebida no decorrer das atividades de um órgão, entidade ou pessoa, dotada de organicidade e que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades. §2º Considera-se documento arquivístico digital o documento arquivístico codificado em dígitos binários, produzido, tramitado e armazenado por sistema computacional. [...]." (CONARQ, 2004, p.2).

<sup>48</sup> "A preservação de documentos arquivísticos tem por objetivo garantir a autenticidade e a integridade da informação, enquanto o acesso depende dos documentos estarem em condições de serem utilizados e compreendidos. O desafio da preservação de documentos arquivísticos digitais está em garantir o acesso contínuo a seus conteúdos e funcionalidades, por meio de recursos tecnológicos disponíveis à época em que ocorrer a sua utilização." (CONARQ, 2005, p.2).

(continua)

	<b>Especificação</b>	<b>Preservação</b>	<b>Salvaguarda</b>
10	<b>Resolução nº 24, de 3 de agosto de 2006</b>	Remete à preservação digital, utilizando as expressões: 'assegurar a preservação, a autenticidade e a acessibilidade dos documentos arquivísticos digitais'. (CONARQ, 2004, p.4).	A noção de 'preservação' identificada por meio das expressões relacionadas à ação de preservar contidas no documento conduz ao estabelecimento de requisitos para o recebimento de documentos arquivísticos digitais, que se aproximam do conceito de 'salvaguarda' e das suas 'garantias', a saber: "[...] políticas de preservação digital com sustentação legal, de maneira a possuir infra-estrutura organizacional, incluindo recursos humanos, tecnológicos e financeiros adequados, para receber, descrever, preservar e dar acesso aos documentos arquivísticos digitais sob sua guarda, garantindo o armazenamento e segurança de longo prazo." (CONARQ, 2004, p.4).
11	<b>Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007</b>	O termo 'preservação' associou-se a gestão e a preservação arquivística de documentos, independente da forma ou do suporte adotados. Os termos 'garantia', 'acesso' e 'confiável' remetem a preservação de documentos digitais denominados: 'confiáveis' (autênticos e compreensíveis); (CONARQ, 2007, p.2).  O entendimento da noção de repositório arquivístico digital com finalidade de ser meio para a 'garantia da preservação' se vincula às orientações normativas.	No trecho a seguir é recomendado a "[...] proteção especial aos documentos de arquivo, independente da forma ou do suporte em que a informação está registrada" (CONARQ, 2007, p.1).  Aqui destacamos o fundamento ligado à 'salvaguarda' da representação de informação, incluindo-se a 'proteção especial'.  Proteger é salvaguardar. É garantir a preservação da informação nato-digital: sonora, imagens fixas e em movimento – aos conteúdos iconográficos, musicais/sonoros e audiovisuais.
12	<b>Resolução nº 32, de 17 de maio de 2010</b>	Foram identificados os termos 'gestão arquivística de documentos' e 'requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística' Não cita o termo 'preservação'.	Identificou-se garantias de preservação nas suas dimensões técnica e tecnológica, a partir dos requisitos recomendados, todavia o termo salvaguarda não foi mencionado.

(continua...)

	Especificação	Preservação	Salvaguarda
13	<p><b>Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil (2011)</b></p>	<p>“Exatamente como no caso dos documentos convencionais, a preservação de documentos arquivísticos digitais não é um fim em si mesmo. Antes, possui um propósito que deve ser considerado na definição e na implementação das estratégias de preservação.” A degradação do suporte e a obsolescência tecnológica são os principais fatores de comprometimento da preservação dos documentos digitais, uma vez que ameaçam sua autenticidade, integridade e acessibilidade. (CONARQ, 2010, p.90).</p> <p>O conceito de preservação como o entendemos – relativo às ações de preservação – é tratado no trecho a seguir: “[...] as ações de preservação são contínuas e devem ser implementadas desde a produção dos documentos até sua destinação final [...]..” (CONARQ, 2010, p.91).</p> <p>Os requisitos foram organizados em aspectos físicos, lógicos e gerais. Levando em conta esses aspectos, cada organização deve desenvolver e implementar sua própria estratégia de preservação de documentos arquivísticos digitais da forma mais adequada à sua realidade e de acordo com as diretrizes fornecidas pela instituição arquivística em sua devida esfera de competência.” (CONARQ, 2010, p.91).</p>	<p>O termo “salvaguarda” é mencionado.</p> <p>Podemos estabelecer a relação desse termo com as ‘garantias’, uma vez que consta no documento que “o sistema de gestão arquivística de documentos deve prever controles para proporcionar a salvaguarda regular dos documentos arquivísticos e dos seus metadados.” (CONARQ, 2010, p.330). Esse quesito está ligado ao acautelamento, à garantia da proteção dos conteúdos informacionais.</p>

(continua...)

	<b>Especificação</b>	<b>Preservação</b>	<b>Salvaguarda</b>
14	<b>Lei de Acesso à Informação 12.527/2011</b>	<p>Não menciona o termo preservação;</p> <p>Trata da regulamentação e do tratamento da informação (pública, sigilosa, incluído os graus de sigilo) e pessoal.</p> <p>Define tratamento da informação e os atributos da informação, ressalte-se autenticidade e integridade<sup>49</sup> (inerentes ao tratamento da informação em meio digital).</p>	<p>Não é mencionado o termo 'salvaguarda'<sup>50</sup>, todavia o aporte ao termo está situado no Art. 6º, a saber: "Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e [...] eventual restrição de acesso". (BRASIL, 2011, p.2).</p>
15	<b>Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012</b>	<p>O termo preservação não foi definido. Foram mencionadas no decreto as expressões 'preservadas' e 'preservação' - nos Artigos 39 e 40<sup>51</sup>.</p> <p>O Decreto nº. 7.845, de 14 de novembro de 2012, que "regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo", em sua seção VI, art. 36<sup>52</sup>:</p>	<p>Não menciona diretamente salvaguarda, mas traz indicativos no Art. 36 de que "a informação digital exige a adoção de medidas de gestão arquivística no ato de sua criação para que se reduza o risco de sua perda de valor e acessibilidade em direção ao futuro" (BRASIL, 2012, p.24).</p> <p>O Decreto nº. 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamentou a LAI, prevê os procedimentos para a garantia do acesso à informação e a classificação de informações com restrições de acesso.</p>

<sup>49</sup> "[...] VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII – integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino; [...]" (BRASIL, 2011, p.2).

<sup>50</sup> A LAI no Art. 4º define: informação, documento, informação sigilosa, informação pessoal, tratamento da informação, disponibilidade, autenticidade, integridade e primariedade. Destaca-se "V – tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;" (BRASIL, 2011, p.1-2).

<sup>51</sup> "Art. 39. As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto serão definitivamente preservadas, nos termos da Lei no 8.159, de 1991, observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo da classificação. Art. 40. As informações classificadas como documentos de guarda permanente que forem objeto de desclassificação serão encaminhadas ao Arquivo Nacional, ao arquivo permanente do órgão público, da entidade pública ou da instituição de caráter público, para fins de organização, preservação e acesso." (BRASIL, 2012, p.4).

<sup>52</sup> "Art. 36 - Da mesma forma, se omite quanto ao caráter da informação digital que não permite que informações nascidas digitais não tenham sido geridas e tratadas continuamente durante seu tempo devida." (BRASIL, 2012, p.11).

(continua...)

	Especificação	Preservação	Salvaguarda
16	<p><b>Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012</b></p>	<p>Art. 50. A informação classificada em qualquer grau de sigilo<sup>53</sup> ou o documento que a contenha receberá o Código de Indexação de Documento que contém Informação Classificada - CIDIC.</p> <p>Parágrafo único. O CIDIC será composto por elementos que garantirão a proteção e a restrição temporária de acesso à informação classificada, e será estruturado em duas partes.</p> <p>§ 1º A informação classificada em qualquer grau de sigilo ou o documento que a contenha, quando de sua desclassificação, manterá apenas o NUP<sup>54</sup> (p.11)</p> <p>Art. 36. O documento de guarda permanente que contiver informação classificada em qualquer grau de sigilo será encaminhado, em caso de desclassificação, ao Arquivo Nacional ou ao arquivo permanente do órgão público, da entidade pública ou da instituição de caráter público, para fins de organização, preservação e acesso. (p.8)</p>	<p>Art. 19. A decisão de classificação, desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo de informação classificada em qualquer grau de sigilo observará os procedimentos previstos nos arts. 31 e 32 do Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012, e deverá ser formalizada em decisão consubstanciada em Termo de Classificação de Informação.</p> <p>Prestar apoio técnico aos órgãos e entidades quanto à implementação dos recursos criptográficos baseados em algoritmo de Estado. credenciamento de segurança e ao tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.</p> <p>Credenciamento de segurança e ao tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.</p> <p>II - Comprovação de qualificação técnica necessária à segurança de informação classificada em qualquer grau de sigilo;</p> <p>Art. 58. O Regimento Interno da Comissão Mista de Reavaliação da Informação detalhará os procedimentos de segurança necessários para a <b>salvaguarda de informação classificada em qualquer grau de sigilo</b> durante os seus trabalhos e os de sua Secretaria-Executiva, observado o disposto neste Decreto. (p.12)</p> <p>Garantir a segurança da informação classificada em qualquer grau de sigilo sob sua responsabilidade. (p.4)</p>

<sup>53</sup> “Seção II - Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo. Art. 24 [...] “§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público. [...] § 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no **caput**, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos; II - secreta: 15 (quinze) anos; e III - reservada: 5 (cinco) anos.” (BRASIL, 2011, 8-9).

<sup>54</sup> Número Único de Protocolo - NUP.

(continua...)

	<b>Especificação</b>	<b>Preservação</b>	<b>Salvaguarda</b>
16	<b>Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012</b>	-----	Comprovação de qualificação técnica necessária à segurança de informação classificada em qualquer grau de sigilo;(p.4)  Medidas de segurança - medidas destinadas a garantir sigilo, inviolabilidade, integridade, autenticidade e disponibilidade da informação classificada em qualquer grau de sigilo;(p.2) Interface com a LAI: assegurando a sua proteção.
17	<b>Resolução nº 37, de 19 de dezembro de 2012</b>	As noções de 'preservação' e 'salvaguarda' apresentadas vinculam-se ao que é estabelecido na Resolução nº 25.	“Considerando que os documentos digitais são suscetíveis à alteração, lícita ou ilícita, à degradação física e à obsolescência tecnológica de hardware, software e formatos, as quais podem colocar em risco sua autenticidade” (CONARQ, 2012, p.1). Reafirma a importância da proteção da representação de informação em documentos nato-digitais. Retoma elementos constituintes da salvaguarda: as 'garantias'. Nesse caso a técnica e tecnológica.
18	<b>Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais (2012)</b>	O termo 'preservação' é tratado como um conjunto de procedimentos com base em soluções técnicas e tecnológicas para a manutenção de documento digital autêntico <sup>55</sup> em longo tempo.	A manutenção de documentos digitais autênticos em longo tempo não é relacionada ao termo 'salvaguarda'.
19	<b>Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014</b>	Trata da preservação intermediada pela Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS) no que se refere ao tratamento arquivístico, preservação e acesso aos acervos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais;	O conceito de 'salvaguarda' encontra fundamentos nesta Resolução, que faz referência a recomendação consolidada na 21ª Conferência Geral da UNESCO em 1980, recomendando a implementação da 'garantia do acesso aos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais', observando as disposições previstas na legislação vigente: Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

<sup>55</sup> “A autenticidade é composta de identidade e integridade.” (CTDE, 2010, p.2).

(continua)

	<b>Especificação</b>	<b>Preservação</b>	<b>Salvaguarda</b>
19	<b>Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014</b>	-----	Outro quesito a ser ressaltado consiste na recomendação direcionada a elaboração de políticas de preservação com ações preventivas e curativas, visando à preservação e acesso aos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais. Nesse caso trata de mais uma das garantias à preservação, ou seja, as políticas direcionadas a representação de informação audiovisual, iconográfica, sonora, musical e musicográfica.
20	<b>Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015<sup>56</sup></b>	A noção de preservação está associada a “[...] perspectiva da necessidade de manutenção dos acervos documentais por longos períodos de tempo ou, até mesmo, permanentemente”. (CONARQ, 2015, p.2). Essa noção está associada ao conceito de ‘salvaguarda’ proposto nesta investigação.	As expressões “por longo tempo ou permanentemente”, ‘garantia da autenticidade (identidade e integridade), confidencialidade e disponibilidade amparam o conceito de ‘salvaguarda’.
21	<b>Diretrizes para implantação de RDC-Arq aprovada pela Resolução nº 43 do CONARQ de 04 de setembro de 2015</b>	Define preservação digital <sup>57</sup> Indica parâmetros, políticas e procedimentos técnicos e administrativos para a criação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis, visando garantir a autenticidade, a confidencialidade, a disponibilidade, o acesso e a preservação, tendo em vista a perspectiva da necessidade de manutenção dos acervos documentais por longos períodos de tempo ou, até mesmo permanentemente. Elenca a definição de termos relacionados à preservação digital, entre eles documento digital, metadados etc.	Não define salvaguarda  No que tange à salvaguarda é mencionada nos termos “[...] garantir [...] a preservação, tendo em vista a perspectiva da necessidade de manutenção dos acervos documentais por longos períodos de tempo ou, até mesmo, permanentemente,” (ARQUIVO NACIONAL, 2015. p.5).

Fonte: Dados da pesquisa, 2016 - 2017.

<sup>56</sup> “Art. 1º Aprovar as Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq, anexas a esta Resolução, e recomendar sua adoção aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, para o arquivamento e manutenção dos documentos arquivísticos em suas fases corrente, intermediária e permanente em formato digital, e de forma a garantir a autenticidade (identidade e integridade), a confidencialidade, a disponibilidade e a preservação desses documentos”. (CONARQ, 2015, p.1).

<sup>57</sup> “Conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantido o acesso e interpretação dos documentos digitais pelo tempo que for necessário” (CONARQ, 2015, p.7).

O conjunto dos documentos analisados, considerando as suas particularidades (Quadros 2 e 3) possibilitaram iniciar reflexões acerca da diferenciação entre os conceitos de 'preservação' e 'salvaguarda'. A Carta do CONARQ (2005) é um dos documentos que contempla a definição<sup>58</sup> mais próxima para os conceitos que pretendemos aprimorar nesta tese, ou seja, o de 'salvaguarda' e de 'repositório arquivístico digital', apesar do documento não empregar o termo salvaguarda.

Garantir a preservação de conteúdos informacionais públicos de natureza digital é um desafio que requer ações cooperativas que envolvam o Estado, as instituições e os profissionais comprometidos com a causa e as práticas vinculadas à preservação do legado informacional brasileiro.

#### 4.2 CONCEITOS DE 'PRESERVAÇÃO' E/OU 'SALVAGUARDA' SEGUNDO O CAMPO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nesta pesquisa, a salvaguarda, para além da preservação, estabelece o comprometimento das instituições depositárias de documentação arquivística digital com a garantia da preservação da memória digital no país. Desse modo, considera-se que aprimorar o conceito de salvaguarda será contribuição para a implementação de repositórios de preservação digital, que viabilizem a garantia da preservação e favoreçam o acesso à informação pública criada em meio digital de forma mais apropriada – continuada ou em longo prazo.

##### 4.2.1 Mapeamento dos conceitos de 'preservação' e/ou 'salvaguarda' nos anais Enancib

O mapeamento geral dos estudos e pesquisas relativas aos temas: preservação, bibliotecas e repositórios digitais compreendeu sete etapas: leitura dos sumários dos Anais dos Eventos (1994-2017), formulação da estratégia de busca, pesquisa junto a coleção Benancib; representação e sistematização dos dados

---

<sup>58</sup> A salvaguarda pressupõe que: “[...] reconhecida a instabilidade da informação arquivística digital, é necessário o estabelecimento de políticas públicas, diretrizes, programas e projetos específicos, legislação, metodologias, normas, padrões e protocolos que minimizem os efeitos da fragilidade e da obsolescência de hardware, software e formatos e que assegurem, ao longo do tempo, a autenticidade, a integridade, o acesso contínuo e o uso pleno da informação a todos os segmentos da sociedade brasileira. Isto só será possível se houver uma ampla articulação entre os diversos setores comprometidos com a preservação do patrimônio arquivístico digital, e em cooperação com os organismos nacionais e internacionais.” (CONARQ, 2005, p.3).

mapeados; seleção das comunicações orais pertinentes à pesquisa; identificação dos conceitos em estudo e análise dos dados coletados.

O progresso das pesquisas é apresentado nos Grupos de Trabalho (GT). Os GT são constituídos mediante os interesses de pesquisa por meio da delimitação das temáticas relevantes para a área. Eles são criados, reformulados ou extintos, a partir de representação dos pesquisadores interessados em sua constituição e da aprovação da Diretoria Executiva – após consulta ao Fórum de Coordenadores. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2010a-b). Os conceitos preservação e salvaguarda foram identificados juntos aos textos selecionados. A escolha do Enancib justificou-se por ser este considerado o principal evento da área de Ciência da Informação, em âmbito nacional. O Evento congrega pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação e profissionais egressos desses programas e áreas afins – comprometidos com a produção intelectual na área. É promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib) desde 1994.

A Ancib é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em junho de 1989. Acompanha e fomenta as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em Ciência da Informação, no Brasil, projetando-se no país e fora dele, como uma instância de representação científica e política de relevância para o debate das questões relativas à área de informação. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL..., 2018).

Na primeira etapa foram consultados os sumários da primeira até a décima oitava edições, visando à identificação inicial de estudos e pesquisas, que tratavam das temáticas citadas e a formulação da estratégia de pesquisa junto ao Repositório do Projeto de Pesquisa “Questões em rede” na Coleção Benancib<sup>59</sup>. Na segunda etapa foi formulada a estratégia de pesquisa e definidos os termos de busca (Quadro 4):

---

<sup>59</sup> Criado pelo Grupo de Pesquisa “Informação, Discurso e Memória”, da Universidade Federal Fluminense, cadastrado no Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), em parceria com a ANCIB, é viabilizado por financiamento da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), Bolsas do CNPq e pelo apoio técnico da Superintendência de Tecnologia da Informação – STI / UFF, onde também está hospedado (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2012).

**Quadro 4:** Síntese das Estratégias de busca<sup>60</sup>: pesquisa na Coleção BENANCIB (1994 a 2017).

Termo de busca	Operador	Termo de busca	Operador	Ano	Tipo de Pesquisa
Preservação	-----	-----	AND	Ano da edição	Palavras-chave Resumo
Salv guarda	-----	-----	AND	Ano da edição	Palavras-chave
“Biblioteca digital”	-----	-----	AND	Ano da edição	Palavras-chave Resumo
“Repositório digital”	-----	-----	AND	Ano da edição	Palavras-chave Resumo
Preservação	OR	Salv guarda	AND	Ano da edição	Palavras-chave Resumo
“Biblioteca Digital”	OR	“Repositório Digital”	AND	Ano da edição	Palavras-chave Resumo
“Repositório Digital”	OR	“Repositório Institucional”	AND	Ano da edição	Palavras-chave Resumo

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017-2018.

Na terceira etapa – objetivando estabelecer o panorama das comunicações orais e pôsteres publicados sobre os temas explícitos do Quadro 5 – foi realizado o levantamento das referências das comunicações orais e pôsteres junto à coleção BENANCIB, a partir de termos de busca previamente definidos. Essa etapa da pesquisa foi realizada entre os meses de novembro de 2017 a julho de 2018. Foram identificadas 134 comunicações orais e 54 pôsteres, totalizando 188 documentos. Foram excluídos os estudos em duplicidade.

Retomamos na folha seguinte com o Quadro 5.

**Quadro 5:** Levantamento Segundo as Temáticas dos Trabalhos Publicados nos Anais do Enancib (1994-2016).

Tema	Edição	Ano	Comunic. Orais	Pôsteres	Total	
					Comunic. Orais	Pôsteres
Salvaguarda	I	1994	0	0	0	0
Preservação			0	0		
Biblioteca Digital			0	0		
Repositório Digital			0	0		
Salvaguarda	II	1995	0	0	0	0
Preservação			0	0		
Biblioteca Digital			0	0		
Repositório Digital			0	0		
Salvaguarda	III	1997	0	0	2	0
Preservação			2	0		
Biblioteca Digital			0	0		
Repositório Digital			0	0		
Salvaguarda	IV	2000	0	0	1	0
Preservação			0	0		
Biblioteca Digital			1	0		
Repositório Digital			0	0		
Salvaguarda	V	2003	0	0	7	0
Preservação			2	0		
Biblioteca Digital			5	0		
Repositório Digital			0	0		
Salvaguarda	VI	2005	0	0	7	0
Preservação			2	0		
Biblioteca Digital			4	0		
Repositório Digital			1	0		
Salvaguarda	VII	2006	0	0	1	0
Preservação			1	0		
Biblioteca Digital			0	0		
Repositório Digital			0	0		
Salvaguarda	VIII	2007	0	0	7	4
Preservação			4	1		
Biblioteca Digital			1	1		
Repositório Digital			2	2		
Salvaguarda	IX	2008	0	0	7	1
Preservação			3	0		
Biblioteca Digital			3	1		
Repositório Digital			1	0		
Salvaguarda	X	2009	0	0	6	1
Preservação			2	1		
Biblioteca Digital			3	0		
Repositório Digital			1	0		
Salvaguarda	XI	2010	0	0	7	13
Preservação			3	5		
Biblioteca Digital			2	3		
Repositório Digital			2	5		

(Continua)

Tema	Edição	Ano	Comunic. Oraís	Pôsteres	Total	
					Comunic. Oraís	Pôsteres
Salv guarda	XII	2011	0	0	19	5
Preservação			11	1		
Biblioteca Digital			5	0		
Repositório Digital			3	4		
Salv guarda	XIII	2012	0	0	16	4
Preservação			8	2		
Biblioteca Digital			4	1		
Repositório Digital			4	1		
Salv guarda	XIV	2013	0	0	10	6
Preservação			6	2		
Biblioteca Digital			1	1		
Repositório Digital			3	3		
Salv guarda	XV	2014	0	0	5	1
Preservação			3	0		
Biblioteca Digital			1	0		
Repositório Digital			1	1		
Salv guarda	XVI	2015	0	0	9	5
Preservação			5	4		
Biblioteca Digital			0	0		
Repositório Digital			4	1		
Salv guarda	XVII	2016	0	1	19	7
Preservação			11	5		
Biblioteca Digital			1	1		
Repositório Digital			7	0		
Salv guarda	XVIII	2017	0	1	11	7
Preservação			1	4		
Biblioteca Digital			2	0		
Repositório Digital			8	2		
					<b>134</b>	<b>54</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017-2018.

Preservação, biblioteca e repositórios digitais foram os principais temas. O tema salv guarda foi tratado em dois trabalhos na modalidade pôster (FERREIRA; SILVA, 2016, 2017). Ambos estão vinculados a esta pesquisa de doutoramento. Trataremos do conceito de salv guarda, diferenciando-o de preservação, no capítulo de análise de dados.

A Tabela 1 apresenta os percentuais de trabalhos publicados segundo a modalidade comunicação oral (1994-2017). Entre a primeira e a quinta edições – referentes aos anos de 1994, 1995, 1997, 2000, e, por último, 2003 – o Enancib foi realizado com periodicidade inicialmente anual: em duas edições seguidas, logo após bienal, e, por fim, trienal. A partir da sexta edição (2005), o Evento retornou à periodicidade anual.

**Tabela 1:** Número e proporção de Pesquisas publicadas nos Anais do Enancib (1994-2017): conceitos de preservação, salvaguarda, bibliotecas digital e repositórios digital.

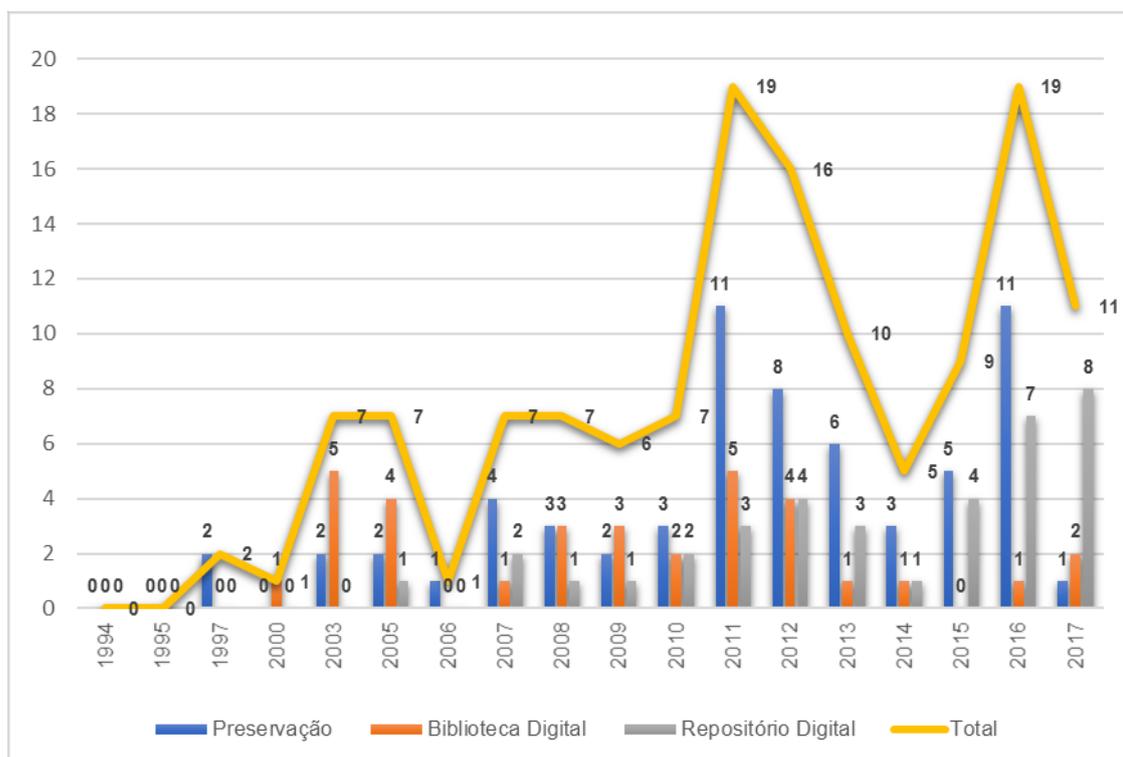
<b>Tema</b>	<b>Comunicações Oraís</b>	<b>Percentual</b>	<b>Pôsteres</b>	<b>Percentual</b>
Preservação	64	48%	25	46%
Repositório Digital	37	27%	19	35%
Biblioteca Digital	33	25%	8	15%
Salvaguarda	0	0%	2	4%
<b>Total</b>	<b>134</b>	<b>100%</b>	<b>54</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017-2018.

O tema preservação foi alvo de 48% das 134 comunicações orais e 46% (25) dos pôsteres. Em acréscimo, o tema repositório digital foi temática principal em 27% (37) das comunicações orais e em percentual um pouco maior em relação aos trabalhos na modalidade pôster (35%). Por último, o tema biblioteca digital, que remetia, predominantemente, às Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) – iniciativa de gestão de conteúdos informacionais produzidos pela comunidade acadêmica das IES – foi registrado em 25% (33) das comunicações orais e em 15% dos pôsteres. Somente dois pôsteres trataram do conceito de salvaguarda – ambos relacionados à esta pesquisa.

O Gráfico 3 apresenta as Comunicações Oraís relativas aos Temas Preservação, Biblioteca e Repositórios Digitais por Ano / Edição do Enancib (1994-2017):

**Gráfico 3:** Comunicações Oraís relativas aos Temas Preservação, Biblioteca Digital e Repositório Digital por Ano / Edição do Enancib (1994-2017).



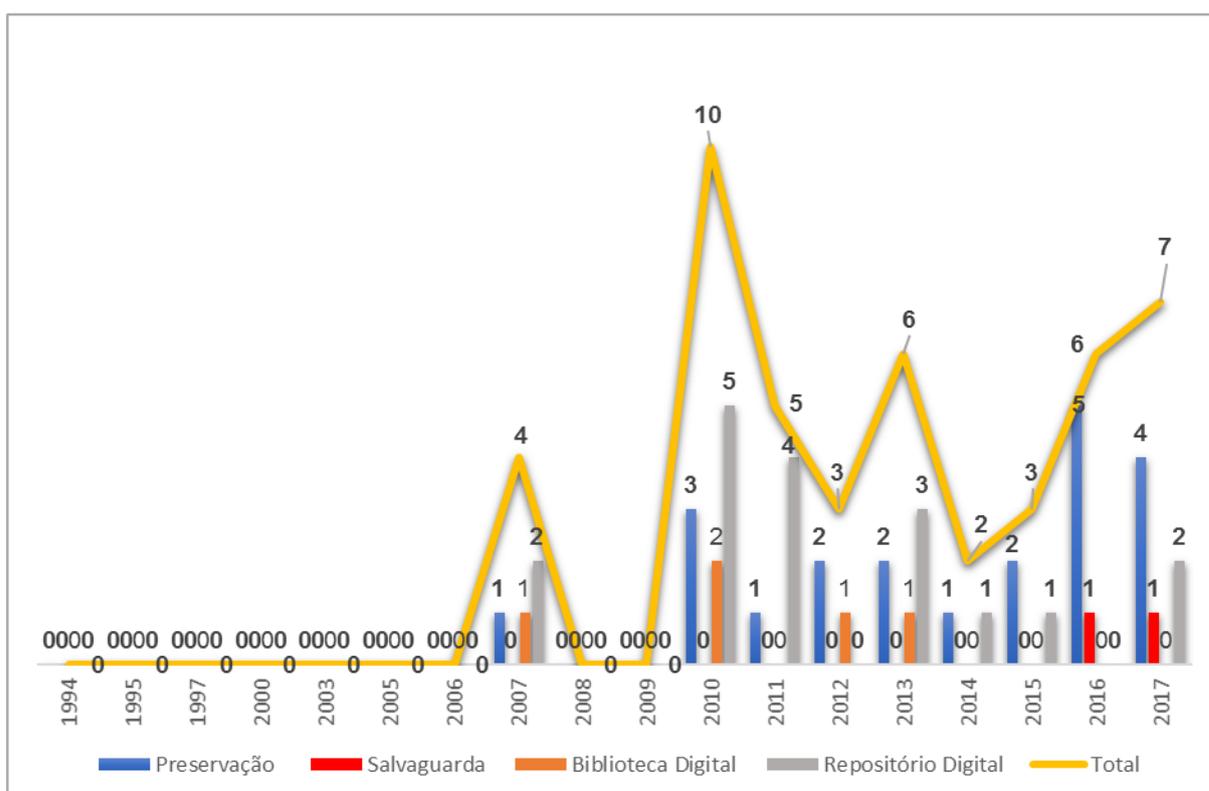
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017-2018.

O somatório entre as temáticas destacou-se, no ano de 2011 (19 comunicações orais). Contrapôs-se aos anos iniciais, de 1994-1995, nos quais, não houve trabalhos e pesquisas publicados, nos anais do Enancib, a respeito dos temas preservação, biblioteca e repositórios digitais.

Prosseguimos na folha seguinte com o Gráfico 4.

O ápice das publicações de estudos e pesquisas, na modalidade pôster, sobre as temáticas preservação; biblioteca digital e repositório digital ocorreu, no ano de 2010, com 10 trabalhos e pesquisas nessa modalidade (Gráfico 4). Os anos de 2012, 2013 e 2015 mantiveram uma média de 4 trabalhos, contrapondo-se aos anos iniciais, 1994 a 2006, intervalo em que não foram identificados pôsteres sobre as temáticas em estudo. O tema salvaguarda foi apresentado como tema principal em dois pôsteres, identificados nos anos de 2016 e 2017.

**Gráfico 4:** Pôsteres relativos aos Temas Preservação, Biblioteca Digital e Repositório digital: Anais do Enancib (1994-2017).



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017-2018.

Os resultados adquiridos a partir dos termos citados serão analisados por edição (Capítulo 5), considerando-se os títulos, os resumos, as introduções e as conclusões dos textos recuperados (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA ..., 1992). Após esta etapa, e tendo como alvo o reconhecimento dos principais conceitos de preservação e/ou salvaguarda, optou-se pela análise das comunicações orais por apresentarem resultados de pesquisa e/ou discussões mais amplas. Diante do exposto foram selecionadas as comunicações orais, cujos temas principais compreendiam os termos de busca descritos a seguir, totalizando 64 estudos e pesquisas.

**Quadro 6:** Estratégias de busca: Termos Preservação e Salvaguarda  
(Pesquisa na Coleção BENANCIB: 1994 a 2017).

Termo de busca	Operador	Termo de busca	Operador	Ano	Tipo(s) de busca
Preservação	OR	Salvaguarda	AND	Ano da edição	Resumo / Palavra-chave
Salvaguarda	---	----:	AND	Ano da edição	Palavra-chave

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017-2018.

Entre as referências das comunicações orais e pôsteres recuperados, desde a primeira até a décima oitava edições (1994 a 2017), foram recuperadas 83 referências e inclusas mais 7 (ainda não constavam na coleção, à época da pesquisa), totalizando 90 registros – comunicações orais e pôsteres sobre as temáticas preservação ou salvaguarda.

Na pesquisa por tipos de buscas (resumo e palavra-chave) relacionadas aos termos ‘preservação OR ‘salvaguarda’ AND ano da edição’ foram recuperadas 64 comunicações orais sobre preservação e/ou salvaguarda. Quando a pesquisa foi realizada pelo tipo de busca por palavra-chave, com a estratégia de pesquisa ‘salvaguarda AND ano da edição’ não foram recuperadas comunicações orais sobre a temática citada. (Quadro 7).

Continuamos na folha seguinte com dois quadros que alteram a orientação da folha, de vertical para horizontal.

**Quadro 7:** Síntese da busca na Coleção Benancib por ano: Preservação e/ou Salvaguarda (comunicações orais).

Termo de busca	Operador Booleano	Termo de busca	Operador Booleano	Período	1994	1995	1997	2000	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
					Ano da Edição																		
Preservação	OR	Salvaguarda	AND	Ano da Edição	0	0	2	0	2	2	1	4	3	2	3	11	8	6	3	5	11	1	64 <sup>61</sup>
Salvaguarda	---	-----	AND	Ano da Edição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: dados da pesquisa, 2017-2018.

\*O quantitativo referente ao ano de 2017 foi incluso a partir da consulta ao sumário e da leitura técnica dos textos.

Por sua vez, utilizando a estratégia de busca: 'preservação OR salvaguarda AND ano da edição'<sup>62</sup> foram recuperados 25 pôsteres. Na busca por palavra-chave com o uso da estratégia de pesquisa: 'salvaguarda AND ano da edição' dois textos foram identificados. Ambos pertenciam à modalidade pôster e se referiram aos anos de 2016 e 2017.

**Quadro 8:** Síntese da busca na Coleção Benancib por ano: Preservação e/ou Salvaguarda (pôsteres).

Termo de busca	Operador Booleano	Termo de busca	Operador Booleano	Período	1994	1995	1997	2000	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
					Ano da Edição																		
Preservação	OR	Salvaguarda	AND	Ano da Edição	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	5	1	2	2	0	4	5	4	25
Salvaguarda	---	-----	AND	Ano da Edição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2

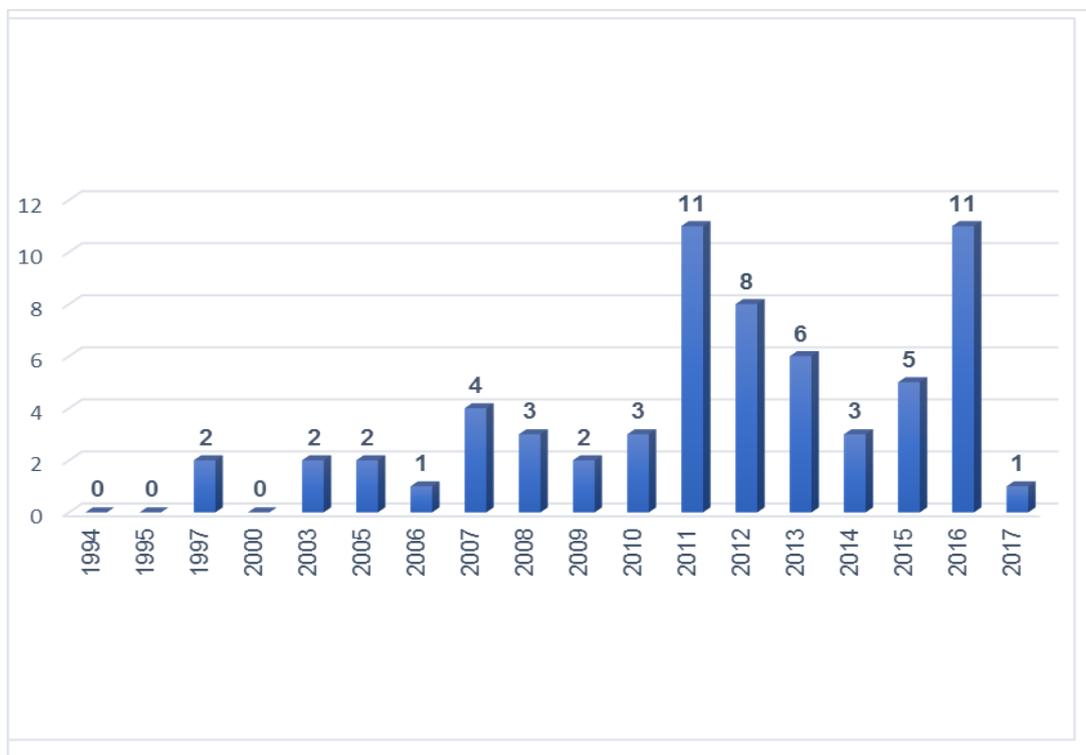
Fonte: dados da pesquisa, 2017-2018.

<sup>61</sup> Soma dos tipos de pesquisas: resumo e palavras-chave.

<sup>62</sup> Tipos de buscas: resumo e palavras-chave.

O Gráfico 5 apresenta o quantitativo de comunicações orais sobre os temas preservação e/ou salvaguarda por ano (1994-2017):

**Gráfico 5:** Comunicações Orais relativas ao Tema Preservação e/ou Salvaguarda por Ano / Edição do Enancib (1994-2017).



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017-2018.

Em 1997, o tema preservação foi abordado em duas comunicações orais. Em seguimento, as edições de 2000 a 2010, refletiram a fase introdutória de desenvolvimento da temática. De 2011 a 2017, se destacaram os anos de 2011 e 2016 com a publicação de 11 (onze) comunicações orais. Em 2017, houve uma redução acentuada, quanto ao número de pesquisas na modalidade comunicação oral. Foi identificada apenas uma pesquisa sobre o tema. (Gráfico 5).

O percentual das comunicações orais e pôsteres sobre os temas preservação e/ou salvaguarda por GT é apresentado na Tabela 2. Somente em um GT não foi identificado trabalho sobre os temas preservação e/ou salvaguarda.

**Tabela 2:** Percentual das Comunicações Orais e Pôsteres sobre Preservação e/ou Salvaguarda por GT: Anais do Enancib (1994-2017).

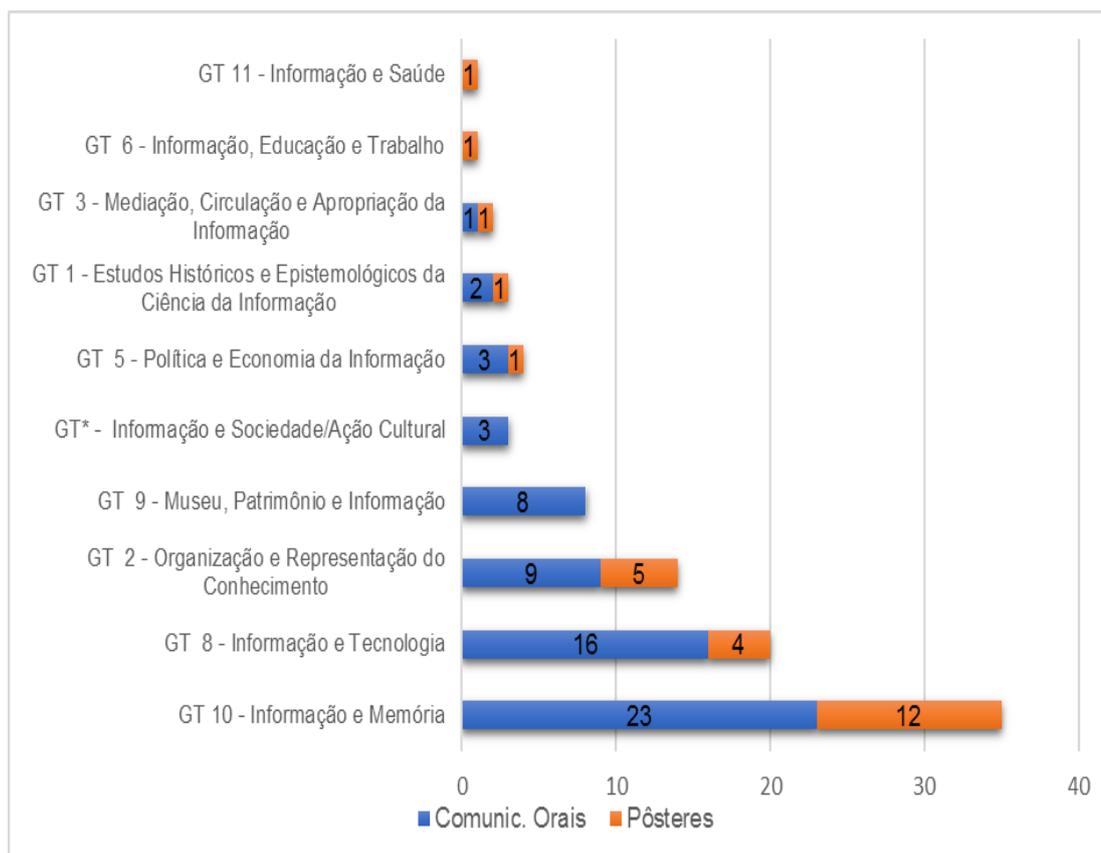
<b>Grupos de Trabalho (GT)</b>	<b>Comunic. Orais</b>	<b>%</b>	<b>Pôsteres</b>	<b>%</b>
GT 10 - Informação e Memória	23	36	12	46
GT 8 - Informação e Tecnologia	16	25	4	15
GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento	9	14	5	19
GT 9 - MUSEU, Patrimônio e Informação	7	11	0	0
<i>GT * Informação e Sociedade/Ação Cultural</i>	3	5	0	0
GT 5 - Política e Economia da Informação	3	5	1	4
GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação	2	3	1	4
GT 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação	1	1	1	4
GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	0	0	1	4
GT 11: Informação e Saúde	0	0	1	4
Debates sobre Museologia	1	0	0	0
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>100</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa, 2017-2018.

\*Grupo de Trabalho ativo de 1994 - 2003.

Entre os 11 Grupos de Trabalho, o GT 10 - Informação e Memória (36%); o GT 8 - Informação e Tecnologia (25%); o GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento (14%) e o GT 9 - Museu, Patrimônio e Informação (11%) apresentaram maior percentual de comunicações orais sobre o tema preservação ou salvaguarda, ou seja, 86% das comunicações orais pertinentes as temáticas foram publicadas nos GT citados. Quanto aos pôsteres, os GT10, 8 e 2 respectivamente apresentaram os percentuais 46%, 15% e 19%, totalizando 80% das publicações nessa modalidade (Tabela 2).

No que se referiu as comunicações orais e pôsteres sobre o tema preservação por GT, destacou-se o GT10 - Informação em memória com 19 trabalhos -13 comunicações orais e 6 pôsteres; GT8- Informação e Tecnologia com 14 trabalhos - 11 comunicações orais e 2 pôsteres; GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento - 7 comunicações orais e 3 pôsteres e o GT9 - Museu, Patrimônio e Informação - 7 comunicações orais. O GT\* Informação e Sociedade/Ação Cultural apresentou 3 comunicações orais, o GT 1 e o GT5 apresentaram 2 comunicações orais e um pôster. Por fim o GT 7 apresentou 1 comunicação oral e o GT3 e 6 reuniram - 1 pôster cada um. (Gráfico 6).

**Gráfico 6 - Comunicações Orais e Pôsteres sobre o Tema Preservação.**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017-2018.

\*Grupo de Desativado (vigente no período 1994-2003).

Tendo como base os anos em que ocorreram as edições (I a XVIII) do Enancib, as comunicações orais, conforme ilustra a Gráfico 6, apresentaram ocorrência estável nas edições relativas aos anos de 1997, 2003 e 2005 (duas comunicações orais). Entre 2007 e 2009 houve reduzida variação em relação às edições iniciais. Cada ano apresentou respectivamente 1, 3 e 2 comunicações orais. Já entre 2010 e 2013 houve acréscimo quanto ao número de comunicações orais, respectivamente 4, 11, 8 e 5. De 2014 a 2017 houve um decréscimo relativo à temática, exceto no ano de 2016 (8 comunicações orais). Isso se justifica pela predominância da adesão da exposição em pôster, nesse último período citado.

#### 4.2.2 Conceitos de 'Repositório digital'

O somatório relativo as comunicações orais e pôsteres (1994-2017) que apresentaram conceitos de biblioteca digital e de repositório digital foi quase equivalente, 25 e 29 respectivamente. (Tabela 3).

**Tabela 3:** Percentuais:  
Comunicações orais Bibliotecas Digital x Repositórios Digital.

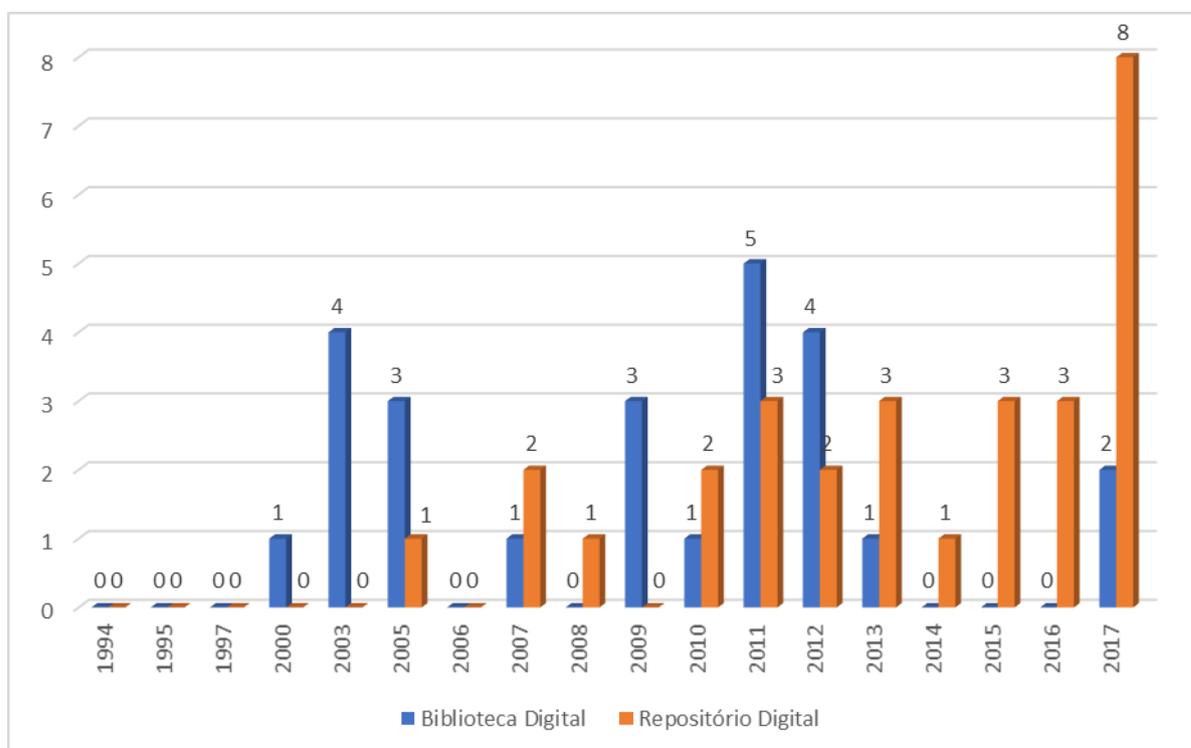
<b>Anos / Edições</b>	<b>Bibliotecas Digitais</b>	<b>%</b>	<b>Repositórios Digitais</b>	<b>%</b>
1994	0	0	0	0
1995	0	0	0	0
1997	0	0	0	0
2000	1	4	0	0
2003	4	16	0	0
2005	3	12	1	3,6
2006	0	0	0	0
2007	1	4	2	7
2008	0	0	1	3,6
2009	3	12	0	0
2010	1	4	2	7
2011	5	20	3	10
2012	4	16	2	7
2013	1	4	3	10
2014	0	0	1	3,6
2015	0	0	3	10
2016	0	0	3	10
2017	2	8	8	28
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017-2018.

A edição mais recente se destacou com o percentual de 28% entre as comunicações que apresentaram conceitos de repositórios digitais. No que se referiu a bibliotecas digitais, o ano que se destacou foi o de 2011 com o percentual de 20%.

A representação gráfica das comunicações orais que apresentaram conceitos de informação evidencia que a medida que o índice de bibliotecas digitais é ampliado há uma redução, que equivale em média a 50% (Gráfico 7).

**Gráfico 7:** Comparativo:  
Biblioteca Digital x Repositório Digital (comunicações orais).



Fonte: Dados da pesquisa, 2017-2018.

As comunicações orais selecionadas apresentam conceitos de preservação que elucidam a funcionalidade de gestão de conteúdos, em detrimento da ação de preservação, que ainda é crescente na área de CI. Isso é o indicativo de uma tendência que revela que, à medida em que a produção da informação nato digital é predominante, crescem, mesmo que não de forma equiparada, as iniciativas de preservação.

Prosseguimos na folha seguinte, com dois Quadros que alteram a orientação da folha, de vertical para horizontal.

### 4.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS MAPEADOS JUNTO AOS ANAIS DO ENANCIB

Na busca sobre os termos ‘biblioteca e repositório digital’ foram adotadas as estratégias (a) ‘biblioteca AND ano da edição’ e (b) ‘repositório digital AND ano da edição’ foram recuperadas 33 comunicações orais sobre o tema biblioteca digital e 37 sobre repositório digital.

**Quadro 9:** Síntese da busca na Coleção BENANCIB por ano: Biblioteca e Repositório Digital (Comunicações Orais).

Termo de busca	Operador Booleano	Ano	1994	1995	1997	2000	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017*	TOTAL
Biblioteca Digital	AND	Ano da edição	0	0	0	1	5	4	0	1	3	3	2	5	4	1	1	0	1	2	33 <sup>63</sup>
Repositório Digital	AND	Ano da edição	0	0	0	0	0	1	0	2	1	1	2	3	4	3	1	4	7	8	37

Fonte: dados da pesquisa, 2017-2018.

\*O quantitativo referente ao ano de 2017 foi incluso a partir da consulta ao sumário e da leitura técnica dos textos.

Com o uso das estratégias de busca “biblioteca digital AND ano da edição” e “repositório digital AND ano da edição” foram recuperados respectivamente 8 pôsteres sobre biblioteca digital e mais que o dobro sobre o tema repositório digital (19).

**Quadro 10:** Síntese da busca na Coleção BENANCIB por ano: Biblioteca e Repositório Digital (Pôsteres).

Termo de busca	Operador Booleano	Ano	1994	1995	1997	2000	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Biblioteca Digital	AND	Ano da edição	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	3	0	1	1	0	0	1	0	08
Repositório Digital	AND	Ano da edição	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	5	4	1	3	1	1	0	2	19

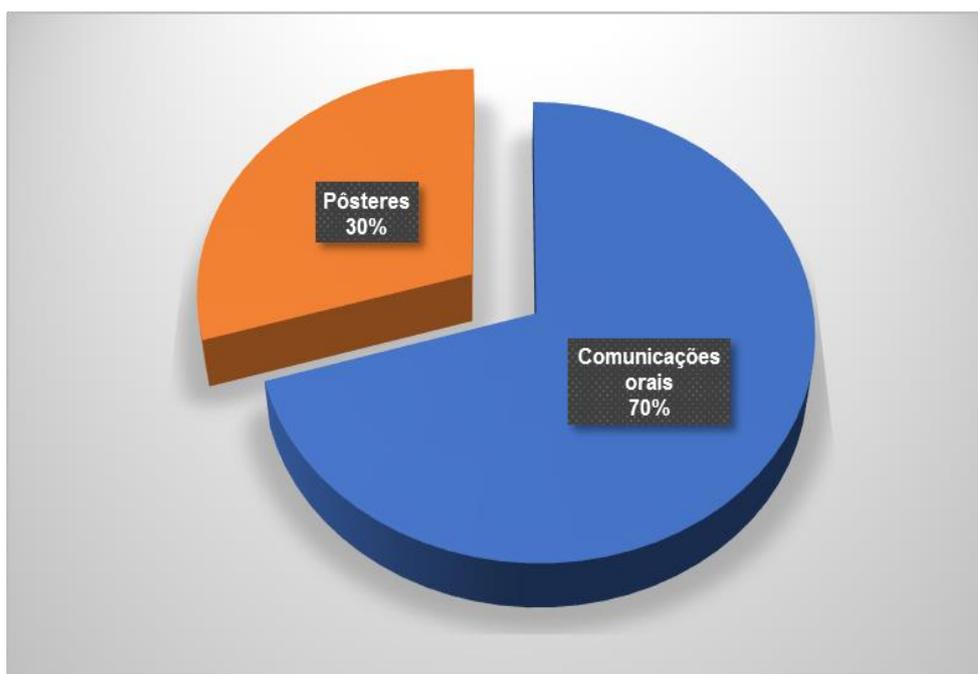
Fonte: dados da pesquisa, 2017-2018.

<sup>63</sup> Soma dos tipos de pesquisas: resumo e palavras-chave.

Com o aumento da representação de conteúdos em meio digital e a consequente necessidade da democratização e gestão da memória institucional criada em meio digital no âmbito das IES, a ampliação dos estudos e pesquisas estava relacionada a comunicações orais e pôsteres, predominantemente com temática relativa aos RI.

Entre as publicações sobre o tema preservação mais da metade (70%) foram comunicações orais e o restante (30%) se referiu a modalidade pôster.

**Gráfico 8:** Comparativo: Comunicações Oraís x Pôsteres sobre a temática preservação (1994-2017).



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017-2018.

Quando se tratou do percentual, tendo como base todas as temáticas em estudo na modalidade comunicação oral (Tabela 4), identificamos que quase a metade se referiu ao tema preservação (48%). Os outros 52% ficaram divididos quase equitativamente entre as modalidades repositório digital (27%) e biblioteca digital (25%).

**Tabela 4:** Comunicações orais sobre as Principais Temáticas (1994-2017).

<b>Principais temas</b>	<b>Anos: 1994-2017</b>	<b>Percentual</b>
Preservação	64	48%
Repositório Digital	37	27%
Biblioteca Digital	33	25%
<b>Total</b>	<b>134</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017-2018.

Tratando-se do tema preservação na modalidade pôster novamente o tema preservação e/ou salvaguarda é destaque (47%). Logo após aparecem os temas repositório digital (35%) e biblioteca digital (14%). O tema salvaguarda, conforme vimos propondo, é apresentado em 2 pôsteres (relativos à esta pesquisa).

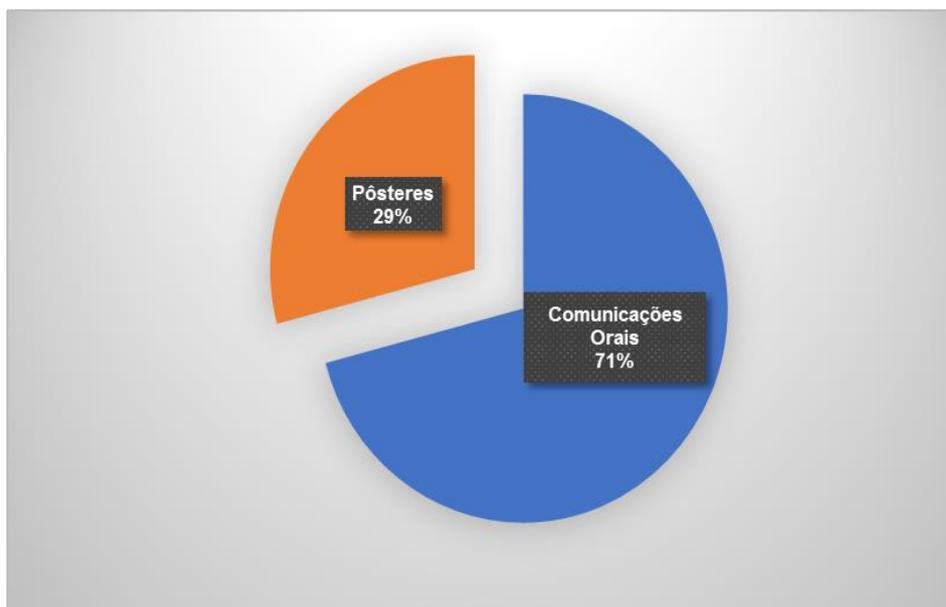
**Tabela 5:** Pôsteres sobre as Principais Temáticas (1994-2017).

<b>Principais temas</b>	<b>Anos: 1994-2017</b>	<b>Percentual</b>
Preservação	26	47%
Repositório Digital	19	35%
Biblioteca Digital	08	14%
Salvaguarda	02	4%
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa 2017-2018.

Em síntese, o percentual de comunicações orais (sobre as temáticas preservação e/ou salvaguarda, repositório e biblioteca digital e salvaguarda) novamente se destaca, com o percentual de 71%.

**Gráfico 9:** Comparativo dos percentuais de Comunicações Orais x Pôsteres sobre as temáticas Preservação e/ou Salvaguarda, Biblioteca e Repositório Digitais (1994-2017).



Fonte: Dados da Pesquisa 2017-2018.

Reportando a todos os temas e modalidades em estudo (modalidade comunicação oral com pôster) registramos que a modalidade comunicação oral apresentou mais que o dobro do quantitativo de pôsteres (134 – Tabela 6).

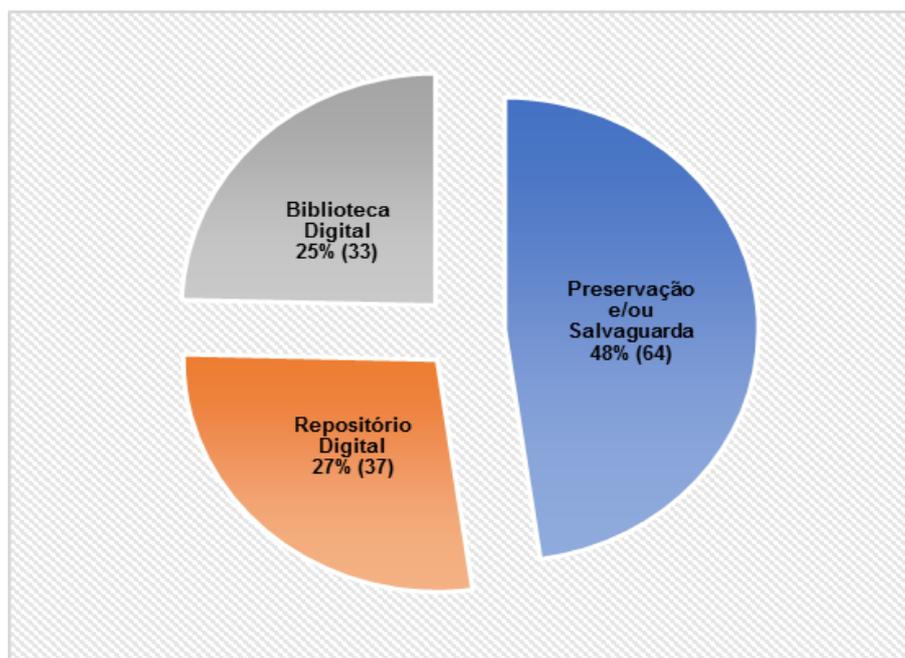
**Tabela 6:** Comunicações orais e Pôsteres sobre as temáticas Preservação, Salvaguarda, Biblioteca Digital e Repositório Digital (1994-2017).

Principais temas	Comunicações Orais	Percentual	Pôsteres	Percentual
Preservação e/ou Salvaguarda	64	48%	26	47%
Repositório Digital	37	27%	19	35%
Biblioteca Digital	33	25%	08	14%
Salvaguarda	0	0%	02	4%
<b>Total</b>	<b>134</b>	<b>100%</b>	<b>55</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa 2017-2018.

Em relação a todas as temáticas, o percentual de comunicações orais foi maior, exceto em relação ao tema salvaguarda (questões epistemológicas em relação ao tema), que apresentou dois trabalhos na modalidade pôster.

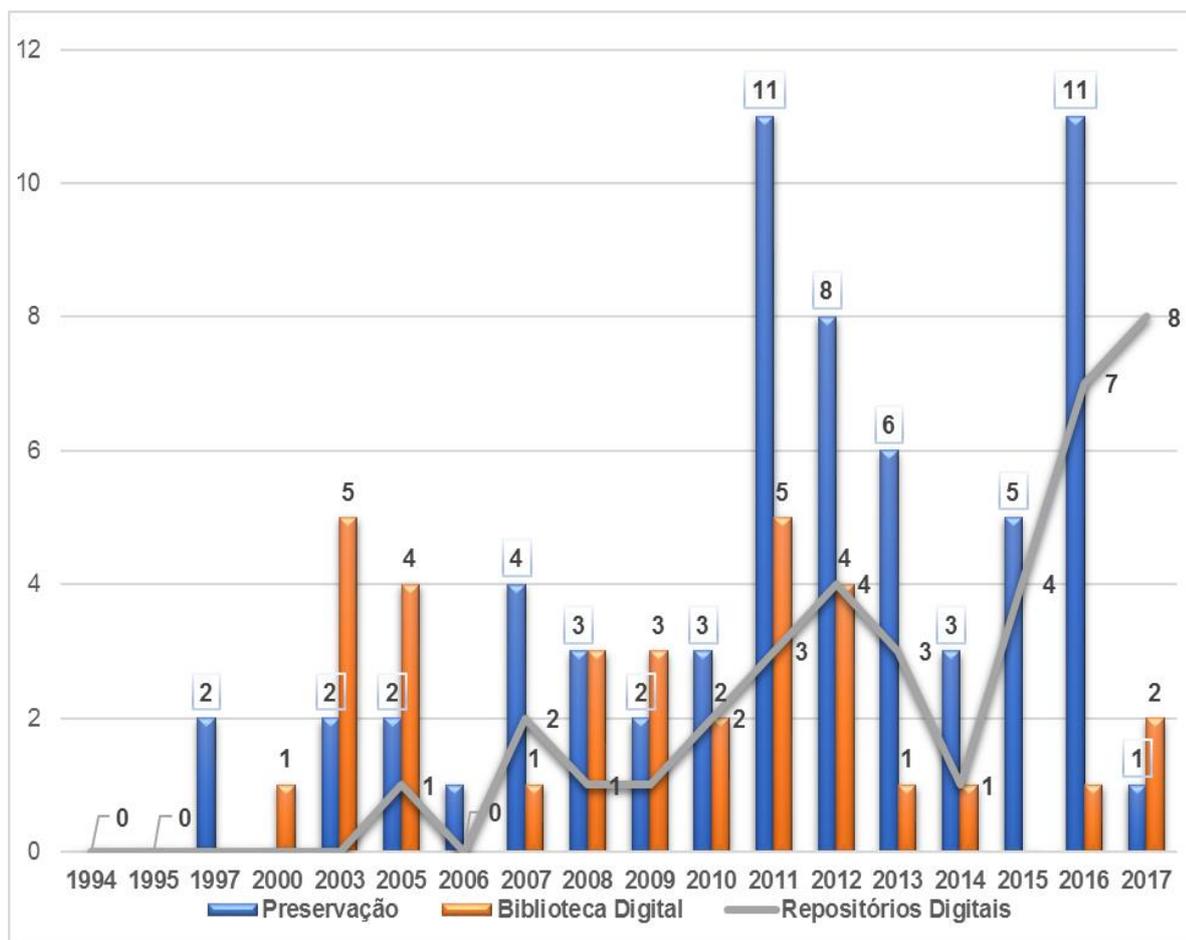
**Gráfico 10:** Comunicações Mapeadas: Preservação e/ou Salvaguarda, Biblioteca e Repositório Digitais (1994-2017)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017-2018.

O Gráfico 11 ilustra a relação paralela entre o crescimento do número de comunicações orais com a temática preservação e o crescimento do número das publicações relativas ao tema repositório digital numa curva crescente que na penúltima edição se aproxima da temática preservação (com 8 comunicações orais publicadas).

**Gráfico 11:** Comunicações Mapeadas: Preservação e/ou Salvaguarda, Biblioteca e Repositório Digitais (1994-2017).



Fonte: Dados da pesquisa, 2017-2018.

A Tabela 7 (apresentada na folha seguinte) ilustra a distribuição dos principais temas, que se relacionam ao estudo e os seus respectivos percentuais. Nessa distribuição, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) apresentou 14 (21%) comunicações orais, seguida pelas instituições UFPB (8; 12%) e IBICT/UFRJ (11; 16%).

**Tabela 7:** Temas das Comunicações distribuídos por Instituição.

<b>IES</b>	<b>PRINCIPAIS EIXOS TEMÁTICOS</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>UFPE</b>	Preservação digital e Políticas relativas ao tema. Metadados de Preservação. Curadoria Digital. Memória - Políticas. Guarda memorial arquivística.	14	21%
<b>UFPB</b>	Preservação Digital. Patrimônio Imaterial. Patrimônio documental. Arquivos pessoais - Preservação. Memória. Representação e Organização da Informação.	8	12%
<b>IBICT/UFRJ</b>	Preservação digital. Memória. Memória Institucional. Preservação da Memória - Bibliotecas. Preservação Patrimonial - Museus.	11	16%
<b>UNIRIO/MAST</b>	Preservação. Políticas municipais de preservação. Conservação. Preservação Digital. Patrimônio Arquivístico e Políticas relativas ao tema. Arquivos em Museus.	5	8%
<b>UFMG</b>	Preservação audiovisual. Preservação do Patrimônio - Políticas. Arquivologia - Documentos nato-digitais. Preservação Digital. Memória - Biblioteca Universitária.	3	5%
<b>USP</b>	Preservação Digital. Documento audiovisual - Preservação. Políticas de preservação. Legislação arquivística	3	5%
<b>UNB</b>	Preservação Digital. Documento audiovisual - Preservação. Memória.	3	5%
<b>UFERJ /UNIRIO</b>	Preservação. Preservação Digital. Patrimônio Digital. Memória. Teorias da Memória. Informação Arquivística – Políticas de Preservação. Conselho Nacional de Arquivos.	3	5%
<b>UFSC</b>	Preservação Digital. Curadoria Digital.	3	5%
<b>UEL</b>	Memória. Esquecimento. Preservação Digital. Repositórios Digitais. Arquivologia.	2	3%

(continua)

IES	PRINCIPAIS EIXOS TEMÁTICOS	Nº	%
UFC	Patrimônio digital. Memória patrimonial. Bibliotecas e Arquivos - Preservação.	2	3%
UNESP	Preservação Digital. Curadoria Digital. Padrões de metadados arquivísticos.	2	3%
UFBA	Preservação digital e Políticas relativas ao tema. Memória. Preservação audiovisual. Memória oral - Preservação. Acesso à Informação	2	3%
UFES	Memória. Preservação digital. Obras raras.	1	2%
UFSCAR	Preservação digital. Padrões de metadados. Metadados de preservação.	1	2%
UDESC	Memória institucional. Preservação - Biblioteconomia.	1	2%
	<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016-2017.

Os principais temas identificados (Tabela 8) entre as 17 instituições foram 'preservação digital', 'políticas de preservação', 'memória' e 'patrimônio arquivístico'. A tabela a seguir evidencia a concentração dos principais temas por instituição (modalidade pôster).

**Tabela 8:** Temas dos Pôsteres distribuídos por Instituição.

IES	PRINCIPAIS EIXOS TEMÁTICOS	Nº	%
UFPB	Preservação. Preservação digital. Padrões de metadados arquivísticos. Memória. Identidade Cultural. Patrimônio cultural.	7	24%
IBICT/UFRJ	Preservação Digital. Curadoria Digital. Patrimônio Documental. Memória. Bibliotecas Universitárias.	3	9%
UFBA	Salvaguarda digital. Preservação digital. Preservação de documentos. Memória.	3	9%
UFPE	Preservação. Preservação digital. Memória. Preservação Digital.	3	9%
UNIRIO	Preservação. Digitalização. Preservação Digital. Patrimônio Digital. Documentos audiovisuais - Preservação. Repositórios Digitais.	2	7%

(continua)

<b>IES</b>	<b>PRINCIPAIS EIXOS TEMÁTICOS</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>UFMG</b>	Preservação digital. Padrões de metadados arquivísticos. Memória.	2	7%
<b>UFPE</b>	Preservação. Preservação digital. Memória.	2	7%
<b>UFRJ</b>	Preservação Digital. Memória Virtual. Patrimônio Digital.	2	7%
<b>UFF</b>	Arquivos pessoais. Preservação de documentos. Patrimonialização de documentos. Memória.	1	4%
<b>UFSC</b>	Preservação digital. Informação em saúde.	1	4%
<b>UNB</b>	Preservação. Preservação Digital.	1	4%
<b>UNESP</b>	Documentos fotográficos - Preservação. Memória.	1	4%
<b>USP</b>	Preservação. Documentos audiovisuais - Preservação. Patrimônio.	1	4%
	<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017-2018.

Quando se refere a publicações de pôsteres, a UFPB se destaca novamente, com 24% dos trabalhos e pesquisas, e o mesmo se repete em relação as instituições com maior número de trabalhos publicados, como é o caso do UFPE (24%) e IBICT<sup>64</sup>/UFRJ (9%). A UFBA e a UFPE apresentaram (9%). Por sua vez, os principais temas citados foram 'preservação', 'preservação digital' e 'padrões de metadados'.

<sup>64</sup> "O Ibict tem desenvolvido políticas de estímulo ao acesso livre ao conhecimento disponibilizando e dando subsídios tecnológicos para o uso de softwares livres voltados para a disseminação da produção científica como o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), Sistemas de Arquivos Digitais (D-SPACE e DiCi) além da criação do Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre (OASIS.Br)." (ROSA, 2009, p. 246).

## 5 SALVAGUARDA DA INFORMAÇÃO PÚBLICA NATO-DIGITAL E REPOSITÓRIOS ARQUIVÍSTICOS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL (RAD-Pres): PROPOSTAS CONCEITUAIS<sup>65</sup>

Esta pesquisa propõe um conceito para o termo salvaguarda, diferenciando-o do conceito de preservação, em repositórios digitais. Entendemos o conceito de informação segundo a compreensão de Silva (2006a; 2006b), ou seja, como um processo – uma concatenação de eventos, de fenômenos, que se desenvolve com alguma unidade e regularidade – capaz de promover a ampliação da consciência que temos acerca da possibilidade de conhecer e agir. Por sua vez, os conteúdos informacionais públicos criados em meio digital – textuais e não textuais – consistem na representação da informação, ou seja, num conjunto de dados organizados em sequências lógicas de dígitos binários, quantificáveis e localizáveis, com vistas ao atendimento de uma necessidade individual ou social.

O método de tentativa e erro consolida a ação de conhecer, na medida em que uma solução experimental é admitida ou eliminada, quando considerada falsa. (POPPER, 1994b). Visitando a alegoria platônica da caverna é perceptível que, embora o mundo das aparências seja de fato um mundo das sombras projetadas nas paredes da caverna onde vivemos, todos procuramos constantemente alcançar a realidade; e mesmo que ela esteja profundamente oculta, como disse Demócrito, podemos explorar a profundidade. Não há um critério da verdade à nossa disposição, todavia, quando reconhecemos nossos erros, eles nos dão um aviso que pode ajudar-nos a encontrar uma via de escape da obscuridade da caverna. (POPPER, 1994a).

O estudo propõe-se como desenvolvimento de uma tese que conduza ao entendimento de que o termo salvaguarda deva ser empregado, na área de Ciência da Informação, como um conceito distinto do de preservação. Propomos que a salvaguarda consiste em assegurar e garantir a preservação propriamente dita, admitindo-se, assim, como ação de salvaguarda o RAD-Pres.

Frente à imprescindibilidade de estudos e pesquisas – que tratem da informação digital e da garantia da sua preservação – apresentamos nesta pesquisa a discussão de propostas para o aprimoramento do entendimento científico acerca do que seja salvaguarda, propondo-se um efetivo conceito para o termo (eliminando-se,

---

<sup>65</sup> No mapeamento geral dos estudos e pesquisas publicadas nos anais do ENANCIB (1994-2017) foram identificados 52 comunicações orais e 15 pôsteres, totalizando 67 trabalhos.

assim, seu caráter apenas nocional, ou ideológico, se preferirmos) e para o aperfeiçoamento do conceito de preservação, em repositórios digitais, por meio da análise da legislação arquivística pertinente e mediante os anais do Enancib.

A diferenciação dos conceitos de ‘salv guarda digital’ e de ‘preservação digital’ é efetivada a partir da elaboração e proposição de *conceitos* legítimos, mais apropriados ao discurso científico do que as noções generalistas. Essa ação colabora para a redução de mal-entendidos associados a relevantes terminologias que comportam concepções diferentes, ainda que complementares.

Em parceria ao estudo dos conceitos de salv guarda e preservação tornou-se imprescindível o tratamento do conceito de ‘repositório digital’, sob o ponto de vista de uma ação política de salv guarda. O planejamento e a implementação dos repositórios digitais evidencia como estes refletem a necessidade de aprimoramento do que vem sendo, na verdade, proposto mais como uma *noção* de salv guarda digital do que como um conceito científico.

Conforme já registramos aqui, a base epistemológica da presente investigação é fundada na abordagem hipotético-dedutiva, que se faz acompanhar de técnicas e procedimentos. Foram adotadas as técnicas: a) documentação indireta, mediante pesquisa bibliográfica e documental, iniciando-se pelas fontes referentes ao tema; b) coleta documental das noções de preservação, salv guarda e repositório digital junto ao marco legal da pesquisa; c) mapeamento e seleção das comunicações orais sobre os temas preservação, salv guarda, repositórios e bibliotecas digitais mediante levantamento obtido a partir do emprego de roteiro de coleta de dados; d) reconhecimento dos principais conceitos de ‘preservação’, ‘salv guarda’, ‘repositório digital’ e ‘biblioteca digital’. Em acréscimo, foram empregados os procedimentos de análises documental e temática, qualitativa, quantitativa e comparativa.

Propomos que a salv guarda da informação digital deva ser realizada por meio dos RAD-Pres, na medida em que as instituições que custodiam a informação digital regulamentam suas ações embasando-se na formulação de procedimentos de preservação digital – incluindo-se aí, equivocadamente, em nosso entender, as políticas, quando na verdade estas deveriam ser especificamente referenciadas por políticas de salv guarda, que garantam a preservação, e, no conseqüente desenvolvimento de programas de preservação digital, que favoreçam o

planejamento, a criação e a manutenção de Repositórios Arquivísticos Digitais de Preservação, os RAD-Pres.

Com relação ao termo salvaguarda, destacamos, conforme temos percebido, que, até então, o vocábulo vem sendo proposto como uma *noção*, ou seja, como uma “unidade de significação de um discurso ideológico” (CASTELLS; IPOLA, [1982], p.12); quando, na verdade, deveria ser desenvolvido também como um *conceito*, ou seja, como uma “unidade de significação de um discurso científico” (CASTELLS; IPOLA, [1982], p.12), e, de modo distinto do conceito de preservação, com o sentido, então, de assegurar, de garantir a preservação propriamente dita, admitindo-se, assim, como ação de salvaguarda o RAD-Pres.

Os objetivos consistiram em: a) identificar e analisar as noções de repositório arquivístico digital, junto à legislação pertinente já referida anteriormente, estabelecendo, a partir das noções identificadas, as especificidades caracterizadoras de cada um dos conceitos, a saber, preservação e salvaguarda; b) tratar das noções de salvaguarda e de preservação, em repositórios arquivísticos digitais, admitindo-se o cenário em que se delineiam as políticas ou diretrizes voltadas para a preservação e salvaguarda da documentação pública.

A base da investigação, reiteramos, é epistemologicamente fundada no método de abordagem hipotético-dedutivo e se faz acompanhar dos procedimentos qualitativo, quantitativo e comparativo (LAKATOS; MARCONI, 2000, 2003) e das análises documental e temática (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA ..., 1992).

Nesta pesquisa os significados relativos aos termos preservar e salvaguardar não são equivalentes, apesar de serem complementares. A análise do conjunto de documentos possibilitou o início de reflexões acerca da diferenciação entre as noções de preservação e de salvaguarda. Em termos nocionais, preservação e salvaguarda, considerando-se a legislação arquivística, são definidos de forma sinonímica.

## 5.1 O CONCEITO DE 'SALVAGUARDA' EM DEFESA

O interesse em relação ao tema foi guiado pela experiência vivenciada na condição de 'agente'<sup>66</sup> na criação, uso, tratamento, disseminação e preservação da informação. Na pesquisa resultante do curso de mestrado (FERREIRA, 2012) foi possível avançar na compreensão da informação como processo, adotando-se, desse modo, desde aquela época, o conceito de informação concebido por Silva (2006b). Ou seja, admitindo-o como processo e não como produto. O autor, em sua pesquisa de doutoramento retoma a alegoria da caverna, traduzindo-a na ação do conhecer e de estar partícipe no processo do que entendemos seja a informação. Sob esse viés de pensamento percebemos como as diferenças entre os conceitos em processo de (re)elaboração – salvaguarda e preservação digitais – poderiam ser tratados de modo a favorecer uma análise comparativa que avançasse na direção da delimitação dos alcances do conceito de preservação, e, conseqüentemente, na importância de aliá-lo à proposição conceitual posta em defesa. Na elaboração desse conceito, o confronto entre as hipóteses iniciais e o que foi identificado, na pesquisa empírica que desenvolvemos, serviu de reflexão para pensarmos numa proposição conceitual para o termo salvaguarda e para o repositório arquivístico digital. Entre tentativas e erros no processo de elaboração de hipóteses de pesquisa e no contato junto à legislação arquivística pertinente, como também a partir dos textos publicados (na modalidade comunicação oral) nos anais do Enancib, houve maior aproximação com um conjunto de noções e conceitos de preservação e/ou salvaguarda e de repositório digital elencado nos documentos citados.

Na análise do conjunto de dados da pesquisa anotamos que as noções de preservação e salvaguarda foram apresentadas de forma sinonímia na legislação pertinente. Já no que se referiu aos anais do Enancib, os conceitos de salvaguarda e preservação mostraram-se complementares, por se tratar de tema recente, ainda sem delimitação epistemológica, sem que os diferenciássem, considerando-se as comunicações orais selecionadas dos anais do Enancib. Por fim, entre os testes realizados, confrontando-se os conceitos e noções identificados nos resultados, que constam no capítulo anterior, corroboramos a hipótese de que os sentidos e os

---

<sup>66</sup> A ação de mediar o processo de implementação de ações políticas de salvaguarda traduz o papel do 'agente de salvaguarda', que se filia às 'instituições de salvaguarda' em prol da atuação na garantia da preservação.

significados identificados na literatura da área de Ciência da Informação e entre as noções na legislação arquivística, conferem uma aproximação de significados. Todavia, a análise revela que esses, epistemologicamente, ocupam campo específico de alcance. A salvaguarda não é a preservação em si. Ela trata das garantias para que a preservação seja assegurada.

Refutamos, desse modo, a hipótese de que, em se tratando de assegurar, proteger e garantir a preservação de conteúdos informacionais, se identificasse o termo salvaguarda. Essa hipótese foi rejeitada na averiguação das noções, junto à legislação, e dos conceitos mapeados nos anais do Enancib.

Quanto aos repositórios digitais, as nossas hipóteses foram: os conceitos e noções de repositório digital privilegiam uma denominação que se vincule a políticas, metadados específicos e critérios vinculados à garantia da preservação. E a segunda foi a de que os conceitos e noções de repositório digital refletem a imprecisão conceitual/nocional, provenientes da predominância da relação de sinonímia entre os termos preservação e salvaguarda. A primeira foi refutada, tendo em vista a noção de repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq), descrita e analisada nesta tese. A segunda foi corroborada, haja vista que os conceitos e noções de repositório digital identificados, não estabeleciam, em suas denominações ou nomenclaturas, o termo preservação.

A tríade conceitual informação, documento e memória, tratadas por Dodebei (1997), Silva (2002) e Frohmann (1995, 2008, 2009) foram basilares para subsidiar o contexto epistemológico das propostas conceituais em defesa. Defendemos que é possível tratar a salvaguarda em alcances múltiplos, categorizando-a como: salvaguardas, ou seja, garantias, que envolvem as políticas, as técnicas e os procedimentos operacionais e tecnológicos. Propomos as seguintes salvaguardas: técnica, tecnológica / operacional e cooperativa interinstitucional. Sugerimos, em acréscimo, que o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), seja conceituado como Repositório Arquivístico Digital de Preservação (RAD-Pres) – uma das garantias para a salvaguarda.

## 5.2 'PRESERVAÇÃO', 'SALVAGUARDA', 'BIBLIOTECA DIGITAL' E 'REPOSITÓRIO DIGITAL': SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS SEGUNDO ANAIS DO ENANCIB

Considerando-se os contextos aos quais se vinculam, os conceitos de preservação e salvaguarda passam a assumir a relação que se delineia, a partir da ação de preservar, nos domínios de acervos físicos (universo analógico). Tais noções avançam para novas demandas, oriundas das relações de produção, uso e criação de conteúdos informacionais em meio digital. Ambas as concepções coexistem numa relação mediante a qual se requer a cooperação institucional e o uso de ferramentas tecnológicas, que contribuam para a garantia da preservação. É o que representamos na folha seguinte, com uma Figura que altera a orientação da folha, de vertical para horizontal.

**Figura 5:** Conceitos e Ferramentas de gestão de conteúdos informacionais digitais: panorama de pesquisas publicados nos anais do Enancib.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016-2018.

O marco temporal ilustra o desenvolvimento e o sentido assumidos pelo conceito de preservação, seja no emprego associado a uma relação sinonímica, seja no uso que suscita o campo epistemológico da CI para delimitação conceitual. É essa a dinâmica que destacamos entre uma parcela das comunicações orais selecionadas para análise (Quadro 11). Na década de 1980 o tema preservação assumiu enfoque semântico no contexto de preservação do meio ambiente, na condição de disciplina científica, e passa a ser discutido com destaque (no contexto da ecologia), segundo Carvalho (1997), como imprescindível para o desenvolvimento sustentado (social, econômico e cultural), em atendimento às demandas do passado, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. O emprego do conceito de preservação digital delinea-se num contexto no qual a preservação dos conteúdos informacionais digitais ganha destaque e importância, associados ao histórico de consolidação da internet e da consequente ampliação das fontes de informação. Em 1997 duas pesquisas sobre o tema preservação foram identificadas nos anais do Enancib – “Biblioteca e memória: preservação no limiar do ano 2000: subsídios a partir da análise conceitual de bibliotecas nacionais” e “A Preservação dos acervos culturais e sua importância na atualidade: a ótica dos bibliotecários universitários”. Em tais trabalhos, o acesso e a preservação informacional são discutidos como ações ligadas ao papel da biblioteca

como entidade promotora das ações em prol da memória, cultura e preservação. Por sua vez, tratam do papel dos bibliotecários na condição de entes que promovem ações de preservação, enquanto “[...] participantes privilegiados da responsabilidade de administrar significativa parcela do conhecimento gerado no passado e em construção no presente.” (CARVALHO, 1997, p.62) e do livro como o “[...] testemunho de memória.” (BAPTISTA, 1997, p.1).

O texto da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a partir das concepções, práticas e intenções de um grupo de pesquisadores da instituição, propiciou uma visão de como os agentes institucionais – os cientistas –, a partir do valor atribuído à memória científica institucional e às suas práticas, participam e interferem na construção do patrimônio informacional científico. A pesquisa “A preservação da memória científica da Fiocruz: a visão de quem faz ciência” – publicada nos anais do Enancib de 2003 – tratou da preservação da memória científica que se encontra nos arquivos, gerada no decorrer de atividades que viabilizaram e possibilitaram o fazer científico. Brito (2003) acrescenta que, nessa compreensão, estão também incluídos os museus e as grandes redes de comunicação, impressas, televisivas e eletrônicas.

O século XXI prenuncia a busca de uma solução para a preservação de seus patrimônios. Migra-se aqui para o dilema da preservação (acumulação de saberes) e da sua disseminação (criação do conhecimento) (DODEBEI, 2006). A citação é relativa à pesquisa<sup>67</sup> “Contribuições das teorias da memória para o estudo do patrimônio na Web”. A autora elucida as tensões entre proteger e disseminar a memória digital, nos arquivos, bibliotecas e museus – detentores das memórias documentárias de cunho técnico, científico e artístico. À época, a pesquisa evidenciou a importância dessas instituições, ainda que com suas missões distintas, contudo, com atributos de complementares, no que tange à salvaguarda, preservação, gestão e disseminação de conteúdos informacionais – representados pelas coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, arquivísticos, bibliográficos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. A proteção dos objetos materiais ou imateriais reúne três atributos, que, segundo a autora, consistem na existência de um objeto, no desejo de memória e na proteção contra perdas; o que implica considerar duas noções: valor e perigo. A segunda noção está relacionada ao termo salvaguarda,

---

<sup>67</sup> Publicada no GT à época: “Patrimônio Digital, Memória Social e Teoria da Informação”. Em 2007, foi criado um Grupo de Trabalho intitulado: “Debates sobre Museologia e Patrimônio” que antecedeu o Grupo de Trabalho vigente - GT 9: Museu, Patrimônio e Informação - a partir de 2009.

uma vez que o risco de apagamento ou dano ao objeto com um valor de representação reforça a imprescindibilidade da ação política de salvaguarda dos riscos naturais e sociais. Nesse texto, registra-se a menção ao termo salvaguarda, vinculando-o às noções citadas pela autora – valor e perigo. Os termos preservação e salvaguarda não são tidos como sinônimos naquela pesquisa. Avança-se no questionamento quanto às possibilidades de pensar o bem patrimonial. Nesse sentido, os museus são as instituições mais representativas de reunião de bens patrimoniais; “[...] as coleções bibliográficas ao contrário, [...] representam a soma de singularidades. [...] Cada livro, cada texto, cada imagem [...] irá representar o pensamento de um autor sobre determinada questão.” (DODEBEI, 2006, p. 7). Como vimos elucidando, na trajetória de desenvolvimento, a autora defende que “a criação de leis, normas e procedimentos para a proteção dos bens patrimoniais de natureza intangível nos [conduz] a refletir sobre o caráter de virtualidade desses bens e sobre a impossibilidade prática de separar o MATERIAL do IMATERIAL.” (DODEBEI, 2006, p. 7).

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, estabelece a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional<sup>68</sup>. Daí vale destacar que “[...] o patrimônio como produto de uma escolha, quer dizer um conjunto isolado de objetos escolhidos para representar simbolicamente as ações sociais, [...] pressupõe constante atenção quanto à salvaguarda de sua integridade singular.” (DODEBEI, 2006, p.8). No universo de produção de conteúdos em meio digital ou digitalização da representação destes, ainda carecemos da ampliação de estudos e ações que legitimem a criação de uma Lei de Salvaguarda Digital.

Os recursos financeiros para as ações técnicas e tecnológicas de preservação são escassos entre as instituições depositárias de documentação nato-digital. Isso implica um contexto que impacta a gestão devida da memória documental digital. Dois problemas unem-se, a carência financeira para tratamento do acervo físico – associada à demanda atual de digitalização destes conteúdos – e a preservação dos conteúdos originalmente representados em meio digital.

O início dos debates em torno da temática (1997-2003), no grupo de trabalho identificado sobre a matéria, reflete a expansão da disseminação de conteúdos via

---

<sup>68</sup> “Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (BRASIL, 1937, p.1).

web. A criação de bibliotecas virtuais e digitais, a migração de serviços para a modalidade via rede, com a criação das bases de dados, para favorecer a ampliação do acesso aos acervos, mediante processo de indexação desses documentos e a sua futura recuperação, por parte de usuários, de qualquer parte do mundo. No biênio 2004-2006, o ampliado fluxo de informações disseminadas e produzidas via rede, sobretudo a informação científica, propiciou campo para a criação de ferramentas tecnológicas, a exemplo da biblioteca digital, para o tratamento técnico, gestão e disseminação de conteúdos.

**Quadro 11:** Comunicações Orais selecionadas sobre os temas Preservação e/ou Salvaguarda: Enancib (1994-2017).

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
<b>1</b>	VII (2006)	GT2	DODEBEI, Vera	Contribuições das teorias da memória para o estudo do patrimônio na Web
<b>2</b>	VIII (2007)	GT1	MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda	Ciberespaço, memória e esquecimento
<b>3</b>	VIII (2007)	GT2	CAVALCANTE, Lidia Eugenia	Preservação do patrimônio documentário e representação digital
<b>4</b>	IX (2008)	GT5	SILVA, Sérgio Conde de Albite	A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil
<b>5</b>	X (2009)	GT2	FRAGOSO, Ilza da Silva; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de	Modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa - PB
<b>6</b>	X (2009)	GT8	BORBA, Vildeane da Rocha; LIMA, Marcos Galindo	Preservação digital: modelo orientador para o BDTD/UFPE
<b>7</b>	XII(2011)	GT8	BORBA, Vildeane da Rocha; RIBEIRO, Fanny do Couto; LIMA, Marcos Galindo; MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira	Análise de risco: um método para a preservação digital

(continua)

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
<b>8</b>	XIII (2012)	Gt8	BORBA, Vildeane da Rocha Marcos Galindo de Lima, Sandra de Albuquerque Siebra, Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda, Vânia Ferreira da Silva	Política de preservação digital: diretrizes para o LIBER
<b>9</b>	XIII (2012)	GT8	Fanny do Couto Ribeiro de Lima, Marcos Galindo de Lima	Preservação digital da informação científica: uma análise de risco em repositórios institucionais brasileiros
<b>10</b>	XIV (2013)	GT8	Aureliana Lopes de Lacerda Tavares	Gestão de Risco: um novo olhar para a Preservação Digital
<b>11</b>	XV(2014)	GT8	BORBA, Vildeane da Rocha; SIEBRA, Sandra de Albuquerque; GALINDO, Marcos ; MACHIAVELLI, Josiane Lemos; GUSMÃO, Cristine Martins Gomes de	Políticas de formatos de arquivos para objetos de aprendizagem: preservação digital no saber tecnologias educacionais e sociais
<b>12</b>	XVI(2015)	GT8	FERNAL, Alexandre; FRANKLIN, Benjamin Luiz.	Materialidade da informação nos ambientes informacionais digitais e os impactos na arquivologia
<b>13</b>	XVI(2015)	GT10	SANTOS, Valéria Silva; LIMA, Marcos Galindo; SOARES, Sandra Verríssimo	Informação e memória arquivística: o custodialismo e outras discussões paradigmáticas
<b>14</b>	XVI(2015)	GT10	MANINI, Miriam Paula	Acervos audiovisuais em Brasília: imagem, memória e informação
<b>15</b>	XVII(2016)	GT1	MACHADO, Kettuly Costa.; VIANNA, William Barbosa	Curadoria digital e ciência da informação: correlações conceituais relevantes para apropriação da informação
<b>16</b>	XVII(2016)	GT8	SIEBRA, Sandra de Albuquerque; BORBA, Vildeane da Rocha; MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira	Curadoria digital: um termo interdisciplinar

(continua)

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
<b>17</b>	XVII(2016)	GT8	ALVES, Rachel Cristina Vesu	Metadados e padrões de metadados para preservação digital no domínio arquivístico
<b>18</b>	XVII(2016)	GT8	TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda; GALINDO, Marcos	Processos de preservação digital na Rede Memorial Pernambuco (RMP)
<b>19</b>	XVII(2016)	GT8	FORMENTON, Danilo; CASTRO, Fabiano Ferreira de; GRACIOSO, Luciana de Souza; FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary; SIMÕES, Maria da Graça de Melo	Análise dos padrões de metadados à luz da preservação digital
<b>20</b>	XVIII(2017)	GT10	VIDAL, Fabiano Cesar de Mendonca.; ROSA, Maria Nilza Barbosa.; LIMA, Izabel França de	Os escritos de Ademar Vidal e seu papel na construção, preservação e disseminação da memória cultural

Fonte: Dados da pesquisa, 2017-2018.

Com a expansão das múltiplas possibilidades de criação, uso e edição de conteúdos representados no universo digital – espaço desterritorializado<sup>69</sup> – “[...] os museus, as bibliotecas e os arquivos foram considerados como lugares da memória da humanidade, pelo que, a perspectiva da memória é vista como preservação.” (MONTEIRO; CARELLI, 2007, p.2). À medida que a memória se destaca por sua importância imensurável para a humanidade, estudos sobre a sua preservação alavancam pesquisas e ações, em nível mundial, que assumem relevância, particularmente no campo da CI. Essa é mais uma das tendências em destaque para a delimitação do lastro epistemológico no qual o conceito de salvaguarda digital aqui proposto pretende se estabelecer.

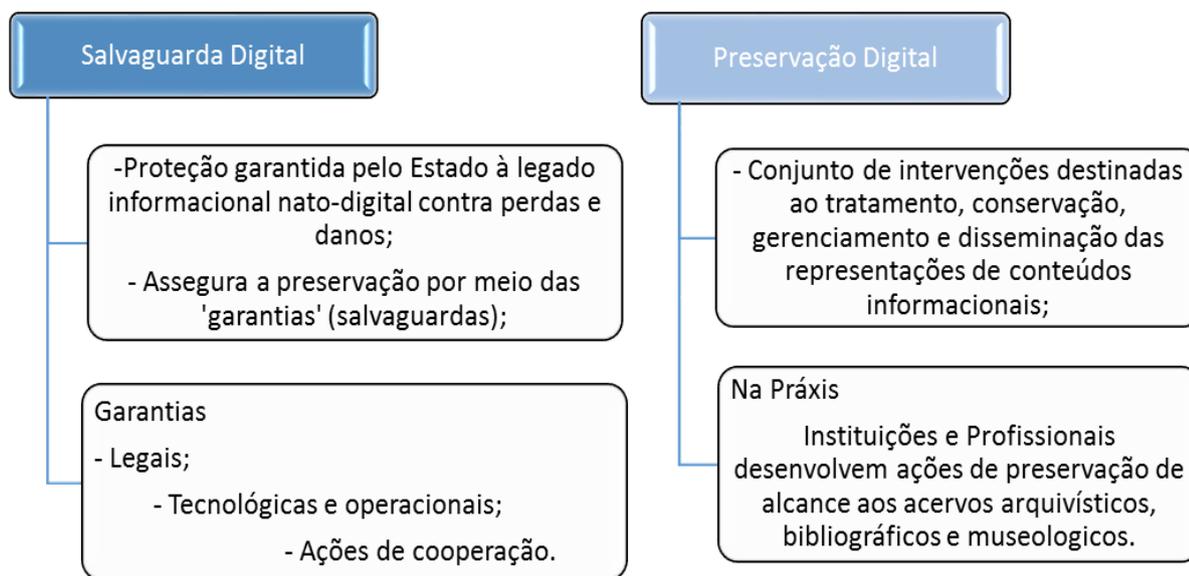
No tocante à preservação digital, as autoras destacam que “no Ciberespaço a **questão da preservação da informação** [...] é questionada, pois, estando no ambiente virtual, não há **garantias** de que uma informação esteja disponível após

<sup>69</sup> “É um ambiente inconstante e virtual, no qual os dados se encontram em interminável movimento e se sucedem, se modificam, interagem e se excluem.” (MONTEIRO; CARELLI, 2007, p.3).

certo tempo.” (MONTEIRO; CARELLI, 2007, p.3, grifos nossos). Sob a nossa ótica, as garantias inexistentes na rede passarão a ser reconhecidas quando a salvaguarda digital vier a ser regulamentada por lei. Está implícito no conceito de salvaguarda o entendimento de que este depende do estabelecimento das garantias do que chamamos de salvaguarda. São elas: legislação, tecnologias de preservação, acordos de cooperação e atualização em mão de obra especializada.

O advento da escrita demarca a promoção dos conteúdos informacionais, pertinentes ao processo da informação, e os habilita a tornarem-se aptos às possibilidades de serem lembrados, após registro, ação que promove a ampliação das possibilidades de interação com esses conteúdos: a análise, o exame, a edição, o compartilhamento, via canais *online*, a preservação e a emergência da salvaguarda, na fronteira que a distingue.

**Figura 6:** Distinção entre os Conceitos de ‘Salvaguarda’ e ‘Preservação’.



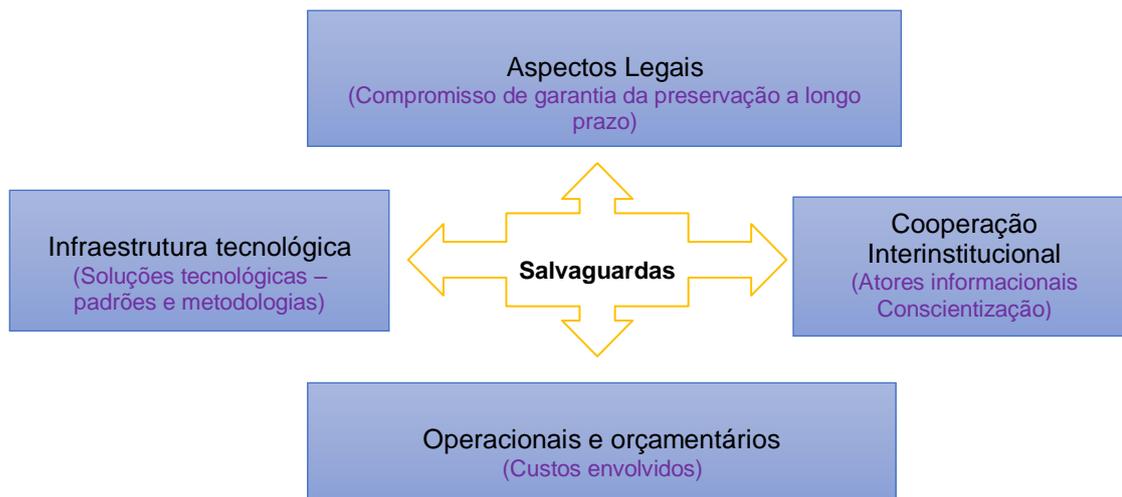
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Monteiro e Carelli (2007) elucidam, ainda, que a preservação da memória depende de um suporte, no qual a informação se encontrará representada, tendo em vista os meios de conservação e as condições de sua elaboração. A informação digital representada, que chamamos de conteúdo informacional digital, para que seja preservado, requer a materialização em espaço ou fonte de informação. O universo analógico, seguido pelo digital, coexistem. A preocupação consiste hoje nas ações

que continuem versando sobre o tratamento e a preservação para a disseminação de conteúdos, sob o lastro da proteção concedida pelo Estado – a salvaguarda. (Figura 6).

A tese que norteou a pesquisa de Silva S. (2008) é a de que a preservação está condicionada à formulação de políticas públicas. Em decorrência, preservar significa prover “[...] intervenções técnicas, científicas e políticas, de tal forma que a informação registrada em qualquer suporte material tenha permanência e durabilidade e possa ser acessada física e logicamente, de forma contínua e pelo maior tempo possível.” (SILVA S., 2008, p.3). A conceituação de preservação sob o ponto de vista desta pesquisa assemelha-se ao que conceituamos como salvaguarda. A Figura 6 traça o comparativo da nossa compreensão, acerca dos conceitos. As ponderações do autor reforçam a importância das intervenções técnicas, científicas e políticas, descritas no esquema, como atributos pertinentes ao conceito de salvaguarda digital. A preservação é tida como uma intervenção preventiva para conservar, manter e gerenciar os acervos. A salvaguarda, complementarmente, é delimitada, epistemologicamente, como um conjunto de ações que garantem a ação de preservar; e que, num ambiente, “[...] é concebida, formulada e implementada a partir de personagens que se relacionam, que se influenciam mutuamente, em um ambiente de conflitos e consensos. (SILVA S., 2008, p.3). A tensão entre conflitos e consensos é espaço de debate para propor e consolidar frentes de pesquisas que contribuam para a consolidação de conceitos, envolvam a sociedade e as instituições de modo a articular e mediar relações destas com a esfera pública.

A necessidade da promoção da salvaguarda digital ao campo da política pública de informação é o que almejamos substanciar ao longo desta pesquisa. Em consenso, reafirmamos que “sem políticas públicas [...], tende a ser menor a possibilidade de se preservar a informação, de forma contínua [...], como tende a ser maior a dificuldade de se garantir o seu acesso a longo prazo.” (SILVA S., 2008, p.3). Quanto a isso, o esquema abaixo (Figura 7) patenteia as ‘garantias’ peculiares do conceito de salvaguarda. Essas são distintivas para vislumbrarmos a delimitação entre os conceitos de preservação e salvaguarda.

**Figura 7:** Descrição das ‘Salvaguardas Digitais’.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A partir da experiência canadense, Cavalcante (2007) destaca alguns projetos desenvolvidos por arquivos, bibliotecas universitárias e museus do Quebec envolvidos nas articulações relativas à memória e ao patrimônio digital, à geração de coleções digitais. No país, o tema informação digital transformou-se em preocupação coletiva, cujas discussões buscam gerar quadro cooperativo entre os participantes. Essa estratégia é basilar para o desenvolvimento de políticas integradas e para a geração de ambiente político que maximize os esforços individuais. “Em busca de ação coletiva<sup>70</sup>, as organizações discutem o desenvolvimento de estratégias conjuntas para o compartilhamento de recursos, normas, experiências e tecnologias. Nesse sentido, tal questão constitui-se como ponto culminante para a elaboração de uma estratégia nacional sobre informação digital.” (CAVALCANTE, 2007, p.8). Questões como digitalização, gestão de conteúdos nato-digitais, geração de políticas e estratégias para salvaguardar a memória nacional e difusão do patrimônio são tratadas pela autora, embasando-se no caso das experiências canadenses, a partir da participação da *Bibliothèque et Archives Canadá* (BAC) e da *Bibliothèque et Archives nationales du Québec* (BAnQ) – articuladoras e mediadoras dos debates relativos à geração de políticas e estratégias para a criação de ambiente digital coletivo. Outro fator importante, aliado às políticas, trata-se da geração de infraestrutura nacional sobre

<sup>70</sup> “Esses esforços constituem uma rede de discussão sobre o patrimônio digital do Quebec, constituída de representantes de bibliotecas, museus, arquivos, universidades, associações, provedores de conteúdos, ministérios, instituições privadas e públicas e representantes da sociedade.” (CAVALCANTE, 2007, p.8-9).

informação digital para apoiar a criação, gestão, preservação, acesso e utilização de tais conteúdos digitais, suscitando a discussão dos problemas para favorecer iniciativas concretas. As ações identificadas foram indicadas em nossas hipóteses de pesquisa como salvaguardas imprescindíveis para assegurar a preservação digital. No exame dos trabalhos e pesquisas, confirmamos, a partir dos dados apresentados nestas, que as mencionadas hipóteses foram corroboradas.

O trabalho evidencia principalmente o interesse coletivo de aperfeiçoar as ações de gestão a médio e longo prazo. As discussões e experiências apresentadas permitem validar a importância das políticas e das ações cooperativas e projetos destinados à preservação compartilhada. “É evidente que esta temática ainda precisa receber mais atenção por parte de governos, instituições e sociedade.” (CAVALCANTE, 2007, p.11).

Urge que a intervenção por parte do Estado avance na criação de Lei para a Salvaguarda de conteúdos nato-digitais, garantindo a preservação por meio de dotação orçamentária específica. Conforme destaca Conway (2000, tradução nossa), até o momento as instituições vêm reorganizando orçamentos, angariando fundos e antecipando rendimentos futuros para fazer os projetos digitais acontecerem. Quaisquer instituições – bibliotecas, arquivos, sociedades históricas ou museus – podem permitir-se o desperdício dessas oportunidades? Sem um esforço sério para garantir o acesso por longo prazo ao legado digital, o risco de perdas é enorme.<sup>71</sup>

Os atores envolvidos na articulação para que a Lei de Salvaguarda Digital seja uma realidade estão a postos entre as instituições custodiadoras de conteúdos nato-digitais. Junto ao Estado, os profissionais da informação poderão ampliar a demarcação de campo para a definição de recursos destinados à salvaguarda digital. Ponderamos, a partir da pesquisa realizada, que a promulgação de lei específica é imprescindível nessa empreitada.

---

<sup>71</sup> “Organizations are rearranging budgets, raising money, and anticipating income streams to make digital projects happen. Can any institution -- library, archives, historical society, or museum --afford to squander this investment? Without serious effort to ensure long-term access to today's digital image files, however, the risk of loss is tremendous.” (CONWAY, 2000, p.15).

Para Borba e Lima (2009, p.1), a preservação digital é conceituada como o conjunto de “[...] estratégias<sup>72</sup> através das quais se definem diretrizes, modelos conceituais e práticos a fim de minimizar os efeitos da obsolescência tecnológica, bem como a vida útil de suportes físicos, garantindo a perenidade de informações e tornando-as acessíveis a longo prazo.” As estratégias de preservação digital<sup>73</sup> baseiam-se no estudo dos projetos internacionais de preservação digital da Biblioteca do Congresso e da Biblioteca Nacional da Austrália. São eles, respectivamente: *Preserving Access to Digital Information* (PADI) e o *National Digital Information Infrastructure and Preservation Program* (NDIIPP). O PADI reúne uma série de recursos, como políticas, relatórios de projetos e artigos de periódicos, abrangendo uma ampla gama de tópicos relacionados à acessibilidade contínua de informações digitais. O programa de arquivamento liderado pela Biblioteca do Congresso para custodiar e fornecer acesso aos recursos digitais propiciou a formação de uma rede nacional de parceiros dedicada a preservar tipos específicos de conteúdo digital em risco de perda. Em adição, o PADI é baseado em um modelo de cooperação que trabalha com dois parceiros, a Digital Preservation Coalition (DPC) e a Rede de Preservação e Acesso a Recursos Eletrônicos (ERPANET). O PADI estendeu o modelo cooperativo, permitindo que contribuidores registrados de todo o mundo adicionem recursos ao banco de dados PADI. Como muitos desses conteúdos informacionais estão representados somente na web, foi reconhecido que esses documentos, páginas e fontes de informação diversas estão em perigo de serem perdidos. Para os autores, os requisitos legais, financeiros e técnicos fazem parte das políticas de preservação digital. “A partir das novas contribuições, o conceito [de preservação] foi consolidando o seu objetivo fundamental em torno do desenvolvimento de estratégias específicas para salvaguardar informações de valor para futuras gerações.” (BORBA; LIMA, 2009, p.4). Destacando os requisitos técnicos, a preservação a longo prazo é, sob a visão de ambos, possibilitada a partir\_de

---

<sup>72</sup> “As estratégias de preservação aqui propostas resultaram do estudo de duas iniciativas internacionais: o da Austrália como seu projeto *Preserving Access to Digital Information* (PADI) e o da Biblioteca do Congresso Americana (Library of Congress - LOC) com o seu Programa *National Digital Information Infrastructure and Preservation Program* (NDIIPP)”. (BORBA; LIMA, 2009, p.8, grifos nossos).

<sup>73</sup> A base teórica na construção de estratégias de Preservação digital está fundamentada no *Guidelines for the preservation of digital heritage* e *An Approach to the Preservation of Digital Records* (publicações da Austrália e dos Estados Unidos). *The Digital Preservation Needs and Requirements in RLG Member Institutions* de autoria de Margaret Hedstrom e Sheon Montgomery, *Preserving Digital Information: Report of the Task Force on Archiving of Digital Information* elaborado pela *The European Commission on Preservation* (ECPA) e *The Research Libraries Group* (RLG).

requisitos legais (políticas de preservação), financeiros e técnicos (migração e metadados de preservação) e (garantia da autenticidade). Nosso ponto de vista diverge em relação ao que seria conceituado como preservação. Desse modo, o que os pesquisadores categorizam como áreas de cobertura para a preservação digital: “[...] Autoridade e responsabilidade; Conversão e reformatação; Avaliação, seleção e aquisição; Armazenamento e manutenção; Acesso e divulgação; Implementação; Normas; Procedimentos; Controle de qualidade, auditoria e avaliação comparativa; Cooperação.” (BORBA; LIMA, 2009, p.9) são, em nosso parecer, áreas de cobertura para as salvaguardas digitais – garantias legais, técnicas-operacionais e de cooperação interinstitucional, visando a consolidar o processo de preservação digital entre as instituições responsáveis pela guarda de conteúdos informacionais representados em meio digital. Com o entendimento de que a cooperação interinstitucional, nesta pesquisa, é entendida como o desenvolvimento de parcerias entre instituições de custódia de documentos digitais – nacionais e internacionais – efetivada por meio de convênios de cooperação técnica, científica e/ou acadêmica entre as instituições envolvidas.

Borba e outros (2011), em trabalho vinculado ao projeto Patrimônio Digital Ameaçado<sup>74</sup>, do grupo de pesquisa Memória e Sociedade, destacaram a ausência de infraestrutura adequada e políticas institucionais específicas. Para os autores, “a preservação da memória digital diz respeito à aplicação de estratégias, capazes de viabilizar a permanência continuada de informações para uso das futuras gerações, preocupando-se com os impactos das mudanças tecnológicas” (BORBA et al, 2014, p.3). O conceito imprime o significado de preservar reportando-o a ‘ferramenta’, ‘instrumento’ e/ou ‘metodologia’ aptos para assegurar a preservação e viabilizar o acesso e a interpretação dos conteúdos informacionais por longo prazo. Em que condições e circunstâncias essa metodologia é capaz de prover a garantia de acesso aos conteúdos por longo prazo? Essa possibilidade é viável? São questões que problematizam os conceitos identificados nos anais do Enancib e as noções mapeadas na legislação arquivística pertinente. Refletir sobre o tema conexo às questões mobilizou esta pesquisa de doutoramento.

---

<sup>74</sup> O projeto tem por objetivo investigar as práticas laborativas de preservação digital nos Repositórios Institucionais (RI) desenvolvidos por instituições públicas de ensino e pesquisa de âmbito nacional.

Os conceitos – identificados nos anais do Enancib – associaram-se a: “garantia/garantir o pronto acesso”, “guarda e preservação da memória”, “garantia de armazenamento de longo prazo”, “acesso aos conteúdos nato-digitais ou aos convertidos para o formato digital, proteção do sistema interno de impactos contra eventos sinistros<sup>75</sup> da perda de registros do patrimônio digital e/ou “salvuarda(r) conteúdos científicos para a posteridade”. Como vimos afirmando, uma de nossas hipóteses é reafirmada, considerando as expressões associadas ao termo preservação. O escopo de análise da pesquisa enfoca a preservação digital centrada em constante controle e aferição de riscos, alertando para a necessidade da administração deste problema a partir da mitigação de fatores causais, como também por meio do desenvolvimento de mecanismos de observação permanentes, que se antecipem na proteção do sistema interno de impactos contra eventos sinistros contra o patrimônio digital. Em seguimento à pesquisa anterior, Borba e colaboradores (2012) salientam a importância das políticas de preservação digital. Para os pesquisadores preservar envolve:

[...] a identificação de metas, diretrizes, técnicas e orientações de ações, de políticas de preservação digital que envolvam o uso de tecnologias e padrões testados e adaptados em projetos de acervos digitais, é uma forma efetiva de garantir o armazenamento e a perenidade das informações e do conhecimento por longos períodos. (BORBA *et al.*, 2012, p.3).

Políticas, ações técnicas, tecnológicas e operacionais, que envolvem o uso de padrões de metadados de preservação, conforme é destacado, são elementos pertinentes ao que consideramos ser as salvuardas digitais – apresentado em capítulo anterior. Desse modo, o que orienta e garante a preservação de documentos nato-digitais é a salvuarda digital. Em dimensão mais ampla, esta vincula-se ao estabelecimento de política pública destinada a esse fim.

Em acréscimo, o conceito de preservação, neste texto mais recente de Borba e colaboradores (2012), foi associado à “conservação e preservação” e à “garantia da proteção informacional de valor permanente”. O enfoque direcionado a essas ações

---

<sup>75</sup> “[...] eventos geradores de perigos [...], englobando as falhas intrínsecas de sistemas, assim como eventuais erros operacionais (ações humanas). Além disso, abrange as análises dos eventos perigosos causados por agentes externos, tais como: inundações, tremores de terra, descarga elétrica.” (BORBA *et al.*, 2011, p.8).

evidenciou que sem políticas de preservação será inalcançável esse propósito. Quanto às políticas, os autores relatam requisitos necessários. Avançam destacando que:

Estas políticas devem estar lastreadas em um documento dirigido a orientar ações emergenciais e estruturais na área. Para tanto se faz necessário à visão dos diversos segmentos que compõem os serviços de informação documentação e biblioteca como partes atuantes de um sistema de informações, com atribuições e papéis específicos dentro de um corpo sistêmico maior. [...] Uma política de preservação deve ser abrangente, ter um alcance amplo e incluir não só questões técnicas, mas também organizacionais, recursos humanos, jurídico, gestão de direitos, acesso, e da propriedade intelectual. As políticas devem ser postas em prática em diferentes níveis, não só nas instituições, mas também a nível nacional e internacionalmente. (BORBA *et al.*, 2012, p.6-8).

Reafirmamos a importância das questões cruciais, como as institucionais, tecnológicas, recursos humanos e legais – gestão de direitos, de acesso e da propriedade intelectual, todavia, relacionamos as supracitadas à salvaguarda digital. Entendemos a preservação digital como ação institucional que necessita de garantias para que se efetive, a partir de um conjunto de ações políticas previstas, que intitulamos como salvaguardas.

“A preservação digital no país, conforme aponta literatura, é ainda dependente da vontade política e sensibilização das instituições para que problemas essenciais sejam solucionados.” (BORBA *et al.*, 2012, p.17), mas sobretudo, segundo o nosso entendimento, se deve à necessidade da emancipação da salvaguarda, a política que assegure e regule a preservação digital. É claro que, para tanto, as ações dos atores vinculados às instituições aliada à inclusão desta demanda na agenda política são imprescindíveis.

Sob o nosso ponto de vista, preservação é um método e a salvaguarda a garantia para que esta seja assegurada, por longo prazo ou permanentemente. Coadunamos com a perspectiva de Lima F. e Lima M. (2012), quando adotaram uma perspectiva de monitoramento e controle de riscos, tratando de métodos de preservação. Quanto a isso:

Entende-se que a combinação da análise de riscos e a preservação de acervos digitais possibilitam um constante controle de riscos, além

de antecipar e diagnosticar os diversos perigos que incidem nos serviços de informação. Este novo método também se mostra capaz de identificar os acidentes significativos ocorridos durante o processo de guarda e acesso da memória em meio digital (LIMA F.; LIMA M., 2012, p.5).

Baseando-se nisso, partem do princípio de que “preservação digital é uma ferramenta preventiva, que tem por objetivo o controle e redução dos riscos que envolvem a informação registrada em meio digital, ela não pode ser concebida apenas como atividade baseada em percepções e deduções futuras” (LIMA F.; LIMA M., 2012, p.12). Os autores salientam a importância de associar a preservação ao controle de risco, de modo que preservar acervos digitais demanda a identificação de prováveis riscos e sua mensuração. Consideramos que essa ação contribui para sanar as causas dos acidentes ou reduzir os danos à memória nato-digital. As tentativas de antecipar a previsão das prováveis perdas e danos em relação ao patrimônio digital devem estar estabelecidas e regulamentadas a fim de que esse patrimônio seja salvaguardado.

Ressalte-se que as mudanças no processo de custódia dos documentos, em decorrência da ampliação da produção de conteúdos informacionais, originalmente em meio digital, têm impacto direto na modificação das políticas institucionais de preservação digital que subsidiam a implementação de sistemas para gerenciamento de conteúdos informacionais digitais. No que tange aos repositórios digitais, a antecipação de riscos subsidia tomada de decisões baseadas na prevenção de danos à representação de conteúdos informacionais disponibilizados nos Repositórios Institucionais (RI). Para Lima F. e Lima M. (2012), isso implica na proposição de uma base metodológica para a identificação dos principais fatores geradores de riscos para a preservação digital<sup>76</sup> em RI; possibilita ainda, a demarcação limítrofe entre os investimentos em preservação e os riscos aceitáveis. São eles: a) instalações; b) processos; c) equipe operacional e; d) materiais e suportes. Pontuamos, somente, que os riscos identificados, em nossa visão, se vinculam à salvaguarda, na medida em que entendemos (e propomos) que ela é que garante a preservação digital.

Em observância aos riscos descritos, a necessidade de uma Lei de Salvaguarda é reafirmada. Destacamos que as salvaguardas digitais visam a atuar

---

<sup>76</sup> Dispostos no Anexo D – Quadro 23: Cenário de acidentes para a preservação digital em RI.

em favor da prevenção de risco. Elas derivariam da Lei em destaque e seriam constituídas a partir de aspectos: técnicos, tecnológicos, operacionais e de cooperação, e regulamentadas, portanto, pela Lei que propomos. Defendemos que assegurar compreende o acautelamento do patrimônio digital, a instauração de proteção estatutária. Isso ocorrerá por meio de Lei e será operacionalizado, em nossa visão, a partir das salvaguardas propostas nesta tese.

A problemática da preservação digital a longo prazo é uma preocupação latente dos estudos a partir da última década. Particularmente, o monitoramento e análise de riscos são temáticas relativas à preservação que se estabeleceram nesse contexto, associando-se à gestão de repositórios digitais. Para Tavares (2013, p.6-7), a “preservação digital [...] objetiva manter a informação preservada e acessível por um longo período de tempo e precisa de uma rigorosa gestão dos riscos buscando a defesa da informação digital contra ameaças e vulnerabilidades inerentes ao seu processo.”

Não obstante, iniciativas relacionadas a essa problemática tem se espalhado pelo mundo. Tanto setores públicos quanto privados têm levantado esforços para estabelecer metodologias e estratégias que busquem responder as necessidades de garantir que essa informação esteja disponível por um longo tempo, muito embora essa prática se constituísse, ainda, em parte de um ideal que se pretende alcançar. Amparados nessa afirmativa, pesquisadores ligados ao grupo de pesquisa Memória e Sociedade têm desenvolvido pesquisas que demonstram que o que se apresentou até o momento em termos de preservação digital são medidas com eficácia momentânea e incompletas que não garantem a segurança e complexidade da preservação digital, nem acompanham as mudanças tecnológicas e os problemas estruturais que colocam em risco a longevidade desse tipo de informação. (TAVARES, 2013, p.2).

“Entende-se nesse contexto a preservação digital como os processos envolvidos na manutenção do nível exigido de acesso e uso dos objetos digitais ao longo do tempo, ou seja, como uma resposta aos riscos inerentes ao ambiente digital” (TAVARES, 2013, p.3). A autora destaca a importância do estabelecimento de políticas de preservação no suporte à preservação digital. Propomos uma Lei de Salvaguarda, tendo em vista que entendemos que preservar é um conjunto de ações de valorosa significância para as instituições depositárias de documentação digital, mas que requer uma Lei que a assegure efetivamente. Atualmente desperta-se para

a necessidade de determinação de políticas e estratégias de preservação que devem estar lastreadas em um documento dirigido a orientar ações emergenciais e estruturais para efetiva preservação digital. O estabelecimento de políticas e diretrizes eficazes no suporte à preservação digital, principalmente a respeito das questões legais e as relacionadas a financiamentos para a atividade, ainda é incipiente e muitas das técnicas de preservação digital abarcam soluções bastante pontuais, e também demandam recursos, tanto humanos quanto financeiros, de custo elevado.

“A preservação digital é uma combinação coordenada de políticas, estratégias e ações que devem garantir a reprodução de conteúdo autenticado por um longo período. Essas combinações aplicam-se tanto aos arquivos natos digitais quanto aos digitalizados” (FERNAL; FRANKLIN, 2015, p.10). O conceito posto por Fernal e Franklin (2015) elucida o papel das políticas para a garantia da preservação para a posterioridade. Este é garantido na articulação entre políticas, estratégias e ações de preservação. O vocábulo garantia é mencionado na quase totalidade dos conceitos. Vimos que a atenção direcionada à preservação digital se relaciona cada vez mais à necessidade de um recurso que assegure a proteção do legado de conteúdos informacionais representados em meio digital.

Na mesma edição, Santos, Lima e Soares (2015), na pesquisa “Informação e memória arquivística: o custodialismo e outras discussões paradigmáticas”, ressaltam que a preservação digital requer profissionais capacitados e projetos de guarda que atendam a parâmetros técnicos condizentes com a gestão e tratamento da informação digital (curadoria digital). Previmos que inúmeras ações inerentes ao estabelecimento de uma política de salvaguarda são corroboradas e legitimadas a partir dos estudos e pesquisas recuperadas no repositório Benancib e na leitura técnica dos anais do Enancib.

Manini (2015), em comunicação, apresenta o andamento do projeto “Documentos Audiovisuais, Informação e Memória: identificação de acervos fotográficos e fílmicos no Distrito Federal”. Com o avanço da tecnologia a produção dos documentos audiovisuais também se ampliou, todavia, conforme expõe a autora, esse é mais um desafio no que tange à preservação dos documentos audiovisuais. Isso implica na busca de soluções sustentáveis e imediatas, que possam garantir condições de tratamento e preservação de um legado da história da produção audiovisual em Brasília. Registramos que o termo “garantia da preservação” é

repetidamente reportado, com enfoque neste trabalho, para os acervos de natureza particular e institucional audiovisuais do Distrito Federal.

Para Machado e Vianna (2016), há uma convergência conceitual em relação ao entendimento acerca da preservação digital, situando-a como um dos pilares principais na conceituação de curadoria digital (no contexto da preservação digital<sup>77</sup>, a saber: “[...] processo de gestão ativa de dados ou informação, [...] para que se possa usar e reusar a informação tanto no momento presente como no futuro” (MACHADO; VIANNA, 2016, p.13). Em nossa apreensão, a salvaguarda digital, possibilita a garantia de acesso aos conteúdos informacionais, com finalidade de uso e reuso, entre outros. Evidenciamos, assim, a importância da gestão adequada dos conteúdos nato-digitais, todavia consideramos que a curadoria digital não assegura o acesso a estes por logo prazo ou permanentemente.

Siebra e compartes (2016) traçam ponderações acerca dos conceitos de curadoria digital e de preservação digital; relacionam o primeiro à missão de manter a integridade informacional – aspecto crítico da informação nato-digital – que poderá ocorrer a partir do acesso seguro aos sistemas de curadoria, como também, por meio de medidas peculiares (uso de replicação, documentação de quaisquer transformações da informação e uso de processos e procedimentos auditáveis). São desafios à ação curatorial – orçamento, infraestrutura, políticas, equipe técnica capacitada e o trabalho colaborativo. Aspectos que não são triviais, em unanimidade, entre as instituições depositárias de conteúdos informacionais representados em meio digital, mas que têm a possibilidade de tornarem-se parte da realidade dessas instituições citadas, a partir da admissão de que políticas de preservação e ações de curadoria digital fazem parte do processo de salvaguarda informacional, e, portanto, devem ser considerados, admitindo-se que numa dimensão mais ampla, a proposição conceitual para o termo salvaguarda digital, no contexto da Ciência da Informação e de suas subáreas, poderá vir a ser caminho que reafirme a importância da criação do que vimos denominando de ‘Lei de Salvaguarda Digital (LSD)’.

---

<sup>77</sup> O conceito de nosso interesse é o de ‘curadoria digital’ – ações de gerenciamento da preservação de conteúdos informacionais em meio digital e não da aceção pertinente a: a) curadoria de conteúdos/fontes de informação (identificação de conteúdos ou fontes de informação de interesse a um determinado público alvo; b) contextualização e organização; e c) compartilhamento com público-alvo (SIEBRA et al., 2016), todavia, não é objetivo da pesquisa entrar no mérito da questão, mas permanecer na discussão acerca dos termos ‘preservação’ e ‘salvaguarda’.

Requisitos imprescindíveis à preservação, consistem na adoção de metadados e padrões de metadados, desse modo, para Alves (2016, p.3), “dentre as funções que os metadados desempenham, a preservação digital constitui-se como fator fundamental a ser estabelecido no domínio arquivístico para garantir o acesso, autenticidade e confiabilidade a longo prazo aos documentos digitais.” O autor destaca ainda a importância do estabelecimento da relação entre os metadados de preservação e os descritivos, tendo em vista a importância da garantia do acesso e a preservação de características próprias dos documentos, que são adquiridas durante o processo de gestão arquivística.

Formenton e colaboradores (2016, p.17) esclarecem que “[...] a garantia de preservação digital a longo prazo só será possível com a adoção efetiva de padrões ou esquemas de metadados, pois são eles que determinarão a descrição, a representação, a consistência e a persistência do recurso/objeto digital no ambiente informacional [...]”. Tavares e Galindo, nesta mesma edição do Enancib reafirmam a importância de ações conjuntas para a promoção do processo de preservação. Essas precisam, segundo os autores, serem de longo prazo e não se limitar apenas à esfera tecnológica. Devem alcançar também as esferas administrativas, legais, políticas e econômicas. Para os autores isso implica num desafio posto às instituições diante de um quadro que evidencia muitos dos problemas a serem enfrentados. Em nosso entendimento, esses problemas seriam desafios atinentes ao projeto da Lei que propomos, de Salvaguarda Digital. Essa seria uma alternativa, que entendemos ser mais eficiente e eficaz, frente ao contexto no qual a garantia da preservação é necessidade quase unânime entre os estudos e pesquisas selecionados para análise.

“Ao se criarem políticas para preservação [...] o que ocorre é a manifestação do medo de que esse patrimônio se perca, de que seja esquecido” (VIDAL; ROSA; LIMA, 2017, p.7). A implementação de garantias, as salvaguardas digitais, é caminho proposto em ação tão urgente no contexto atual: salvaguardar para a posterioridade. Garantir que as gerações futuras tenham acesso à memória.

“Nesse sentido, existe a possibilidade de a memória ser construída, ressaltada ou silenciada [...]” (VIDAL; ROSA; LIMA, 2017, p.7). Admitir a presença do “silêncio” ou instaurar a ‘salvaguarda’? Ações que, em polos opostos, desafiam-nos a (re)pensar as políticas, as práticas e as formas de trabalhar colaborativamente. A proposição conceitual diante da problemática da preservação digital e da necessidade da instauração de uma política de salvaguarda é um desafio; possibilitará, ao nosso ver,

a ampliação dos debates em relações às temáticas na área de Ciência da Informação, tentando criar possibilidades de desenvolvimento de estudos, que não constituíram objeto desta pesquisa, em trabalhos futuros.

### 5.2.1 Proposição conceitual para o termo 'salvaguarda'

É do nosso entendimento que a salvaguarda digital é o conceito (guarda-chuva) que, numa dimensão mais ampla, abrange políticas, processos de gestão, metodologias de tratamento de conteúdos, recursos humanos especializados e capacitados, tecnologias, técnicas, metadados de preservação digital e acordos cooperativos interinstitucionais. No que lhe concerne, a “[...] preservação é a aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham a impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seletivo grupo de materiais” (CONWAY, 2001, p. 14). Por sua vez, concebemos que a ‘salvaguarda’ promove ‘garantias’ para que as ações de preservação sejam asseguradas por longo prazo ou permanentemente.

Ao estabelecer o conceito de biblioteca digital na literatura da área de Ciência da Informação, “[...] alguns autores primam pela indefinição conceitual do termo, apresentando algumas citações de autores diversos, mas sem concluir com a concepção pessoal, que determine sob que perspectiva está utilizando o termo biblioteca digital, virtual ou eletrônica.” (LIMA; SOUZA, 2010, p.14). No caso desta pesquisa, optamos por identificar os conceitos de ‘biblioteca digital’ (nos anais do Enancib) por considerarmos a sua relação com a consolidação do conceito de ‘repositório digital’.

No período de 2000 a 2004, o conceito de ‘biblioteca digital’ esteve relacionado à “disseminação de conteúdos”. Após 2004, o conceito foi relacionado às “novas formas de interação e uso dos conteúdos disponibilizados a partir das bibliotecas digitais”. Com esse enfoque, o conceito de biblioteca digital compreendeu: a “minimização do problema de recuperação de documentos”, a “utilização de padrões, linguagens e estruturas”, o “armazenamento, organização e a recuperação de informação, permitindo acesso remoto e simultâneo” e a “ampliação do acesso, otimização de recursos e a integração ambiências”. (RAMALHO; PAIVA; FRANÇA, 2005, CAMARGO; VIDOTTI, 2005, SILVA; VIDOTTI, 2007, CASTRO; SANTOS, 2009,

LIMA; SOUZA; DIAS, 2011). Um conjunto de funções e características estão elencadas nos conceitos identificados. A síntese das funções reflete um conceito de biblioteca digital relacionado à função de armazenamento, gestão, preservação e provimento de acesso aos documentos nato-digitais ou convertidos. Em seguimento, o conceito citado emerge num cenário – de ampliação do uso, criação, compartilhamento, edição e reuso de conteúdos nato-digitais – que amplia a sua importância devido à necessidade de melhor gerir e prover o acesso à informação digital. Os conceitos de ‘biblioteca digital’, identificados nos anais do Enancib, demarcam o surgimento do conceito de repositório digital como fonte de informação congênere.

À vista do exposto, os conceitos de ‘repositório digital’ apresentaram sentidos comuns, como por exemplo: o “provimento de acesso à informação”, a “disseminação da produção científica institucional”, a “promoção e o aumento da visibilidade dos resultados das pesquisas”, o “aspecto legal, que abrange o direito autoral” e a “promoção do acesso aberto às publicações eletrônicas”. Uma das pesquisas estabeleceu que o repositório presume o estabelecimento da “garantia do acesso perpétuo aos documentos depositados” associado a uma política de preservação de conteúdos que estabeleçam técnicas de preservação reconhecidamente válidas, inclusive nos casos em que o formato original depositado corra o risco de obsolescência. (LEITE; COSTA, 2005; WEITZEL, 2007; BASTOS; ODDONE; VIDOTTI, 2010; CARVALHO, GOMES, 2011; ALVARENGA; SOUZA, R. 2012; SOUZA E.; COSTA, 2013, ARAUJO; MOURA; SOUZA, 2017). Coadunou no entendimento de que o conceito de ‘repositório digital’ (nos anais do Enancib), em síntese, consiste *numa ferramenta que possibilita o depósito legal de documentos, visando o acesso à informação, o aumento da visibilidade da produção e a preservação*. O tema preservação é citado entre as pesquisas identificadas (sobre bibliotecas e repositórios digitais) no período compreendido entre os anos de 2007-2011. Entre elas, citamos a pesquisa de Castro e Santos (2009, p.7) na qual é destacada a importância da utilização de: “[...] procedimentos e metodologias pautadas em normas e padrões, para a representação e a descrição dos recursos informacionais para [...] garantir [...] a preservação das informações digitais e a interoperabilidade [...]” (CASTRO, SANTOS, 2009, p.7). O conceito de preservação mencionado nos textos selecionados sobre bibliotecas e repositórios digitais primou

pela adoção de padrões, linguagens e estruturas para garantia da preservação. (Apêndices H e I).

À guisa da análise dos conceitos selecionados, mediante pesquisa nos anais do Enancib (1994-2017), corroboramos a tese de que os conceitos de preservação identificados não estabelecem distinção clara entre este último e o conceito de 'salvaguarda' - que foi proposto nesta tese, em síntese, como a garantia da preservação.

O conceito de salvaguarda pressupõe o estabelecimento de 'garantias' para assegurar, proteger e, portanto, salvaguardar a representação de informação nato-digital. A proposição conceitual no campo da Ciência da Informação é inaugural no quesito que se refere a considerar a salvaguarda como conceito que apresenta demarcação epistemológica específica. O estudo empreendido em comunicações e pôsteres do Enancib, no período entre 1994 a 2017, ilustrou como o conceito de 'preservação' ficou situado, considerando as formas de representação de informação, inicialmente com predominância no universo analógico, e em período seguinte no digital. Com o advento e avanço da internet, a representação de conteúdos informacionais com possibilidades de edição, compartilhamento, reedição e disseminação em tempo real, entre outras ações, ampliou o "leque" de estudos na área da CI. Potencialmente, a área, mesmo em período de consolidação de conceitos basilares, possibilita o desenvolvimento de pesquisas que fazem emergir reflexões sobre conceito já estabelecido ('preservação') para então propor o conceito de 'salvaguarda'.

Propusemos que a salvaguarda consiste em assegurar e garantir a preservação propriamente dita, admitindo-se, assim, como ação de salvaguarda o Repositório Arquivístico Digital de Preservação (RAD-Pres). Esse último é entendido sob o ponto de vista de uma ação de salvaguarda.

Estabelecida a proposição do conceito de 'salvaguarda' foi possível entrever a diferenciação entre este e o conceito de 'preservação', que, em nosso entendimento, trata-se do conjunto de intervenções pertinentes ao tratamento, conservação, gerenciamento e oferta de acesso as representações de conteúdos informacionais nato-digitais e/ou convertidos, sejam eles textuais ou audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e musicográficos. Esse foi um dos principais objetivos específicos desta pesquisa de doutoramento, e que merece destaque, tendo em vista que, em

primeiro momento, as noções de ‘preservação’ e de ‘salvuarda’ foram analisadas comparativamente (segundo a legislação relativa à preservação).

**Quadro 12:** Marco legal da pesquisa: identificação das noções de preservação e reflexões para a proposição do conceito de ‘salvuarda’.

PERÍODO	DOCUMENTOS
1972-1988	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972);</li> <li>- Recomendações para a Salvuarda e Conservação de Imagens em Movimento (UNESCO, 1980);</li> <li>- <b>Constituição do Brasil (1988);</b></li> </ul>
1991-2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991<sup>78</sup>;</b></li> <li>- Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998;</li> <li>- Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002*;</li> <li>- Resolução (Conarq) nº 20, de 16 de julho de 2004;</li> <li>- Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital (2005);</li> <li>- Resolução (Conarq) nº 24, de 3 de agosto de 2006;</li> <li>- Resolução (Conarq) nº 25, de 27 de abril de 2007;</li> <li>- Resolução (Conarq) nº 32, de 17 de maio de 2010;</li> </ul>
2011-2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011);</b></li> <li>- Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil (2011);</li> <li>- Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;</li> <li>- Resolução (Conarq) nº 37, de 19 de dezembro de 2012;</li> <li>- Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais (2012);</li> <li>- Resolução (Conarq) nº 41, de 9 de dezembro de 2014;</li> <li>- Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015;</li> <li>- Diretrizes para implantação de RDC-Arq (Conarq, 2015).</li> </ul>

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O estudo do marco legal disposto no Quadro 12 reforçou a importância do estabelecimento da diferenciação entre os conceitos. Foram identificadas noções de ‘preservação’, que se aproximaram da proposição conceitual para o termo ‘salvuarda’, o que, juntamente com a análise do conjunto documental de textos dos anais do Enancib (1994-2017), conduziu a formulação conceitual para o termo ‘salvuarda’.

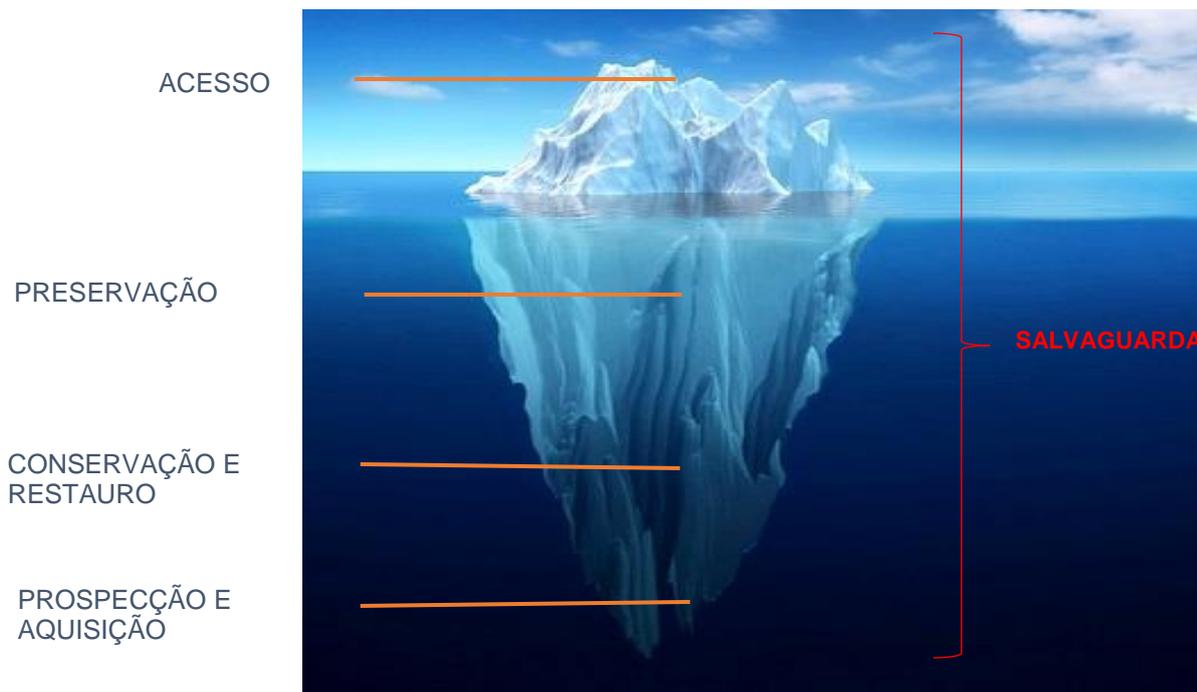
<sup>78</sup> No Brasil, a gestão arquivística de documentos ganhou amparo legal a partir da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a Lei de Arquivos, e do decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a gestão de documentos na administração pública federal.

Saliente-se que a Carta Magna (1988), a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e a Lei de Acesso à Informação (2011) são os principais demarcadores das ações políticas, que impactaram na formulação de políticas de preservação, que nesta tese, tendo em vista a distinção entre os conceitos em debate, conceituamos como 'políticas de salvaguarda'. Entre os documentos citados, enfatizamos a importância da LAI para a formulação de legislação pertinente ao que conceituamos como garantia da preservação. A análise do marco apresentado possibilitou afirmar que para estabelecer 'garantias' à preservação, especificamente, são as 'políticas de salvaguarda', as quais, num consequente desenvolvimento de programas de preservação digital, possibilitam a criação e a manutenção de RAD-Pres;

#### 5.2.1.1 *Em defesa, a salvaguarda e suas 'garantias'*

A salvaguarda do patrimônio documental digital está vinculada desde a prospecção até o acesso aos conteúdos informacionais natos em meio digital. Essa é a leitura que relacionamos ao processo ilustrado (Figura 8). Apesar disso, o conceito de salvaguarda em defesa está vinculado à garantia da preservação de todo o processo de tratamento e gestão de conteúdos (prospecção e aquisição; conservação; preservação e restauro; e, por fim, acesso).

**Figura 8:** Patrimônio cinematográfico digital a caixa de Pandora ou bits and pieces.



Fonte: Adaptado de Borges e Machado (2013).

O conceito de salvaguarda proposto é sinônimo de 'proteção estatutária' da preservação. Subtende-se que o amparo legal, concedido pelos dispositivos legais, poderá favorecer o estabelecimento da garantia da integridade, perenidade, preservação e proteção da representação informacional seja ela registrada analogicamente ou em meio digital.

Diante do posto, defendemos que os conceitos de 'salvaguarda' e de 'repositório arquivístico digital de preservação' são mais apropriados à garantia da preservação da representação de conteúdos informacionais textuais, audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e musicográficos. Tais conceitos, em defesa nesta tese, vinculados a uma das garantias, a tecnológica, são basilares para a especificação das demais 'garantias à preservação'. Os resultados desta pesquisa contribuíram para o desenvolvimento de proposição das 'garantias à preservação' – como reflexo da proteção estatutária concedida pelo estado, apresentando-se como 'garantias', a saber: políticas, técnicas, tecnológicas, orçamentárias, operacionais e de cooperação interinstitucional.

Desse modo, preservar, a fim de que o conteúdo informacional possa ser acessado, passa a ganhar um novo direcionamento, voltando-se agora para a

salvaguarda, entendida como processo que compreende desde a prospecção até o acesso, mas agora com vistas ao acesso por longo prazo ou permanentemente para as futuras gerações.

Preservação e salvaguarda são termos distintos. Os significados relativos aos termos 'preservar' e 'salvaguardar' não são equivalentes, apesar de serem complementares. A delimitação conceitual, a partir do exame dos resultados, corroborou essa hipótese de pesquisa. Isso porque, conceitualmente, o entendimento de preservação é diferenciado do de salvaguarda. Esta última ocupa-se em garantir a preservação, não somente por meio da adoção de diretrizes técnicas internas e ações institucionais cooperativas de preservação, propriamente dita, mas regida por uma legislação que a determine, e resulte em políticas efetivas, justamente para que as garantias se efetivem plenamente (preservação e acesso).

## 6 CONCLUSÃO

*“O São Francisco [...]
   
dia menos dia vai subir bem devagar
   
E passo a passo vai cumprindo a profecia [...]
   
Adeus Remanso, Casa Nova, Santo Sé
   
Adeus Pilão Arcado, vem o rio te engolir
   
Debaixo d'água lá se vai a vida inteira
   
[...] adeus, adeus [?]”*
  
(GUARABYRA FILHO; SÁ; 1977)<sup>79</sup>.

A preservação da informação nato-digital, com vistas à promoção da sua garantia, é tema ainda emergente na área da CI. A representação de conteúdos informacionais, com suas diversas tipologias, amplia espaços de discussões epistemológicas, alcançando a informação pública audiovisual, iconográfica, sonora e musical e musicográfica criadas em meio digital. O cenário atual identificado no principal evento da área de Ciência da Informação reflete um conceito de informação mais condizente com as múltiplas possibilidades de expressão e registro de conteúdos. O referencial teórico, a consulta ao conjunto de instrumentos legais e técnicos – sob a égide da adoção da abordagem hipotético-dedutiva, que viabilizou a análise crítica, o teste das hipóteses de pesquisa e a condução à tese aqui posta – subsidiou a formulação dos conceitos de ‘salvaguarda’ e de ‘repositório arquivístico digital de preservação’, que julgamos mais apropriados à garantia da preservação do legado informacional representado de modo convencional e extensivo – de forma equitativa quanto à importância – aos conteúdos informacionais audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e musicográficos.

O exame dos dispositivos legais em conjunto com a análise das comunicações orais recuperadas via pesquisa na Coleção do Repositório “Questões em Rede” e nos anais do Enancib reafirmam a importância do estudo das políticas e das questões conceituais que envolvem a temática posta. Aliado a esta, ressaltamos a importância de somar esforços em direção à garantia da preservação documental da demanda já existente (documentação analógica e convertida), apesar de não serem nossos

---

<sup>79</sup> SÁ, Luiz Carlos; GUARABYRA FILHO, Guttemberg Nery. **Sobradinho. 1977.** (Letra de música). Disponível em: <http://www.mpbnet.com.br/musicos/sa.rodrix.guarabyra/letras/sobradinho.htm>. Acesso em: 27 ago. 2018.

objetos de pesquisa neste estudo. Compreendemos que a salvaguarda, assim como o conceito de informação, deve ampliar as possibilidades de garantia de preservação conjunta desses legados para a posterioridade. Nesse sentido, entendemos que são questões que tendem a aliar-se às discussões vinculadas ao patrimônio nato-digital. A gestão documental e de riscos, o tratamento e conservação adequados, a conversão digital e o provimento de acesso coadunam nas proposições conceituais que defendemos: a ‘salvaguarda’ e os ‘repositórios arquivísticos digitais de preservação’ da informação pública representada originalmente em meio digital.

De igual modo, no processo de desenvolvimento e consolidação da pesquisa de doutoramento, o conceito de informação nato-digital pública é defendido segundo a compreensão de que não é o suporte ou formato que definem a relevância do que deve ser salvaguardado, e sim, o conteúdo informacional da representação de informação, que origina o documento nato-digital. Nesse contexto, entendemos que a constituição da memória digital passa a assumir delimitação epistemológica, que tende a priorizar com mais ênfase o conteúdo intelectual, seja ele textual, audiovisual, iconográfico, sonoro, musical ou musicográfico. Nesse quesito, ressalvamos as iniciativas promovidas pelo conjunto de pesquisadores e profissionais vinculados a Câmeras Técnicas do CONARQ: a CTDAISM, por exemplo, mais especificamente, desenvolve políticas, diretrizes e normas pertinentes à preservação dos conteúdos representados em suportes não convencionais – intitulados, no passado como: “especiais, multimeios, entre outras denominações”. Essas denominações – adotadas durante décadas – foram somadas à ausência ou insuficiência de medidas adequadas de tratamento, acesso e preservação destes conteúdos, também durante décadas, conforme é ilustrado pela literatura da área de Ciência da Informação.

Ponderamos que, na atividade de análise da legislação arquivística pertinente, a noção de preservação – o cenário das políticas de salvaguarda e de ações de preservação – constitui-se ainda em aprimoramento, uma vez que essas ações e políticas encontram-se em etapa inicial, no que se refere ao estabelecimento de limites claros que as diferenciem. Essa condição encontra-se impressa diretamente nas noções (que precisam ser aprimoradas em ‘conceitos’ mais claros) de preservação e/ou salvaguarda empregadas nos documentos selecionados para estudo. O que consideramos conceitualmente como salvaguarda foi identificado, por vezes, como sinônimo, equivalendo à preservação. Todavia, entendemos que a promoção de

ações de preservação não inclui a salvaguarda, pois esta, conforme propomos conceitualmente, com o intuito de eliminar o caráter nocional vigente, consiste na garantia da preservação.

No tocante ao estudo dos instrumentos legais selecionados – a legislação arquivística – possibilitou-se o destaque da relevância da análise das noções e a discussão dos conceitos de salvaguarda e de preservação para o desenvolvimento de uma conceituação de repositório digital, apropriada à implementação da efetiva garantia da preservação, a salvaguarda digital.

Admitindo-se que, o conceito de ‘preservação digital’ consiste no conjunto de intervenções destinadas ao tratamento, conservação, gerenciamento e disseminação das representações de conteúdos informacionais propomos a expressão, na forma de conceito, de RAD-Pres, em substituição à definição de RDC-Arq. Assim sendo, conceituamos o RAD-Pres como um instrumento apropriado à preservação e à salvaguarda digitais – constituído a partir do conteúdo informacional (conteúdo intelectual / informativo) criado em meio digital e a ele convertido.

Em relação ao conceito de repositório digital, identificamos, na legislação arquivística, que o planejamento e o suprimento dos repositórios de preservação da informação arquivística digital demandam políticas e investimentos financeiros contínuos em infraestrutura tecnológica, associados à pesquisa científica e à capacitação de recursos humanos.

O conjunto documental pertinente à temática se constitui como ações políticas que podem contribuir para o aprimoramento de políticas de salvaguarda digital. Destacamos que a análise das diretrizes para implantação de RAD-Pres reafirmou a importância do estabelecimento da diferenciação entre as noções e conceitos de salvaguarda, e de preservação, para melhor compreensão das noções de repositório digital apresentadas.

Os resultados elucidaram que a LAI - na condição de instrumento normativo basilar - potencializa a importância da elaboração de legislação que amplie a regulamentação de ações relacionadas ao tratamento, à gestão e à garantia da preservação da informação pública, independente de suporte ou formato, visando à provisão do amplo acesso.

Os RAD-Pres podem vir a ser meios apropriados à preservação e à salvaguarda digitais, consolidando as políticas de preservação da informação arquivística pública, originadas em meio digital, estejam elas registradas em formato textual ou não textual. Garantir o direito de acesso à informação e à memória digitais é mais um desafio, no contexto crescente de produção acelerada de conteúdos originalmente em meio digital. Para tanto, é imprescindível considerar a importância dos dispositivos legais (políticas, legislação e normas e diretrizes) e da infraestrutura tecnológica de acesso aos conteúdos informacionais – uso de repositórios de preservação da informação arquivística digital, adoção de metodologias, padrões, metadados e formatos condizentes com a preservação por longo prazo.

Reportando-se a uma das garantias – a infraestrutura tecnológica de acesso aos conteúdos informacionais – os resultados elucidam que os RAD-Pres devem ser planejados e providos em consonância com os instrumentos legais, ou seja, as políticas de salvaguarda digital. Para tanto, é imprescindível o investimento na criação de infraestrutura tecnológica e acesso aos conteúdos informacionais, a partir da criação de repositórios digitais de preservação

Os enfoques interpretativos delimitados pela análise dos principais conceitos de preservação, identificados nos anais do Enancib, no recorte temporal compreendido entre 1994 e 2017, indicaram que os sentidos e os significados assumidos pelo termo preservação – relacionando-se ao espaço digital ('preservação digital') – acentuam certo entendimento de que as suas dimensões, estipuladas a partir dos elementos constitutivos (localizados nos estudos e pesquisas citados), determinam relação intrínseca com o termo salvaguarda. Essa afirmação, comprovada a partir da análise crítica dos principais conceitos de preservação, permite-nos entrever o indício de um potencial espaço epistêmico para a consolidação do conceito de 'salvaguarda' na área de Ciência da Informação. Destarte, garantir a preservação, ou seja, promover a salvaguarda, requer a criação de políticas específicas, que arregimentem procedimentos e processos que garantam a preservação e o acesso aos conteúdos informacionais por longo prazo.

A tese em defesa foi corroborada. O conceito de 'preservação' e de 'salvaguarda' são empregados como sinônimos. Na literatura da área uma delimitação dessa diferenciação ainda é inicial, tendo em vista que no recorte temporal (1994-2017) somente foram identificados dois estudos na modalidade pôster, que são

relativos ao objetivo desta tese. Conceitualmente, a partir do teste das conjeturas, acentuamos o entendimento de 'preservação' se diferencia de 'salvaguarda', justamente porque esta última ocupa-se em garantir a preservação, não somente por meio da adoção de diretrizes técnicas internas e ações institucionais cooperativas de preservação, propriamente dita, mas regida por uma legislação que a determine, e resulte em políticas efetivas, justamente para que as garantias se efetivem plenamente (preservação e acesso).

Compreendemos que a legislação de salvaguarda se responsabiliza por dar proteção ao patrimônio informacional digital, servindo de instrumento para a garantia da sua preservação para a posterioridade. O desenvolvimento desta pesquisa de doutoramento conduziu à defesa da inclusão da salvaguarda da memória digital na agenda dos governos de modo a regulamentar a proteção concedida pelo Estado, a partir da criação da Lei de Salvaguarda Digital, orientada à salvaguarda da memória informacional nato-digital brasileira. A proposição do conceito de salvaguarda na área de Ciência da Informação torna imprescindível a criação de legislação específica para garantir a preservação dos conteúdos informacionais nato-digitais. A inclusão na agenda política da proposição de uma Lei de salvaguarda do legado informacional nato-digital, que poderá incluir o patrimônio convertido digitalmente, é uma das vias que vislumbramos para um futuro no qual os profissionais que atuam em arquivos, bibliotecas e museus – 'agentes de salvaguarda' – sejam protagonistas na implementação das garantias de preservação (subsidiadas pelo Estado) junto às nossas lides de trabalho, que nomeamos como 'instituições de salvaguarda': arquivos, bibliotecas e museus.

Vale destacar, que as 'salvaguardas' foram conceituadas nesta tese como políticas e ações tecnológicas, técnicas, de cooperação interinstitucional e orçamentárias regidas por instrumentos legais condizentes para alavancar a garantia da preservação digital. Isso só poderá ser possível, em nosso entendimento, a partir do emprego de metodologias, normas, padrões e protocolos que possibilitem a redução dos efeitos da fragilidade e da obsolescência de hardware, software e formatos, de modo a assegurar, por longo tempo ou permanentemente, a autenticidade, a integridade e o acesso contínuo. As 'salvaguardas' são efetivadas a partir da proteção estatutária da informação, ou seja, as 'garantias de preservação': políticas, técnicas, tecnológicas, orçamentárias, operacionais e de cooperação

interinstitucional, que intentam vir a ser integrantes do processo de ‘salvuarda’ dos conteúdos informacionais em suas variadas formas de expressão.

Destacamos que o trabalho de colaboração interinstitucional poderá promover uma aproximação com os ‘agentes de salvuarda’, indicando tendências para a criação de um documento orientador para formular uma proposta de Lei para a salvuarda do legado informacional – criado no meio digital e a ele convertido, uma ‘Lei de Salvuarda Digital’. Nesse ínterim, o passado, o presente e o futuro da ação de preservar a documentação nato-digital pública poderão vir a ser garantidos, assegurados, e, portanto, protegidos de danos irreparáveis à Nossa Memória.

Ao mesmo tempo que os desafios para a salvuarda do legado informacional nato-digital são inúmeros, notamos também que, contrariamente, apresentam possibilidades de serem identificados, geridos e transformados em oportunidades para a promoção do processo de ‘garantia’ efetiva da preservação da memória nato-digital, convertida e analógica das instituições depositárias de documentação pública brasileira. É preciso estabelecer uma melhor interação entre a LAI e as políticas aqui propostas como ‘políticas de salvuarda’.

No processo de desenvolvimento desta pesquisa foi possível entrever lacunas, que não se ativeram aos nossos objetivos, mas que nos conduziram à sugestão de possíveis estudos futuros, como, por exemplo, a realização de pesquisas vinculadas à identificação de estratégias colaborativas para a implementação das ‘salvuardas’ – propostas no campo epistemológico deste estudo. Ante as reflexões postas, os resultados em discussão nesta pesquisa de doutoramento intentam ser de relevância para a Instituição. Tendemos a conjecturar que a realização de pesquisas que viabilizem identificar as ‘salvuardas’ nas instituições depositárias de documentação pública nato-digitais e convertidas poderá oportunizar uma ‘aproximação’ com os ‘agentes de salvuarda’, a partir do desenvolvimento de fóruns e eventos colaborativos, com a participação integrada da comunidade acadêmica e das ‘instituições de salvuarda’ – por meio das experiências dos gestores e das equipes de trabalho a estas vinculadas. Aliado a essas propostas, o aprofundamento do estudo das questões epistemológicas, a respeito das ‘garantias da preservação’, também poderá vir a ser propósito de investigações futuras.

À guisa de conclusão, registramos o nosso “minuto interminável de silêncio...” frente aos mais recentes eventos danosos ao patrimônio cultural e informacional brasileiro, antevendo novos desafios, que neste momento, não intentamos enumerar, mas que poderão vir a ser identificados, geridos e transformados em ações orientadas à garantia da preservação. Isso se essa última vier a ser, efetivamente, prioridade na agenda política, mediante a regulamentação da proteção estatutária da memória informacional brasileira nato-digital e convertida.

## REFERÊNCIAS

- ABAD, F.; GARCIA-CONSUEGRA, J. D.; MARTÍNEZ, A. Una Introducción a las Bibliotecas Digitales Geográficas. "Jornadas de Bibliotecas Digitales", [S.l.], v. 1, p. 173-184. Disponível em: [http://imhotep.unizar.es/jbidi/jbidi2000/16\\_2000.pdf](http://imhotep.unizar.es/jbidi/jbidi2000/16_2000.pdf) . Acesso em: 31 jul. 2017.
- ALVES, Rachel C. Vesu. Padrões e metadados para a preservação digital no domínio arquivístico. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17. Anais eletrônicos [...]*. Salvador, BA: UFBA, 2016. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/3619>. Acesso em: 31 jul. 2017.
- ALVARENGA, Lídia; SOUZA, Ráisa Mendes Fernandes de. A Universidade Federal de Minas Gerais no contexto do acesso aberto à informação científica: identificação de seus sistemas de informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...]*. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/view/3858/2981>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- AMARO, B. Repositórios institucionais: panorama da experiência brasileira. *In: CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA SOBRE ACESSO ABERTO (CONFOA), 1. Anais eletrônicos [...]*. Braga, 2010. Disponível em: <http://www.slideshare.net/ConfOA/conferencia-portugal-repositriosinstitucionais-panorama-da-experincia-brasileira-revisado>. Acesso em 28 ago. 2013.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v.38, n.3, p.192-204, set./dez, 2009.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Perspectivas contemporâneas. *In: ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), 2014. p.84-98.
- ARAUJO, Izabel Antonina de.; MOURA, Maria Aparecida; SOUZA, Luiz Antonio Cruz. Repositórios institucionais e redes sociais acadêmicas: potencialidades e contribuições para a divulgação da ciência. *In: ENCONTRO NACIONAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. Anais eletrônicos [...]*. Marília, SP: ANCIB; Unesp, 2013. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/251>. Acesso em: 28 mar. 2018.
- ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. **Crerios para a preservação digital da informação científica**. 354 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Brasília, Departamento de Ciência da Informação, 2008. Disponível em: [http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=4547](http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4547). Acesso em: 15 mar. 2016.

ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Preservação de documentos digitais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02v33n2.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Estatuto**. Rio de Janeiro: Ancib, 2010a. Disponível em: [https://www.ancib.org.br/documentos-1/ancib\\_estatuto.pdf/view](https://www.ancib.org.br/documentos-1/ancib_estatuto.pdf/view). Acesso em: 20 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Regimento**. Rio de Janeiro: Ancib, 2010b. Disponível em: [https://www.ancib.org.br/documentos-1/ancib\\_regimento.pdf/view](https://www.ancib.org.br/documentos-1/ancib_regimento.pdf/view). Acesso em: 20 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Grupos de trabalho da ANCIB**. Rio de Janeiro: Ancib, 2018. Disponível em: <https://www.ancib.org.br/menu-lateral/ancib-25-anos>. Acesso em: 20 abr. 2017.

AUN, Marta Pinheiro. **Antigas nações, novas redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações ..., Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

AUN, Marta Pinheiro; ANGELO, Edna da Silva. Observatório da inclusão digital. In: AUN, Marta Pinheiro (Coord.). **Observatório da inclusão digital**: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. Belo Horizonte: Gráfica Orion, 2007. p. 63-105.

BAGGIO, Claudia Carmem; FLORES, Daniel. Estratégias, critérios e políticas para preservação de documentos digitais em arquivos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n.2/3, p.58-71, maio/dez., 2012.

BASTOS, Flávia Maria; ODDONE, Nanci ; VIDOTTI, Silvana. O direito de cópia da produção científica para os repositórios institucionais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ; Fiocruz; UNIRIO; Ancib, 2010. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/3502/2627>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BAPTISTA, Antonio Carlos Nunes. Biblioteca e memória: preservação no limiar do ano 2000: subsídios a partir da análise conceitual de bibliotecas nacionais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 3., 1997, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ; Ancib, 1997. Disponível em:

<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000020656/099372440f80ba51cacad854afcecdb3>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BATISTA, Carmem Lúcia. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BATISTA, Carmem Lúcia. Informação pública: controle, segredo e direito de acesso. **Intexto**, Porto Alegre, n. 26, p. 204-222, jul. 2012.

BOERES, Sonia Araújo de Assis. **Política de preservação da informação digital em bibliotecas universitárias brasileiras**. 2004. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BORBA, Vildeane da *et al.* Análise de risco: um método para a preservação digital. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 12., 2011, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, BH: UnB, 2011.

BORBA, Vildeane; LIMA, Marcos Galindo. Preservação digital: modelo orientador para BDTD/UFPE. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 10., 2009, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa, PB: UFPB; ANCIB, 2009.

BORBA, Vildeane *et al.* Políticas de formatos de arquivos para objetos de aprendizagem: preservação digital no saber tecnologias educacionais e sociais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, BH: ANCIB, 2014.

BORBA, Vildeane *et al.* Política de preservação digital: diretrizes para o LIBER. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2012.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 524-526.

BORGES, Teresa Barreto; MACHADO, Rui. Patrimônio Cinematográfico digital: a caixa de pandora ou bits and pieces. *In: SEMINÁRIO PRESERVAÇÃO COMUM DE PATRIMÔNIO DIGITAL*, 1., 2013, Portugal. **Anais [...]**. Portugal: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013.

BRAMAN, Sandra. Defining information: an approach for policy-makers. **Telecommunications Policy**, v. 13, n. 3, p. 233-242, 1989.

BRAMAN, Sandra. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, [S./], v.1, n.1, p. 1-5, 2011.

BRASIL. **[Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm). Acesso em: 18 mar. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.** Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília: Casa civil, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm). Acesso em: 04 mar. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5.753 de abril de 2006.** Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Brasília: Casa civil, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm). Acesso em: 04 mar. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.** Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm). Acesso em: 01 mar. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.** Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/D7845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7845.htm). Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília: Casa civil, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm). Acesso em: 15 fev. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997.** Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data. Brasília: Casa civil, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9507.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9507.htm). Acesso em: 23 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Casa civil, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm). Acesso em: 18 fev. 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: Casa civil, 2011.

BRITO, Verônica Martins de. A preservação da memória científica da Fiocruz: a visão de quem faz ciência. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte, BH: UFMG, 2003. Disponível em: [enancib.ibict.br/index.php/enancib/venancib/paper/view/1928/1069](http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/venancib/paper/view/1928/1069). Acesso em: 20 abr. 2017.

BRYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. A dialética. *In*: BRYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica.** Tradução de Jean Ladrière e Ruth Joffily. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977a. p.65-73.

BRYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. A teoria como conjunto significativo pertinente (aspecto epistemológico). *In*: BRYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica.** Tradução de Jean Ladrière e Ruth Joffily. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977b. p.65-73.

BUCKLAND, Michael K. "Information as Thing" **Journal of the American Society for Information Science**, [S./], n. 42, p. 351-60, Jun. 1991.

BURKE, Peter. Perdendo conhecimentos. *In*: BURKE, Peter. **História social do conhecimento: da enciclopédia à wikipédia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p.177-202.

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de; VIDOTTI, Silvana Ap. Borseti Gregório. Arquitetura da informação para biblioteca digital personalizável. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis, SC: UFSC, 2005. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib/paper/view/1788/929>. Acesso em: 13 mar. 2018.

CAMPOS, Fernanda Maria. Informação digital: um novo património a preservar. *In*: ENCONTRO SOBRE PRESERVAÇÃO DIGITAL: EXPERIÊNCIAS E ESTRATÉGIAS, 2002, Lisboa. **Anais eletrônicos** [...]. Lisboa, PO: Biblioteca Nacional, 2002. Disponível em: [http://www.bnportugal.pt/agenda/ecpa/informacao\\_digital.html](http://www.bnportugal.pt/agenda/ecpa/informacao_digital.html). Acesso em: 10 mar. 2017.

CARVALHO, Maria da Conceição. A Preservação dos acervos culturais e sua importância na atualidade: a ótica dos bibliotecários universitários. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 3., 1997, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ; Ancib, 1997. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/iiienancib/>. Acesso em: 12 mar. 2017.

CARVALHO, Maria da Conceição; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. Repositório Institucional no Campo da Saúde: um estudo exploratório de reuso da informação técnico-científica para a pós-graduação do ICICT/FIOCRUZ. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, BH: UnB, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CASTELLS, Manuel; IPOLA, Emílio. **Prática epistemológica e ciências sociais**. 4.ed. Porto: Edições Afrontamento, [1982]. (Crítica e sociedade, 1).

CASTRO, Fabiano Ferreira de; SANTOS, Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Bibliotecas digitais: aspectos no âmbito da representação e padronização de recursos informacionais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, 2009, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...]. João Pessoa, PB: UFPB; Ancib, 2009. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/85>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Preservação do patrimônio documental e representação digital. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador, BA: UFBA, 2007. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/252>. Acesso em: 06 jul. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital**: Preservar para garantir o acesso: 34ª reunião plenária. Rio de Janeiro: CONARQ, 2005. Disponível em: [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Carta\\_preservacao.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf)[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Carta\\_preservacao.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf). Acesso em: 01 mar. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2004. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/resolucoes-do-conarq/262-resolucao-n-20,-de-16-de-julho-de-2004.html>. Acesso em: 14 nov. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 24, de 3 de agosto de 2006**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2006. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/resolucoes-do-conarq/266-resolucao-n-24,-de-3-de-agosto-de-2006.html>. Acesso em: 14 nov. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007.** Rio de Janeiro: CONARQ, 2007. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/index.php/resolucoes-do-conarq/267-resolucao-n-25,-de-27-de-abril-de-2007>.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 32, de 17 de maio de 2010.** Rio de Janeiro: CONARQ, 2010. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/index.php/resolucoes-do-conarq/274-resolucao-n-32,-de-17-de-maio-de-2010>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 37, de 19 de dezembro de 2012.** Rio de Janeiro: CONARQ, 2012. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/resolucoes-do-conarq/279-resolucao-n-37,-de-19-de-dezembro-de-2012.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014.** Rio de Janeiro: CONARQ, 2014. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/resolucoes-do-conarq/283-resolucao-n-41,-de-9-de-dezembro-de-2014.html> . Acesso em: 16 nov. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015.** Rio de Janeiro: CONARQ, 2015. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/resolucoes-do-conarq/335-resolucao-n-43-de-04-de-setembro-de-2015.html>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: versão 1.1 - adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos em dezembro de 2009.** Rio de Janeiro: CTDE, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Glossário de termos técnicos** (v.5). Rio de Janeiro: CTDE, 2010. Disponível em: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais.** Rio de Janeiro: CTDE, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: e-ARQ.** Rio de Janeiro: CTDE, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais. **Glossário v. 2.0.** Rio de Janeiro: CTDE, 2016.

CONWAY, Paul. Overview: rationale for digitization and preservation. *In*: SITTS, Maxine K. (Ed.). **Handbook for digital projects: a management tool for preservation**

and access. Andover, Massachusetts: Northeast Document Conservation Center, 2000. Acesso em: <http://www.nedcc.org/digital/dighome.htm>. Disponível em: 18 set. 2018.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. Tradução de José Luiz Pedersoli Júnior e Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

COSTA, Leonardo Figueiredo. Novas tecnologias e inclusão digital: criação de um modelo de análise. *In*: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca (Orgs.). **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 109-126.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DODEBEI, Vera. Contribuições das teorias da memória para o estudo do patrimônio na web. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA ANCIB, 7., 2006. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB; Unesp, 2006.

DODEBEI, Vera. Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, [S.l.], v.12, n.2, abr. 2011.

DODEBEI, Vera. O sentido e o significado do documento para a memória digital. *In*: FREITAS, Lidia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique (Orgs.). **Documento**: gênese e contextos de uso: estudos da informação. Niterói: EdUFF, 2010. v.1, p.81-95.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP, 1998.

MAGIOLI NÚÑEZ, Fabián Rodrigo. A preservação audiovisual na América Latina: a memória entre a rejeição e a negociação. *In*: MOSTRA DE CINEMA DE OURO PRETO, CineOP, 9. \ ENCONTRO DE ARQUIVOS NACIONAIS E ACERVOSAUDIOVISUAIS BRASILEIROS, 9. Cinema Patrimônio. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Universo Produção, 2014. p.88-91.

EDMONDSON, Ray. Cap. 3: definição, termos e conceitos. *In*: \_\_\_\_\_. **Arquivística audiovisual**: filosofia e princípios. 3.ed. Tradução de Carlos Roberto Rodrigues de Souza. Brasília: UNESCO, 2017. p.18-30.

FERNAL, Alexandre; FRANKLIN, Benjamin Luiz. Materialidade da informação nos ambientes informacionais digitais e os impactos na arquivologia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...]. João Pessoa, PB: UFPB; Ancib, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2987/1183>. Acesso em: 26 mar. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Flávia Catarino Conceição. **Garantias à proteção estatutária da Memória: 'Salvaguarda informacional'**. Salvador, 02 de setembro de 2018. (Epígrafe).

FERREIRA, Flávia Catarino Conceição. Patrimônio documental audiovisual: reflexões sobre a preservação, o acesso e a difusão. *In*: SIMPÓSIO ICIA58: ARQUIVOS DE SOM E IMAGEM EM MOVIMENTO, 1., Salvador, 2013. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador, BA: PPGCI; Cridi, 2013. Disponível em: <http://www.cridi.ici.ufba.br/>. Acesso em: 13 nov. 2017.

FERREIRA, Flávia Catarino Conceição. **Políticas de inclusão digital, governo eletrônico e prática participativas: uma análise dos portais de e-gov da Região Metropolitana de Salvador (RMS)**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, 2012. Salvador, 2012.

FERREIRA, Flávia Catarino Conceição; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. O conceito de preservação: enfoques interpretativos no campo da Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos** [...]. Marília: UNESP; ANCIB, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/172/1095>

FERREIRA, Flávia Catarino Conceição; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Preservação, salvaguarda da informação pública e repositórios digitais: noções em pauta. **Páginas a&b**, Porto, PO, s.3, n. especial, 2018, p. 17-29. DOI 10.21747/21836671/pag2018a2. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/3953/3707>.

FERREIRA, Flávia Catarino Conceição; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Salvaguarda da documentação pública digital: reflexões sobre as políticas de acesso à informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/3317>.

FORMENTON, Danilo et. al. Análise dos padrões de metadados à luz da preservação digital. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17, 2016, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador, BA: UFBA; Ancib, 2016. Disponível em: <https://ppgci.ufba.br/xvii-encontro-nacional-de-pesquisa-em-ciencia-da-informacao-enancib>. Acesso em: 26 fev. 2016.

FOULQUIÉ, Paul. **A Dialéctica**. Lisboa, PO: Europa-América, 1978. (Coleção Saber).

FROHMANN, Bernd. Documentary Ethics, Ontology, and Politics. **Archival Science**, v. 3, n. 8, 165-180, 2008.

FROHMANN, Bernd. Revisiting "what is a document?" **Journal of Documentation**, [S.l.], v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information Science. *In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE*, 23., 1995, Alberta. **Proceedings** [...]. Alberta, Canadá: Canadian Association for Information Science, 1995.

GASKELL, Ivan. História das imagens. *In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p.243-278.

GRÁCIO, José Carlos Abbud. **Preservação Digital na gestão da informação: um modelo processual para as instituições de ensino superior**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GRÁCIO, José Carlos Abbud; FADEL, Bárbara; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Preservação digital nas instituições de ensino superior: aspectos organizacionais, legais e técnicos. **Perspect. ciênc. inf.**, [S.l.], v.18, n.3, Belo Horizonte, jul./set. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362013000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362013000300008). Acesso em: 10 abr. 2016.

GOMES, Hagar Espanha. Longa caminhada no tratamento semântico de documentos. *In: FREITAS, Lídia Silvia de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. (Orgs.). Documento: gênese e contextos de uso*. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2010. p.193-203.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE CULTURA REPRESENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DIGITAIS. **Legatum**. Salvador: CRIDI, 2016. Disponível em: [http://www.cridi.ici.ufba.br/?page\\_id=489](http://www.cridi.ici.ufba.br/?page_id=489). Acesso em: 01 jun. 2016.

HOLLÓS, Adriana Cox. Fundamentos da preservação documental no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 13-30, jul/dez. 2010. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/23/23>. Acesso em: 23 mar. 2014.

HOLLÓS, Adriana Cox. **O futuro da memória digital da administração pública federal Brasileira**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, 2014. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/28359/1/Tese%20%20Adriana%20Cox%20Hollos.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2015.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Mesa-redonda de Santiago do Chile. Santiago: ICOM, 1972. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia.html>. Acesso em: 24 fev. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Principles for the care and handling of library material. **International Preservation Issues**, [S.], n.1, 1998. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/pac/ipi/ipi1-en.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 14721**: Space data and information transfer systems: Open Archival Information System: Reference model. Genève, SWI: ISO, 2012.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. *In*: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/05/informacao-arquivistica-no-brasil.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, v. 5, n.2, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000029455/0bb6710200588cbd4e50a4796697be66>. Acesso em: 20 nov. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. *In*: FREITAS, Lidia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Orgs.). **Documento: gênese e contextos de uso: estudos da informação**. Niterói: Editora da UFF, 2010. v.1, p.35-56

LE GOFF, Jacques. Documento / monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **Memória**. Lisboa: Edições 70, 1982. p.103-115. (História e memória, 3).

LE GOFF, Jacques. *In*: LE GOFF, Jacques. **Memória**. Lisboa: Edições 70, 1982. p.103-115." (História e memória, 3).

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely Maria de Souza. Repositórios institucionais e a gestão do conhecimento científico. 6., 2005, Florianópolis. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis, SC: UFSC, 2005. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib/paper/view/1794>. Acesso em: 13 mar. 2018.

LEVY, Armando. **A informação como mercadoria**. 2008. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/ALevy/a-informao-como-mercadoria>. Acesso em: 05 jan. 2016.

LIMA, Fanny do Couto Ribeiro de; LIMA, Marcos Galindo. Preservação digital da informação científica: uma análise de risco em repositórios institucionais brasileiros *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2012.

LIMA, Izabel França; SOUZA, Renato Rocha; DIAS, Guilherme Ataíde. Abordagens para avaliar bibliotecas digitais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 12., 2011, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, BH: UnB, 2011.

LIPTON, Peter. Popper e o confiabilismo. *In: O'HEAR, Anthony. Karl Popper: filosofia e problemas*. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.p.41-56.

LOSOWSKA, M. Redes de Repositórios: proyectos latinoamericanos. *In: CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA SOBRE ACESSO ABERTO (CONFOA)*, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, 2011. Disponível em: <http://www.slideshare.net/ConfOA/aa-brasil-nov2011>. Acesso em 25 mar. 2016.

MACHADO, Kettuly Costa; VIANNA, William Barbosa. Curadoria digital e ciência da informação: correlações conceituais relevantes para apropriação da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17., 2016, Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador, BA: UFBA; Ancib, 2016. Disponível em: <https://ppgci.ufba.br/xvii-encontro-nacional-de-pesquisa-em-ciencia-da-informacao-enancib>. Acesso em: 26 fev. 2018.

MAFFESOLI, Michel. O poder dos espaços de celebração. **Rev. Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 116, p.59-70, jan./mar. 1994.

MANINI, Miriam Paula. Acervos audiovisuais em Brasília: imagem, memória e informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 16, 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos [...]**. João Pessoa, PB: UFPB; ANCIB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2656/1230>. Acesso em: 26 mar. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa [e] elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Ana Bela; RODRIGUES, Eloy; NUNES, Manuela Barreto. Repositórios de informação e ambientes de aprendizagem: Criação de espaços virtuais para a promoção da literacia e da responsabilidade social. **RBE: Rede de Bibliotecas Escolares: newsletter**, Portugal, n.3, [2008?].

MILLINGHTON, Peter. **OpenDOAR Documents and Presentations: The New Improved OpenDOAR Directory of OA Repositories**. UK : University of Nottingham, 2006. Disponível em: <http://www.opendoar.org/about.html>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MIRANDA, Májory; GALINDO, Marcos; VILA NOVA, Susimery. Política de Preservação Digital nos Repositórios Institucionais de Acesso Livre: o caso das Instituições de Ensino Superior no Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 12., 2011, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ANCIB; UnB, 2011.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda. Ciberespaço, memória e esquecimento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador, BA: UFBA, 2017.

MOURA, Maria Aparecida; MORAES, Bruno Moreira de. Dispositivos legais e a salvaguarda do acesso público à informação e ao conhecimento no Brasil: Historicidade, impactos e repercussões. *In: CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA SOBRE ACESSO ABERTO*, 3., 2012, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012.

MURAKAMI, Tiago Rodrigo Marçal; FAUSTO, Sibebe. Panorama atual dos Repositórios Institucionais das Instituições de Ensino Superior no Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. Doc.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, Ed. esp., p. 185-201, jul./dez. 2013.

NEIVA, Eduardo. Linguagem e verdade. *In: NEIVA, Eduardo. O racionalismo crítico de Popper*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999. p.41-80.

NÚÑEZ, Fabián. A preservação audiovisual na América Latina: a memória entre a rejeição e a negociação. *In: MOSTRA DE CINEMA DE OURO PRETO, CineOP*, 9. \ ENCONTRO DE ARQUIVOS NACIONAIS E ACERVOS AUDIOVISUAIS BRASILEIROS, Cinema Patrimônio 9., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Universo Produção, 2014. p.88-91.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n.40, v.1, p. 273-88, mar./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a06.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PAULA, Lorena Tavares; MORAES, Bruno Moreira; WAETE, Ranito Zambo. Repositórios digitais: dispositivos de acesso aberto no processo de democratização do conhecimento. *In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). Construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

POPPER, Karl. **A lógica da investigação científica**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1972.

POPPER, Karl. **Conjecturas e refutações**. 3. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994a.

POPPER, Karl. Entrevista com Karl Popper. *In*: POPPER, Karl. **O racionalismo crítico na política**. Tradução de Maria da Conceição Côrte-Real. 2. ed. Brasília: UnB, 1994b. p. 51-60.

POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Ed. Itatiaia; São Paulo, SP: EDUSP, 1987. 2v. (Biblioteca de cultura humanista; 3).

PEREIRA, Júlio César Rodrigues. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3. ed. São Paulo, SP: EDUSP: FAPESP, 2001.

PEREIRA, Júlio César Rodrigues. O dado qualitativo. *In*: PEREIRA, Júlio César Rodrigues. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para as Ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Ed. USP, 1999. p. 21-40.

PEREIRA, Júlio César Rodrigues. Definição de medidas: concepção de variáveis. *In*: PEREIRA, Júlio César Rodrigues. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para as Ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Ed. USP, 1999. p. 21-40.

PINFIELD, Stephen *et al.* Open-Access Repositories Worldwide, 2005–2012: Past Growth, Current Characteristics, and Future Possibilities. **Journal of the Association for information Science and Technology**, [S.l.], n.65, v.12, p. 2404-2421, 2014. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.23131/pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. *In*: AQUINO, Miriam de Albuquerque de (Org.). **O campo de Ciência de Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária, 2002a. p. 61-86.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Infra-estrutura para pesquisa em Ciência da Informação. **Datagramazero**: Revista de Ciência da Informação, [S.l.], v.1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br>. Acesso em: 20 set. 2017.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. O desafio da formação profissional: da biblioteca às bibliotecas digitais. *In*: INTEGRAR - CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: FEBAB, 2002b. p. 387-404.

RAMALHO, Francisca Arruda; PAIVA, Eliane Bezerra; FRANÇA, Fabiana da Silva. Biblioteca digital: um estudo sobre a disponibilização e uso de conteúdos digitais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis, SC: UFSC, 2005. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib/paper/view/1760/901>. Acesso em: 26 mar. 2017.

REGISTRY of Open Access Repositories (ROAR). [S.l.: s.n], 2016. Disponível em: <http://roar.eprints.org/>. Acesso em: 14 abr. 2016.

REPOSITORY 66. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <http://maps.repository66.org/> . Acesso em: 14 abr. 2016.

ROSA, Flávia Garcia. Implantação do repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: uma política de acesso à produção científica. *In*: MARCONDES, Carlos Henrique; KURAMOTO, Hélio; TOUTAIN, Lídia Brandão; SAYÃO, Luis Fernando (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 231-248.

SÁ, Luiz Carlos; GUARABYRA FILHO, Guttemberg Nery. **Sobradinho**. [S.l.: S.n.], 1977. (Letra de música). Disponível em: <http://www.mpbnet.com.br/musicos/sa.rodrix.guarabyra/letras/sobradinho.htm>. Acesso em: 27 ago. 2018.

SANTOS, Valéria Silva; LIMA, Marcos Galindo; SOARES, Sandra Verríssimo. Informação e memória arquivística: o custodialismo e outras discussões paradigmáticas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...]. João Pessoa, PB: UFPB; Ancib, 2015. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/>. Acesso em: 26 mar. 2017.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARAIVA, Ricardo; AMARO, Bianca. Dez anos de acesso aberto no mundo lusófono. *In*: CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA SOBRE ACESSO ABERTO (CONFOA), 3., 2012, Lisboa. **Anais eletrônicos** [...]. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 2012. Disponível em: <http://www.slideshare.net/ConfOA/10-anos-de-acesso-aberto-nomundo-lusfono>. Acesso em: 25 mar. 2016.

SAYÃO, Luiz Fernando. Conservação de documentos eletrônicos. *In*: MAST COLLOQUIA, 9., 2007, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2007. p. 181-204.

SAYÃO, Luiz Fernando. Preservação digital no contexto das bibliotecas digitais: uma breve introdução. *In*: MARCONDES, Carlos Henrique; KURAMOTO, Hélio; TOUTAIN, Lídia Brandão; SAYÃO, Luis Fernando (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: UFBA, 2005. p.115-146.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque *et al.* Curadoria digital: um termo interdisciplinar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador, BA: UFBA; ANCIB, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000030438/b98789b3db01eb3d5c210de434e36dd1>. Acesso em: 28 jul. 2018.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Acervos fotográficos públicos: uma introdução sobre digitalização no contexto político da disseminação de conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 194-200, set./dez. 2006a.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais**: tecnologia e consciência no universo digital. 2002. 269 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Informação, ciberespaço e consciência. **TransInformação**, Campinas, v.18, n.3, p. 191-201, set./dez., 2006b.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Patrimônio documental audiovisual em instituições públicas: desafios e alternativas. *In*: MOSTRA DE CINEMA DE OURO PRETO, CineOP, 9. \ ENCONTRO DE ARQUIVOS NACIONAIS E ACERVOSAUDIOVISUAIS BRASILEIROS, 9. 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Universo Produção, 2014. p.100-105.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo, SP: ANCIB; USP, 2008. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1624>. Acesso em: 08 jul. 2017.

SILVA JÚNIOR, Laerte Pereira da; MOTA, Valéria Gameleira da. Políticas de preservação digital no Brasil: características e implementações **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.51-64, jan./abr., 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1351/1530>. Acesso em: 30 mai. 2015.

SILVA, Marcel Santos Silvana; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Bibliotecas digitais geográficas distribuídas: proposta de uma arquitetura para desenvolvimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador, BA: UFBA, 2007. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/view/2814/1942>. Acesso em: 06 mar. 2018.

SOUZA, Celina. Introdução: políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul. /dez., p. 20-45, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de; COSTA, Wellington Freire Cunha. Aplicação do modelo conceitual FRBR em repositórios institucionais: um estudo de caso. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis, SC: ANCIB; UFSC, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2284?show=full>. Acesso em: 28 mar. 2018.

TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda. Gestão de risco: um novo olhar para a preservação digital. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis, SC: ANCIB; UFSC, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2485>. Acesso em: 28 jul. 2017.

UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006.

UNESCO. **Recommendation on the Promotion and Use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace and Report by the Director-General**. Paris: UNESCO, 2003a.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <http://portal.unesco.org/>. Acesso em: 20 out. 2018.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003b.

UNESCO. **First meeting of the UNESCO/FIAF Fund for the Safeguarding of the Film Heritage: Final Report**. Paris: UNESCO, 1995. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 20 out. 2018.

UNESCO. **Memory of the World**. Paris: UNESCO, 1992. Disponível em: [http://portal.unesco.org/ci/en/ev.phpURL\\_ID=1538&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/ci/en/ev.phpURL_ID=1538&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html). Acesso em: 18 set. 2018.

UNESCO. **Recommendation for the Safeguarding and Preservation of Moving Images**. Conferência Geral da Unesco. UNESCO: Belgrado, 1980. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 25 set. 2018.

VIDAL, Fabiano Cesar de Mendonca; ROSA, Maria Nilza Barbosa; LIMA, Izabel França de. Os escritos de Ademar Vidal e seu papel na construção, preservação e disseminação da memória cultural. *In*: ENCONTRO NACIONAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos** [...]. Marília, SP: Unesp; ANCIB, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2485>. Acesso em: 28 jul. 2017.

WARSCHAUER, Mark. **Technology and social inclusion: rethinking the digital divide**. London: MIT Press, 2003.

WEITZEL, Simone da Rocha. Tendências para adoção e uso de repositórios digitais: estudo de caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador, BA: UFBA, 2007. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/841>. Acesso em: 06 mar. 2018.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A – QUADRO 13: EDIÇÕES CONSULTADAS: ANAIS DO ENANCIB  
(1994-2017).

<b>EDIÇÃO</b>	<b>ANO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>DATA</b>
I	1994	Belo Horizonte (BH)	UFMG	08 a 10 de abril de 1994
II	1995	Valinhos (SP)	PUC-Campinas	22 a 24 de novembro de 1995
III	1997	Rio de Janeiro (RJ)	IBICT/UFRJ	10 a 12 de setembro de 1997
IV	2000	Brasília (DF)	UnB	6 a 10 de novembro de 2000
V	2003	Belo Horizonte (BH)	UFMG	10 a 14 de novembro de 2003
VI	2005	Florianópolis (SC)	UFSC	28 a 30 de novembro de 2005
VII	2006	Marília (SP)	UNESP	19 a 22 de novembro de 2006
VIII	2007	Salvador (BA)	UFBA	28 a 31 de outubro de 2007
IX	2008	São Paulo (SP)	USP	28 a 01 de outubro de 2008
X	2009	João Pessoa (PB)	UFPB	25 a 28 de outubro de 2009
XI	2010	Rio de Janeiro (RJ)	UFRJ	25 a 28 de outubro de 2010
XII	2011	Brasília (DF)	UnB	23 a 26 de outubro de 2011
XIII	2012	Rio de Janeiro (RJ)	Fiocruz	28 a 31 de outubro de 2012
XIV	2013	Florianópolis (SC)	UFSC	29 a 01 de novembro de 2013
XV	2014	Belo Horizonte (BH)	UFMG	27 a 31 de outubro de 2014
XVI	2015	João Pessoa (PB)	UFPB	26 a 30 de outubro de 2015
XVII	2016	Salvador (BA)	UFBA	20 a 25 de novembro de 2016
XVIII	2017	Marília (SP)	UNESP	23 a 27 de outubro de 2017

Fonte: Elaborado a partir da consulta à aos Anais do Evento.



**APÊNDICE C - ROTEIRO DE COLETA DE DADOS ANAIS DO ENANCIB (1994-2017):  
PARTE 2 – MAPEAMENTO DOS TRABALHOS PERTINENTES**

<b>MODALIDADE:</b> Comunicação Oral ( ) Pôster ( )		<b>Edição:</b>	<b>Ano:</b>	<b>Local:</b>	<b>Instituição Organizadora:</b>	
<b>REFERÊNCIA:</b>						
Tema	Palavras-Chave	Descritores	Conceitos			
			Preservação ( ) Sim ( ) Não	Salvaguarda ( ) Sim ( ) Não	Biblioteca Virtual ( ) Sim ( ) Não	Biblioteca Digital ( ) Sim ( ) Não
			<b>Descrição dos Principais Conceito(s) Identificado(s)</b>			

APÊNDICE D – QUADRO 14: MAPEAMENTO DOS TEMAS PRESERVAÇÃO E/OU SALVAGUARDA:  
ANAIS DO ENANCIB E BENANCIB (1994-2017): COMUNICAÇÕES ORAIS E PÔSTERES.

Edição	Ano	Local/Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais		Pôsteres	
				Preserv.	Salvag.	Preserv.	Salvag.
I	1994	Minas Gerais (MG) /UFMG	GT: Informação e Sociedade/Ação Cultural	0	0	0	0
			GT: Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação	0	0	0	0
			GT: Administração/Gestão/Avaliação e estudos de usuário	0	0	0	0
			GT: Formação profissional/Mercado de trabalho	0	0	0	0
			GT: Produção científica/Literatura cinza	0	0	0	0
			GT: Políticas de Pesquisa dos Cursos de Pós-Graduação	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
II	1995	Valinhos, SP / PUCCAMP	GT: Informação Tecnológica e Administração de Serviços	0	0	0	0
			GT: Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria de Classificação	0	0	0	0
			GT: Novas Tecnologias/Bases de Dados/Fontes de Informação [e a educação]	0	0	0	0
			GT: Informação e Sociedade	0	0	0	0
			GT: Produção Científica e Literatura Cinzenta	0	0	0	0
			GT: Formação Profissional e Mercado de Trabalho	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

(continua)

Edição	Ano	Local/Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais		Pôsteres	
				Preserv.	Salvag.	Preserv.	Salvag.
III	1997	Rio de Janeiro, RJ / IBICT	GT 1: Informação Tecnológica e Administração de Serviços	0	0	0	0
			GT 2: Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação	0	0	0	0
			GT 3: Novas Tecnologias/Redes de Informação/Educação à Distância	0	0	0	0
			GT 4: Informação e Sociedade/Ação Cultural	02	0	0	0
			GT 5: Produção Científica/Literatura Cinzenta	0	0	0	0
			GT 6: Formação Profissional e Mercado de Trabalho	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>02</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
IV	2000	Brasília, DF/ UNB	Grupo 1 - Trabalhos A - C	0	0	0	0
			Grupo 2 - Trabalhos C - F	0	0	0	0
			Grupo 3 - Trabalhos F - J	0	0	0	0
			Grupo 4 - Trabalhos J - Ma	0	0	0	0
			Grupo 5 - Trabalhos Ma - Na	0	0	0	0
			Grupo 6 - Trabalhos Ne - Sa	0	0	0	0
			Grupo 7 - Trabalhos Se - Ze	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

(continua)

Edição	Ano	Local/Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais		Pôsteres	
				Preserv.	Salvag.	Preserv.	Salvag.
V	2003	Belo Horizonte, MG / UFMG	Submissões gerais	0	0	0	0
			GT 1 - Informação Tecnológica e para Negócio	0	0	0	0
			GT 2 - Representação do Conhecimento/ Indexação/Teoria da Classificação	0	0	0	0
			GT 3 - Novas Tecnologias/Redes de Informação/Educação à Distância	0	0	0	0
			GT 4 - Informação e Sociedade/Ação Cultural	0	01	0	0
			GT 5 - Comunicação e Produção Científica/Literatura Cinzenta	0	01	0	0
			GT 6 - Formação Profissional / Mercado de Trabalho	0	0	0	0
			GT 7 - Planejamento e Gestão de Sistemas de Informação e Inteligência Competitiva	0	0	0	0
			GT 8 - Epistemologia da Ciência da Informação	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>02</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

(continua)

Edição	Ano	Local/Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais		Pôsteres	
				Preserv.	Salvag.	Preserv.	Salvag.
VI	2005	Florianópolis, SC / UFSC	GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	0
			GT 2: Organização do Conhecimento e Representação da Informação	0	01	0	0
			GT 3: Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	0
			GT 4: Gestão de Unidades de Informação	0	0	0	0
			GT 5: Política, Ética e Economia da Informação	0	01	0	0
			GT 6: Informação e Trabalho	0	0	0	0
			GT 7: Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>02</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
VII	2006	Marília, SP / UNESP	GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	0
			GT 2 - Organização do Conhecimento e Representação da Informação	0	0	0	0
			GT 3 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	0
			GT 4 - Gestão de Unidades de Informação	0	0	0	0
			GT 5 - Política, Ética e Economia da Informação	0	0	0	0
			GT 6 - Informação e Trabalho	0	0	0	0
			GT 7 - Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

(continua)

Edição	Ano	Local / Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais		Pôsteres	
				Preserv.	Salvag.	Preserv.	Salvag.
VIII	2007	Salvador, BA / UFBA	GT 01 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	0
			GT 02 - Organização e Representação do Conhecimento	0	<b>01</b>	0	<b>01</b>
			GT 03 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	0
			GT 04 - Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	0	0	0	0
			GT 05 - Política e Economia da Informação	0	0	0	0
			GT 06 - Informação, Educação e Trabalho	0	0	0	0
			GT 07 - Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação	0	0	0	0
			Debates sobre Museologia e Patrimônio	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>01</b>	<b>0</b>	<b>01</b>
IX	2008	São Paulo, SP /	GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	0
			GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento	0	<b>01</b>	0	0
			GT 3 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	0
			GT 4 - Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	0	0	0	0
			GT 5 - Política e Economia da Informação	0	<b>01</b>	0	0
			GT 6 - Informação, Educação e Trabalho	0	0	0	0

(continua)

Edição	Ano	Local / Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais		Pôsteres	
				Preserv.	Salvag.	Preserv.	Salvag.
IX	2008	São Paulo, SP	GT 7 - Produção e Comunicação da Informação em CT&I	0	0	0	0
			GT 8 - Informação e Tecnologia	0	01	0	0
			<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>03</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
X	2009	João Pessoa, PB	GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	0
			GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento	0	01	0	0
			GT 3 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	0
			GT 4 - Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	0	0	0	0
			GT 5 - Política e Economia da Informação	0	0	0	0
			GT 6 - Informação, Educação e Trabalho	0	0	0	0
			GT 7 - Produção e Comunicação da Informação em CT&I	0	0	0	0
			GT 8 - Informação e Tecnologia	0	01	0	0
			GT 9 - Museologia, Patrimônio e Informação	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>02</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

(continua)

Edição	Ano	Local/Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais		Pôsteres	
				Preserv.	Salvag.	Preserv.	Salvag.
XI	2010	Rio de Janeiro, RJ/ UFRJ	GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	0
			GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento	0	0	0	<b>01</b>
			GT 3 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	0
			GT 4 - Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	0	0	0	0
			GT 5 - Política e Economia da Informação	0	0	0	0
			GT 6 - Informação, Educação e Trabalho	0	0	0	0
			GT 7 - Produção e Comunicação da Informação em CT&I	0	0	0	0
			GT 8 - Informação e Tecnologia	0	0	0	0
			GT 9 - Museologia, Patrimônio e Informação	0	0		0
			GT 10 - Informação e Memória	0	<b>04</b>	0	<b>02</b>
			<b>Total</b>	0	<b>04</b>	0	<b>03</b>
XII	2011	Brasília, DF	GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	0
			GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento	0	<b>02</b>	0	0
			GT 3 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	0
			GT 4 - Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	0	0	0	0
			GT 5 - Política e Economia da Informação	0	0	0	0

(continua)

Edição	Ano	Local/Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais		Pôsteres	
				Preserv.	Salvag.	Preserv.	Salvag.
XII	2011	Brasília, DF	GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	0	0	0	0
			GT 7 - Produção e Comunicação da Informação em CT&I	0	0	0	0
			GT 8 - Informação e Tecnologia	0	<b>02</b>	0	0
			GT 9 - Museologia, Patrimônio e Informação	0	<b>03</b>	0	0
			GT 10 - Informação e Memória	0	<b>03</b>	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
XIII	2012	Rio de Janeiro, RJ / Fiocruz	GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	<b>0</b>
			GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento	0	0	0	<b>0</b>
			GT 3 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	<b>0</b>
			GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	0	0	0	<b>0</b>
			GT 5 – Política e Economia da Informação	0	0	0	<b>0</b>
			GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	0	0	0	<b>0</b>
			GT 7 - Produção e Comunicação da Informação em CT&I	0	0	0	<b>0</b>
			GT 8 - Informação e Tecnologia	0	<b>02</b>	0	<b>0</b>
			GT 9 - Museologia, Patrimônio e Informação	0	<b>03</b>	0	<b>0</b>
			GT 10 - Informação e Memória	0	<b>03</b>	0	<b>02</b>
			GT 11: Informação e Saúde	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>08</b>	<b>0</b>	<b>02</b>			

(continua)

Edição	Ano	Local/Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais		Pôsteres	
				Preserv.	Salvag.	Preserv.	Salvag.
XIV	2013	Santa Catarina, SC / UFSC	GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	0
			GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento	0	0	0	0
			GT 3 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	0
			GT 4 - Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	0	0	0	0
			GT 5 - Política e Economia da Informação	0	0	0	0
			GT 6 - Informação, Educação e Trabalho	0	0	0	0
			GT 7 - Produção e Comunicação da Informação em CT&I	0	0	0	0
			GT 8 - Informação e Tecnologia	0	<b>02</b>	0	<b>01</b>
			GT 9 - Museologia, Patrimônio e Informação		01		0
			GT 10 - Informação e Memória	0	<b>01</b>	0	<b>01</b>
			GT 11 - Informação e Saúde	0	0	0	0
		<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>04</b>	<b>0</b>	<b>02</b>	
XV	2014	Belo Horizonte, MG / UFMG	GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	0
			GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento	0	0	0	0
			GT 3 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	0
			GT 4 - Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	0	0	0	0

(continua)

Edição	Ano	Local / Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais		Pôsteres	
				Preserv.	Salvag.	Preserv.	Salvag.
XV	2014	Belo Horizonte, MG / UFMG	GT 5 – Política e Economia da Informação	0	01	0	0
			GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	0	0	0	0
			GT 7 - Produção e Comunicação da Informação em CT&I	0	0	0	0
			<b>GT 8 - Informação e Tecnologia</b>	0	01	0	0
			GT 9 - Museologia, Patrimônio e Informação	0	0	0	0
			GT 10 - Informação e Memória	0	0	0	0
			GT 11: Informação e Saúde	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>02</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
XVI	2015	João Pessoa, PB / UFPB	GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	0
			GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento	0	0	0	0
			GT 3 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	01
			GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	0	0	0	0
			GT 5 – Política e Economia da Informação	0	0	0	0
			GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	0	0	0	0
			GT 7 - Produção e Comunicação da Informação em CT&I	0	0	0	0
			GT 8 - Informação e Tecnologia	0	01	0	0
			GT 9 - Museologia, Patrimônio e Informação		0		0
			GT 10 - Informação e Memória	0	0	0	01
			GT 11: Informação e Saúde	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>01</b>	<b>0</b>	<b>02</b>

(continua)

Edição	Ano	Local / Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais		Pôsteres	
				Preserv.	Salvag.	Preserv.	Salvag.
XVII	2016	Salvador, BA / UFBA	GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	<b>02</b>	0	0
			GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento	0	<b>01</b>	0	0
			GT 3 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	0
			GT 4 - Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	0	0	0	0
			GT 5 - Política e Economia da Informação	0	<b>0</b>	0	<b>01</b>
			GT 6 - Informação, Educação e Trabalho	0	<b>0</b>	0	<b>01</b>
			GT 7 - Produção e Comunicação da Informação em CT&I	0	0	0	0
			GT 8 - Informação e Tecnologia	0	0	0	0
			GT 9 - Museologia, Patrimônio e Informação		0		0
			GT 10 - Informação e Memória	0	<b>05</b>	0	<b>03</b>
			GT 11: Informação e Saúde	0	0	0	<b>01</b>
		<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>08</b>	<b>0</b>	<b>06</b>	
XVIII	2017	Marília, SP / UNESP	GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	<b>01</b>
			GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento	0	0	0	<b>01</b>
			GT 3 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	0
			GT 4 - Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	0	0	0	0
			GT 5 - Política e Economia da Informação	0	0	0	0

(continua)

Edição	Ano	Local / Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais		Pôsteres	
				Preserv.	Salvag.	Preserv.	Salvag.
XVIII	2017	Marília, SP / UNESP	GT 6 – Informação, Educação e Trabalho	0	0	0	0
			GT 7 - Produção e Comunicação da Informação em CT&I	0	0	0	0
			GT 8 - Informação e Tecnologia	0	0	0	01
			GT 9 - Museologia, Patrimônio e Informação		0		0
			GT 10 - Informação e Memória	0	01	0	01
			GT 11: Informação e Saúde	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>01</b>	<b>0</b>	<b>04</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2016-2018.



(continua)

Edição	Ano	Local/Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais			Pôsteres		
				BV	BD	RD	BV	BD	RD
III	1997	Rio de Janeiro (RJ) / IBICT	GT 1: Informação Tecnológica e Administração de Serviços	0	0	0	0	0	0
			GT 2: Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação	0	0	01	0	0	0
			GT 3: Novas Tecnologias/Redes de Informação/Educação à Distância	0	0	01	0	0	0
			GT 4: Informação e Sociedade/Ação Cultural	0	0	0	0	0	0
			GT 5: Produção Científica/Literatura Cinzenta	0	0	0	0	0	0
			GT 6: Formação Profissional e Mercado de Trabalho	0	0	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	0	0	02	0	0	0
				BV	BD	RD	BV	BD	RD
IV	2000	Brasília, DF/ UNB	Grupo 1 - Trabalhos A - C	0	0	0	0	0	0
			Grupo 2 - Trabalhos C - F	0	0	0	0	0	0
			Grupo 3 - Trabalhos F - J	02	0	0	0	0	0
			Grupo 4 - Trabalhos J - Ma	0	0	0	0	0	0
			Grupo 5 - Trabalhos Ma - Na	0	01	0	0	0	0
			Grupo 6 - Trabalhos Ne - Sa	0	0	0	0	0	0
			Grupo 7 - Trabalhos Se - Ze	0	0	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	02	01	0	0	0	0
	BV	BD	RD	BV	BD	RD			
V	2003	Belo Horizonte, MG	<b>Submissões gerais</b>	0	0	0	0	0	0
			GT 1 - Informação Tecnológica e para Negócio	0	0	0	0	0	0
			GT 2 - Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação	0	0	0		0	0
			GT 3 - Novas Tecnologias/Redes de Informação/Educação à Distância	02	03	0	0	0	0
			GT 4 - Informação e Sociedade/Ação Cultural	0	0	0	0	0	0
			GT 5 - Comunicação e Produção Científica/Literatura Cinzenta	0	0	0	0	0	0
			GT 6 - Formação Profissional / Mercado de Trabalho	0	01	0	0	0	0
			GT 7 - Planejamento e Gestão de Sistemas de Informação e Inteligência Competitiva	0	0	0	0	0	0
			GT 8 - Epistemologia da Ciência da Informação	0	0	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	02	04	0	0	0	0

(continua)

Edição	Ano	Local / Instituição	Grupos de Trabalho (GT)	Comunicações orais			Pôsteres		
				BV	BD	RD	BV	BD	RD
VI	2005	Florianópolis, SC / UFSC	GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	0	0	0
			GT 2: Organização do Conhecimento e Representação da Informação	0	0	0	0	0	0
			GT 3: Mediação, Circulação e Uso da Informação	<b>02</b>	<b>02</b>	0	0	0	0
			GT 4: Gestão de Unidades de Informação	0	<b>01</b>	<b>01</b>	0	0	0
			GT 5: Política, Ética e Economia da Informação	0	0	0	0	0	0
			GT 6: Informação e Trabalho	0	0	0	0	0	0
			GT 7: Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação	0	<b>01</b>	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	<b>02</b>	<b>04</b>	<b>01</b>	0	0	0
<b>Edição</b>	<b>Ano</b>	<b>Local / Instituição</b>	<b>Grupos de Trabalho (GT)</b>	<b>Comunicações orais</b>			<b>Pôsteres</b>		
				BV	BD	RD	BV	BD	RD
VII	2006	Marília, SP / UNESP	GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	0	0	0
			GT 2 - Organização do Conhecimento e Representação da Informação	0	0	0	0	0	0
			GT 3 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	0	0	0
			GT 4 - Gestão de Unidades de Informação	0	0	0	0	0	0
			GT 5 - Política, Ética e Economia da Informação	0	0	0	0	0	0
			GT 6 - Informação e Trabalho	0	0	0	0	0	0
			GT 7 - Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação	0	0	0	0	0	0
			<b>TOTAL</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Edição</b>	<b>Ano</b>	<b>Local / Instituição</b>	<b>Grupos de Trabalho (GT)</b>	<b>Comunicações orais</b>			<b>Pôsteres</b>		
				BV	BD	RD	BV	BD	RD
VIII	2007	Salvador, BA / UFBA	GT 01 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	0	0	0	0	0	0
			GT 02 - Organização e Representação do Conhecimento	0	0	0	0	<b>01</b>	<b>02</b>
			GT 03 - Mediação, Circulação e Uso da Informação	0	0	0	0	0	0
			GT 04 - Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	0	0	0	0	0	0
			GT 05 - Política e Economia da Informação	0	0	0	0	0	0
			GT 06 - Informação, Educação e Trabalho	0	0	0	0	0	0
			GT 07 - Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação	0	0	<b>01</b>	0	0	0
			Debates sobre Museologia e Patrimônio	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>01</b>	<b>0</b>	<b>01</b>	<b>02</b>			

Fonte: Dados da pesquisa, 2016-2018.

APÊNDICE F - QUADRO 16: COMUNICAÇÕES ORAIS SELECIONADAS SOBRE O TEMA BIBLIOTECA DIGITAL: ANAIS DO ENANCIB (1994-2017).

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
1	IV (2000)	Grupo 5 <sup>81</sup>	ARELLANO, Miguel Ángel Márdero	As Coleções de Obras Raras na Biblioteca Digital
2	V (2003)	GT 3	ARAÚJO, L. S.; VIDOTTI, S. A.B.G.	Tecnologias de organização e implementação de sistemas de informação na web
3		GT 3	CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio.	Tecnologias de organização e implementação de sistemas de informação na web.
4		GT 3	NAZARI, Ethel Priscila Dias Rocamora; FORESTI, Miriam Celí Pimentel Porto	Estruturação de bibliotecas digitais pessoais no ambiente escolar: um estudo com alunos do ensino fundamental
5		GT3	GOMES, Sandra Lúcia Rebel	Tecnologias de organização e implementação de sistemas de informação na web
7		GT 6	ARELLANO, Miguel Angel Márdero; MACHADO, Raymundo N. Machado; MEIRELLES, Rodrigo França	O ensino de bibliotecas digitais: um estudo de caso
8		GT3	RAMALHO, Francisca Arruda; PAIVA, Eliane Bezerra; FRANÇA, Fabiana da Silva	Biblioteca digital: um estudo sobre a disponibilização e uso de conteúdos digitais
9		VI (2005)	GT3	MAIA, Luiz Claudio Gomes; CENDÓN, Beatriz Valadares
10	GT4		CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de ; VIDOTTI, Silvana Ap. Borseti Gregório	Arquitetura da informação para biblioteca digital personalizável

<sup>81</sup> Grupo 5 (Ma a Na) – foi ordenado alfabeticamente.

(continua)

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
11	VI (2005)	GT7	LEAL, Igor Campos; BAX, Marcello Peixoto	Aplicação de uma ferramenta de análise bibliométrica na biblioteca digital de teses e dissertações do PPGCI-UFMG
12	VIII (2007)	GT2	SILVA, Marcel Santos Silvana; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio	Bibliotecas digitais geográficas distribuídas: proposta de uma arquitetura para desenvolvimento
13	IX (2008)	GT3	CENDÓN, Beatriz Valadares; RIBEIRO, Nádia Ameno	Análise da literatura acadêmica sobre o uso do portal periódico Capes
14		GT7	ARAÚJO, Gustavo Sivieri de; LEVES, Maria Helena Matsumoto Komasti; CENDÓN, Beatriz Valadares; BERBERT, Fábio Luiz Camargo Vilella; RIBEIRO, Nádia Ameno; MOREIRA, Lucília Vilarino	Uso dos periódicos do Portal CAPES pelos programas de pós-graduação da Faculdade de Odontologia de Araraquara – UNESP no período de 2000 a 2005
15		GT8	CASTRO, Fabiano Ferreira de; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa	MarcOnt Initiative: representação e descrição de recursos informacionais na Web
16	X (2009)	GT2	CASTRO, Fabiano Ferreira de; SANTOS, Plácida L. V. A. da Costa	Bibliotecas digitais: aspectos no âmbito da representação e padronização de recursos informacionais
17		GT7	CUNHA, Adriana Áurea Lara ; CENDÓN, Beatriz Valadares	Uso de bibliotecas digitais de periódicos: um estudo comparativo do uso do portal de periódicos CAPES entre áreas do conhecimento
18		GT8	BEZERRA, Emy Pôrto; ARAUJO, Eliany Alvarenga de; BEZERRA, Ed Pôrto	Digitalizando o virtual: uma análise informacional do processo de implementação da biblioteca digital Paulo Freire
19	XI (2010)	GT7	CENDÓN, Beatriz Valadares; RIBEIRO, Nádia Ameno	Uso do portal de periódicos da CAPES: análise das pesquisas publicadas

(continua)

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
20	XI (2010)	GT8	LIMA, Izabel França; SOUZA, Renato Rocha	“A concepção de biblioteca digital na literatura brasileira de periódicos em Ciência da Informação
21	XII (2011)	GT2	MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; LIMA, Gercina Angela Borém de Oliveira	Taxonomia facetada navegacional: agregando valor às informações disponibilizadas em bibliotecas digitais de teses e dissertações
22		GT2	LIMA, Izabel França; AQUINO, Mirian de Albuquerque	Biblioteca digital Paulo Freire como dispositivo de acesso e uso do conteúdo freireano
23		GT8	PEREIRA Fernanda; LIMA, Gercina Angela Borem Oliveira	Avaliação de usabilidade da biblioteca digital brasileira de teses e dissertações: um estudo de caso
24		GT8	BASTOS, Flavia Maria; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio	Serviços de recomendação em bibliotecas digitais científicas
25		GT8	LIMA, Izabel França ; SOUZA, Renato Rocha; DIAS, Guilherme Ataíde;	Abordagens para avaliar bibliotecas digitais
26	XIII (2012)	GT2	FELIPE, Eduardo Ribeiro; LIMA, Gercina Ângela de Oliveira	A importância dos metadados em bibliotecas digitais: da organização à recuperação da informação
27		GT8	LIMA, Izabel França de; SOUZA, Renato Rocha; DIAS Guilherme Ataíde	Modelo metodológico para avaliação do nível de usabilidade em bibliotecas digitais
28		GT8	AFONSO, Alexandre Ribeiro; DUQUE, Cláudio Gottschalg	O impacto da variação temática na categorização automática de artigos científicos em português do Brasil
29		GT8	PONTES, Flavio Vieira; LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira	Organização do conhecimento em bibliotecas digitais de teses e dissertações: uma abordagem baseada na classificação facetada e taxonomias dinâmicas

(continua)

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
30	XIV (2013)	GT2	DIAS, Célia da Consolação; LOURENÇO; Cintia de Azevedo	Representação descritiva no domínio da história da arte: uma proposta para a construção de um banco de dados e uma biblioteca digital
31	XV (2014)	GT7	ANDRADE, Robéria Lourdes de Vasconcelos; ARAÚJO, Wagner Junqueira	Análise Webométrica aplicada ao site “Biblioteca nas Nuvens”
32	XVIII (2017)	GT2	DINIZ, Umberto Lima.; LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira.; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Conversão de dados de bibliotecas digitais de teses e dissertações em linked data
33		GT5	FRANKLIN, Benjamin Luiz	Bibliotecas digitais clandestinas: soberania e o obscurecimento do trânsito dos objetos

Fonte: Dados da pesquisa, 2017-2018.

APÊNDICE G – QUADRO 17: COMUNICAÇÕES ORAIS SELECIONADAS SOBRE O TEMA REPOSITÓRIO DIGITAL: ANAIS DO ENANCIB (1994-2017).

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>Tipologia</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
1	VI (2005)	Repositórios Institucional	GT4	LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely Maria de Souza	Repositórios institucionais e a gestão do conhecimento científico
2	VIII (2007)	Repositórios Institucional	GT5	TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da	Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação
3		Repositórios Digital	GT7	WEITZEL, Simone da Rocha	Tendências para adoção e uso de repositórios digitais: estudo de caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil.
4	IX (2008)	Repositório Institucional	GT8	CURTY, Renata Gonçalves; ARAÚJO, Nelma Camêlo de	Análise da usabilidade de interface de repositório institucional: enfoque nos princípios ergonômicos
5	X (2009)	Repositório Digital	GT4	FERREIRA, Lenira Santos Passos; DUMONT, Ligia Maria Moreira	Metodologia dos sistemas Soft: uma perspectiva para o gerenciamento da disseminação da produção técnico-científica organizacional
6	XI (2010)	Repositório Institucional	GT2	TORINO, Lígia Patrícia; CERVANTE, Brigida Maria Nogueira	Organização da informação em repositórios institucionais: um parâmetro para a descrição da produção científica
7		Repositório Institucional	GT5	BASTOS, Flávia Maria; ODDONE, Nanci; VIDOTTI, Silvana	O direito de cópia da produção científica para os repositórios institucionais
8		Repositório Institucional	GT7	PAVÃO, Caterina Marta Groposo ; CAREGNATO, Sonia Elisa	Contribuição dos repositórios institucionais à comunicação científica: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul
9		Repositório Digital	GT8	SEGUNDO, José Eduardo Santarem; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio	Representação iterativa e folksonomia assistida para repositórios digitais

(continua)

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>Tipologia</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
10	XI (2010)	Repositório Digital	GT8	VECHIATO, Fernando Luiz; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio	Repositório digital da UNATI-UNESP: e o olhar da arquitetura da informação para a inclusão digital de idosos
11	XII (2011)	Repositório Temático	GT5	PAIVA, Márcia Regina; KAIMEN, Maria Júlia Giannasi-	Proposta de uma política de informação para a implementação de um repositório temático institucional em moda e design da Universidade Estadual de Maringá
12		Repositório Institucional	GT10	CARVALHO, Maria da Conceição Rodrigues de; GOMES, Sandra Lúcia Rebel	Repositório Institucional no Campo da Saúde: um estudo exploratório de reuso da informação técnico-científica para a pós-graduação do ICICT/FIOCRUZ
13	XIII (2012)	Repositório Digital	GT2	ANDRADE, Morgana Carneiro de; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira	Interoperabilidade semântica entre repositórios institucionais brasileiros: o papel da organização do conhecimento
14	XIII (2012)	Repositório Institucional	GT5	NUNES, Renato Reis; MARCONDES, Carlos Henrique; WEITZEL, Simone da Rocha	Diretrizes para formulação de políticas mandatórias para consolidação dos repositórios institucionais brasileiros
15		Repositório Institucional	GT5	ANDRADE, Morgana Carneiro de; OLIVEIRA, Elias Silva de	Interoperabilidade entre os repositórios institucionais brasileiros: uma análise preliminar
16		Repositório Digital	GT8	ALVARENGA, Lídia; SOUZA, Ráisa Mendes Fernandes de	A Universidade Federal de Minas Gerais no contexto do acesso aberto à informação científica: identificação de seus sistemas de informação
17		Repositório Digital	GT8	LIMA, Fanny do Couto; LIMA, Ribeiro de Marcos Galindo de	Preservação digital da informação científica: uma análise de risco em repositórios institucionais brasileiros
18	XIV (2013)	Repositório Institucional	GT2	SOUZA, Elisabete Gonçalves de; COSTA, Wellington Freire Cunha	Aplicação do modelo conceitual FRBR em repositórios institucionais: um estudo de caso

(continua)

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>Tipologia</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
19	XIV (2013)	Repositório Institucional	GT1 1	VEIGA, Viviane Santos de Oliveira; PIMENTA, Denise Nacif; MACHADO, Rejane; SILVA, Aline da, SILVA, Cicera Henrique da	Repositórios institucionais: avaliação da usabilidade na Fundação Oswaldo Cruz
20		Repositório Institucional	GT1 1	HENNING, Patricia Corrêa; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares	Acesso livre à informação científica: os repositórios institucionais portugueses da área da saúde e algumas contribuições para o Brasil
21		Repositório Digital	GT5	SILVA, Fabiana Vilar; WEITZEL, Simone	Subsídios para elaboração de mandatos em repositórios: uma abordagem de desenvolvimento de coleções
22	XV (2014)	Repositório Institucional	GT8	SIEBRA, Sandra de Albuquerque.; OLIVEIRA, Júccia Nathielle do Nascimento.; MARCELINO, Críssia de Santana	Avaliação do acesso e visualização da informação em repositórios institucionais
23		Repositório Institucional	GT3	VILLALOBOS, Ana Paula de Oliveira; GOMES, Fabio Andrade	Padronização de metadados na representação da informação em repositórios institucionais de Universidades Federais brasileiras
24	XVI (2015)	Repositório Institucional	GT7	COSTA, Michelli.; LEITE, Fernando Cesar de Lima	Repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica da América Latina
25		Repositório Digital	GT8	ZAFALON, Zaira Regina; RAMALHO, Rogério Aparecido Sá; SIMIONATO, Ana Carolina; CASTRO, Fabiano Ferreira de	Tecnologias e memória social: possibilidades para compartilhar e (re)construir

(continua)

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>Tipologia</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
26	XVI (2015)	Repositório Institucional	GT8	SIEBRA, Sandra de Albuquerque.; NASCIMENTO, Juccia Nathielle	Análise da interação em repositórios institucionais de Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras
27	XVII (2016)	Repositório Digital	GT8	LEITE, Bruno Pacheco Coelho; RIBEIRO, Cláudio José Silva	Aplicação da arquitetura da informação nas modelagens de conteúdo e navegação de um Repositório Institucional: uma proposta para o IFES
28		Repositório Digital	GT8	COSTA, Wellington Freire Cunha; SOUZA, Elisabete Gonçalves de	Requisitos funcionais para registros bibliográficos-FRBR: um estudo de sua aplicação em repositórios
29		Repositório Digital	GT8	VIDOTTI, Silvana Ap. Borsetti Gregorio; BASTOS, Flavia Maria; GRISOTO, Ana Paula; ARAKAKI, Felipe Augusto; FERREIRA, Juliano Benedito	Coleta automática para povoamento de repositórios digitais: conversão de registros utilizando XSLT
30		Repositório Digital	GT8	CONEGLIAN, Caio Saraiva; SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo	Interoperabilidade Em Repositórios Digitais: Modelo De Provedor De Serviços Interativo
31		Repositório Institucional	GT8	CAFÉ, Luísa; KAFURE, Ivette	Avaliação de usabilidade no Repositório Institucional da Universidade de Brasília
32	XVIII (2017)	Repositório Institucional	GT7	CARVALHO, Ana Maria Ferreira de.; GOUVEIA, Fábio Castro	Repositório institucional e rede social acadêmica: as práticas dos pesquisadores brasileiros
33		Repositório Digital Institucional	GT7	ARAUJO, Izabel Antonina de.; MOURA, Maria Aparecida.; SOUZA, Luiz Antonio Cruz	Repositórios institucionais e redes sociais acadêmicas: potencialidades e contribuições para a divulgação da ciência

(continua)

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>Tipologia</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>
34	XVIII (2017)	Repositórios Digitais	GT8	VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório.; BASTOS, Flavia Maria.; GRISOTO, Ana Paula.; ARAKAKI, Felipe Augusto.; FERREIRA, Juliano Benedito	Coleta automática para povoamento de repositórios digitais: conversão de registros utilizando XSLT
35		Repositório Arquivístico Digital	GT8	RIBEIRO, Claudio Jose Silva	Soluções em ECM (Enterprise Content Management) e softwares para repositórios: convergência de requisitos nas atividades para gestão documental
36		Repositórios Digitais	GT8	PINTO, Tiago Leite.; RIBEIRO, Claudio Jose Silva	Apropriação tecnológica como alternativa para bibliotecas públicas: um repositório para a biblioteca parque da rocinha.
37		Repositórios Digitais	GT8	VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório.; CONEGLIAN, Caio Saraiva.; ROA-MARTINEZ, Sandra Milena.; ARAKAKI, Felipe Augusto.; BRANDT, Mariana Baptista.; FERREIRA, Ana Maria Jensen Ferreira da Costa.	Repositório de dados de pesquisa para grupo de pesquisa: um projeto piloto
38		Repositórios Digitais	GT8	MARTINS, Dalton Lopes.; SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo.; SILVA, Marcel Ferrante.; SIQUEIRA, Joyce	Repositório digital com o software livre tainacan: revisão da ferramenta e exemplo de implantação na área cultural com a revista filme cultura
39		Repositório Digital Institucional	GT8	GUEDES, Clediane.; VECHIATO, Fernando Luiz	Interoperabilidade entre repositório institucional e sistema acadêmico.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2017-2018.

APÊNDICE H – QUADRO 18: CONCEITOS DE ‘BIBLIOTECA DIGITAL’ IDENTIFICADOS: ANAIS DO ENANCIB (1994-2017).

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>	<b>Palavras-Chave</b>
1	VI (2005)	GT3	RAMALHO, Francisca Arruda; PAIVA, Eliane Bezerra; FRANÇA, Fabiana da Silva	Biblioteca digital: um estudo sobre a disponibilização e uso de conteúdos digitais	Biblioteca digital. Usuário da informação.
2	VI (2005)	GT4	CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de ; VIDOTTI, Silvana Ap. Borsetti Gregório	Arquitetura da informação para biblioteca digital personalizável	Biblioteca Digital. Arquitetura da Informação.
3	VIII (2007)	GT2	SILVA, Marcel Santos Silvana; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio	Bibliotecas digitais geográficas distribuídas: proposta de uma arquitetura para desenvolvimento	Biblioteca Digital Geográfica, Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica, Metadados, Geontologias.
4	X (2009)	GT2	CASTRO, Fabiano Ferreira de; SANTOS, Plácida L. V. A. da Costa	Bibliotecas digitais: aspectos no âmbito da representação e padronização de recursos informacionais	Biblioteca Digital. Metadados. Tecnologias da Informação e Comunicação. Representação do Conhecimento.
5	XII (2011)	GT8	LIMA, Izabel França; SOUZA, Renato Rocha	A concepção de biblioteca digital na literatura brasileira de periódicos em Ciência da Informação	Biblioteca digital. Conceitos de biblioteca digital.
6	XII (2011)	GT8	LIMA, Izabel França ; SOUZA, Renato Rocha; DIAS, Guilherme Ataíde;	Abordagens para avaliar bibliotecas digitais	Biblioteca digital. Avaliação de bibliotecas digitais. Metodologias de avaliação de bibliotecas digitais.

(continua)

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>	<b>Palavras-Chave</b>
7	XVIII (2017)	GT2	DINIZ, Umberto Lima.; LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira.; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Conversão de dados de bibliotecas digitais de teses e dissertações em linked data	Linked Data; Biblioteca Digital; Conversão de Dados.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017-2018.

APÊNDICE I – QUADRO 19: COMUNICAÇÕES ORAIS RELATIVAS AOS CONCEITOS DE ‘REPOSITÓRIO DIGITAL’ IDENTIFICADOS: ANAIS DO ENANCIB (1994-2017).

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>Tipologia</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>	<b>Palavras-chave</b>
1	VI (2005)	Repositório Institucional	GT4	LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely Maria de Souza	Repositórios institucionais e a gestão do conhecimento científico	Repositórios institucionais; gestão do conhecimento; comunicação científica; gestão do conhecimento científico.
2	VIII (2007)	Repositório Temático	GT7	WEITZEL, Simone da Rocha	Tendências para adoção e uso de repositórios digitais: estudo de caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil.	Repositórios digitais. Comunicação científica. Produção científica. Ciências da Comunicação.
3	XI (2010)	Repositório Institucional	GT5	BASTOS, Flávia Maria; ODDONE, Nanci ; VIDOTTI, Silvana	O direito de cópia da produção científica para os repositórios institucionais	Repositórios Institucionais; Direito Autoral; Comunicação Científica Eletrônica; Universidade Pública; Movimento de Acesso Aberto.
4	XII (2011)	Repositório Institucional	GT10	CARVALHO, Maria da Conceição Rodrigues de; GOMES, Sandra Lúcia Rebel	Repositório Institucional no Campo da Saúde: um estudo exploratório de reuso da informação técnico-científica para a pós-graduação do ICICT/FIOCRUZ	Reuso; Acesso Livre; Comunicação Científica; Repositório Institucional

(continua)

	<b>Edição (Ano)</b>	<b>Tipologia</b>	<b>GT</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>	<b>Palavras-chave</b>
5	XIII (2012)	Repositório Institucional	GT8	ALVARENGA, Lídia; SOUZA, Ráisa Mendes Fernandes de	A Universidade Federal de Minas Gerais no contexto do acesso aberto à informação científica: identificação de seus sistemas de informação	Acesso aberto. Informação científica. Repositórios digitais. Repositório institucional. Universidade Federal de Minas Gerais.
6	XIV (2013)	Repositório Institucional	GT2	SOUZA, Elisabete Gonçalves de ; COSTA, Wellington Freire Cunha	Aplicação do modelo conceitual FRBR em repositórios institucionais: um estudo de caso	Repositório digital. Representação descritiva. Modelo FRBR.
7	XVIII (2017)	Repositório Institucional	GT7	ARAUJO, Izabel Antonina de.; MOURA, Maria Aparecida.; SOUZA, Luiz Antonio Cruz.	Repositórios institucionais e redes sociais acadêmicas: potencialidades e contribuições para a divulgação da ciência	Repositório institucional; Redes sociais acadêmicas; Plataformas de divulgação científica.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017-2018.

**APÊNDICE J - QUADRO 20: PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***

	<b>Instituição</b>	<b>Programa de Pós-Graduação</b>	<b>Nível / Níveis</b>
1	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ)	Ciência da Informação	Mestrado/Doutorado
2	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT)	Informação e Comunicação em Saúde	Mestrado/Doutorado
3	Universidade de Brasília (UnB)	Ciências da Informação	Mestrado/Doutorado
4	Universidade de São Paulo (USP)	Ciência da Informação	- Mestrado/Doutorado
5	Universidade De São Paulo (USP)	Museologia	Mestrado
6	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Ciência da Informação	Mestrado
7	Universidade Estadual Paulista (Unesp) -	Ciência da Informação	Mestrado/Doutorado
8	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Ciência da Informação	Mestrado/Doutorado
9	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Museologia	Mestrado
10	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Ciência da Informação	Mestrado/Doutorado

(continua)

	<b>Instituição</b>	<b>Programa de Pós-Graduação</b>	<b>Nível / Níveis</b>
11	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Ciências da Informação	Mestrado/Doutorado
12	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Gestão & Organização do Conhecimento	Mestrado/Doutorado
13	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Ciência da Informação	Mestrado/Doutorado
14	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Ciência da Informação	Mestrado/Doutorado
15	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Ciência da Informação	Mestrado
16	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Ciência da Informação	Mestrado
17	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Memória Social	- Mestrado/Doutorado
18	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) / Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)	Museologia e Patrimônio	Mestrado/Doutorado
19	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Comunicação e Informação	Mestrado/Doutorado
20	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Ciência da Informação	Mestrado/Doutorado

Fonte: Elaborado a partir da consulta a página da Ancib (2018).

## APÊNDICE L – QUADRO 21: PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

	<b>Instituição</b>	<b>Curso</b>	<b>Nível</b>
1	Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)	Memória e Acervos	Mestrado Profissional
2	Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Artes, Patrimônio e Museologia	Mestrado Profissional
3	Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)	Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia	Mestrado Profissional
4	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Gestão da Informação	Mestrado Profissional
5	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Gestão da Informação e do Conhecimento	Mestrado Profissional
6	Universidade Federal do Cariri (UFCa)	Biblioteconomia	Mestrado Profissional
7	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ)	Biblioteconomia	Mestrado Profissional
8	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Gestão de Documentos e Arquivos	Mestrado Profissional
9	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Gestão da Informação e do Conhecimento	Mestrado Profissional

Fonte: Elaborado a partir da consulta a página da Ancib (2018).

## **ANEXOS**

## ANEXO A - SÍNTESE HISTÓRICA DOS ENANCIB

**2018** - XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - 22 a 26 de outubro de 2018 - UEL - Londrina-PR

**Tema:** ""Sujeito informacional e as perspectivas atuais em Ciência da Informação"

**2017** - XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - 23 a 27 de outubro de 2017 - Unesp - Marília-SP

**Tema:** "Informação, sociedade, complexidade"

**2016** - XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 20 a 25 de novembro de 2016 – UFBA – Salvador/BA

**Tema:** "Descobrimientos da Ciência da Informação: desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade (MIT)"

**2015** - XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 26 a 30 de outubro de 2015 – UFPB – João Pessoa/PB

**Tema:** "Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes"

**2014** - XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - 27 a 31 de outubro de 2014 – UFMG – Belo Horizonte – MG

**Tema:** "Além das 'nuvens': expandindo as fronteiras da Ciência da Informação"

**2013** - XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 29 de outubro a 1 de novembro de 2013 – UFSC – Florianópolis/SC

**Tema:** "Informação e interação: ampliando perspectivas para o desenvolvimento humano"

(continua)

**2012** - XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 28 a 31 de outubro de 2012 – Fiocruz – Rio de Janeiro/RJ

**Tema:** “A sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano”

**2011** - XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 23 a 26 de outubro de 2011 – UnB – Brasília/DF

**Tema:** “Políticas de Informação para a Sociedade”

**2010** - XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 25 a 28 de outubro de 2010 – IBICT/UFRJ; Fiocruz; UNIRIO – Rio de Janeiro/RJ

**Tema:** “Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação”

**2009** - X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 25 a 28 de outubro de 2009 – UFPB – João Pessoa/PB

**Tema:** “A responsabilidade social da Ciência da Informação”

**2008** - IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 28 de setembro a 1 de outubro de 2008 – USP – São Paulo/SP

**Tema:** “Diversidade cultural e políticas de informação”

**2007** - VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 28 a 31 de outubro de 2007 – UFBA – Salvador/BA

**Tema:** “Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação”

**2006** - VII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 19 a 22 de novembro de 2006 – Unesp – Marília/SP

(continua)

**Tema:** “A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação”

**2005** - VI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 28 a 30 de novembro de 2005 – UFSC – Florianópolis/SC

**Tema:** “A política científica e os desafios da sociedade da informação”

**2003** - V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 10 a 14 de novembro de 2003 – UFMG – Belo Horizonte/MG

**Tema:** “Informação, conhecimento e transdisciplinaridade”

**2000** - IV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 6 a 10 de novembro de 2000 – UnB – Brasília/DF

**Tema:** “Conhecimento para o Século XXI: a pesquisa na construção da Sociedade da Informação”

**1997** - III Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 10 a 12 de setembro de 1997 – IBICT/UFRJ – Rio de Janeiro/RJ

**1995** - II Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 22 a 24 de novembro de 1995 – PUC-Campinas – Valinhos/SP

**1994** - I Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – 8 a 10 de abril de 1994 – UFMG – Belo Horizonte/MG

Fonte: ANCIB, 2018.

**ANEXO B – QUADRO 22: BIBLIOTECAS DIGITAIS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

	<b>Nome da base</b>
1	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações: BDTD 
2	Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) 
3	Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP). Bib. Digital de Teses e Dissertações 
4	Faculdades EST. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
5	Fundação Getúlio Vargas (FGV). Escola de Pós-Grad. em Economia (EPGE). Teses e Dissertações 
6	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Teses 
7	Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Biblioteca Digital da FURB 
8	Instituto de Pesca, São Paulo. Dissertações Defendidas 
9	Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF). Teses, Dissertações, Monografias Florestais 
10	Instituto de Zootecnia (São Paulo). Dissertações defendidas 
11	Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Biblioteca Digital 
12	Núcleo Brasileiro de Teses e Dissertações em Educação, Educação Física, Educação Especial 
13	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Biblioteca Digital 
14	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bib. Digital de Teses e Dissertações 
15	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) 
16	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). Teses e Dissertações 
17	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Catálogo de Teses e Dissertações 
18	Portal Domínio Público 

(continua)

19	Portal Domínio Público: Teses e Dissertações - CAPES 
20	Universidade Católica de Brasília (UCB). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
21	Universidade Católica de Goiás (UCG). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
22	Universidade de Brasília (UnB). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
23	Universidade de Caxias do Sul (UCS). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
24	Universidade de São Paulo (USP). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
25	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
26	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
27	Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
28	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
29	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
30	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Biblioteca Digital da UNICAMP: Dissertações e Teses 
31	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Faculdade de Engenharia de Alimentos. Base Alimentarium 
32	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Física Gleb Wataghin. Teses e Dissertações 
33	Universidade Estadual de Londrina (UEL). Biblioteca Digital da Produção Científica, Tecnológica, 
34	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
35	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Centro de Ciência e Tecnologia 
36	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Produção Científica da UNESP 

(continua)

	<b>Nome da base</b>
37	Universidade Federal da Bahia (UFBA). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
38	Universidade Federal da Bahia (UFBA). Escola de Administração. Publicações 
39	Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Base de Dados de Teses e Dissertações 
40	Universidade Federal de Goiás (UFG). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
41	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
42	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
43	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
44	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Liber: Publicações Eletrônicas da UFPE 
45	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Teses e Dissertações 
46	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
47	Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
48	Universidade Federal de Viçosa (UFV). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
49	Universidade Federal do Ceará (UFC). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
50	Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
51	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Programa de Pós-Graduação em Física Ambiental 
52	Universidade Federal do Pará (UFPA). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 
53	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) 
54	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Biblioteca Digital : Teses e Dissertações 
55	Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Biblioteca de Teses e Dissertações 
56	Universidade Federal Fluminense (UFF). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações 

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES (2018).

## ANEXO C – QUADRO 23: RI DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.

	Nome da base
1	Embrapa. Repositório Acesso Livre à Informação Científica - ALICE 
2	Repositório Digital da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) 
3	Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul : LUME (UFRGS) 
4	Repositório Institucional da Universidade de Brasília (UnB) 
5	Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA) 
6	Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás (UFG) 
7	Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 
8	Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC) 
9	Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) 
10	Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) 
11	Repositório Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) 
12	Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) 
13	RIUNI. Repositório Institucional da Unisul 
14	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Repositório Institucional 
15	Universidade Federal do Pará (UFPA). Repositório Institucional 
16	Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Repositório institucional 
17	Universidade Federal Fluminense (UFF). Repositório Institucional 

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES (2018).

**ANEXO D – QUADRO 24: CENÁRIO DE ACIDENTES PARA A PRESERVAÇÃO DIGITAL EM RI<sup>82</sup>**

<b>CENÁRIO DE ACIDENTES DE RISCOS</b>			
<b>ACIDENTES</b>	<b>PERIGOS</b>	<b>CAUSAS</b>	<b>EFEITOS</b>
<b>ACIDENTE Nº1</b>	<b>Obsolescência de hardware e software</b>	Mercado altamente competitivo da tecnologia da informação	Leva a ciclos de renovação de tecnologia a cada 3 a 5 anos (HEDSTRON, 1998)
<b>ACIDENTE Nº2</b>	<b>A falta de especialização e capacidade de domínios técnicos daqueles que lidam com nossa herança digital</b>	Falta de investimento e recursos oferecidos pelas suas instituições	Insegurança desses profissionais em trabalhar com novas tecnologias, originando sentimentos como o medo
<b>ACIDENTE Nº3</b>	<b>A falta de administração dos riscos que envolvem a preservação digital da produção intelectual de uma instituição a longo prazo</b>	1) Falta de cooperação com outras iniciativas de preservação digital. 2) Falta de elaboração de manuais que ofereça orientações gerais quanto ao tratamento de objetos digitais e o gerenciamento dos riscos envolvidos na sua preservação	Vulnerabilidade dos seus processos de preservação digital e elaboração de projetos redundantes, além da minimização de esforços de preservação.
<b>ACIDENTE Nº4</b>	<b>A ausência de clareza no papel de cada indivíduo envolvido no processo de gestão de instituições e serviços de informação</b>	A falta de equipe específica para desempenhar as diferentes atividades realizadas nessas instituições e serviços de informação	Incapacidade de identificar e apontar responsabilidades, entre elas a de manter o acesso a longo prazo das informações contidas nessas instituições
<b>ACIDENTE Nº5</b>	<b>Degradação de mídias digitais</b>	Inadequado acondicionamento dos materiais digitais nas instalações dessas instituições	Ilegibilidade da informação registradas nessas mídias
<b>ACIDENTE Nº6</b>	<b>Instabilidade de suporte por longo prazo</b>	Falta de uso de padrões e formatos de arquivos de dados abertos, com amplo acesso e assistência técnica (THOMAZ E SOARES, 2004)	Complexidade no momento de selecionar e aplicar estratégias de preservação, minimizando sua efetividade
<b>ACIDENTE Nº7</b>	<b>Condições inadequadas do ambiente no qual estão depositados e do manuseio dos mesmos.</b>	Condições ambientais, econômicas e políticas no território latino-americano, que se apresentem de formas mais adversas a prática de preservação digital. (GALINDO, 2005)	Levam ao desgaste e até mesmo a perda de leitura das informações registradas em objetos digitais. Sendo considerado um dos principais causadores da perda da informação contidas em hardwares e softwares.
<b>ACIDENTE Nº13</b>	<b>A escolha não ponderada de estratégias de PD</b>	Falta de conhecimento técnico	Maximização de esforços
<b>ACIDENTE Nº14</b>	<b>A falta de métodos organizados para a PD</b>	Falta de políticas institucionais voltadas à PD.	Ausência de organização dos objetivos organizacionais
<b>ACIDENTE Nº15</b>	<b>A falta de administração dos riscos que envolvem a PD</b>	Falta de elaboração de manuais e de cooperação com outras iniciativas de PD	Vulnerabilidade e redundância de projetos e esforços para a PD
<b>ACIDENTE Nº16</b>	<b>A ausência de novas linguagens adaptadas e que suportem o tratamento e/ou descrição de documentos eletrônicos</b>	Ausência de processamento técnico especializado para o material digital	Acesso e localização da informação de maneira difícil e ineficiente
<b>ACIDENTE Nº17</b>	<b>A infringência da lei de Direitos Autorais</b>	A falta de conhecimento da Lei de Direitos Autorais	Perda do conteúdo intelectual original.
<b>ACIDENTE Nº17</b>	<b>A ausência de um controle estatístico de uso e conteúdo do material armazenado no RI.</b>	A ausência do uso de dados estatísticos como indicadores para planejamento, avaliação e gestão institucional.	Impossibilidade de construir uma campanha de promoção contínua para o RI

Fonte: Lima F.; Lima M. (2012, p.9).

<sup>82</sup> O Quadro 23 foi incluso devido a sua relevância para ilustrar o cenário de acidentes e riscos à garantia da preservação da informação nato-digital e convertida.

## ANEXO E – MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE: ICOM, 1972.

### **I. Princípios de Base do Museu Integral**

Os membros da Mesa-Redonda sobre o papel dos museus na América Latina de hoje, analisando as apresentações dos animadores sobre os problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico, e da educação permanente, tomaram consciência da importância desses problemas para o futuro da sociedade na América Latina. Pareceu-lhes necessário, para a solução destes problemas, que a comunidade entenda seus aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos. Eles consideraram que a tomada de consciência pelos museus, da situação atual, e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, é uma condição essencial para sua integração à vida da sociedade. Desta maneira, consideraram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade. Santiago, 30 de Maio de 1972.

### **II. Resoluções adotadas pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile**

1. Por uma mutação do museu da América Latina,

Considerando:

- Que as transformações sociais, econômicas e culturais que se produzem no mundo, e, sobretudo em um grande número de regiões em via de desenvolvimento, são um desafio para a Museologia;
- Que a humanidade vive atualmente em um período de crise profunda; que a técnica permitiu à civilização material realizar gigantescos progressos que não tiveram equivalência no campo cultural; que esta situação criou um desequilíbrio entre os países que atingiram um alto nível de desenvolvimento material e aqueles que permaneceram à margem desta expansão e que foram mesmo abandonados ao longo de sua história; que os problemas da sociedade contemporânea são devidos a injustiças, e que não é possível pensar em soluções para estes problemas enquanto estas injustiças não forem corrigidas;
- Que os problemas colocados pelo progresso das sociedades no mundo contemporâneo devem ser pensados globalmente e resolvidos em seus múltiplos aspectos; que eles não podem ser resolvidos por uma única ciência ou por uma única disciplina; que a escolha das melhores soluções a serem adotadas, e sua aplicação, não devem ser apanágio de um grupo social, mas exigem ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos os setores da sociedade;
- Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve;

que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais; • Que esta nova concepção não implica na supressão dos museus atuais, nem na renúncia aos museus especializados, mas que se considera que ela permitirá aos museus se desenvolverem e evoluírem da maneira mais racional e mais lógica, a fim de melhor servir à sociedade; que, em certos casos, a transformação prevista ocorrerá lenta e mesmo experimentalmente, mas que, em outros, ela poderá ser o princípio diretor essencial; • Que a transformação das atividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem; que, de outro lado, o museu integral necessitará, a título permanente ou provisório, da ajuda de especialistas de diferentes disciplinas e de especialistas de ciências sociais. • Que por suas características particulares, o novo tipo de museu parece ser o mais adequado para uma ação em nível regional, em pequenas localidades, ou de médio tamanho; • Que, tendo em vista as considerações expostas acima, e o fato do museu ser uma "instituição a serviço da sociedade, que adquire, comunica, e notadamente expõe, para fins de estudo, conservação, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem", a Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972,

Decide de uma maneira geral

1. Que é necessário abrir o museu às disciplinas que não estão incluídas no seu âmbito de competência tradicional, a fim de conscientizá-lo do desenvolvimento antropológico, sócio-econômico e tecnológico das nações da América Latina, através da participação de consultores para a orientação geral dos museus;
2. Que os museus devem intensificar seus esforços na recuperação do patrimônio cultural, para fazê-lo desempenhar um papel social e evitar que ele seja dispersado fora dos países latino-americanos;
3. Que os museus devem tornar suas coleções o mais acessível possível aos pesquisadores qualificados, e também, na medida do possível, às instituições públicas, religiosas e privadas;
4. Que as técnicas museográficas tradicionais devem ser modernizadas para estabelecer uma melhor comunicação entre o objeto e o visitante; que o museu deve conservar seu caráter de instituição permanente, sem que isto implique na utilização de técnicas e de

materiais dispendiosos e complicados, que poderiam conduzir o museu a um desperdício incompatível com a situação dos países latino-americanos;

5. Que os museus devem criar sistemas de avaliação que lhes permitam determinar a eficácia de sua ação em relação à comunidade;

6. Que, levando em consideração os resultados da pesquisa sobre as necessidades atuais dos museus e sua carência de pessoal, a ser realizada sob os auspícios da UNESCO, os centros de formação de pessoal existentes na América Latina devem ser aperfeiçoados e desenvolvidos pelos próprios países; que esta rede de centros de formação deve ser completada e sua influência se fazer sentir no plano regional; que a reciclagem de pessoal atual deve ser garantida em nível nacional e regional; e que lhe seja dada a possibilidade de aperfeiçoamento no estrangeiro.

### **Em relação ao meio rural**

Que os museus devam, acima de tudo, servir à conscientização dos problemas do meio rural, das seguintes maneiras:

a) Exposição de tecnologias aplicáveis ao aperfeiçoamento da vida da comunidade; b) Exposições culturais propondo soluções diversas ao problema do meio social e tecnológico, a fim de proporcionar ao público uma consciência mais aguda sobre estes problemas, e reforçar as relações nacionais, a saber: i. Exposições relacionadas com o meio rural nos museus urbanos; ii. Exposições itinerantes; iii. Criação de museus de sítios.

### **Em relação ao meio urbano**

Que os museus devam servir à conscientização mais profunda dos problemas do meio urbano, das seguintes maneiras:

a) Os "museus de cidade" deverão insistir de modo particular no desenvolvimento urbano e nos problemas que ele coloca, tanto em suas exposições quanto em seus trabalhos de pesquisa; b) Os museus deverão organizar exposições especiais ilustrando os problemas do desenvolvimento urbano contemporâneo; c) Com a ajuda dos grandes museus, deverão ser organizadas exposições, e criados museus em bairros e nas zonas rurais, para informar os habitantes das vantagens e inconvenientes da vida nas grandes cidades; d) Deverá ser aceita a oferta do Museu Nacional de Antropologia do México, de experimentar, através de uma exposição temporária sobre a América Latina, as técnicas museológicas do museu integral.

### **Em relação ao desenvolvimento científico e técnico**

Que os museus devem levar à conscientização da necessidade de um maior desenvolvimento científico e técnico, das seguintes maneiras:

a) Os museus estimularão o desenvolvimento tecnológico, levando em consideração a situação atual da comunidade; b) Na ordem do dia das reuniões dos ministros de educação e (ou) das organizações especialmente encarregadas do desenvolvimento científico e técnico, deverá ser inscrita a utilização dos museus como meio de difusão dos progressos realizados nestas áreas; c) Os museus deverão dar enfoque à difusão dos conhecimentos científicos e técnicos, por meio de exposições itinerantes que deverão contribuir para a descentralização de sua ação.

### **Em relação à educação permanente**

Que o museu, agente incomparável da educação permanente da comunidade, deverá acima de tudo desempenhar o papel que lhe cabe, das seguintes maneiras:

a) Um serviço educativo deverá ser organizado nos museus que ainda não o possuem, a fim de que eles possam cumprir sua função de ensino; cada um desses serviços será dotado de instalações adequadas e de meios que lhe permitam agir dentro e fora do museu; b) Deverão ser integrados à política nacional de ensino, os serviços que os museus deverão garantir regularmente; c) Deverão ser difundidos nas escolas e no meio rural, através dos meios audiovisuais, os conhecimentos mais importantes; d) Deverá ser utilizado na educação, graças a um sistema de descentralização, o material que o museu possuir em muitos exemplares; e) As escolas serão incentivadas a formar coleções e a montar exposições com objetos do patrimônio cultural local; f) Deverão ser estabelecidos programas de formação para professores dos diferentes níveis de ensino (primário, secundário, técnico e universitário).

As presentes recomendações confirmam aquelas que puderam ser formuladas ao longo dos diferentes seminários e mesas-redondas sobre museus, organizadas pela UNESCO.

Pela criação de uma Associação Latino Americana de Museologia

Considerando

- Que os museus são instituições a serviço da sociedade, que adquire, comunica e, notadamente, expõe, para fins de estudo, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem;
- Que, especialmente nos países latino-americanos, eles devem responder às necessidades das grandes massas populares, ansiosas por atingir uma vida mais próspera e mais feliz, através do conhecimento de seu patrimônio natural e cultural, o que obriga frequentemente os museus a assumir funções que, em países mais desenvolvidos, cabem a outros organismos;
- Que os museus e os museólogos latino-americanos, com raras exceções,

sofrem dificuldades de comunicação em razão das grandes distâncias que os separam um do outro, e do resto do mundo; • Que a importância dos museus e as possibilidades que eles oferecem à comunidade ainda não são plenamente reconhecidas por todas as autoridades, nem por todos os setores do público; • Que durante a oitava e a nona conferência geral do ICOM, que ocorreram, respectivamente, em Munique em 1968, e em Grenoble em 1971, os museólogos latino americanos que estiveram presentes indicaram a necessidade de criação de um organismo regional;

A Mesa-Redonda sobre o papel dos museus da América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972,

Decide:

1. Criar a Associação Latino Americana de Museologia (ALAM), aberta a todos os museus, museólogos, museógrafos, pesquisadores e educadores empregados pelos museus com os objetivos e através das seguintes maneiras: • Dotar a comunidade regional de melhores museus, concebidos à luz da experiência adquirida nos países latino americanos; • Constituir um instrumento de comunicação entre os museus e os museólogos latino americanos; • Desenvolver a cooperação entre os museus da região graças ao intercâmbio e empréstimo de coleções e ao intercâmbio de informações e de pessoal especializado; • Criar um organismo oficial que faça conhecer os desejos e a experiência dos museus e de seu pessoal aos membros da profissão, à comunidade a qual eles pertencem, às autoridades e a outras instituições congêneres; • Afiliação da Associação Latino Americana de Museologia ao Conselho Internacional de Museus, adotando uma estrutura na qual seus membros sejam ao mesmo tempo membros do ICOM; • Dividir, para fins operacionais, a Associação Latino Americana de Museologia em quatro seções correspondentes provisoriamente às regiões e países seguintes: - América Central, Panamá, México, Cuba, São Domingos, Porto Rico, Haiti e Antilhas Francesas. - Colômbia, Venezuela, Peru, Equador e Bolívia. - Brasil. - Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

2. Que os abaixo-assinados, participantes da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, se constituem em Comitê de Organização da Associação Latino Americana de Museologia, e notadamente em um Grupo de Trabalho composto de cinco pessoas, quatro dentre elas representando cada uma das zonas acima enumeradas, e a quinta desempenhando o papel de coordenador geral; que este Grupo de Trabalho terá como objetivo, no prazo máximo de seis meses, elaborar o Estatuto e os regulamentos da associação; definir com o ICOM as formas de ação conjunta; organizar eleições para a constituição dos diversos órgãos da ALAM; estabelecer a sede desta associação, provisoriamente, no Museu

Nacional de Antropologia do México; compor este grupo de trabalho com as seguintes pessoas, representando suas zonas respectivas: - Zona 1: Luis Diego Pígnataro (Costa Rica), - Zona 2: Alicia Durand de Reichel (Colômbia), - Zona 3: Lygia Martins Costa (Brasil), e - Zona 4: Grete Mostny Glaser (Chile); coordenador: Mario Vasquez (México). Santiago, 31 de Maio de 1972.

### **III. Recomendações apresentadas à UNESCO pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile**

À Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 e 21 de maio de 1972, apresenta à UNESCO as seguintes recomendações:

1. Um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e a proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Ela sugere que a UNESCO utilize os meios de difusão que se encontram à sua disposição para incentivar esta nova tendência.
2. A UNESCO prosseguiria e intensificaria seus esforços para contribuir com formação de técnicos de museus - tanto no nível de ensino secundário quanto ao do universitário, como ela tem feito, até agora, no Centro Regional "Paul Coreanas".
3. A UNESCO incentivará a criação de um Centro Regional para a preparação e a conservação de espécimes naturais, do qual o atual Centro Nacional de Museologia de Santiago poderá se constituir em núcleo original. Além de sua função de ensino (formação técnica) e de sua função profissional no campo da museologia (preparação de conservação de espécimes naturais), e de produção de material de ensino, este Centro Regional poderá desempenhar um papel importante na proteção das riquezas naturais.
4. A UNESCO deverá conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento para técnicos de museus com instrução de nível secundário.
5. A UNESCO deverá recomendar aos ministérios de Educação e de Cultura e (ou) aos organismos encarregados de desenvolvimento científico, técnico e cultural, que considerem os museus como um meio de difusão dos progressos realizados naquelas áreas.
6. Em razão da importância do problema da urbanização na América Latina e da necessidade de esclarecer a sociedade a este respeito, em diferentes níveis, a UNESCO deverá encorajar a redação de um livro sobre a história, o desenvolvimento e os problemas das cidades na América Latina, o qual seria publicado sob forma de obra científica e sob forma de obra de divulgação. Para atingir um público mais vasto, a UNESCO deverá produzir um filme sobre esta questão, adequado a todos os tipos de público.